

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Fabiana dos Santos Abrão

**DIGNIDADE MENSTRUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma
abordagem interseccional**

Taubaté – SP

2025

Fabiana dos Santos Abrão

**DIGNIDADE MENSTRUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma
abordagem interseccional**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do Título de Mestre pelo Mestrado
Profissional em Educação da Universidade de Taubaté
(UNITAU).

Área de Concentração: Educação Básica

Linha de Pesquisa: Inclusão e Diversidade
Sociocultural.

Orientadora: Profª. Dra. Márcia Regina de Oliveira.

Taubaté – SP

2025

Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU

A161d Abrão, Fabiana dos Santos

Dignidade menstrual na educação básica : uma abordagem
interseccional / Fabiana dos Santos Abrão. -- 2025.
176 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté,
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Regina de Oliveira, Pró-reitoria de
Pesquisa e Pós-graduação.

1. Menstruação. 2. Educação Menstrual. 3. Dignidade Menstrual.
4. Educação. 5. Interseccionalidade. I. Universidade de Taubaté.
Programa de Pós-graduação em Educação. II. Título.

CDD – 370

FABIANA DOS SANTOS ABRÃO

**DIGNIDADE MENSTRUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma
abordagem interseccional**

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Regina de Oliveira (Orientadora)

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Luciana de Oliveira Rocha Magalhães

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Ana Paula Ribeiro Bastos Arbache

Pontífica Universidade Católica

Assinatura _____

Dedico este trabalho a todos os educadores que buscam dignidade para as pessoas que
menstruam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me concedido inteligência e sabedoria para minhas escolhas profissionais, acadêmicas e pessoais.

Agradeço a meus pais, Maria Helena Abrão (*in memoriam*) e Farid Abrão, por terem me proporcionado a vida e um lar de muito ensinamento, onde pude me desenvolver e me tornar quem sou.

Agradeço à minha irmã, Nadia Brandão, que me alfabetizou, e incentivou o meu senso crítico, desde a infância, por meio das interpretações dos textos e filmes que sempre me incentivava a conhecer.

Também agradeço ao Senac São Paulo e à unidade de Pindamonhangaba, que me proporcionaram a oportunidade de realizar esta formação por meio de uma Bolsa de estudos, em especial ao técnico educacional, Thiago Fescina, que me mostrou, de maneira muito amável e humana, caminhos da educação tão poderosos e brilhantes, também à Diretora, Andréia Hobbis, e ao coordenador administrativo, Carlos André Souza, que muito me incentivaram e acreditaram no meu desenvolvimento profissional e acadêmico.

Serei eternamente grata a minha amiga, educadora e artista, Fabiana Fonseca, que, com seu brilhantíssimo talento, trouxe arte para a ciência, e me incentivou em tantos projetos lindos para a promoção da dignidade menstrual.

Foi uma grande honra poder contar em minhas Bancas de qualificação e defesa com a presença das grandes educadoras, Ana Paula Arbache, que com sua vasta experiência no meio corporativo e educacional, atuando com projetos voltados para as mulheres, contribuiu significativamente com considerações tão valiosas para este trabalho, como também da professora Luciana Magalhães, que além de ter me inspirado a trabalhar com o tema interseccionalidade, durante as magníficas aulas do mestrado, contribuiu de maneira abrangente, pela experiência, atuação e militância nos temas de inclusão e diversidade, com apontamentos e considerações tão importantes para esta pesquisa, minha gratidão.

Agradeço à minha orientadora, Márcia Regina de Oliveira, por ter me conduzido nessa jornada de reflexão e desenvolvimento, e à instituição de ensino UNITAU e todo o corpo docente do Mestrado Profissional em Educação, que me proporcionaram conhecimento e apoio para o desenvolvimento deste trabalho.

“A educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto ao seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante”.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa insere-se na linha de pesquisa “Inclusão e Diversidade Sociocultural”, da área de Educação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, e teve por objetivo analisar a importância da promoção da dignidade menstrual na educação básica, tanto pública quanto privada. Falar sobre menstruação requer realizar uma abordagem interseccional sobre marcadores sociais, como a mulher, na sociedade, compreendendo seu papel, na sociedade, sua identidade de gênero e seus aspectos fisiológicos. Também, pessoas transexuais, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade social, conforme será apresentado adiante nesta pesquisa. Menstruar é um ato político, porque existe intencionalidade em querer passar pela menstruação, envolve aspectos de direitos humanos, como acesso à saneamento básico e à saúde; direitos políticos, acesso a itens para higiene menstrual e para higiene em geral; como também acesso à informação, a fim de desmistificar e esclarecer os processos da menstruação, de maneira que preserve a integridade da pessoa que menstrua e sua qualidade de vida. A pesquisa foi aplicada para estudantes, professores e gestores de três escolas do Ensino Fundamental II estadual e Ensino Médio estadual e privada da cidade de Pindamonhangaba-SP. Utilizou-se como processo metodológico a abordagem qualitativa, e como instrumento de coleta de dados entrevista e questionário semiestruturado. A pesquisa indicou que a maioria dos entrevistados acreditam na importância da educação menstrual, na educação básica, para a promoção da dignidade menstrual, também apontou que existem programas de incentivo por parte do governo do estado para promover a dignidade menstrual, nas escolas, mas de maneira muito limitada ao fornecimento de itens de higiene menstrual, sendo necessária uma ampliação do programa, de maneira que englobe a conscientização e a quebra de estigmas sobre a menstruação. A sensibilização e o envolvimento de todos geram ações mais conscientes e assertivas, o que ocasiona acolhimento e exemplo para os jovens. De maneira geral, a educação menstrual pode beneficiar a conscientização dos jovens sobre seus corpos e suas escolhas, gerar empatia e promover dignidade para todas as pessoas que menstruam. Como produto técnico, foi desenvolvido um jogo educativo para abordar a educação menstrual, na educação básica, para ser utilizado como material didático em sala de aula e para uso pessoal.

PALAVRAS-CHAVE: Menstruação. Educação Menstrual. Dignidade Menstrual. Educação. Interseccionalidade

ABSTRACT

This research is part of the “Inclusion and Sociocultural Diversity” research line, in the Education area of the Professional Master’s Degree in Education at the University of Taubaté, and aimed to analyze the importance of promoting menstrual dignity in basic education, both public and private. Talking about menstruation requires an intersectional approach to social markers, such as women in society, understanding their role in society, their gender identity and their physiological aspects. Also, transgender people, people with disabilities and people in situations of social vulnerability, as will be presented later in this research. Menstruating is a political act, because there is intentionality in wanting to go through menstruation, it involves aspects of human rights, such as access to basic sanitation and health; political rights, access to items for menstrual hygiene and hygiene in general; as well as access to information, in order to demystify and clarify the processes of menstruation, in a way that preserves the integrity of the person who menstruates and their quality of life. The research was conducted with students, teachers and administrators from three state elementary schools and state and private high schools in the city of Pindamonhangaba, São Paulo. The qualitative approach was used as the methodological process, and interviews and semi-structured questionnaires were used as data collection instruments. The research indicated that most of the interviewees believe in the importance of menstrual education in basic education to promote menstrual dignity. It also pointed out that there are incentive programs by the state government to promote menstrual dignity in schools, but in a very limited way to providing menstrual hygiene items. The program needs to be expanded to include awareness and breaking down stigmas about menstruation. Raising awareness and involving everyone generates more conscious and assertive actions, which results in acceptance and setting an example for young people. In general, menstrual education can benefit young people's awareness of their bodies and their choices, generate empathy and promote dignity for all people who menstruate. As a technical product, an educational game was developed to address menstrual education in basic education, to be used as teaching material in the classroom and for personal use.

KEYWORDS: Menstruation; Menstrual Education; Menstrual Dignity; Education. Intersectionality

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Frida Kahlo	34
Figura 2 - Níveis hormonais no ciclo menstrual e o desenvolvimento dos folículos.....	24
Figura 3 - Idade média da menarca no Brasil	25
Figura 4 – Semelhanças defendidas entre os órgãos genitais.....	32
Figura 5 - Experimento com mulheres negras escravizadas.....	33
Figura 6 – Ilustração sobre expressão de gênero	42
Figura 7 - Dados dos assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2008 e 2022	47
Figura 8 - Condições mínimas de cuidado menstrual.....	56
Figura 9 - Cartilha Digital Programa Dignidade Menstrual	57
Figura 10 – Matéria sobre Apresentação Projeto Confluir – Arte Menstruação	61
Figura 11 - Cálculo do Teorema do Limite Central	64
Figura 12 - Calculadora amostral estudantes.....	65
Figura 13 - Cálculo para amostra professores	66
Figura 14 - Cálculo para amostra gestores	67
Figura 15 - Idade dos estudantes	77
Figura 16 - Gênero dos estudantes	77
Figura 17 - Estudantes que possuem ovários	78
Figura 18 - Cor ou Raça dos estudantes	79
Figura 19 - Em qual região da cidade os estudantes moram	79
Figura 20 - Qual nível de instrução da pessoa de referência da família do estudante.....	80
Figura 21 - Quantidade de moradores da casa do estudante.....	81
Figura 22 - Tipo de casa dos estudantes	81
Figura 23 - Condição da moradia dos estudantes	82
Figura 24 - Condição da renda familiar dos estudantes.....	82
Figura 25 - Acesso a saneamento básico dos estudantes.....	83
Figura 26 - Coleta de lixo na residência dos estudantes.....	83
Figura 27 - Compreensão dos estudantes sobre como funciona a menstruação.....	84
Figura 28 - Visão dos estudantes sobre a menstruação – pessoas com e sem ovários	85
Figura 29 - Como os estudantes entendem o funcionamento do próprio corpo	85
Figura 30 - Orientação sexual na escola para os estudantes.....	86
Figura 31 - Orientação menstrual na escola para os estudantes	86
Figura 32 - Onde os estudantes aprenderam sobre menstruação	87
Figura 33 - O que os estudantes compreendem sobre a diferença de menstruação e ciclo menstrual	87
Figura 34 - Nível de importância para aprender sobre menstruação, na escola, na visão dos estudantes	88
Figura 35 - Idade da menarca dos estudantes entrevistados.....	89
Figura 36 - Acesso a itens de higiene menstrual dos estudantes	89
Figura 37 - Conhecimento dos estudantes sobre os coletores menstruais.....	90
Figura 38 - Método utilizado pelos estudantes para coletar a menstruação	90
Figura 39 - Sintomas dos estudantes durante a menstruação	91
Figura 40 - Medicalização utilizada pelos estudantes durante a menstruação	92
Figura 41 - Uso do anticoncepcional pelos estudantes.....	92
Figura 42 - O que as escolas oferecem para as pessoas que menstruam	93
Figura 43 - Condições mínimas para cuidado menstrual	94

Figura 44 - Faltas às escolas devido à menstruação	95
Figura 45 - Percepção dos estudantes acerca da menstruação - pessoas com ovários	96
Figura 46 - Gráfico de similitude sobre o que os estudantes pensam sobre a menstruação - pessoas com ovários	98
Figura 47 - Nuvem de palavras sobre o que os estudantes pensam sobre a menstruação - pessoas com ovários	98
Figura 48 - Estudantes com deficiência.....	99
Figura 49 - Dificuldade de acesso à dignidade menstrual devido à deficiência.....	99
Figura 50 - Gráfico de similitude sobre a compreensão dos estudantes sobre menstruação e ciclo menstrual - pessoas com ovários	102
Figura 51 - idade dos professores	102
Figura 52 - Sexo dos professores.....	103
Figura 53 - Gênero dos professores	103
Figura 54 - Cor ou raça dos professores	104
Figura 55 - Região da moradia dos professores	105
Figura 56 - Função na escola dos professores	105
Figura 57 - Área de conhecimentos dos professores	106
Figura 58 - Escolaridade dos professores	107
Figura 59 - Tempo de atuação na educação	107
Figura 60 - Itens oferecidos pelas escolas para a dignidade menstrual na visão dos professores	108
Figura 61 - Compreensão dos professores sobre o que é educação menstrual.....	109
Figura 62 - Projetos sobre educação sexual realizados pelos professores.....	109
Figura 63 - Projetos sobre educação menstrual realizados pelos professores	110
Figura 64 - Projetos sobre educação menstrual na escola	111
Figura 65 - Quais projetos sobre educação menstrual a escola realiza ou já realizou.....	111
Figura 66 - Qual importância que os professores dão para a educação menstrual na escola?	113
Figura 67 - Gráfico de similitude sobre a importância que os professores dão para abordar a educação menstrual na escola.....	115
Figura 68 - Como a escola acolhe as pessoas que menstruam de acordo com a percepção dos professores.	116
Figura 69 - Gráfico de similitude sobre como a escola acolhe as pessoas que menstruam de acordo com a percepção dos professores.....	118
Figura 70 – Dendograma das Classes de vocabulário da entrevista com gestores.....	121
Figura 71 – Gráfico de proximidade das respostas de acordo com cada gestor.....	134
Figura 72 - Gráfico de proximidade das palavras.....	135
Figura 73 - Gráfico de similitude das respostas dos gestores.....	136
Figura 74 - Capa Jogo Circuito da Menstruação	Figura 75 - Tabuleiro do Jogo
Circuito da Menstruação	139
Figura 76 - Carta nº 1 referente à fase menstrual	Figura 77 - Carta de resposta 1
Figura 78 - Carta nº 2 referente à fase menstrual	Figura 79 - Carta de resposta 2
Figura 80 - Carta nº 3 referente à fase menstrual	Figura 81 - Carta de resposta 3
Figura 82 - Carta nº 4 referente à fase menstrual	Figura 83 - Carta de resposta 4
Figura 84 - Carta nº 5 referente à fase menstrual	Figura 85 - Carta de resposta 5
Figura 86 - Carta nº 6 referente à fase menstrual	Figura 87 - Carta de resposta 6
Figura 88 - Carta nº 7 referente à fase menstrual	Figura 89 - Carta de resposta 7
Figura 90 - Carta nº 8 referente à fase Folicular	Figura 91 - Carta de resposta 8
Figura 92 - Carta nº 9 referente à fase Folicular	Figura 93 - Carta de resposta 9
Figura 94 - Carta nº 10 referente à fase Folicular	Figura 95 - Carta de resposta 10
Figura 96 - Carta nº 11 referente à fase Folicular	Figura 97 - Carta de resposta 11

Figura 98 - Carta nº 12 referente à fase Folicular	Figura 99 - Carta de resposta 12 143
Figura 100 - Carta nº 13 referente à fase Folicular	Figura 101 - Carta de resposta 13 ... 143
Figura 102 - Carta nº 14 referente à fase Folicular	Figura 103 - Carta de resposta 14 144
Figura 104 - Carta nº 15 referente à fase Ovulatória	Figura 105 - Carta de resposta 15.. 144
Figura 106 - Carta nº 16 referente à fase Ovulatória	Figura 107 - Carta de resposta 16.. 144
Figura 108 - Carta nº 17 referente à fase Ovulatória	Figura 109 - Carta de resposta 17.. 145
Figura 110 - Carta nº 18 referente à fase Ovulatória	Figura 111 - Carta de resposta 18.. 145
Figura 112 - Carta nº 19 referente à fase Ovulatória	Figura 113 - Carta de resposta 19.. 145
Figura 114 - Carta nº 20 referente à fase Ovulatória	Figura 115 - Carta de resposta 20.. 146
Figura 116 - Carta nº 21 referente à fase Ovulatória	Figura 117 - Carta de resposta 21.. 146
Figura 118 - Carta nº 22 referente à fase Lútea	Figura 119 - Carta de resposta 22..... 146
Figura 120 - Carta nº 23 referente à fase Lútea	Figura 121 - Carta de resposta 23..... 147
Figura 122 - Carta nº 24 referente à fase Lútea	Figura 123 - Carta de resposta 24..... 147
Figura 124 - Carta nº 25 referente à fase Lútea	Figura 125 - Carta de resposta 25..... 147
Figura 126 - Carta nº 26 referente à fase Lútea	Figura 127 - Carta de resposta 26..... 148
Figura 128 - Carta nº 27 referente à fase Lútea	Figura 129 - Carta de resposta 27..... 148
Figura 130 - Carta nº 28 referente à fase Lútea	Figura 131 - Carta de resposta 28..... 148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Banco de Dados das pesquisas	22
Quadro 2 - Exemplos dos quatro elementos da sexualidade	42
Quadro 3 - Sigla LGBTQIAP+.....	44
Quadro 4 - Aprofundamento nas identidades de gênero	44
Quadro 5 - Dados das Escolas pesquisadas	63
Quadro 6 - Dados para cálculo da amostra de estudantes	64
Quadro 7 - Dados para cálculo da amostra de professores.....	65
Quadro 8 - Dados para cálculo da amostra de gestores	66
Quadro 9 - Relação da população e cálculo amostral de cada escola.....	67
Quadro 10 - Relação da população e amostra colhida em cada escola	68
Quadro 11 - Categorização das respostas dos estudantes.....	76
Quadro 12 - Condições mínimas para cuidado menstrual nas escolas	94
Quadro 13 - Respostas sobre o que os estudantes pensam sobre a menstruação	96
Quadro 14 - Respostas dos estudantes sobre o que sabem sobre ciclo menstrual.....	100
Quadro 15 - Detalhamento das respostas sobre qual projeto a escola realiza sobre educação menstrual	112
Quadro 16 - Detalhamento das respostas sobre a importância que os professores dão para abordar o tema educação menstrual na escola.....	113
Quadro 17 - Detalhamento das respostas dos professores sobre como a escola acolhe as pessoas que menstruam	116
Quadro 18 - Respostas dos gestores sobre escolaridade e tempo de atuação na educação	119

LISTA DE SIGLAS

IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ODS	–	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PCNs	–	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNS	–	Pesquisa Nacional de Saúde
TRANS	–	Transexuais
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e à Cultura
UNFPA	–	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	–	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Justificativa.....	19
1.2	Delimitação do Estudo	19
1.3	Problema.....	20
1.4	Objetivos.....	20
1.4.1	Objetivo Geral	20
1.4.2	Objetivos Específicos	20
1.5	Organização do Trabalho.....	21
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1	Panorama das pesquisas sobre o tema estudado.....	22
2.2	Menstruação e dignidade menstrual	23
2.3	Dignidade menstrual sob uma abordagem interseccional	29
2.3.1	O corpo feminino em sua construção histórica	31
2.3.2	Igualdade de gênero.....	41
2.3.3	Pessoas com deficiência	48
2.3.4	Vulnerabilidade social	52
2.4	Dignidade Menstrual no Brasil.....	55
2.5	Dignidade Menstrual na educação básica.....	58
3	METODOLOGIA.....	62
3.1	Desenho da pesquisa.....	62
3.2	Participantes	63
3.2.	Instrumentos de Pesquisa	68
3.3.	Procedimentos para Coleta de dados	69
3.3.1	Coleta de dados dos estudantes	69
3.3.2	Coleta de dados dos professores.....	71
3.3.3	Coleta de dados dos gestores	72
3.4.	Procedimentos para Análise de informações (dados).....	72
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	74
4.1	Dados obtidos dos estudantes	74
4.1.1	Questionário para estudantes	76
4.1.1.1	Perguntas de Caracterização dos estudantes.....	76
4.1.1.2	Perguntas específicas – estudantes - para pessoas com e sem ovários.....	84
4.1.1.3	Perguntas específicas – apenas pessoas com ovários - estudantes	88
4.1.2	Dados obtidos dos professores	102

4.1.3	Dados obtidos dos gestores.....	119
5	PRODUTO TÉCNICO: MATERIAL DIDÁTICO JOGO MENSTRUÇÃO	138
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS.....	152
	APÊNDICE A – PERGUNTAS DE CARACTERIZAÇÃO - ESTUDANTES	158
	APÊNDICE B – PERGUNTAS ESPECÍFICAS – ESTUDANTES – PESSOAS COM E SEM OVÁRIOS	160
	APÊNDICE C – PERGUNTAS ESPECÍFICAS – ESTUDANTES – APENAS PESSOAS COM OVÁRIOS	162
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES.....	165
	APÊNDICE E – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA GESTORES	167
	APÊNDICE F – <i>RAPPORT IRAMUTEQ</i>.....	168
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .	169
	ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	171

APRESENTAÇÃO DO MEMORIAL

Este memorial visa apresentar uma parte da minha trajetória na educação. O autor define o memorial como um “gênero que funciona como documento hábil, autobiográfico, no qual se explicita (analisa e justifica) o amadurecimento do seu produtor a partir das suas trajetórias acadêmico-profissional e pessoal-intelectual” (Oliveira, 2005, p. 60).

Dentro do âmbito acadêmico, a elaboração do memorial auxilia na conservação da memória sobre o percurso acadêmico e profissional do pesquisador, auxilia a sintetizar, a organizar e a compreender suas ideias para o detalhamento de sua jornada, que é influenciada por suas experiências e perspectivas pessoais, e ao se tratar de professores, isso interfere diretamente no ensino para seus estudantes.

Inspirada pela artista Frida Kahlo, uma das pintoras mais marcantes latino-americanas, militante, teve sua vida marcada por grandes desafios físicos e emocionais, mas transformou-se em uma poderosa fonte de inspiração, especialmente para mulheres ao redor do mundo.

Figura 1 - Frida Kahlo



Fonte: Whitton, 2025.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando uma auto pintura de Frida Kahlo, rosto e busto de uma mulher, com olhos abertos, de sobrancelhas marcantes, cabelos castanho- escuros, presos com uma fita amarela. Ao fundo, uma tinta azul, e, ao redor, flores e tintas vermelhas, rosas, azuis e brancas espalhadas.

Faço aqui uma analogia à obra-prima da minha vida, utilizando das cores primárias, muito utilizadas por Frida em suas pinturas, onde inicio com as minhas primeiras impressões na educação, intitulada vermelho; sigo adiante, relatando minha formação acadêmica, intitulada amarelo; e finalizo com minha formação profissional, intitulada azul.

Vermelho

Desde criança, a educação me fascinava. Tinha uma lousa de giz e adorava brincar de professora, dando aulas para minhas bonecas, para meus pais e para minhas amigas. Ganhar livros e ouvir histórias era o que mais me deixava feliz. Meus pais não tiveram muitas oportunidades de estudo, minha mãe cursou só até a 4ª série e meu pai chegou ao ensino médio.

Embora aprender fosse divertido para mim, demorei para entrar, na escola, meu pai, um projetista autodidata que sempre estudou por conta própria, via a escola como um peso. Por isso, ele quis nos "poupar", e não matriculou nem meus irmãos, nem eu, na pré-escola, já que, em 1997, ainda não era obrigatório.

Fui alfabetizada em casa pela minha irmã – aprendi a ler, escrever e contar. Comecei a 1ª série aos 7 anos em uma escola estadual longe de casa. Foi um choque! Chegar a um lugar onde eu não conhecia ninguém e não fazia ideia de como as coisas funcionavam não foi fácil. Eu era uma criança muito tímida, e levei muito tempo para me socializar e para fazer amigos.

Como não fiz pré-escola, presumiram que eu não sabia ler ou escrever. Sem nem fazer um teste de nivelamento, colocaram-me, na sala 1º D, que era vista como a turma dos alunos com mais dificuldades. Estudantes com TDAH, mais carentes ou com outras especificidades de aprendizado ficavam lá, sem o apoio adequado.

A professora, Ana Maria, esforçava-se muito para que todos aprendessem, mas a sala era sempre uma bagunça. Os alunos conversavam demais, eram impacientes, e a maioria tinha dificuldades de aprendizado.

A professora passou uns seis meses ensinando o alfabeto e as sílabas, algo que eu já dominava. Mas como eu era muito tímida e a sala era muito agitada, demorou para ela perceber e me mudar para o 1º A. Cheguei lá já atrasada em relação aos demais estudantes, que estavam bem mais avançados em matemática e em leitura de textos.

Ficou claro que o esforço dela não era o suficiente, eram necessárias outras abordagens. De acordo com Fullan e Hargreaves (2000, p. 34), “ensinar não é apenas um monte de habilidades técnicas, um pacote de procedimentos, um monte de coisas que você pode aprender. Técnicas e habilidades são importantes, mas ensinar é muito mais do que isso.”

Continuei até a 4ª série A, depois fui para outra escola estadual, pois a que eu estudava só ia até o primário (o que, na época, era até a 4ª série). Na 5ª série, vários problemas persistiram. A escola sempre tinha dificuldade em conseguir professores de matemática. Nosso professor sofria para manter a sala quieta, às vezes chegava a chorar na mesa. Ele até tirou uma licença médica longa. Nesse período, quase não tivemos substitutos e ficamos muitos dias sem aula. Sentia-me mal pela dificuldade do professor, mas hoje entendo que ser professor exige muito mais do que só dominar a matéria.

No Ensino Médio, não foi muito diferente. Fui para outra escola estadual, e lá a professora de matemática virou coordenadora, e novamente ficamos por um longo período sem aulas de matemática, porque não encontravam professores para substituí-la.

Vejo tudo isso como uma falha do sistema de ensino. Os alunos precisam passar por um nivelamento antes de qualquer proposta didática. Isso fica como um grande aprendizado para minha futura carreira como professora.

Quando estava no 2º ano do Ensino Médio, prestei o vestibulinho para o curso Técnico em Administração na ETEC da minha cidade. Fui aprovada, e essa foi a melhor coisa que me aconteceu. Foi ali que minha formação profissionalizante realmente começou.

Amarelo

Lá o sistema de ensino era outro, eu estudava tudo o que gostava, dedicava-me muito nos trabalhos e nas apresentações, tinha professores atuantes, no mercado de trabalho, e eram muito didáticos. Finalizei o técnico com a certeza de que seguiria meus estudos na área administrativa, prestei o vestibular na Faculdade de Tecnologia- FATEC de Guaratinguetá para o curso de Gestão Empresarial, fui aprovada e novamente fiquei maravilhada com o ensino que tive.

A FATEC, muito diferentemente do que muitas pessoas pensam, é uma instituição de ensino que valoriza a pesquisa científica, o profissionalismo e a responsabilidade do estudante. Lá aprendi a pesquisar, publiquei um artigo com meu orientador do TCC, apresentei meu trabalho em congresso pela primeira vez. Anos depois, publiquei outro artigo com outra colega e outro professor, e chegamos a publicar juntos um capítulo de um livro. O aprendizado foi muito grandioso e gratificante.

Minha intenção, após finalizar a faculdade, era atuar na área administrativa em indústria e dar aulas no ensino superior. Em 2014, ingressei na especialização em Gestão Industrial na Fundação Getúlio Varga- FGV em São José dos Campos, mas percebi que, por não ter atuado

ainda, na indústria, eu estava muito distante da realidade do curso, acabei não concluindo a especialização.

Decidi, em 2016, realizar um MBA em Gerenciamento de Projetos na UNITAU, com intuito de atuar na indústria e fortalecer minha experiência na área para então tentar um cargo como professor do ensino superior.

Fiquei muito inspirada e decidida a continuar atuando na área educacional, mas na parte administrativa. Foi então que realizei uma especialização em Gestão Escolar, no Senac São Paulo, onde ampliou muito a minha visão sobre educação e gestão.

Após a finalizar essa especialização, percebi que ainda faltava algo, que eu precisava me aprofundar ainda mais na área educacional para compreender as características e as especificidades da educação, foi então que decidi fazer a licenciatura em Pedagogia no Instituto Claretiano.

Em 2022, decidi fazer o mestrado em Educação, no qual desenvolvi este memorial que me trouxe muitas lembranças, e enfatizou a minha busca por educação de qualidade para todos.

Embora minha intenção, quando finalizei a primeira faculdade, fosse atuar na indústria, na parte administrativa, as oportunidades da minha vida profissional surgiram, em sua maioria, em instituições de ensino, comecei estagiando na própria FATEC por meio do concurso da FUNDAP, anos após, trabalhei na parte administrativa de uma escola, depois como assistente comercial, em uma escola de idiomas, e, em 2018, ingressei na parte administrativa no sistema S.

Azul

Lá meu interesse e valorização da educação mudaram muito. Já existia em mim uma vontade enorme de atuar como professora também, porém fui deixando de lado para me aprofundar mais na carreira que eu estava construindo na área administrativa.

Dei aula como voluntária no Programa Jovem Aprendiz da ONG IA3, na cidade de Pindamonhangaba, ministrei alguns minicursos, workshops e palestras na área administrativa, mas não cheguei a efetuar aulas na educação básica nem no ensino superior, porém nunca fui menos professora por isso, de acordo com o autor:

Ensinar configura-se assim, nesta leitura, essencialmente como a especialidade de fazer aprender alguma coisa (a que chamamos currículo, seja de que natureza for aquilo que se quer ver aprendido) a alguém (o acto de ensinar só se actualiza nesta segunda transitividade corporizada no destinatário da acção, sob pena de ser inexistente ou gratuita a alegada acção de ensinar) (Roldão, 2007, p. 95).

Hoje tenho plena convicção de que a educação transforma a vida das pessoas, pois transformou a minha, e vejo diariamente transformando a vida de muitas pessoas. Um país que deseja desenvolvimento, investe na educação.

Ao juntar as cores vermelho, amarelo e azul, temos as cores primárias, as que originam as demais cores, vejo todo este trajeto como as cores primárias que irão originar cores mais complexas e lindas. Espero que as cores apresentadas sejam o ponto de partida para uma obra que poderá construir novas perspectivas e oportunidades na educação.

Tudo vai depender da intencionalidade do educador em construir aquela obra, conforme enfatiza Freire (1997, p. 46) “educar é um ato político”, sendo assim, constatamos que obra de arte da trajetória professor é intencional, individual e requer muita atenção. Tal obra pode ser significativa e bela, transpor gerações com sua reflexão e beleza. Ou, então, pode provocar espantos e repulsa àqueles que a admiram.

Como uma artista em constante evolução, vejo minha carreira, na educação, como uma obra de arte viva, A paixão pela educação moldou minha carreira em uma obra de arte singular. Nela, aprendo e inspiro, tecendo conhecimento, esperança e arte, especialmente para mulheres."

1 INTRODUÇÃO

A menstruação é um fenômeno biológico natural que ocorre em indivíduos com ovários, ocorre geralmente entre os 8 e os 55 anos de idade. Esse processo abrange uma parcela significativa da vida de uma pessoa, iniciando-se e perdurando por um longo período da fase escolar.

Apesar de sua naturalidade, historicamente, diversos fatores têm gerado estigmas em torno da menstruação, perpetuando uma visão de inferioridade em relação ao corpo que menstrua e ao próprio fenômeno. O tema da menstruação passou por múltiplas análises e conceitos ao longo da história, com o corpo feminino sendo categorizado de diversas formas, do sagrado ao profano. Ainda hoje, prevalece um encobrimento e uma desvalorização do corpo que menstrua.

Ao abordar esse tema, o termo mais preciso a ser empregado é "pessoas que menstruam". Essa expressão abrange não apenas mulheres, mas também homens transexuais e outras identidades de gênero que possuem ovários.

Discutir a dignidade menstrual exige uma compreensão aprofundada do papel da mulher, na sociedade, de sua identidade de gênero e de seus aspectos fisiológicos. Adicionalmente, requer uma abordagem interseccional que considere marcadores sociais como a situação de mulheres, na sociedade, pessoas transexuais, pessoas com deficiência e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, conforme será detalhado ao longo desta pesquisa.

Menstruar é um ato político que envolve a intencionalidade de vivenciar esse processo de forma digna. Está intrinsecamente ligado a direitos humanos, como o acesso a saneamento básico e à saúde; a direitos sociais, como a disponibilidade de itens de higiene menstrual (absorventes, coletores menstruais) e produtos de higiene em geral; e, ainda, ao acesso à informação. Esse último é fundamental para desmistificar e esclarecer os processos da menstruação, preservando a integridade e a qualidade de vida da pessoa que menstrua.

Promover a dignidade menstrual implica proporcionar conhecimento e ressignificar a percepção que as pessoas que menstruam têm de seus próprios corpos e de suas escolhas. Inclui, também, a sensibilização da sociedade em geral. Além disso, é crucial garantir o acesso a itens de higiene e a saneamento básico com o objetivo de alcançar a saúde e o bem-estar de todas as pessoas que menstruam.

Considerando a educação básica, na qual as pessoas que menstruam passarão cerca de 4 a 5 anos de suas vidas vivenciando a menstruação no ambiente escolar — um espaço de aprendizagem e desenvolvimento, a abordagem desse tema é de suma importância. Ela auxilia

na ampliação da conscientização sobre o assunto, na busca e no reforço de políticas públicas que promovam inclusão e dignidade para as pessoas que menstruam.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a relevância de promover a dignidade menstrual na educação básica. Para isso, foram coletados e analisados opiniões e dados de estudantes, professores e gestores de três escolas da educação básica da cidade de Pindamonhangaba, interior de São Paulo. As instituições incluem duas escolas estaduais (Ensino Fundamental II e Ensino Médio) e uma escola privada (Ensino Médio).

Como produto técnico desta dissertação, foi desenvolvido um jogo educativo, contendo informações, orientações e dados sobre a menstruação, podendo ser utilizado como recurso didático, em sala de aula, desde o Ensino Fundamental II até o Ensino Médio, e também para o conhecimento pessoal.

1.1 Justificativa

O Relatório “Pobreza menstrual no Brasil desigualdades e violações de direitos”, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em 2021, aponta a relevância da educação menstrual para ajudar a “desmistificação de tabus estabelecidos, a diminuição do constrangimento e o estresse das jovens, além de empoderar as meninas, tornando-as capazes de ter mais poder sobre seus corpos e até mesmo acesso a diferentes produtos para garantia de sua saúde menstrual” (UNFPA, 2021, p. 21).

A PNS – Pesquisa Nacional de Saúde, elaborada pelo IBGE, em 2013, apontou que a idade média da menarca, primeira menstruação, ocorre em média aos 13 anos de idade, ou seja, em período de idade escolar, portanto se faz tão necessária a abordagem do tema dentro da educação básica, possibilitando conhecimento e dignidade para as pessoas que menstruam, como também acesso a itens de higiene e à infraestrutura adequados para as pessoas que menstruam.

1.2 Delimitação do Estudo

Esta pesquisa estudou a importância da promoção da dignidade menstrual, na educação básica pública e privada, para jovens entre 11 e 18 anos, regularmente matriculados, na educação básica, na cidade de Pindamonhangaba, interior de São Paulo, e também para professores e gestores dessas mesmas escolas.

A pesquisa foi aplicada em três escolas do município, sendo uma escola estadual de ensino fundamental de anos finais – intitulada escola A, uma escola estadual do ensino médio-

intitulada escola B, e uma escola particular do ensino médio técnico – intitulada escola C. Não se aplicou a pesquisa para jovens que não eram alfabetizados.

Atualmente, o município de Pindamonhangaba possui ao todo 86 escolas do Ensino Fundamental e 30 escolas do Ensino Médio, com mais de 25 mil estudantes matriculados, de acordo com o IBGE (2022). A escolha das escolas se deu mediante a afinidade da pesquisadora que já havia estudado em ambas as escolas e a aceitação das escolas em participar da pesquisa.

1.3 Problema

Ao pensar em menstruação, muitos paradigmas são evidenciados, principalmente em relação ao corpo da pessoa que menstrua, que, historicamente, desde a idade média, é reprimido e desqualificado perante a sociedade machista. A atualidade ainda carrega consigo uma notável falta de conhecimento a respeito da menstruação. A falta de educação menstrual ocasiona, na maioria das vezes, problemas sociais, em sua maioria para a população em vulnerabilidade social: saúde (emocional e física), faltas, nas escolas, faltas ao trabalho, impedindo a dignidade menstrual, ou seja, a itens de higiene íntima, ao saneamento básico, ao conhecimento e poder de escolhas sobre a menstruação.

Dentro do ambiente escolar se faz necessário tal conhecimento, visto que se permanece cerca de 12 anos dentro da educação básica, tendo em média 5 destes anos, passando pelo período menstrual no ambiente escolar.

Aqui, buscou-se responder à seguinte questão como problema de pesquisa: Qual a importância de promover dignidade menstrual na educação básica?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar a importância da promoção da dignidade menstrual na educação básica.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Aprender, por meio da pesquisa, a compreensão de estudantes, docentes e equipe gestora sobre o tema dignidade menstrual na educação básica.

- Analisar importância da promoção da dignidade menstrual, na educação básica, a partir de uma abordagem interseccional, considerando marcadores sociais relacionados ao tema da pesquisa realizada;
- Elaborar um material didático por meio de um jogo educativo como o produto técnico deste trabalho.

1.5 Organização do Trabalho

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Divulgação, Considerações finais, Referências, Apêndices e Anexos.

A Introdução subdivide-se em cinco subseções: Problema, Objetivo Geral, Objetivos Específicos, Delimitação do Estudo, Justificativa e Organização do Trabalho.

A Revisão de Literatura apresentará primeiramente um panorama sobre os descritores utilizados para iniciação da pesquisa, sendo eles: menstruação, educação menstrual, dignidade menstrual e interseccionalidade, em seguida, será apresentado alguns conceitos e definições sobre a menstruação e a dignidade menstrual, e sua intencionalidade política, após será apresentado os conceitos da dignidade menstrual sobre uma abordagem interseccional, em que serão analisados sob quatro marcadores sociais, sendo eles: mulheres, sobre um breve histórico sobre o corpo feminino e sua construção histórica, abordando as questões sobre o papel da mulher, na sociedade, seus desafios enfrentados ao longo da história; pessoas transexuais, esclarecendo algumas definições de gênero; pessoas com deficiência, apresentando alguns direitos para a dignidade menstrual; e pessoas em situação de vulnerabilidade social, apontando os desafios para a busca da dignidade menstrual; mais adiante, será apresentado o tema dignidade menstrual, no Brasil, mostrando um panorama, no Brasil, sobre as políticas públicas e projetos realizados, no país, sobre o tema; e, por fim, um panorama sobre a dignidade menstrual, na educação básica, apresentando as políticas públicas atuais sobre a menstruação, na educação, e a importância de se abordar o tema dentro da escola e também fora da educação formal.

A metodologia subdivide-se em quatro subseções: População, Instrumentos de Pesquisa, Procedimentos para Coleta de Dados e Procedimentos para Análise dos Dados.

Em seguida, apresentam-se os Resultados, o Produto Técnico, logo após as Considerações Finais, seguidos das Referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fundamentação teórica ou também conhecida como revisão de literatura, podem ser entendidas como o ato de revisar documentos ou informações que possam contribuir para o desenvolvimento de uma pesquisa (Laville e Dionne, 1999).

Sendo assim, esta revisão tem como objetivo apresentar os principais conceitos sobre educação menstrual sob uma abordagem interseccional, considerando os marcadores sociais: mulheres, pessoas transexuais, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

2.1 Panorama das pesquisas sobre o tema estudado

Para a construção teórica deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, utilizando-se de quatro descritores: menstruação, educação menstrual, dignidade menstrual e interseccionalidade, em cinco bases de dados, sendo elas: 1) o banco de dissertação da UNITAU, 2) a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), 3) a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), 4) o DEDALUS – Banco de Dados bibliográficos da USP e 5) SCIELO, em ambas foram selecionadas as publicações dos últimos cinco anos, ou seja, de 2018 a 2023.

Em um panorama abrangente, as primeiras publicações sobre os descritores apontados nas bases de dados das pesquisas consultadas foram relativamente distantes, foi observado que a primeira publicação sobre o descritor menstruação aconteceu, em 1865, já sobre educação menstrual encontrou-se a primeira publicação, em 2001, sobre dignidade menstrual, em 2011, e o descritor interseccionalidade, em 1983, o que aponta como o tema dignidade menstrual e abordagem da menstruação, na educação, são muito recentes.

O Quadro 1 mostra um panorama geral das pesquisas encontradas nas bases de dados selecionadas.

Quadro 1 - Banco de Dados das pesquisas

PANORAMA GERAL DAS PESQUISAS – 2018 a 2023					
DESCRIPTORES	UNITAU	CAPES	BDTD	DEDALUS	SCIELO
Menstruação	0	142	46	38	23
Educação Menstrual	0	36	11	47	0
Dignidade Menstrual	0	13	2	7	0
Interseccionalidade	0	756	928	34	191

Fonte: elaborado pela própria autora.

Muitos dos trabalhos encontrados, nos bancos de dados, estão inseridos dentro da área da saúde, relacionam a menstruação à educação sexual dentro de alguma modalidade esportiva, ou então a alguma doença específica, com intuito de apontar pesquisas sobre tratamentos e controle de tais doenças, foram encontrados temas como a menstruação para a prática de atividade física, menstruação e o tratamento de endometriose, miomas e amenorreia, o que por fim não foi relevante para a pesquisa.

Outro fator relevante observado é o número de pesquisas publicadas sobre os temas menstruação, educação menstrual e dignidade menstrual, serem muito menores em relação ao tema interseccionalidade, que, em sua maioria, aborda diversos marcadores sociais, mas não relacionados à menstruação.

Não foram encontradas publicações que se referiam à importância da dignidade menstrual, como também pesquisas com dados para o levantamento de hipóteses e análises.

2.2 Menstruação e dignidade menstrual

A menstruação é um “processo natural do corpo da mulher, marca o início da puberdade e é caracterizada pelo sangramento causado pela descamação do útero quando não há fecundação” (BRASIL, 2023).

Ocorre em torno de 3 a 7 dias, durante o mês, desde a primeira menstruação, chamada menarca, até em torno dos 50 anos de idade da vida da pessoa que menstrua, quando se atinge a chamada menopausa, onde se encerra seu ciclo reprodutivo (Ratti, Azzellini, Barrense e Grohmann, 2015).

O ciclo menstrual abrange desde o primeiro dia da menstruação até o início da próxima no mês subsequente, dura em média de 28 dias, mas pode variar entre 21 e 35 dias, passa por três fases, como apontam os autores:

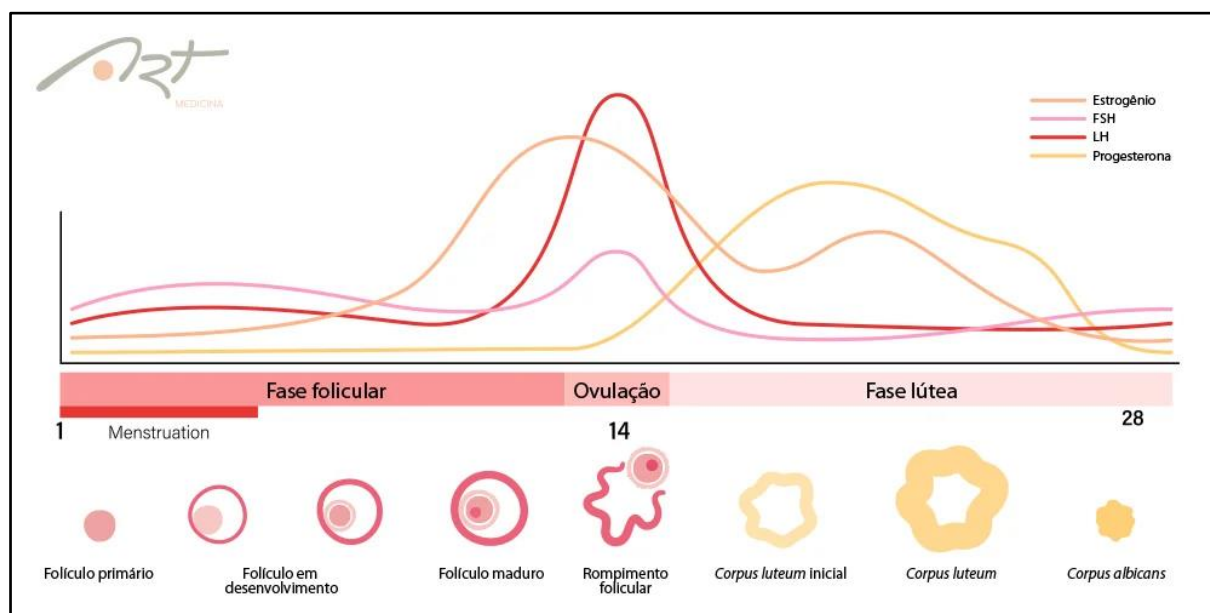
O ciclo menstrual, dura em média, 28 dias, e pode ser dividido em três fases: folicular, ovulatória e lútea. A fase folicular inicia no primeiro dia de menstruação e dura até o nono dia; a fase ovulatória ocorre entre os dias 10 e 14; já a fase lútea inicia no fim da ovulação e dura até o início do fluxo menstrual (Teixeira, *et al.*, 2012).

As fases do ciclo menstrual são regidas pelos hormônios, a fase folicular, que se inicia no primeiro dia do ciclo, ou seja, no primeiro dia da menstruação, é caracterizada por níveis baixos de estrogênio e progesterona, isso leva à produção do hormônio folículo estimulante –

FSH, que atua estimulando os ovários para a produção dos folículos, que são as estruturas que armazenam os óvulos. Com o passar dos dias, os folículos vão se desenvolvendo, e passam a aumentar os níveis de estrogênio, e chega ao seu máximo antes da ovulação, essa fase termina com a produção alta do Hormônio Luteinizante – LH, atingindo a fase da ovulação, em que os folículos estão prontos, e liberam os óvulos dentro do organismo para a fecundação, o estrogênio também auxilia a criar um ambiente adequado e nutritivo para o embrião, aumentando a espessura do endométrio (parede do útero), a ovulação em si dura em torno de 16 a 32 horas apenas, porém o período fértil pode durar dias, devido aos espermatozoides poderem permanecer por dias dentro do canal vaginal. A terceira fase é a fase lútea, em que após a ovulação, o folículo se torna um tecido chamado corpo lúteo, na qual passa a produzir maior progesterona, e esta provoca alterações no endométrio. Quando não há a fecundação, os níveis de estrogênio e progesterona caem, e, então, o endométrio se descama, ocasionando, portanto, a menstruação (Ribeiro, 2021).

A Figura 2 mostra os níveis hormonais, durante as fases do ciclo menstrual, e o desenvolvimentos dos folículos em cada fase.

Figura 2 - Níveis hormonais no ciclo menstrual e o desenvolvimento dos folículos



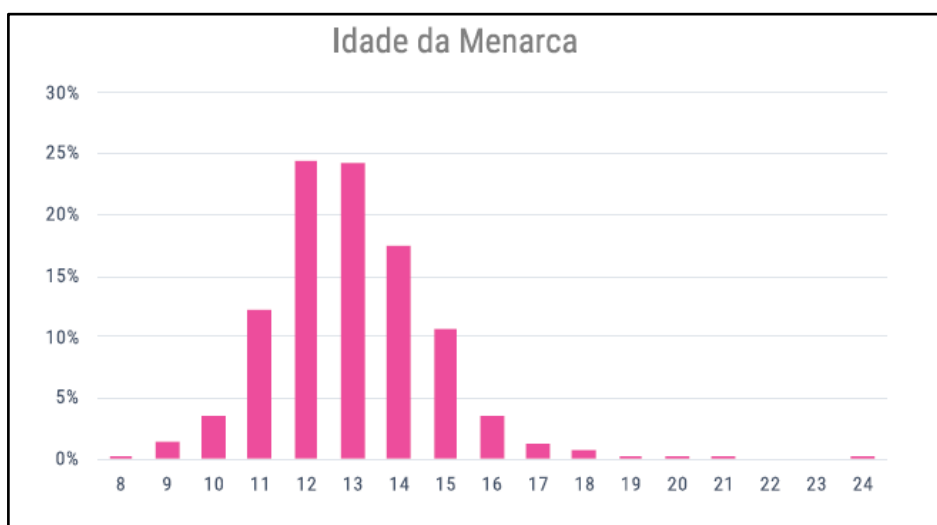
Fonte: Art Medicina, 2025.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico com os níveis de hormônio (estrogênio, FSH, LH e Progesterona) durante um ciclo menstrual de 28 dias, nas três fases: folicular, ovulação e lútea. Abaixo do gráfico, mostra-se o desenvolvimento do folículo durante esse período.

É notória a complexidade da menstruação, envolvendo diversos tipos de hormônios, fases e alterações nos corpos menstruantes, o que requer uma ampla compreensão para a abordagem correta sobre o assunto.

Um estudo do Plano Nacional de Saúde – PNS de 2013, apontou que a média da menarca, no Brasil, ocorre entre 13 anos, e somente 1% da população ocorre após os 18 anos, conforme Figura 3:

Figura 3 - Idade média da menarca no Brasil



Fonte: UNFPA, 2021, p.17.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico com a idade média da menarca, no Brasil, do eixo esquerdo, é mostrada a porcentagem de 0 a 30%, e no eixo abaixo, mostra as idades, de 8 a 24 anos.

Para lidarem de maneira positiva com a menarca, é importante que as pessoas que menstruam sejam orientadas de maneira assertiva sobre o que é a menstruação, seus impactos sociais, as maneiras de se higienizar, e as escolhas perante a ela, a maneira como essa orientação acontece impacta diretamente o modo como essa pessoa vivencia a menstruação, conforme apontam os autores:

A menarca coloca a jovem sob o ponto de vista de objeto erótico, pois na menstruação ocorre uma interação de hormônios, que são responsáveis pelos caracteres sexuais secundários, configurando sua forma exterior de mulher. O modo pelo qual a menina é preparada, pode exercer impacto sobre sua reação à menarca e à visão de si mesma como mulher (Bretas, Tadini, Freitas e Goellner, 2012, p. 251).

Na idade média, como o corpo da mulher era visto como um corpo masculino falho, a menstruação era vista como a ejaculação da mulher, e era interpretada como um dos motivos que levavam à fertilidade.

Pissinati (2016), em sua análise sobre a obra médica *Women's Secrets*, que foi publicada no século XIX, aponta algumas incoerências sobre o corpo feminino na época:

Quando uma mulher tem relações sexuais com um homem ela libera sua menstruação ao mesmo tempo em que o homem libera seu esperma, e as duas sementes entram na vulva simultaneamente e são misturadas e então a mulher concebe (Pseudo-Alberto, 1992 *apud* Pissinati, 2016, p. 4-5).

Nota-se que a obra foi realizada baseada apenas em especulações incoerentes, sem nenhum dado científico concreto:

Alguém pode perguntar por que a menstruação não flui em mulheres grávidas. A resposta é que a menstruação é convertida no interior em alguma coisa, para tanto o texto diz que duas veias vão do útero para os seios, e então o fluxo menstrual é transferido para os seios, onde ele é cozido e adquire a forma de leite, e retorna pelas veias para nutrir o feto no útero da mãe (Pseudo-Alberto, 1992 *apud* Pissinati, 2016, p. 5)

Analizando, historicamente, no séc. XIX, com o avanço dos conhecimentos na obstetrícia, houve também um avanço sobre a compreensão da menstruação, em 1839, o médico Augustin N. Gendrin levantou o questionamento sobre a menstruação ser controlada pela ovulação, mas ainda com poucos dados científicos. Na década de 70, os estudos sobre o ciclo menstrual foram se aprofundando e somente, no século XX, chega-se a resultados mais precisos com relação à menstruação (Rohden, 2001).

Atualmente, é sabido que a menstruação é um fato biológico natural que ocorre em pessoas com ovários, é um “processo natural do corpo da mulher, a menstruação marca o início da puberdade e é caracterizada pelo sangramento causado pela descamação do útero quando não há fecundação” (Brasil, 2023).

Porém, devido ao processo histórico errôneo sobre o corpo feminino e a menstruação, conduziu-se à percepção de ser algo negativo, como um mal da mulher, podendo ser considerado em diversos momentos como sujo e incômodo (Bretas, Tadini, Freitas e Goellner, 2012).

Ao ver o corpo feminino como algo sujo e inferior ao corpo masculino, geraram-se também muitas ideias e paradigmas a respeito da menstruação, e principalmente os então denominados “tabus”, que para o dicionário Aurélio, o tabu significa: “instituição religiosa que,

atribuindo caráter sagrado a um objeto ou a um ser, proíbe qualquer contato com eles e até mesmo referência a eles” (Aurélio, 2023).

Os autores ainda complementam:

A menstruação não é simplesmente um processo fisiológico, mas está ligado a variáveis psicológicas sociais e culturais. Como todas as mulheres menstruam, elas estão sujeitas aos mesmos tabus culturais de restrição, segregação e discriminação. Contudo, a mulher individualmente é capaz de diferenciar cada sangramento nas dimensões de quantidade, duração e forma, o qual ocorre num certo intervalo de tempo e regularidade. (Takagi, Bezerra e Shinohara, 1994, p. 196).

E por mais avançada que esteja a medicina atualmente, ainda, em muitos países e regiões pelo mundo, os tabus ainda permanecem em torno da menstruação.

Na Índia, por exemplo, a visão negativa sobre a menstruação é muito forte, e pregam a seguinte visão:

[...] nesse período, as mulheres ficam imundas, doentes, impuras e até mesmo amaldiçoadas. Durante esses dias, as mulheres têm permissão vetada de sentarem à mesa, entrarem em templos, cozinhare e fazerem visitas às casas alheias. O fundamento seria de que, por exemplo, se a mulher cozinhasse, contaminaria a comida daqueles que fossem comer, afinal, eles acreditam que o período menstrual é um ciclo de limpeza de tudo o que há de pior e mais impuro dentro da mulher. As comunidades até mesmo aconselham as mulheres a não tomarem banho nesse período e acreditam que elas ficam anêmicas no mesmo (Coggo, 2020, p. 1).

No Islam, as restrições, durante o período menstrual, também são severas:

O contato com o período menstrual e, portanto, com o período de “impureza” da mulher também não é permitido. É importante destacar que o período menstrual da mulher no Islam é um momento de suspensão de todas as suas práticas religiosas (oração, jejum, sexo) (Barbosa e Paiva, 2017, p. 205).

Mesmo em países desenvolvidos, ainda se nota um tabu enraizado socialmente, um dos marcos de tal fato é a utilização do termo “estar de chicho” ao se referir ao estar menstruada. Tal termo se refere aos porcos, ao chiqueiro, ou seja, algo sujo (Ernandes, 2018).

A falta de acesso à informação, como também a itens de higiene pessoal e menstrual, é chamada de pobreza menstrual, que pode ser definida como:

[...] a pobreza menstrual se refere a inúmeros desafios de acesso a direitos e insumos de saúde. Estes desafios representam, para meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam, acesso desigual a direitos e oportunidades, o que contribui para retroalimentar ciclos transgeracionais de

inequidades de gênero, raça, classe social, além de impactar negativamente a trajetória educacional e profissional (UNFPA, 2021, p. 4).

Os autores ainda complementam que a pobreza menstrual é um fenômeno complexo, abrangendo conceitos transdisciplinares e multidimensionais, para que as meninas e mulheres tenham a capacidade de passar pela menstruação (Gonçalves, *et al*, 2023).

De acordo com os autores:

A falta de acesso a itens como absorventes está intrinsecamente ligada à questão financeira, uma vez que, uma pessoa gasta em média 6 mil reais durante toda sua vida fértil, além de absorventes serem taxados em 27,5%, um valor superior a tributação de itens não essenciais, isso expõe todo o tabu acerca da menstruação (Dantas, Labanca e Martin, 2021).

Não ter acesso a itens de higiene menstrual, como absorventes, está diretamente relacionado à falta de renda, os absorventes são taxados. no Brasil. com impostos como itens de beleza, e não como de higiene, sendo assim o imposto que recai sobre os produtos menstruais são caros, dificultando o acesso a esses itens.

Ao abordar sobre dignidade menstrual, são diversos os fatores que precisam ser considerados, além de vencer a pobreza menstrual, é preciso promover conscientização, esclarecer sobre direitos e acessos, como aponta a UNFPA:

Além das questões econômicas, garantir a dignidade menstrual vai ao encontro da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo também uma maneira de assegurar o direito à autonomia corporal e à autodeterminação para as meninas, meninos trans e pessoas não binárias que menstruam. [...] Não é possível pensar em direitos menstruais sem considerar as múltiplas realidades no Brasil. É preciso uma abordagem interseccional da questão, considerando diversidades raciais e territoriais, entre outras, a fim de enfrentar o problema e elaborar soluções adequadas. Não estamos tratando de categorias homogêneas e a visibilidade da interação entre distintos marcadores evidencia uma profunda desigualdade no acesso às condições mínimas para o cuidado menstrual (UNFPA, 2021, p. 5).

A ONU marcou o dia 28 de maio como Dia Internacional da Dignidade Menstrual, a data foi nomeada devido à média da menstruação durar 5 dias, sendo o 5º mês do ano e os 28 dias que duram o ciclo menstrual em média. A data visa marcar a importância da busca pela Dignidade Menstrual.

É importante a compreensão de que o corpo feminino e a menstruação passaram por diversas rotulagens e aceitações sociais, e a compreensão desses contextos gera autoconhecimento e dignidade sobre os corpos que menstruam, como também a inclusão.

Adiante, será apresentada uma abordagem interseccional sobre o tema dignidade menstrual.

2.3 Dignidade menstrual sob uma abordagem interseccional

Nesta seção, serão analisados quatro marcadores sociais relevantes para a promoção da dignidade menstrual, sendo eles: a) mulheres, a partir dos conceitos sobre o corpo feminino em sua construção histórica; b) igualdade de gênero, abordando os aspectos da menstruação para homens transgêneros, c) pessoas com deficiência, abordando os desafios encontrados em relação à menstruação e d) vulnerabilidade social, enfatizando os aspectos da pobreza menstrual e seus impactos sociais.

As mulheres tiveram sua sexualidade negada, sendo compreendidas inicialmente, na história, como o sexo inferior ao sexo masculino, e sendo submetidas a experiências para dominação de sua sexualidade e feminilidade, sobretudo as mulheres negras escravizadas. Podemos perceber aqui um racismo em relação à mulher, fruto do processo de colonialidade, como aponta Martins (2004, p. 33):

O racismo parte da constatação de que os grupos humanos são diferenciados fisicamente; assim como nas espécies animais, havia características físicas distintas nos humanos, como nas raças. A princípio, as diferenças físicas eram apenas um dado, só que, para os naturalistas, presos ao materialismo e ao determinismo, o físico tinha uma relação fundamental com a moral, uma relação de determinação, como havia entre sexo e gênero.

Ao pensarmos também sobre identidade de gênero, podemos analisar a falta de reconhecimento, ou seja, a invisibilidade das pessoas transgêneros na sociedade atual. O Brasil é o país onde ocorre o maior número de assassinatos a pessoas transgêneros, no mundo, de acordo com uma pesquisa realizada, em 2022, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, o que pode ser comprovado como um processo de exclusão social, como aponta Sawaia (1999, p. 25):

A exclusão contemporânea é diferente das formas exigentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidade de inserção.

Pensando nas pessoas com deficiência, são diversos os fatores que podem influenciar e interferir na busca pela dignidade menstrual, como a falta de acessibilidade, o preconceito e a falta de informação.

No ambiente escolar, tais fatores podem ser ainda mais agravados, considerando que nem todas as escolas possuem acessibilidade adequada e que pessoas com deficiência podem necessitar de cuidados de higiene mais amplos, e as informações e o acolhimento para as pessoas com deficiência podem ser mais dificultados, conforme aponta a autora:

A discriminação pode ocorrer diretamente quando, por exemplo, uma escola se recusa a admitir uma menina com deficiência que não consegue gerir a menstruação sem ajuda. A discriminação indireta pode ocorrer quando uma escola não recusa a entrada, mas não fornece instalações ou apoio às meninas com deficiência (Basso, 2020, p. 80).

Compreendendo o universo sobre a vulnerabilidade social, em que Cater (2022) afirma: “o conceito de vulnerabilidade social visa contemplar as situações de pobreza sob a perspectiva da política social, tendo como base: noções de necessidades básicas insatisfeitas, pobreza multidimensional e desenvolvimento humano”, fazendo portanto uma relação com a educação menstrual, podemos compreender como isso interfere diretamente na vida das pessoas que menstruam, conforme apontado no relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 2021.

Quando não há acesso adequado aos produtos de higiene menstrual, é amplamente reportado por diversas pesquisas em várias regiões do mundo que meninas e mulheres fazem uso de soluções improvisadas para conter o sangramento menstrual com pedaços de pano usados, roupas velhas, jornal e até miolo de pão. Outra face do problema, para além dos meios improvisados, diz respeito à situação em que meninas e mulheres não conseguem realizar de três a seis trocas diárias de absorventes, conforme a indicação de ginecologistas, permanecendo com o mesmo absorvente por muitas horas [...].

Analisando tais marcadores sociais, podemos compreender a interseccionalidade a partir da definição de Kimberlé Crenshaw (2017): (FALTOU A PÁGINA)

A interseccionalidade é uma lente através da qual você pode ver onde o poder surge e colide, onde se interliga e se cruza. Não se trata simplesmente de um problema racial aqui, um problema de gênero aqui e um problema de classe ou LGBTQIA+ ali. Muitas vezes, essa estrutura apaga o que acontece com as pessoas que estão sujeitas a todas essas coisas.

Enfatizando a definição acima apresentada, a autora aponta:

Em termos simples, a interseccionalidade é a interação entre dois ou mais fatores sociais que definem uma pessoa. Questões de identidade como gênero, etnia, raça, localização geográfica ou mesmo idade não afetam uma pessoa separadamente. Ao contrário: combinam-se de diferentes formas, gerando diversas desigualdades (ou vantagens) (Bellagamba, 2022).

Sendo assim, podemos compreender que ser mulher, ou homem transgênero, ou uma pessoa com deficiência, em situação de vulnerabilidade social, são relevantes marcadores sociais, e a intersecção desses marcadores se faz necessária para a promoção da dignidade menstrual para a população em geral, como será apresentado com maior profundidade a seguir.

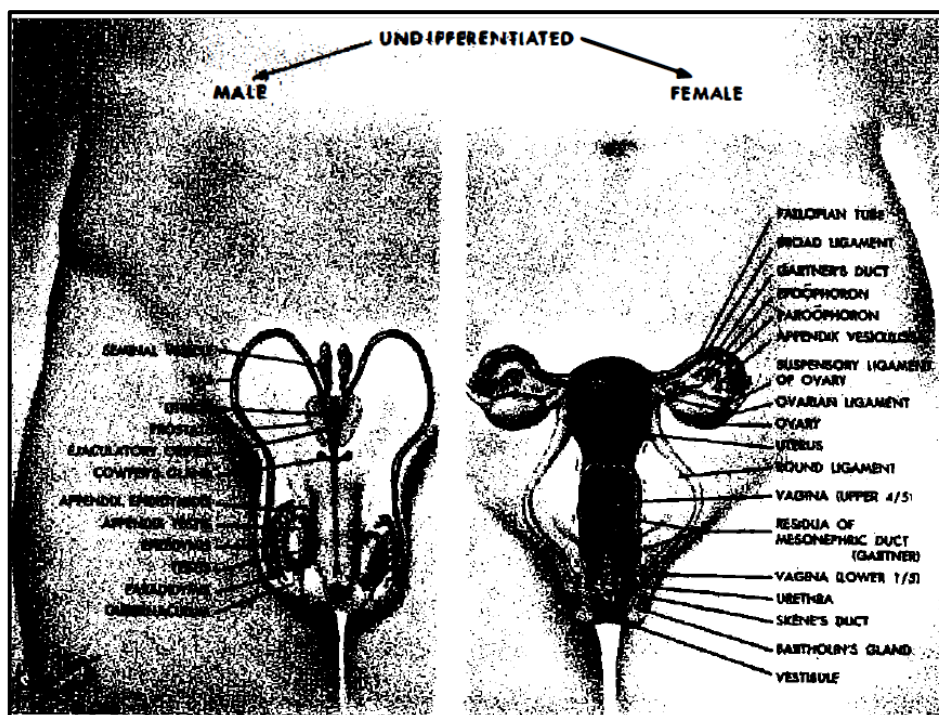
2.3.1 O corpo feminino em sua construção histórica

Historicamente, os estudos sobre o corpo humano passaram por diversas mudanças e evoluções, principalmente com relação à sexualidade e aos gêneros.

Até o século XIII, os sexos masculinos e femininos eram vistos como um único sexo, porém o sexo feminino era compreendido como um corpo masculino incompleto, o corpo masculino que não conseguiu se desenvolver o suficiente por falta de calor, na gestação, ou seja, uma falha em relação ao sexo masculino, os órgãos femininos, como o caso dos ovários, não possuíam nem ao menos um nome até então, como aponta o autor: “nesse mundo a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (Laqueur, 2001, p. 16).

Muitos equívocos foram levantados a respeito do corpo humano, principalmente em relação à sexualidade, acreditava-se que o leite gerado pela mãe ao ter uma gestação era a menstruação, que, no caso, era vista como excesso de resíduos de alimentos que o corpo expelia, o qual era direcionado para o seio para alimentar o filho. Acreditou-se, também, que as mulheres apenas eram capazes de conceber se atingissem ao orgasmo, porém, no século XVII, esse pensamento foi desmistificado, levando o prazer da mulher se tornar totalmente irrelevante no ato sexual (Laqueur, 2001).

Figura 4 – Semelhanças defendidas entre os órgãos genitais



Fonte: Laqueur, 2001, p. 113.

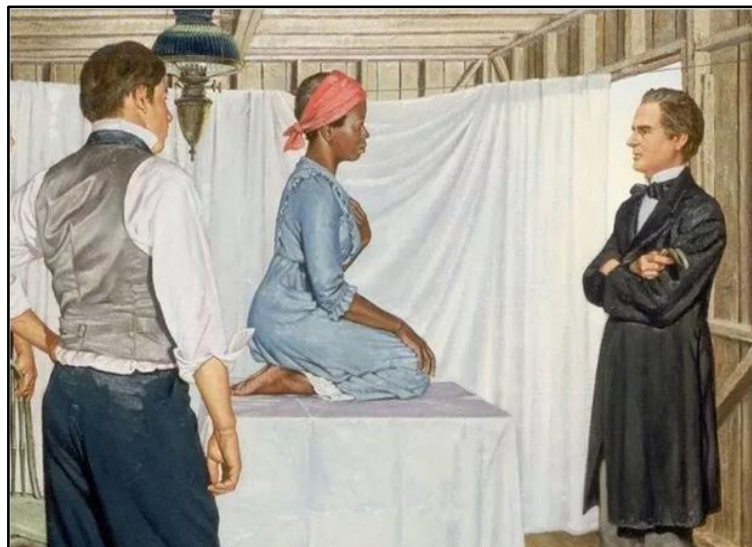
#paratodosverem: Uma imagem mostrando parte pélvica, à esquerda do homem e à direita da mulher, em que todos os órgãos masculinos: pênis, escroto e prepúcio são assemelhados com a vagina, ovários e vulva.

A Figura 4 mostra uma representação médica, defendendo as semelhanças entre os órgãos genitais masculinos e femininos da época.

Dentro dessa perspectiva, havia a curiosidade de compreender o porquê diferentemente dos homens, as mulheres menstruavam e concebiam, e, ao longo da história, muitas mulheres foram submetidas a diversos experimentos físicos para compreensão do funcionamento do seu corpo e busca pela distinção entre o corpo feminino e masculino, principalmente em mulheres negras escravizadas, exemplo como sobre a escravizada Anarcha Westcott, que foi submetida a diversos procedimentos ginecológicos sem anestesia pelo médico J. Marion Sims, e outros diversos médicos brancos, no ano de 1820, o que na época foi considerado um grande marco científico para a sociedade (Fidalgo, 2021).

Na época do Brasil Colônia, muitas mulheres negras escravizadas sofreram estupros e tiveram filhos vendidos no próprio útero como mercadorias (Vomero e Nery, 2023).

Figura 5 - Experimento com mulheres negras escravizadas



Fonte: Fidalgo, 2021.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando uma mulher negra escravizada sentada sob as pernas em cima de uma mesa, sendo observada por dois homens, ao fundo a sala parece coberta com um tecido branco estendido.

A partir de 1800, passou-se a diferenciar os órgãos masculinos e femininos, porém a partir de embasamentos não tanto científicos, como aponta o autor:

Os médicos diziam ser capazes de identificar “os aspectos essenciais que pertencem a ela, que servem para distingui-la, que fazem com que ela seja o que é”. [...] Todas as partes do corpo dela apresentam as mesmas diferenças todas expressam a mulher; a sobrancelha, o nariz, os olhos, a boca, as orelhas, o queixo, as faces. Se olharmos para dentro, e com a ajuda de bisturi, veremos nos órgãos tecidos e fibras que encontramos por todo lado... a mesma diferença (Laqueur, 2001, p. 17).

Essa diferenciação entre os órgãos sexuais, como também o controle dos atos sexuais a partir do século XVII, trouxe para a sociedade ocidental uma nova perspectiva de relações, nas quais o sexo se tornou um ponto de poder, em que se instaurou uma repressão sobre o sexo, conforme afirma:

Seria o início de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados. Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira

demasiado sensível. Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura (Foucault, 1999, p. 21).

Houve, a partir de então, uma perversa proibição do sexo, em que as práticas sexuais eram regidas por meio de três grandes códigos políticos: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Mas tal proibição incitou o prazer em tal jogo de dominação, conforme aponta o autor:

O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer o poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo (Foucault, 1999, p. 45).

Tal dominação foi ainda mais rigorosa sobre o corpo da mulher, acentuada pelo patriarcado, conforme aponta Laqueur (2001, p.30):

Essa “carne única”, a construção de um corpo de sexo único com suas diferentes versões atribuídas a pelo menos dois gêneros, foi estrutura da Antiguidade para valorizar a afirmação extraordinariamente cultural do patriarcado, do pai, diante da afirmação mais sensorialmente evidente da mãe. A questão do modelo clássico não é o que ele afirma explicitamente – por que a mulher? – mas a questão mais problemática – por que o homem?

Aprofundando no conceito sobre patriarcado, a autora afirma:

Patriarcado, então, é poder político, ou melhor, uma forma de poder enraizada e estruturada de maneira que homens tomem posse dos corpos femininos. É, principalmente, poder político que restringe as liberdades e direitos das mulheres. É dado aos homens o direito de explorar, dominar e oprimir os corpos e as vidas das mulheres (Silva, 2019, p. 18).

A chegada do cristianismo e do patriarcado mantiveram uma visão negativa sobre a mulher, que perduram até a atualidade: “acreditava-se que o pecado entrou no mundo por meio da mulher e de sua sexualidade. A carnalidade feminina fora temida por aquela sociedade. Seu corpo, sempre relacionado aos prazeres da carne, era visto de forma negativa” (Pissinati, 2016, p. 7).

Ao pensarmos neste “pecado”, um dos mais temidos se refere à virgindade, que historicamente diz muito a respeito da tentativa de dominação do corpo feminino, em que apenas as mulheres precisavam se manter virgens até o casamento, e como essa atitude carregava consigo um peso social muito elevado, conforme aponta a autora Beauvoir, em seu livro *o Segundo Sexo*, retratando a situação de década da publicação do livro, mas que remete muito aos dias atuais:

A virgindade é tão valorizada em muitos meios que perdê-la fora do casamento legítimo parece um verdadeiro desastre. A jovem que cede por fraqueza ou surpresa pensa que se acha desonrada. A “noite de núpcias”, que entrega a virgem a um homem que em geral ela não escolheu realmente, e que pretende resumir em algumas horas – ou instantes – toda a iniciação sexual – não é tampouco uma experiência fácil. De uma maneira geral, toda “passagem” é angustiante por causa de seu caráter definitivo, irreversível: tornar-se mulher é romper sem apelo com o passado[...] (Beauvoir, 1970, p. 118).

No Brasil, no Código Civil de 1916, o inciso IV previa que a mulher cuja noite de núpcias não fosse comprovada como virgem, o marido tinha o direito de anular o casamento, e a mulher deveria ser punida com pena corporal e pecuniária, e o marido poderia solicitar indenização ao pai da ultrajada. Somente, em 2002, esse inciso foi anulado, considerando que, pela Constituição Federal, homens e mulheres são iguais perante a sociedade e os direitos e deveres da sociedade devem ser conduzidos de maneira igualitária (Brasil, 2002).

A autora Pateman (1993) aborda sobre a era do Contratualismo, iniciado com a Revolução Francesa, no século XVII, quando a sociedade civil ocidental passou a ser organizada por meio dos contratos sociais, de trabalho, de propriedade e até mesmo do casamento. O contrato social era compreendido como sendo da esfera pública da liberdade civil; e o contrato matrimonial sendo da esfera privada. Nessa sociedade, o único contrato no qual a mulher possuía direito era o contrato matrimonial, pois a mulher até então não era considerada como indivíduo dentro da sociedade, a autora intitula essa organização social como contrato sexual, devido ao fato de as mulheres não terem o direito de liberdade de escolha ou de opinião sobre tal contrato, tendo sua vida, suas ações e sua sexualidade controladas pelos homens, cuja única profissão permitida às mulheres era a prostituição, conforme argumenta:

O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um aceso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (Pateman, 1993, p. 17).

Aqui a autora também dialoga com a importância dada ao ato sexual e à virgindade das mulheres, em que somente pelo ato sexual, o casamento era de fato validado, desconsiderando as assinaturas de ambas as partes (Pateman, 1993).

O contrato matrimonial apenas concedeu direito às mulheres de pertencimento a essa organização social porque remete também a um tipo de contrato de trabalho, em que os homens possuíam necessidades como satisfação sexual, de procriação e de domésticas para cuidarem de suas casas, portanto as esposas, de certa maneira, trabalhavam para seus maridos. Tal contrato se assemelha a um contrato de escravidão, em que as mulheres estão em posição de subordinação a seus maridos e aos homens de uma maneira geral. No próprio contrato matrimonial, permitia-se que as esposas fossem inclusive estupradas por seus maridos, conforme aponta a autora: “o marido não pode ser acusado de estupro cometido contra sua esposa legal, por causa de seu acordo e contrato matrimonial comum em que a esposa abriu mão de si mesma neste aspecto em favor de seu marido, o qual ela não pode revogar” (Pateman, 1993, p. 185).

Como, na esfera pública, os homens dominaram a sociedade a partir de então, eles também ocuparam posições sociais e políticas cujas mulheres não podiam competir, promovendo tal favorecimento histórico em favor do sexo masculino. O próprio falocentrismo, até hoje, é utilizado, e é um exemplo de favorecimento masculino, basta haver apenas um homem no contexto e o sujeito se torna masculino, se torna sobre “eles”, ou “todos” (Butler, 2003).

A autora ainda argumenta sobre a intenção de manter as mulheres apenas em posição de submissão na sociedade na época:

Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto da sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos (Beauvoir, 1970, p. 30).

O autor argumenta que até o século XVII, o sexo era visto apenas como um epifenômeno, ou seja, produto acidental da condição humana, porém o gênero já possuía uma importância social, pois justificava o poder e o domínio nas relações sociais, a posição social e seu papel, o que foi enfatizado pelo Iluminismo, e sempre tendo o sexo masculino em posição de poder (Laqueur, 2021).

Desde o século XVI, iniciaram as primeiras tentativas de regulamentação da atividade da obstetrícia, sendo que a partir dela foram se desenvolvendo as atividades da ginecologia, a qual passou a ser considerada especialidade médica somente a partir do século XIX (Rohden, 2001).

Tal especialidade trouxe o avanço do conceito sobre a distinção entre o sexo masculino e o feminino, mas tal distinção não ocorreu somente devido aos avanços médicos, mas também com o intuito de dominação da mulher.

Nem sempre os médicos se interessaram tanto em descrever minuciosamente as características particulares de homens e mulheres. E o seu conhecimento fisiológico e anatômico do corpo feminino teria ficado mais subordinado à especulação do que à observação, fenômeno agravado pelo fato de que durante muito tempo o corpo das mulheres ficara interdito aos médicos homens (Rohden, 2001, p. 57).

O autor ainda complementa que a ginecologia, e tudo o que engloba a sexualidade e a reprodução da mulher foram construídos embasados na percepção de diferença entre homens e mulheres, porém nada há de semelhante no que tange ao masculino, apenas partiam do ponto de que a mulher se diferenciava do homem (Rohden, 2001).

De acordo com Martins (2004 *apud* Vomero e Nery, 2023, p. 2):

No período moderno, a feminilidade fora definida pelo útero e pelos ovários, no entanto, eram realizadas cirurgias para a retirada destes órgãos para o tratamento de disfunções fisiológicas, como a cura de inúmeras patologias de etiologia sexual. Essa ação médica chocava-se com a função e visão social e orgânica da mulher na época, já que com a retirada dos ovários a mulher perderia a capacidade de reprodução e, por conseguinte, sua feminilidade.

Além dos úteros e dos ovários, outro órgão importante das mulheres é o clitóris, principal responsável para a satisfação sexual da mulher, ou seja, pelo bem-estar da mulher, em muitos países se pratica a Mutilação Genital Feminina – MGF, em que se retira parte ou totalmente o clitóris e partes dos lábios genitais. Um dos argumentos para tal absurdo é para o controle da sexualidade da mulher, praticado atualmente em cerca de 30 países, o procedimento gera risco de morte, pode causar dores severas e diversas outras complicações, inclusive a infertilidade, além de violar os direitos humanos das mulheres e das crianças, conforme aponta a ONU (2019):

Existem quatro tipos de MGF: o tipo I, também chamado de clitoridectomia, envolve a retirada total ou parcial do clitóris e/ou prepúcio; O tipo II, também conhecido como excisão, é a retirada total ou parcial do clitóris e dos pequenos

lábios; O tipo III, também chamado de infibulação, é o estreitamento do orifício vaginal. A redução é feita através de um corte e do reposicionamento dos pequenos lábios e/ou grandes lábios. Mais tarde na vida, mulheres infibuladas podem ter os orifícios vaginais cortados na noite de núpcias e/ou antes do parto; O tipo IV, é qualquer outro procedimento prejudicial para a genitália feminina por razões não médicas como perfuração, incisão, raspagem ou cauterização.

O Fundo de População das Nações Unidas estima que, entre 2015 até 2030, cerca de 68 milhões de meninas serão submetidas a MGF. Em 06 de fevereiro de 2018, foi instituído o Dia Internacional da Tolerância Zero para Mutilação Genital Feminina para o combate à prática (UNFPA, 2019).

A medicina transformou eventos fisiológicos em doenças, e passou a ser considerada uma das ideologias sexistas culturalmente mais poderosas. Tal “doencificação” passou a tratar a gravidez e a menopausa como doenças, a menstruação como distúrbio e o parto em evento cirúrgico, e como tratamento é sugerida a medicalização desses corpos, por meio de remédios para o controle de natalidade, ou até mesmo intervenções cirúrgicas como a retirada do útero e ovários, para a diminuição de desconfortos e para a prevenção de doenças, de acordo com Ehrenreich e English (1973 *apud* Vieira, 2008, p. 24-25).

A medicalização do corpo feminino, com o desenvolvimento técnico da medicina, permite a formação e manutenção da sociedade em relação as questões de saúde que envolvem a reprodução humana, ao elaborar ideias que, através de uma racionalidade moderna e científica, visam ao entendimento e consequentemente intervenção nesse corpo como estratégia social (Vieira, 2008, p. 24).

Os autores argumentam sobre a alternativa para o impedimento da permanência das visões negativas com relação ao corpo da mulher e à menstruação:

Portanto, o caminho seria desnaturalizar a doença e a falta de espontaneidade para descolonizar esse corpo e favorecê-lo à exposição máxima à saúde. Para descolonizar a menstruação, o sangramento deveria passar a ser compreendido como mais um dos fluidos produzidos pelo corpo, assim como a urina, a lágrima, o gozo, o suor, e não como doença, algo ruim e doloroso, a ponto de se considerar a menarca como momento inicial de necessário tratamento medicamentoso (Vomero e Nery, 2023, p. 3).

Abrangendo a medicalização do corpo da mulher, faz-se necessária a compreensão sobre a medicalização hormonal, pelo uso dos anticoncepcionais, criados, na década de 1960, tratou-se de um grande avanço para a humanidade, o controle da natalidade, possibilitou a formação e a manutenção da sociedade, como aponta Vieira (2008).

Tal medicação também concedeu às mulheres poder de escolha, pois podiam optar em ser mães ou não, o que antes ficava a critério somente dos homens, com também incentivou a liberdade sexual das mulheres, porém essa liberdade que fora almejada por tantos séculos, ainda encontra arestas nas relações sociais entre homens e mulheres, devido ao machismo estrutural (Beauvior, 1970).

Devido ao processo histórico de inferiorização e à tentativa de dominação do corpo feminino, o autor afirma: “o leitor moderno deve estar sempre consciente de que recontar a história da interpretação do corpo da mulher não é conceder ao corpo do homem a autoridade que ele implicitamente reivindica. Muito pelo contrário” (Rohden, 2001, p. 33).

As afirmações e as definições apresentadas até o presente momento mostram que o ser masculino sempre objetificou o feminino, e tal objetificação colocou as mulheres em posições desiguais perante a sociedade. Partindo dessa afirmação, podemos compreender o machismo estrutural, que se encontra na estrutura social secular da sociedade, em que as mulheres sempre foram vistas em posição de subordinação, tal dualidade se relaciona inclusive com a violência contra as mulheres (Machado, 2001).

No Brasil, a cada 6 horas, uma mulher morre vítima de feminicídio, em 2024 o índice de feminicídio caiu 5%, foram registrados 1.463 feminicídios, mais de 60% dessas mulheres eram negras, e somente 28% dessas solicitaram medidas protetivas. O Governo Federal vem investindo em ações de combate à violência contra a mulher, pela promoção de grupos de reflexão para homens agressores, e trabalhos em escolas públicas. O Ministério Público também criou a cartilha digital “Namoro Legal” para conscientização sobre relacionamentos abusivos, porém os números ainda são altos, e mesmo a mortalidade tendo diminuído, as tentativas de feminicídio aumentaram 56%, sendo necessárias maiores ações para o combate (Assembleia Legislativa, 2024).

Tais dados comprovam a afirmação da autora:

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero (Minayo, 2005, p. 23).

Certamente, visando a uma reparação histórica, dentre as metas da ONU – Organização das Nações Unidas para o alcance de um mundo melhor, mais justo e livre de desigualdades

sociais, está a 5ª meta do ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, que propõe: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2023).

De acordo com a ONU (2017), o empoderamento feminino ressalta que :

Os Princípios de Empoderamento das Mulheres fornecem um conjunto de considerações que ajudam o setor privado a se concentrar nos elementos-chave para a promoção da igualdade entre homens e mulheres no local de trabalho, no mercado e na comunidade.

Empoderar as mulheres significa devolver poder às mulheres de controlar seus corpos e suas escolhas, o que, durante séculos, foi retirado de seu domínio, conforme já apresentado nesta pesquisa até o momento.

Compreender que as relações de poder sobre a mulher sempre as fizeram permanecer em situação de desigualdade, na sociedade, como apresentado, faz com que possamos compreender a necessidade do empoderamento feminino.

Diante disso, é possível compreender como as mulheres foram extremamente negligenciadas ao longo da história, incluindo seus processos físicos, biológicos e sociais. Porém, ver a mulher, na sociedade, significa compreender que ser mulher vai além da definição do corpo, como apresenta Laqueur (2001, p. 32):

Em outras palavras, a afirmação de que a mulher é o que é em razão do seu útero não é nem mais nem menos verdadeira que a afirmação subsequente de que ela é o que é em razão de seus ovários. Outras evidências não refutarão nem confirmarão esses pronunciamentos obviamente absurdos, pois não estão em risco questões biológicas sobre os efeitos do orgasmo ou hormônios mas as questões culturais e políticas com relação a natureza da mulher.

O autor apresenta um argumento importante sobre a definição de sexo e gênero:

Porém desejo mostrar, com base em evidência histórica, que quase tudo o que se queira dizer sobre sexo – e qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder (Laqueur, 2001, p. 23).

De acordo com as afirmações apresentadas até o momento, é possível compreender que a definição de sexo e de gênero são temas que devem ser analisados de maneira ampla, por se tratar de definições complexas, em muitos casos, são subjugados por um preconceito estrutural, na sociedade, por falta de conhecimento aprofundado sobre o assunto.

2.3.2 Igualdade de gênero

Quando pensamos em sexo e em gênero, é necessário trazer à luz a compreensão de que o gênero está diretamente relacionado à identidade, e envolve diversas intersecções como aponta a autora:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação multiplica do sexo (Butler, 2003, p. 24).

Não é conclusivo definir as questões de sexo e de gênero baseados apenas na biologia do indivíduo, tal dualidade entre masculino e feminino requer contextualizar uma série de fatores, se pensarmos nos casos dos hermafroditas ou nas próprias células que se reproduzem sem opostos de masculino e feminino (Beauvoir, 1970).

É importante compreender que a definição sobre o corpo feminino e masculino vai muito além do sexo, conforme afirmam os autores: “a mulher não deixa de ser mulher pela retirada de seus ovários, assim como as mulheres não são necessariamente mulheres por possuírem ovários e útero” (Vomero e Nery, 2023, p. 3).

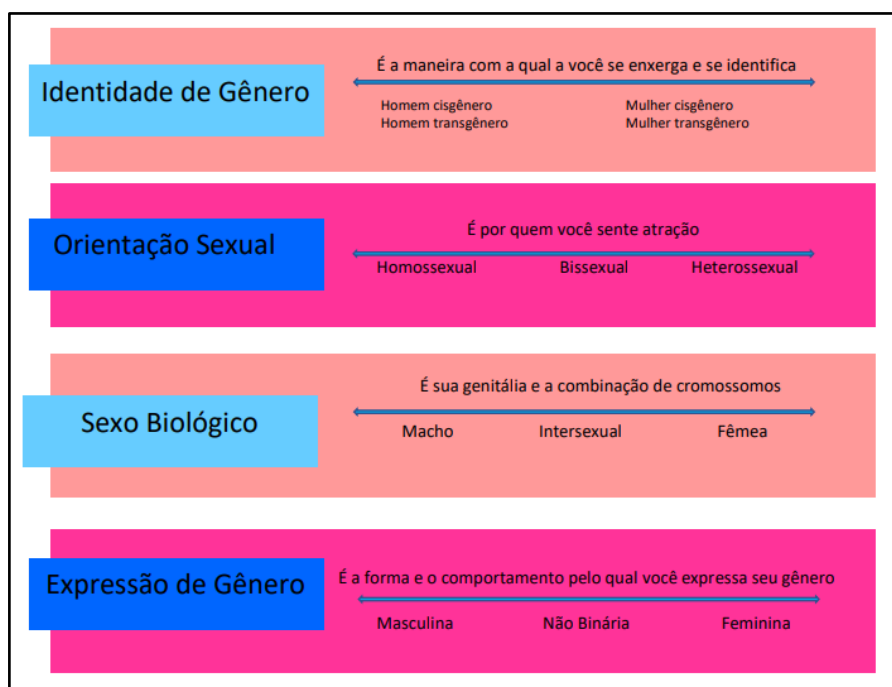
A autora Butler (2003) aponta que, para compreender as categorias fundamentais do sexo, gênero e desejo, é necessário recorrer a uma investigação crítica chamada genealogia, criada por Nietzsche e reformulada por Foucault, na qual não se busca a origem do gênero apenas no desejo sexual feminino, mas busca investigar as questões políticas, identificando a origem e causa da identidade, que são construídas por instituições, práticas e discursos, que têm suas origens diversas e difusas. Portanto, é necessário centrar-se e descentrar-se em tais instituições definidoras: a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo, como argumenta:

A genealogia toma como foco o gênero e a análise relacional por ele sugerida precisamente porque o “feminino” já não parece mais uma noção estável, sendo seu significado tão problemático e errático quanto o de “mulher”, e porque ambos os termos ganham significado problemático apenas como termos relacionais. Além disso, já não está claro que a teoria feminista tenha que tentar resolver as questões de identidade primária para dar continuidade à tarefa política. Em vez disso, devemos nos perguntar que possibilidades políticas são consequências de uma crítica radical das categorias de identidade? Que formas novas de políticas surgem quando a noção de identidade como base comum já não restringe o discurso sobre políticas feministas? E até que ponto o esforço para localizar uma identidade comum

como fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e as normas políticas da própria identidade? (Butler, 2003, p. 9).

A Figura 6 ilustra as definições sobre os quatro elementos da sexualidade humana, sendo eles: a) identidade de gênero, b) orientação sexual, c) sexo biológico e d) expressão de gênero:

Figura 6 – Ilustração sobre expressão de gênero



Fonte: Basso, 2020, p. 17.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando os quatro elementos da sexualidade humana: identidade de gênero, orientação sexual, sexo biológico e expressão de gênero, e suas definições, que serão apresentadas detalhadamente no Quadro 2.

A partir das definições apresentadas, o Quadro 2 apresentará alguns exemplos das sexualidades abordadas.

Quadro 2 - Exemplos dos quatro elementos da sexualidade

IDENTIDADE DE GÊNERO (maneira com a qual você se considera e se identifica)

Definição	Exemplo
Homem cisgênero	Homem que nasce com o sexo biológico masculino, e se identifica como homem.
Mulher Cisgênero	Mulher que nasce com o sexo biológico feminino, e se identifica como mulher.

Homem Transgênero (inclui transexuais, travestis, e não-binários)	Homem que nasceu com o sexo biológico feminino, mas se identifica como homem, não necessariamente a pessoa precisa ter realizado uma cirurgia de redesignação de sexo.
Mulher Transgênero (transexuais e não-binários)	Mulher que nasceu com o sexo biológico masculino, mas se identifica como mulher, não necessariamente a pessoa precisa ter realizado uma cirurgia de redesignação de sexo.

ORIENTAÇÃO SEXUAL (é por quem você sente atração)

Definição	Exemplo
Homossexual	É quando a pessoa sente atração por pessoas do mesmo sexo que ela (no caso de um homem que sente atração por outro homem, ou de uma mulher que sente atração por outra mulher, que também pode ser chamada de Lésbica).
Bissexual	É quando a pessoa sente atração por ambos os sexos, masculinos e femininos.
Heterossexual	É quando a pessoa sente atração pelo sexo oposto ao seu biológico.

SEXO BIOLÓGICO (é a sua genitália ou a combinação de cromossomos)

Definição	Exemplo
Macho	Pessoa que nasce com órgãos sexuais masculinos, com pênis e escroto.
Intersexual	Pessoa que nasce com órgãos sexuais masculinos e femininos, com pênis, escroto, ovários, vagina e útero.
Fêmea	Pessoa que nasce com órgãos sexuais femininos, com ovários, vagina e útero.

EXPRESSÃO DE GÊNERO (é a forma pela qual a pessoa expressa seu gênero)

Definição	Exemplo
Masculina	A pessoa que se expressa como sendo do gênero masculino: ele, dele, etc.
Feminina	A pessoa que se expressa como sendo do gênero feminino: ela, dela, etc.
Não-binária	A pessoa que se expressa como não tendo um gênero masculino ou feminino: elo/delo, etc.

Fonte: Adaptado de Basso, 2020.

É válido destacar que identidade de gênero e orientação sexual são termos distintos, a identidade de gênero se refere à percepção do ser humano sobre seu gênero, que pode condizer com o sexo biológico ou não, está relacionado à construção social. Já a orientação sexual é algo intrínseco, que não se escolhe (Basso, 2020).

A sigla LGBTQIAP+ se refere a pessoas, históricas e direitos das pessoas sobre suas orientações e identidades e significam:

Quadro 3 - Sigla LGBTQIAP+

SIGLA LGBTQIAP+

L	Lésbicas
G	Gays
B	Bissexual
T	Transgênero
Q	Queer
I	Intersexo
A	Assexual
P	Pansexual
+	A inclusão do "+" é uma forma de reconhecer todas as outras identidades e orientações que não estão explicitamente representadas nas letras anteriores.

Fonte: Adaptado de Arco, 2024.

Dentre as classificações de identidade de gêneros, ainda é possível ter uma maior abrangência, de acordo com o Quadro 4:

Quadro 4 - Aprofundamento nas identidades de gênero

APROFUNDAMENTO NAS IDENTIDADES DE GÊNERO

Agênero	Pessoa que não se identifica com nenhum gênero. A pessoa se considera "sem gênero" (BRASIL, 2018).
Neutrois	Pessoas que não se identificam como um gênero. É diferente de não ter gênero (agênero). Pessoas neutrois se consideram simplesmente um indivíduo, independentemente de que sexo ou gênero foram atribuídos no nascimento (THARP, 2014).
Intergêneros	Pessoas de gênero incompreensível, que contraria e desvia das normas de sexo, gênero e sexualidade compreendidas culturalmente pelas quais as pessoas são definidas. Pessoas que não se identificam nem como homens nem como mulheres (BUTLHER, 2010).
Bigêneros	Pessoas que se identificam com ambos os gêneros, sem que haja, entretanto, uma mescla bem delimitada entre os dois. Ou seja, qualquer combinação de gêneros é possível, não apenas a combinação feminina com masculino (REIS & PINHO, 2016).
Pangênero	Pessoa que se identifica com vários gêneros ou todos os gêneros (REIS & PINHO, 2016).

Andróginos (Queer)	Pessoas que se identificam tanto com a masculinidade quanto com a feminilidade (mistura de gêneros), mas nunca se identifica definitivamente como um “homem” ou uma “mulher”. Olhando apenas a sua aparência física, é difícil definir seu gênero (BRASIL, 2018).
Demigênero	Pessoa que se identifica parcialmente com o gênero feminino ou com gênero masculino (REIS & PINHO, 2016).
Gênero fluido	Pessoa que se identifica tanto com o sexo masculino quanto com o feminino em momentos diversos da sua vida. Sente-se homem em determinados dias e mulher em outros, flutua pelas identidades de gênero (MATOS, 2019).

Fonte: Adaptado de Basso, 2020.

Considerando as definições supracitadas, torna-se relevante destacar alguns termos importantes na luta pela igualdade de gênero, os quais, em muitos casos, são confundidos pela sociedade. É possível identificar como a sexualidade humana e as identidades de gênero são, atualmente, complexas, embora ainda pouco faladas e compreendidas socialmente, o que intensifica o preconceito e a discriminação sobre o assunto.

Para Silva (2022, p. 29): “atribuir a corporeidade somente à biologia desconsidera a individualidade e a construção social como fatores importantes e não amplia nosso olhar para a realidade de que menstruação é algo que ocorre também em corpos masculinos ovariados (transhomens)”.

Relacionando o gênero com a menstruação, o termo ‘pessoas que menstruam’ refere-se a mulheres cisgêneros que possuem ovários e também a homens transgêneros.

De acordo com a autora, é essencial aprofundar as discussões sobre o tema, englobar todos os corpos menstruantes, considerando que corpos trans-ovariados, que são aqueles trans masculinos, também menstruam (Silva, 2022).

Existem diversos outros pontos a serem analisados em relação à dignidade menstrual, como não somente o conhecimento biológico e social a respeito do tema, mas como também as condições de higiene pessoal e a saneamento básico, como será apresentado mais adiante.

Os produtos menstruais têm gênero/sexuado como produtos para mulheres/mulheres e, portanto, os produtos raramente são disponibilizados em banheiros masculinos. Estruturalmente, as barracas dos banheiros masculinos raramente possuem recipientes para descarte, o que sinaliza aos participantes que seus corpos não são bem-vindos nos espaços masculinos. Além disso, o som audível da abertura de um absorvente ou absorvente interno representa o risco de que uma pessoa trans/genderqueer possa revelar seu status como alguém que menstrua e, portanto, não adere ao binário de gênero e alinhamento sexual (Fahs *et al*, 2020, p. 75).

Portanto, é possível identificar a importância de se compreender o funcionamento do corpo humano e suas peculiaridades, com o intuito de eliminar preconceitos e mistificações, sobretudo para promover dignidade às pessoas sobre seus corpos.

Nesse sentido, pensar em mulheres e em homens transgêneros amplia a compreensão sobre a complexidade dos corpos masculinos e femininos, e a identidade de gênero.

Para a autora: “a natureza feminina faz parte do conjunto de concepções por meio das quais a identidade de gênero e a divisão sexual do trabalho são construídas no interior da sociedade capitalista” (Vieira, 2008, p. 32).

Para Joan Scott (1972 *apud* Vieira, 2008, p. 24), o gênero inclui tanto a biologia quanto a sociedade, é um “elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças aceitas entre os sexos”.

A escritora e filósofa Simone de Beauvoir afirma:

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (Beauvoir, 1967, p. 9).

Se, ao abordar sobre menstruação para mulheres cisgênero, ainda é um tabu, atualmente, podemos identificar que, para homens transgêneros, seja ainda mais complexo.

Os dados revelam que a menstruação manipula as interações sociais para pessoas trans e gênero queer em quatro domínios dominantes da vida social: (1) identidade de gênero/sexo (2) frequência e navegação em banheiros públicos, (3) marketing e mensagens de produtos, e (4) cuidados de saúde. Cada uma destas arenas é permeada pelo binário gênero/sexo construído biológica e socialmente e, como resultado, as menstruantes trans e de gênero queer enfrentam restrições preexistentes que vão desde as interações sociais até o ambiente construído (Fahs, *et al*, 2020, p. 69).

De acordo Benevides (2022), o Brasil é o país que mais assassina pessoas trans, no mundo, são dados consideravelmente maiores em relação aos demais países, e acredita-se que esse número pode ser ainda maior, visto que muitas pessoas trans não são reconhecidas, tendo

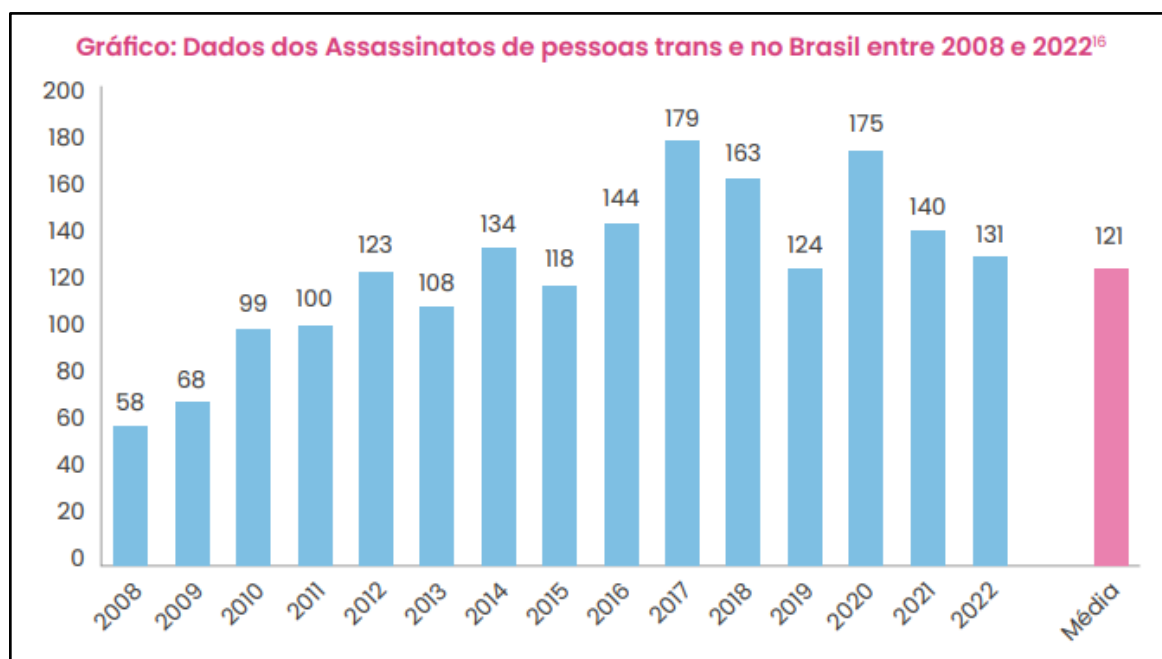
seus dados notificados como apenas seu gênero, não apontando de fato sua identidade transexual. A média de vida de uma pessoa trans, no Brasil, é de 28 anos, a menor do mundo.

O dossiê explica a motivação dos crimes:

Embora pessoas trans também possam ser vítimas de homofobia, lesbofobia e/ ou bifobia, é a transfobia que tem sido a maior responsável pela violência e violações de direitos humanos que pessoas trans têm sofrido. Isso se dá, em muita medida, pela forma como o cissexismo é colocado como ponto central, atuando através da transfobia para negar a existência, a humanidade e, portanto, qualquer possibilidade de acesso a cidadania e direito para travestis, transexuais e demais pessoas trans (Benevides, 2022, p. 26).

No gráfico, a seguir, é representada a quantidade de pessoas assassinadas, no Brasil, de 2008 a 2022:

Figura 7 - Dados dos assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2008 e 2022



Fonte: Benevides, 2022, p. 26

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico com o número de assassinatos de pessoas trans, no Brasil, no eixo esquerdo, mostra os números de 0 a 200, e o eixo inferior mostra os anos de 2008 a 2022. Ao lado no gráfico, é mostrada a média, com o número 121.

A negação da existência das pessoas transgênero e de seus direitos ocasiona a dificuldade do acesso a espaços físicos, principalmente com relação ao uso dos banheiros:

Quando surge a questão em torno do uso do banheiro feminino por travestis e mulheres trans, ela, normalmente, se resume em tentarem afirmar que isso

exporia mulheres cis a algum risco, lançando mão do uso violento do já conhecido *Trans Panic* e por uma suposta proteção de mulheres e meninas cis, para que se justifiquem então as tentativas de impedir que mulheres trans tenham acesso a um espaço que foi pensado apenas para mulheres de verdade ou biológicas(SIC) e permitir que sejamos impedidas desse acesso ou retiradas sem que as pessoas que tomam essa decisão sejam responsabilizadas (Benevides, 2022, p. 72).

Pensando na dignidade menstrual, esse é um grande fator, o que impossibilita as pessoas trans a terem acesso a itens de higiene por conta do preconceito e da discriminação.

Existem projetos de leis aguardando aprovação, no Senado, porém ainda nada definido. Outro fator importante de se destacar é que a evasão escolar de pessoas trans ainda é muito grande. Durante o período escolar, os jovens podem sofrer diversos tipos de abusos e de discriminação:

Na maioria das vezes, a escola é um dos principais desencadeadores desses processos de exclusão expressos por uma violência anunciada, na maioria das vezes por parte do corpo discente, e outra violência velada e/ou silenciada, pelos/as agentes escolares. Cabe ainda destacar que essas formas de violência, sobretudo a anunciada, muitas vezes se consagra em outra forma de violência a qual definimos como violência materializada, incidindo diretamente na possibilidade de prejuízo e/ou violação física por parte da pessoa exposta (Franco e Cicillini, 2015, p. 9).

Tal evasão escolar colabora para outro marcador social que é a vulnerabilidade social, por não atingirem um grau mínimo de estudos, pessoas trans acabam buscando por trabalhos informais, e muitos recorrem ainda à prostituição.

Esse fato também colabora para a falta de acesso a itens de higiene menstrual, como também a informações importantes sobre seus corpos e sua saúde, o que dificulta ainda mais a efetivação da dignidade menstrual.

2.3.3 Pessoas com deficiência

Em 2011, foi lançado o primeiro Relatório Mundial da Deficiência, publicado pela OMS – Organização Mundial da Saúde, o objetivo do relatório foi de promover conscientização para a geração de desenvolvimento econômico e social e a efetivação dos direitos humanos para as pessoas com deficiência. O relatório afirma que

a deficiência faz parte da condição humana. Quase todas as pessoas terão uma deficiência temporária ou permanente em algum momento de suas vidas, e aqueles que sobreviverem ao envelhecimento enfrentarão dificuldades cada

vez maiores com a funcionalidade de seus corpos. A maioria das grandes famílias possui um familiar deficiente, e muitas pessoas não deficientes assumem a responsabilidade de prover suporte e cuidar de parentes e amigos com deficiências (1–3) (OMS, 2011).

Historicamente, o Brasil não foi um país que pensou e investiu em políticas públicas inclusivas, durante muitos anos, as cotas escolares surgiram somente, na década de 90, e os termos nas legislações vigentes, até então, eram opressores e insultantes como “defeito”, “retardo mental”, entre outros.

O país deu um grande passo, aprovando a Lei 13.146/2015 - LBI – Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da pessoa com deficiência), que garantiu os direitos da pessoa com deficiência de maneira muito mais realista, acolhedora e assertiva. O projeto de Lei tramitava há 15 anos antes de sua aprovação, mas somente, em 2015, foi aprovado pelo Senado, após o texto ser ajustado às narrativas dos movimentos sociais e ao proposto na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência proposta pela ONU, em 2006, o que recomendava principalmente a dissociação da deficiência com a incapacidade (Senado, 2016).

A Lei é: “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã” (Brasil, 2015).

Embora exista a lei, há muito o que ajustar e ainda muita luta a se fazer para se valer os direitos da pessoa com deficiência e promover de fato a inclusão, quando analisamos o tema “capacitismo”, compreendemos que historicamente houve um longo processo de opressão e de exclusão das pessoas com deficiência, que perdura ainda atualmente.

De acordo com o relatório da ONU (2006), existem algumas barreiras incapacitantes que dificultam a atuação das pessoas com deficiência, na sociedade, sendo elas: a) políticas e padrões inadequados; b) atitudes negativas; c) falha na oferta de serviços, d) problemas na prestação de serviços; e) financiamento inadequado; f) falta de acessibilidade; g) falta de consultas e envolvimento; h) falta de dados e evidências.

Para Viana e Magalhães, (2023):

Falar sobre capacitismo requer uma análise sobre a construção social, cultural e histórica da categoria deficiência; passa pelo desvelamento de mecanismos históricos de exclusão e dos processos de produção de invisibilização, inferiorização e estigmatização de pessoas com deficiência. Passa por processos de ideologização que vêm estruturando e sedimentando pré-conceitos, falsas concepções da realidade acerca das deficiências.

Tal concepção distorcida da realidade e o pré-conceito sobre as pessoas com deficiência dificultaram e impossibilitaram diversos acessos, recursos e desenvolvimento socioeconômico. Trazendo um direcionamento e pensando no alcance da dignidade menstrual, podemos citar alguns pontos primordiais dessas dificuldades e impossibilidades, como a baixa escolarização das pessoas com deficiência, que consequentemente ocasionou falta de acesso a trabalhos e recursos, outro ponto que agrava ainda mais tal realidade é o fato de que pessoas com deficiência terem maiores custos do que uma pessoa sem deficiência, como intervenções, cuidadores, medicações, órteses, próteses, modificações dos ambientes, entre outros, como aponta o relatório:

Pessoas com deficiência podem exigir diferentes serviços – de intervenções relativamente menores e baratas a outras complexas e caras. Os dados sobre as necessidades – tanto as atendidas quanto as não atendidas – são importantes para as políticas e programas públicos. As necessidades de suporte não atendidas podem estar relacionadas a atividades diárias – como cuidados pessoais, acesso a cuidados e equipamentos, educação, emprego, atividades sociais, e modificações nas suas casas ou em seus locais de trabalho (ONU, 2006).

O relatório ainda aponta que uma pesquisa realizada em 15 países em desenvolvimento mostrou uma relação entre pessoas com deficiência e a pobreza, devido a todos esses custos, mas também à falta de geração de renda, pela dificuldade de encontrarem empresas e entidades que contratem pessoas com deficiência (ONU, 2006).

Ao pensarmos na estrutura física, muitas construções civis não foram projetadas pensando na inclusão, sendo assim, as pessoas com deficiência possuem dificuldade de acessar os espaços, e principalmente os banheiros.

A LBI apresenta a seguinte diretriz:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

Já para a ONU (2006), se prevê: a) promover rebaixamentos de guias (construção de rampas); b) travessias seguras da rua; c) entradas acessíveis; d) caminho acessível para se locomover em todos os espaços; e) acesso a serviços públicos, tais como banheiros.

Existe uma norma padrão para acessibilidade nas construções civis, a NBR 9050, a norma apresenta critérios e parâmetros para a adaptação de espaços e de equipamentos para promoção de acessibilidade, porém é sabido que muitas escolas realizaram a adaptação de suas estruturas e banheiros, mas nem sempre tais adaptações são de acordo com as necessidades de cada pessoa ou de acordo com a própria norma vigente, como rampas tão inclinadas que os cadeirantes não conseguem subir ou escorregam ao descer, torneiras ou vasos sanitários com altura adequada mas sem um adaptador para uma pessoa que não possua os membros posteriores, por exemplo. Não há fiscalizações suficientes para a efetivação do cumprimento da norma.

Pensando nas pessoas surdas, os serviços de saúde pública não são obrigados a terem um intérprete para atender a população surda, a pessoa com deficiência precisa levar seu próprio intérprete. Analisando o contexto, pode-se supor existir um constrangimento para a pessoa com deficiência ao ter que levar alguém para uma consulta ao ginecologista, por exemplo, o que pode também dificultar o acesso a informações e cuidados com a saúde e a menstruação. Existe um projeto de Lei tramitando no Senado, desde março de 2024, para que, nas emergências de hospitais, tenha sempre um intérprete de Libras, porém até o momento ainda nada foi aprovado.

Para Costa (2024), existem muitos estigmas que impedem o cuidado menstrual para as PCDs, o que resulta em: falta de acesso à informação segura; falta de absorventes e remédios; falta de acesso e acessibilidade para uso das instalações sanitárias; falta de produtos higiênicos com formato e/ou textura inadequados; falta de apoio para troca e higiene dos absorventes; interrupção do ciclo menstrual e esterilização sem consentimento (principalmente das pessoas com deficiência intelectual); superproteção e violação do direito sexual reprodutivo e desrespeito ao protagonismo da pessoa.

A esterilização forçada de pessoas com deficiência é contrária às normas internacionais de direitos humanos. Deficientes devem ter acesso voluntário à esterilização, da mesma forma que os demais indivíduos. Além disso, na maioria dos casos, a esterilização não é a única opção para o controle da menstruação ou da fertilidade (214). Da mesma forma, a esterilização não oferece qualquer proteção contra o abuso sexual ou doenças sexualmente transmissíveis. [...] Costa (2024, p. 8).

Outro fator que não pode ser desconsiderado, nesse contexto, é a diversidade, quando pensamos em mulher deficiente, é uma junção de dois marcadores sociais importantes a serem analisados juntamente, como aponta o relatório: “mulheres com deficiências enfrentam além da deficiência, as desvantagens associadas ao sexo, e podem ter menores chances de se casar do que mulheres não-deficientes” (Costa ,2024, p. 10).

Novamente, é possível identificar a submissão das mulheres em relação aos homens, quando compreendemos que a mulher com deficiência está duplamente em posição de desigualdade, conforme apontam as autoras:

[...] a feminilidade e deficiência reforçam-se mutuamente, enquanto que deficiência e masculinidade contradizem-se entre si, justamente pelos estereótipos associados a essas formas hegemônicas de identidades, a partir do binômio atividade/ passividade [...]. Ao se constituírem mutuamente e se retroalimentarem, os efeitos do duplo estigma potencializam a exclusão das mulheres com deficiência, processo que se complexifica ainda mais quando cruzado com outras categorias como raça/etnia e classe (Mello e Nuernberg, 2012, p. 641).

A partir do contexto apresentado, pode-se identificar que, socialmente, a mulher com deficiência é excluída duplamente , pelo fato de ser mulher, e pelo fato de possuir uma deficiência, o que a torna um marcador social que necessita ser analisado de maneira muito ampla e concisa, para que a efetivação de seus direitos perante a sociedade seja garantida.

2.3.4 Vulnerabilidade social

Outra meta importante proposta pela ONU nas ODSs, está a meta de número 10 que propõe a “redução das desigualdades” (UNFPA, 2021).

Para Cater (2022, p. 1), “a má distribuição de renda e o desemprego é resultado da desigualdade, que, por sua vez, acarreta a vulnerabilidade social, sendo este um problema que vincula a renda e o trabalho”.

De acordo com a NFPA (2021), cerca de 13,6 milhões de habitantes vivem em condições de extrema pobreza em todo o mundo. No Brasil, de acordo com o IBGE: “12 milhões de pessoas viviam em extrema pobreza, em 2020, ou seja, com menos de R\$155 reais por mês, e mais de 50 milhões, ou 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza, com menos de R\$450 por mês”, aponta o IBGE (2020).

Para a autora: “pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficit e precariedades.

No entanto, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir” (Sawaia, 2021, p. 22).

E ainda complementa que: “qualquer estudo sobre a exclusão deve ser contextualizado no espaço e no tempo ao qual o fenômeno se refere” (Sawaia, 2021, p. 22).

Ao pensarmos na cultura latino-americana, podemos observar que a partir do processo de colonialismo, instaurou-se o processo de colonialidade, cujas ideias de raça e de classe foram instauradas, tendo como dominante o eurocentrismo, o qual inferioriza e desconsidera a cultura dos demais povos que se diferem dos europeus, como aponta o autor:

Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais⁶. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p. 118).

Novamente, observamos a mulher em posição ainda mais desigual, nesse processo, feministas negras, no Brasil, defendem a pedagogia decolonial, como combate à patriarcalização, conforme aponta a autora: “deve ser percebida como um processo e um recurso aliado no combate às opressões de gênero, raça e classe, ao mesmo tempo em que propõe a construção de novos parâmetros epistemológicos” (Andrade, 2018, p. 89).

Ao pensarmos sobre vulnerabilidade social, fica evidente a necessidade de observação das pessoas negras. Dados do boletim das desigualdades raciais apontam que as pessoas negras em relação às pessoas não-negras possuem menor escolaridade, maior taxa de desocupação e menores salários. Ao analisar os dados especificamente para as mulheres negras, os dados são ainda mais desiguais, conforme aponta o boletim: “ao trabalhar com o rendimento por hora trabalhada, verifica-se que a mulher negra recebe R\$12,13 reais, 53% dos que recebe o homem não negro (R\$22,86)” (Brasil, 2024, p. 5).

Aqui, observa-se uma luta de classes, na qual a luta feminista trabalha para combater as opressões de gênero, raça e posição social, que são enfrentados desde a época da colonização e atenuadas pelo capitalismo (Andrade, 2018).

São grandes os desafios encontrados na busca pela promoção da dignidade menstrual, principalmente para pessoas em situações de vulnerabilidade social. Ao abordarmos sobre o tema, é fundamental pensarmos nas pessoas em situação de vulnerabilidade social,

considerando como público mais afetado pela desinformação e acesso a itens de higiene básicos, o que dificulta o alcance da dignidade menstrual.

A autora afirma que: “a pobreza menstrual é o reflexo das desigualdades sociais, de gênero e de identidade, por isso é preciso criar espaços de diálogo sobre a Cultura da Dignidade Menstrual, sobretudo nas regiões periféricas em que a vulnerabilidade social é mais pulsante.” (Silva, 2022 p. 31).

A população em situação de rua é a mais afetada, portanto, o olhar para essa camada da população precisa ser abrangente para que haja acesso e inclusão com dignidade para todas as pessoas que menstruam (Moreira, 2021).

Porém, é válido salientar que dignidade menstrual não se refere apenas à distribuição de absorventes, como afirma Silva (2022, p. 30):

Quando falamos em Cultura da Dignidade Menstrual, não estamos apenas nos referindo ao custeio de absorventes menstruais, mas a uma ampliação do conceito de Cultura e Dignidade que também engloba o direito às informações coerentes e verdadeiras sobre ciclos menstruais, autocuidado, corporeidade e derrubada de mitos que atribuem à menstruação o conceito de sujeira ou inferioridade [...].

É necessário compreender que o fato de os absorventes serem caros, no Brasil, faz com o que pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou até mesmo de baixa renda, não deem preferência para adquiri-los, preferindo comprar itens de alimentos e de necessidades básicas, conforme aponta:

Quando não há acesso adequado aos produtos de higiene menstrual, é amplamente reportado por diversas pesquisas em várias regiões do mundo que meninas e mulheres fazem uso de soluções improvisadas para conter o sangramento menstrual com pedaços de pano usados, roupas velhas, jornal e até miolo de pão. Outra face do problema, para além dos meios improvisados, diz respeito à situação em que meninas e mulheres não conseguem realizar de três a seis trocas diárias de absorventes, conforme a indicação de ginecologistas [...] (UNFPA, 2021, p. 11).

Relacionando a questão da desigualdade social com a renda, como apontado por Cater (2022), podemos concluir que a vulnerabilidade social afeta, em sua maioria, pessoas negras, e a própria cultura do colonialismo gera a exclusão social, sendo ainda mais agravado para as mulheres.

Diante dessa situação, pode-se observar que a vulnerabilidade social coloca a saúde em risco tanto das meninas quanto de mulheres, caso não possam ter acesso a itens de higiene

menstrual ao utilizarem produtos improvisados para o controle da menstruação, como também à saúde mental, considerando o constrangimento ao necessitar da utilização desses produtos.

2.4 Dignidade Menstrual no Brasil

No Brasil e no mundo, a abordagem sobre o tema educação menstrual é recente, os primeiros estudos sobre o tema são encontrados, já no século XXI, sem muitos aprofundamentos em dados estatísticos e pesquisas científicas, portanto há muito ainda o que se desenvolver e estabelecer diante do tema, principalmente no Brasil.

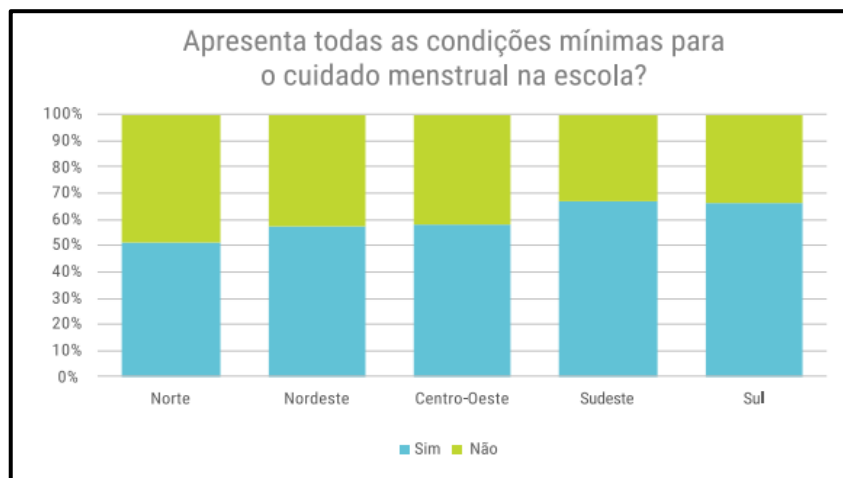
Em 2021, o governo federal deu um grande passo em questão de políticas públicas, aprovando o Programa de Proteção e Promoção da Saúde, em que se estabelece:

A norma determina que estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias recebam, de forma gratuita, absorventes para sua higiene pessoal. O presidente Jair Bolsonaro havia vetado a lei no ano passado, mas o Congresso Nacional derrubou esse veto e restaurou o programa (Brasil, 2021).

Porém, ainda há muito o que superar, o relatório da UNFPA (2021) apontou que as infraestruturas das escolas públicas do Brasil não são adequadas o suficiente para as pessoas que menstruam. Dentre essas condições mínimas, foram avaliadas:

- Banheiros nas escolas
- Papel higiênico
- Pias e Sabão
- Condições WASH - Water, Sanitation and Hygiene - um acrônimo do inglês para water, sanitation, hygiene: água, saneamento e higiene, fatores apontados como fundamentais principalmente durante o período menstrual.

Figura 8 - Condições mínimas de cuidado menstrual



Fonte: UNFPA, 2023, p. 19

#paratodosverem: Uma imagem mostrando uma representação gráfica sobre as condições mínimas para o cuidado menstrual, nas regiões do Brasil, cada uma está dividida entre sim, que possuem a condição mínima e não, que não possuem a condição mínima, no eixo esquerdo mostra-se a porcentagem de 0 a 100%, e no eixo abaixo estão divididos em cinco eixos sendo: norte, sendo representada por 50% sim 50% não, logo em seguida, eixo nordeste, sendo representante com um a mais de 50% com sim e o restante não, após apresenta-se o eixo centro-oeste, com quase 60% sim e o restante não, em seguida, o eixo sudeste com quase 70% sim e o restante não, e então o eixo sul, também com quase 70% mas menos que o sudeste, e o restante não.

A Figura 8 aponta as condições mínimas de cuidado menstrual, nas escolas, dentre os estados do Brasil, o Sudeste é o que mais oferece condições mínimas para o cuidado menstrual, seguido do Sul, depois Centro-Oeste e Nordeste, ficando por último o Norte do país.

Atualmente, existe uma única Lei de âmbito federal que regulamenta o fornecimento de absorventes, no Brasil, refere-se à Lei 14.214/2021, regulamentada pelo Decreto 11.432, de 8 de março de 2023, intitulada “Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual”, também conhecido como “Programa de Dignidade Menstrual”, essa Lei garante o fornecimento de absorventes para pessoas com idade entre 10 a 49 anos, inscritas no CadÚnico (Programa Social do Governo Federal, também conhecido como Bolsa Família), que possuam renda mensal até R\$ 218,00, ou seja, estudantes de baixa renda de escola pública, ou que estejam em situação de rua.

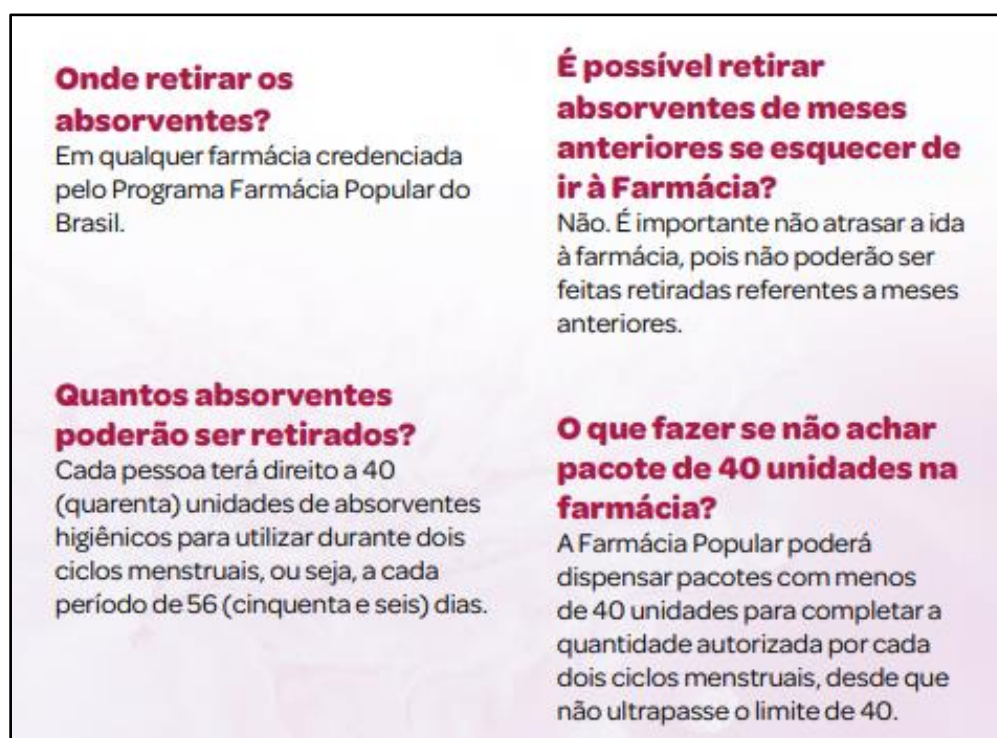
O fornecimento do absorvente é realizado pelas farmácias cadastradas, no sistema do Governo, conforme cartilha sobre o programa disponibilizado pelo Governo Federal.

A cartilha é completa de informações sobre a dignidade menstrual, e orientações de como acessar o benefício estabelecido pela Lei, esclarece quem são as pessoas que possuem direito, qual a forma de acesso ao Programa e a documentos necessários.

Além de apresentar informações e dados importantes sobre a dignidade menstrual, apresenta dados extraídos do relatório sobre pobreza menstrual da UNFPA, como também do Ministério da Saúde, informações relacionadas à higiene, produtos e recursos para a dignidade menstrual. A cartilha se apresenta bem atualizada, com um visual gráfico bem jovem, muito bem ilustrada e dinâmica.

A Figura 9 mostra um trecho da cartilha em que corresponde a retirada dos absorventes pelo Programa.

Figura 9 - Cartilha Digital Programa Dignidade Menstrual



Fonte: Brasil, 2024, p. 9.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando uma página da cartilha do programa Dignidade Menstrual, com quatro esclarecimentos: 1) onde retirar os absorventes? Em qualquer farmácia credenciada pelo Programa Farmácia Popular do Brasil; 2) É possível retirar os absorventes de meses anteriores se esquecer de ir à Farmácia? Não. É importante não atrasar a ida à farmácia, pois não poderão ser feitas retiradas referentes a meses anteriores. 3) Quantos absorventes poderão ser retirados? Cada pessoa terá direito a 40 (quarenta) unidades de absorventes higiênicos para utilizar durante dois ciclos menstruais, ou seja, a cada período de 56 (cinquenta e seis) dias. 4) O que fazer se não achar pacote de 40 unidades na farmácia? A Farmácia Popular poderá dispensar pacotes com menos de 40 unidades para completar a quantidade autorizada por cada dois ciclos menstruais, desde que não ultrapasse o limite de 40.

Aqui, encontram-se dois grandes desafios que são enfrentados pelos usuários do Programa: o primeiro deles se refere ao fato de o fornecimento ser de apenas 40 absorventes a cada dois meses, considerando um ciclo menstrual de 28, porém é sabido que o ciclo pode variar para mais ou menos dias, sendo, em alguns casos, necessário utilizar mais absorventes.

Outro desafio se refere ao fato de pessoas em situação de rua, em muitos casos, não terem posse de seus documentos pessoais, impedindo a retirada dos absorventes nas farmácias.

Existe também, por parte do governo do Estado de São Paulo, um Programa chamado “Dignidade Íntima”, criado, em 2021, realizado juntamente entre governo estadual e a Secretaria da Educação do estado, por meio da Lei nº 17.149, intitulado Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista - PDDE, no qual o governo e a secretaria da educação disponibilizam uma verba para que as escolas estaduais possam adquirir produtos, equipamentos e realizar melhoras em suas infraestruturas (Senado, 2021).

Para o Programa Dignidade Íntima, foram disponibilizados mais de R\$ 30 milhões, para aquisição de produtos de higiene menstrual, e o mesmo também prevê a formação dos profissionais da escola e estudantes a respeito da pobreza menstrual e saúde da mulher (Dignidade Íntima, 2025).

A incoerência se dá pelo fato de ser um programa e uma lei de âmbito apenas estadual, em que são excluídas as escolas da rede municipal, como também os demais estados, que como apontado, na Figura 8, são as demais regiões do país além do Sudeste, que menos possuem infraestrutura mínima para a dignidade menstrual.

Portanto, é válido ressaltar que a Lei que rege a distribuição de absorventes em âmbito federal necessita de ampliação, incluindo as escolas públicas, não somente as estaduais, mas municipais e federais, para que todos os estudantes, principalmente os de baixa de renda, tenham a possibilidade de acessar os itens de higiene menstrual no ambiente escolar.

2.5 Dignidade Menstrual na educação básica

Diante do contexto apresentado até o momento sobre a dignidade menstrual, podemos ficar com a definição de Candau (2016, p. 19), sobre a aplicação de uma educação descolonizadora:

Uma educação descolonizadora e intercultural implica considerar que não existe mais um centro, dominador, superior e organizador, que se identifica com uma única cultura que se coloca como medida e referência das outras culturas, considerando-se portadora e medida do pensamento e da cultura

universal. Ao contrário, implica o reconhecimento de que todas as culturas são incompletas e que vivemos num contexto de diversidade e pluralismo cultural que nos exige um olhar crítico da realidade e da ordem dominante.

Abordar o tema sobre dignidade menstrual, na educação, é falar sobre educação menstrual, cerca de 90% das meninas estarão entre 3 e 7 anos de sua vida escolar menstruando, portanto, se faz tão necessário abordar o tema sobre educação menstrual dentro da educação básica (UNFPA, 2021).

A Educação Menstrual é peça chave para o combate à evasão escolar por questões menstruais. Um estudo em Gana, e outro em Uganda, compararam os efeitos da distribuição de produtos de higiene menstrual e da Educação menstrual sob a evasão escolar. Em ambos, constatou-se que para combater essa causa, a Educação menstrual adequada é mais eficiente do que a oferta de produtos de higiene, mesmo em zonas extremamente carentes de tais produtos (Weiss-Wolf, 2017 *apud* Moreira, 2021).

Pensar em educação menstrual significa proporcionar conhecimento para pessoas que menstruam sobre seus corpos e sobre o ciclo menstrual, a fim de promover bem-estar e dignidade menstrual, apresentando opções de escolhas mais conscientes, como os tipos de coletores menstruais, medicamentos e itens de higiene pessoal (UNFPA, 2021).

Essa abordagem vai ao encontro de outra meta da ODS de objetivo nº 3 que estabelece: “saúde e bem-estar: têm como finalidade assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, independente de idade, considerando essas como essenciais ao fomento das capacidades humanas” (UNFPA, 2021, p. 16)

Nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, está previsto como tema transversal a abordagem de problemáticas sociais como a orientação sexual (MEC, 1998).

O relatório sobre pobreza menstrual, no Brasil, desenvolvido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2021, afirmam que

a educação integral em sexualidade, incluindo a educação menstrual, deve ser mais amplamente difundida, não apenas com o enfoque para prevenção à gravidez não intencional, mas também como uma ferramenta para que as pessoas que menstruam conheçam seus próprios corpos, conheçam seu ciclo menstrual e haja promoção de bem-estar (UNFPA, 2021, p. 15).

É importante também compreender que a educação menstrual não deve ser um tema abordado especificamente dentro das ciências biológicas, mas também ser reconhecido e

desenvolvido dentro das diversas questões sociais que ele abrange, como educação sexual, identidade de gênero, inclusão, empoderamento feminino, políticas públicas, dentre outros.

É uma temática que pode e deve ser trabalhada de maneira transversal, dentro da escola, o tema pode gerar muitos projetos dentro de diversas disciplinas, como história, língua portuguesa, matemática, ciências, biologia, geografia, entre outras.

Ao nos referirmos à educação, trazemos a ideia de orientação, de conhecimento, de desmitificação, e obviamente a educação sobre menstruação se faz tão necessária dentro da educação básica.

A PNS – Pesquisa Nacional de Saúde, elaborada pelo IBGE, em 2013, apontou que a idade média da menarca, ou seja, da primeira menstruação, ocorre em média aos 13 anos de idade, em um período de idade escolar, portanto se faz tão importante a abordagem do tema dentro da educação básica, possibilitando conhecimento e dignidade para as pessoas que menstruam.

É importante introduzir na formação inicial de professores temas relacionados à educação sexual, para que possa ocorrer uma melhor orientação aos alunos sobre os mitos que envolvem as questões sexuais, informações na perspectiva do conhecimento científico e reconstrução dos saberes que a sociedade, mídia e família imprimiram nos discentes, por meio de padrões de comportamento e diversas linguagens, incluindo textos e imagens (Barcelos e Jacobucci, 2011, p. 336).

A abordagem sobre o tema dentro da educação básica possibilita que as pessoas que menstruam adquiram maior conhecimento sobre seus corpos, tenham maior conscientização sobre higiene, cuidados e métodos, e pode gerar nas pessoas que não menstruam maior empatia e respeito para com as pessoas que menstruam.

A autora afirma sobre o papel da escola para a inclusão e diversidade:

Dentro desse contexto, é nítida a importância da escola na contribuição social para a desconstrução de estigmas, estereótipos e preconceitos relacionados às diversidades sexual e de gênero, para que não sejam reproduzidos e perpetuados na sociedade. Revelasse, ainda, essencial também na quebra de tabu e construção de igualdades e respeito à diversidade (Basso, 2020, p. 35).

No Brasil, existe a empresa Herself, pioneira, no país, na comercialização de calcinhas menstruais, produto que tem ganhado força, nos últimos anos, pela questão da sustentabilidade. Embora o valor ainda não seja tão acessível, a empresa ainda conta com uma escola de educação menstrual, promovendo formação para mulheres pelo mundo todo, por meio do programa para educadoras menstruais, gerando conhecimento e incentivando projetos sobre o tema. A empresa já incentivou o projeto para produção de bioabsorventes (Susep, 2022), e também a fabricação

de absorventes dentro de uma penitenciária gaúcha, gerando renda e sustentabilidade (Paludo, 2021).

Empresas como a Herself colaboram para a promoção da dignidade menstrual, no Brasil e no mundo, é um exemplo de educação fora dos espaços formais de ensino, que possibilitam a abrangência em diversos territórios pelo mundo.

A autora desta pesquisa também participou da produção de alguns projetos por meio de editais de incentivo à cultura, trabalhando o tema dignidade menstrual por meio da arte, como o Projeto Confluir -Arte Menstruação, o projeto foi aprovado pelo Edital de Linguagens Artísticas do Município de Pindamonhangaba, em 2024, promoveu apresentações de contação de histórias, danças circulares, esquetes, danças performáticas e diálogos sobre a dignidade menstrual, em escolas públicas, privadas, como também em espaços públicos da cidade como o Museu Pedagógico, Bibliotecas Municipais, Centros Comunitários e o Bosque da Princesa.

Figura 10 – Matéria sobre Apresentação Projeto Confluir – Arte Menstruação



Fonte: Tribuna do Norte, 2025.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando uma mulher cantando em frente a um microfone e cinco dançarinas performando vestidas de branco, com a roupa manchada de sangue.

Projetos educacionais podem promover acesso e dignidade a pessoas que menstruam, mesmo sendo realizados fora dos espaços de educação formal, podem estabelecer parcerias com as instituições de ensino para ampliar os projetos, e abranger estudantes, funcionários e professores, como também pode incentivar políticas públicas e percorrer regiões periféricas e rurais, onde, em muitos casos, estão as pessoas que mais necessitam de acesso à informação e a recursos.

3 METODOLOGIA

Em um processo de construção do conhecimento, o pesquisador deve avaliar vários tipos de pesquisa, considerando aspectos práticos, de recursos e de tempo para definição da melhor abordagem (Gunther, 2006).

Para Gil (2008), o método de pesquisa é o que valida o conhecimento científico, ele identifica operações mentais e técnicas que possibilitam essa validação, trata-se de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos que são utilizados para adquirir o conhecimento.

3.1 Desenho da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza implicada, com abordagem qualitativa, descritiva, explicativa e colaborativa. O estudo utiliza como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica, que fundamenta teoricamente a investigação e a pesquisa de levantamento, o que permite coletar dados diretamente junto aos sujeitos envolvidos, e a pesquisa participante, caracterizada pela interação ativa do pesquisador no contexto analisado. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado, considerando tanto o embasamento teórico quanto a experiência prática no campo de pesquisa. Para o autor, a pesquisa qualitativa pode ser agrupada em cinco grupos de atributos, sendo eles: a) características gerais; b) coleta de dados; c) objeto de estudo; d) interpretação dos resultados; e) generalização (Gunther, 2006).

Por meio da pesquisa qualitativa, é possível identificar aspectos dos entrevistados que uma pesquisa quantitativa não seria capaz de apresentar, como uma abordagem profunda e científica das características de cada resposta levantada, como aponta os autores:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (Silva & Menezes, 2000, p. 20).

Já com relação à pesquisa descritiva, o autor define:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (Gil, 2008, p. 28).

Pela pesquisa apontada, é possível identificar algumas características dos participantes, e relacioná-las com diversas variáveis encontradas, na pesquisa bibliográfica, pensando também de maneira colaborativa e engajada, pode-se contribuir com temas inclusivos na produção do conhecimento.

3.2 Participantes

Participaram da pesquisa ao todo, 91 estudantes, 47 professores e 9 gestores das três escolas onde aplicou-se a pesquisa, na cidade de Pindamonhangaba-SP.

A cidade possui um total de 25.875 estudantes regularmente matriculados em 86 escolas do Ensino Fundamental e 30 escolas do Ensino Médio, de acordo com o IBGE (2022).

Desse universo, três escolas aceitaram a aplicação da pesquisa, conforme Quadro 5:

Quadro 5 - Dados das Escolas pesquisadas

DADOS DAS ESCOLAS ONDE SE APLICOU A PESQUISA			
	ESTUDANTES MATRICULADOS	PROFESSORES	GESTORES
ESCOLA A	140	14	3
ESCOLA B	271	20	4
ESCOLA C	240	16	3
TOTAL	651	50	10

Fonte: elaborado pela própria autora.

A pesquisa foi realizada com estudantes, professores e gestores da educação básica, a qual foi analisada e interpretada nesta pesquisa.

Para definição da amostra dos estudantes a ser pesquisada, foi utilizado teorema do limite central, o qual se utiliza da seguinte fórmula, conforme abaixo:

Figura 11 - Cálculo do Teorema do Limite Central

$$n = N \frac{Z^2 p (1-p)}{e^2 + Z^2 p (1-p)}$$

Em que:

n = é o tamanho da amostra que queremos calcular (amostragem)

N = é tamanho do universo (ou seja, a população)

Z = é o desvio do valor médio que é aceito para alcançar o nível de confiança que se deseja

e = é a margem de erro máximo que se admite

p = é a proporção que se espera encontrar

Fonte: Coelho, 2018.

Sendo assim, foram utilizados os seguintes dados:

a) Amostra de estudantes

Para a amostra de estudantes, foi realizado o cálculo amostral conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Dados para cálculo da amostra de estudantes

Dados para cálculo da amostra de estudantes	
N- tamanho do universo	651
Z- desvio do valor médio	95%
e- margem de erro	5%

Fonte: elaborado pela própria autora.

A partir do cálculo realizado por meio da calculadora *Comento*, chegou-se à conclusão de que a amostra de estudantes precisaria ser de 179 deles, conforme abaixo:

Figura 12 - Calculadora amostral estudantes

 **COMENTTO**
pesquisa de mercado

Calculadora Amostral

População

651

Erro amostral (%)

5

Nível de confiança

95%

Distribuição da população

Mais homogênea (80/20)

CALCULAR

Resultado

179

Fonte: Comentto, 2024

b) Amostra de professores:

Para a amostra dos professores, foi utilizado o cálculo conforme demonstrado no Quadro 7:

Quadro 7 - Dados para cálculo da amostra de professores

Dados para cálculo da amostra de professores	
N- tamanho do universo	44
Z- desvio do valor médio	95%
e- margem de erro	5%

Fonte: elaborado pela própria autora.

Figura 13 - Cálculo para amostra professores

COMENTTO

Calculadora Amostral

População

44

Erro amostral (%)

5

Nível de confiança

90%

Distribuição da população

Mais homogênea (80/20)

CALCULAR

Resultado

36

Fonte: Comento, 2024

c) Amostra de gestores

Para a amostra dos gestores, foi utilizado o cálculo conforme demonstrado no Quadro 8:

Quadro 8 - Dados para cálculo da amostra de gestores

Dados para cálculo da amostra de gestores	
N- tamanho do universo	44
Z- desvio do valor médio	95%
e- margem de erro	5%

Fonte: elaborado pela própria autora.

Figura 14 - Cálculo para amostra gestores

COMENTTO

População

10

Erro amostral (%)

5

Nível de confiança

90%

Distribuição da população

Mais homogênea (80/20)

CALCULAR

Resultado

10

Fonte: Comentto, 2024

Perante os cálculos amostrais, foram divididas as quantidades de participantes de acordo com a proporção cada escola:

No Quadro 9, é apresentada uma síntese da relação entre a população de cada escola e o cálculo amostral.

Quadro 9 - Relação da população e cálculo amostral de cada escola

RELAÇÃO DA POPULAÇÃO E CÁLCULO AMOSTRAL DE CADA ESCOLA

	ESTUDANTES MATRICULADOS	CÁCULOS AMOSTRAL DE ESTUDANTES	PROFESSORES	CÁLCULO AMOSTRAL DE PROFESSORES	GESTORES	CÁLCULO AMOSTRAL DE GESTORES
ESCOLA A	140	39	14	11	3	3
ESCOLA B	271	75	15	12	4	4
ESCOLA C	240	65	16	13	3	3
TOTAL	651	179	44	36	10	10

Fonte: elaborado pela própria autora.

A entrevista semiestruturada foi aplicada para gestores das escolas A, B e C, que, ao todo, são 10, e para essa etapa, a escolha foi de alcançar uma amostragem por saturação teórica, a qual é realizada da seguinte maneira: “interrompe-se a coleta de dados quando se constata que

elementos novos para subsidiar a teorização almejada (ou possível naquelas circunstâncias) não são mais apreendidos a partir do campo de observação” (Fontanella, *et. al*, 2011, p. 389).

O Quadro 10 mostra a relação entre cálculo amostral e a amostra de fato coletada:

Quadro 10 - Relação da população e amostra colhida em cada escola

RELAÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA COLHIDA EM CADA ESCOLA

	CÁLCULOS AMOSTRAL DE ESTUDANTES	AMOSTRA DE ESTUDANTES COLETADA	CÁLCULO AMOSTRAL DE PROFESSORES	AMOSTRA DE PROFESSORES COLETADA	CÁLCULO AMOSTRAL DE GESTORES	AMOSTRA DE GESTORES COLETADA
ESCOLA A	39	7	11	11	3	2
ESCOLA B	75	55	12	15	4	4
ESCOLA C	65	29	13	14	3	3
TOTAL	179	91	36	40	10	9

Fonte: elaborado pela própria autora.

O Quadro 10 mostra que não foi possível atingir o número de amostras previstas, no cálculo amostral, pelo fato de as escolas não terem cooperado, incentivando os responsáveis e os estudantes a responderem à pesquisa, conforme relatado mais adiante no item procedimentos para Coleta de dados.

3.2. Instrumentos de Pesquisa

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados dois instrumentos de pesquisa: questionário para estudantes e professores e entrevista semiestruturada para gestores.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 201): “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Já com relação as entrevistas, Martin e Gaskell (2008) separam as entrevistas qualitativas em dois tipos: a) semiestruturado, com um único participante e b) grupo focal, com um grupo de participantes, e ainda complementa que podem ser utilizadas com outros métodos de pesquisa.

Os autores complementam que: “a relevância da etapa de elaboração do questionário deve ser considerada para o aumento da taxa de resposta. Questionários curtos, claros têm maiores chances de obterem taxas de respostas mais altas” (Faleiros, et al, 2016, p. 4).

Já com relação às entrevistas, Martin e Gaskell (2008) separam as entrevistas qualitativas em dois tipos: a) semiestruturado, com um único participante e b) grupo focal, com um grupo de participantes, e ainda complementa que podem ser utilizadas com outros métodos de pesquisa.

Para Duarte (2004, p.215):

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo [...].

O questionário foi aplicado para jovens de 11 a 18 anos, regularmente matriculados, na educação básica, de três escolas intituladas aqui como Escola A, Escola B e Escola C, na cidade de Pindamonhangaba, interior de São Paulo e também para os professores dessas mesmas escolas.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada para os gestores também dessas escolas.

3.3. Procedimentos para Coleta de dados

A coleta de dados é uma etapa crucial na elaboração de uma dissertação, pois fornece as informações necessárias para responder às perguntas de pesquisa e atingir os objetivos do estudo. O processo de coleta de dados deve ser cuidadosamente planejado e executado para garantir a qualidade e a validade dos resultados.

O procedimento de coleta de dados para este trabalho passou por diversas etapas de acordo com cada público participante, como será apresentado em seguida.

3.3.1 Coleta de dados dos estudantes

Primeiramente, as instituições de ensino aprovaram a aplicação da pesquisa por meio do Termo de Anuência da Instituição, como pré-requisito pela instituição de ensino e por

envolver seres humanos, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU).

A partir da aprovação pelo comitê, foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido com a descrição, com os objetivos e com os riscos da pesquisa, para consentimento dos participantes, para os estudantes menores de idade, foi elaborado além do termo livre e esclarecido para seus responsáveis, também um Termo de Assentimento (para estudantes de 11 a 17 anos) para o próprio estudante, conforme Anexos A e B.

Houve um comunicado que antecedeu a aplicação da pesquisa nas três escolas:

Para a Escola A, a pesquisadora deste trabalho foi convidada a passar, nas salas junto com a diretora, para explicar sobre a pesquisa e entregar o termo para os estudantes, pedindo para que seus responsáveis assinassem e trouxessem assinados em uma data específica que aconteceria a aplicação da pesquisa, essa abordagem não gerou muita aderência, poucos estudantes se sentiram à vontade para pegar o termo, quase nenhum estudante do sexo masculino quis pegar, mesmo sendo esclarecido que a pesquisa seria aplicada para ambos os sexos, e das estudantes que aceitaram o termo, poucas trouxeram o termo assinado, no dia combinado, outros ainda esqueceram. É possível compreender que envolver o sexo masculino ao abordar esse tema, torna-se desafiador. Diante de todo o processo histórico em relação ao corpo da mulher, compreende-se aqui um machismo estrutural, que impediu a anuência do sexo masculino de colaborar com a pesquisa.

Para a Escola B, os gestores comunicaram sobre a pesquisa, em uma reunião de pais, onde já entregaram o termo para os responsáveis assinarem, o que gerou muita aderência.

No dia acordado, a pesquisa foi realizada com os estudantes cujos responsáveis assinaram o termo, e o estudante que também consentiu em participar, assinando o Termo de Assentimento, os estudantes também utilizaram a infraestrutura da escola de sua sala de informática, onde a escola disponibilizou notebooks e tablets para que os estudantes pudessem acessar o *Qr Code* para iniciar a pesquisa.

Uma única turma teve que realizar a pesquisa, na própria sala, devido à sala de informática ficar, no 2º andar, e a turma ter uma aluna com deficiência física que utilizava cadeira de rodas. Nessa turma, os estudantes realizaram a pesquisa pelos próprios celulares acessando o *Qr Code* que o professor projetou no quadro.

Para a Escola C, a abordagem foi semelhante à escola A, onde a pesquisadora foi convidada a passar, nas salas junto com a coordenadora de área, para explicar sobre a pesquisa e também para entregar o termo para os responsáveis assinarem e para trazerem assinados em uma data pré-estabelecida. Com a ajuda de muitos professores, os estudantes ficaram

sensibilizados a participar da pesquisa compreendendo a importância de sua participação, muitos deles do sexo masculino e feminino pediram o termo, porém, no dia combinado, muitos não trouxeram o documento, apenas 10. Momento no qual a pesquisadora sugeriu para os coordenadores para falar e entregar o termo para os responsáveis, no dia da reunião de pais, assim foi feito, aumentando um pouco mais as autorizações.

No dia acordado, os estudantes cujos responsáveis assinaram o termo, foram chamados em uma das salas de informática da escola para participarem da pesquisa, o Termo de Assentimento foi explicado e dado para os estudantes assinarem, os estudantes acessaram a pesquisa que estava já na tela dos computadores.

O questionário foi aplicado para os estudantes pelo *Google Forms*, cujo acesso foi disponibilizado pelo link nos computadores ou de um *Qr Code* apresentado no dia da pesquisa.

Para as repostas obtidas por meio dos questionários para estudantes e professores, foi utilizado o próprio *Google Forms*, pelos gráficos gerados pela plataforma, como também o software *Iramuteq* para auxílio nos agrupamentos das repostas dissertativas, pelos gráficos de similitude e Nuvens de palavras.

3.3.2 Coleta de dados dos professores

Para a coleta de dados dos professores e dos gestores, foi agendada uma data específica quando a pesquisadora foi a uma reunião da equipe de professores de cada escola, explicou sobre a pesquisa, e os professores foram convidados a participar, acessando o formulário do questionário pelo *Qr Code* disponibilizado, na tela da sala, aqueles que consentiram em participar assinaram o Termo livre e Esclarecido.

Para as entrevistas com os gestores, foi utilizado o *software Iramuteq*, que pode ser definido como:

Programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras) (Camargo e Justo, 2013, p. 515).

A utilização do software auxiliou na organização das similaridades das respostas, possibilitando maior compreensão do que foi mais marcante nas respostas dos entrevistados.

3.3.3 Coleta de dados dos gestores

Para a coleta de dados dos gestores, foram agendadas datas específicas conforme a disponibilidade de cada um em cada escola, a entrevista foi gravada por um aplicativo de gravação de voz, transcrita e organizada pelo software *Iramuteq*.

3.4. Procedimentos para Análise de informações (dados)

A fase de análise e interpretação dos dados é de suma importância para a pesquisa, ambos se complementam e se relacionam.

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 2008, p. 156).

Para a análise dos dados obtidos por meio das respostas dos questionários aplicados para estudantes e professores, como também para as entrevistas com os gestores, foi utilizada a técnica de categorização, na qual se categorizaram as respostas dentro dos marcadores sociais apontados, na pesquisa, e informações relevantes em comparação às pesquisas bibliográficas realizadas.

O autor define a técnica como:

[...] Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos (significações e manifestas) e simples (Bardin, 1977), p. 153).

Para a categorização dos dados dos estudantes, primeiramente foram utilizados os marcadores sociais: mulheres (baseados nas respostas de qual sexo se identificam), pessoas transexuais (baseado nas respostas daqueles que se declararam do sexo feminino, diferente daqueles que declararam ter o gênero feminino), pessoas em vulnerabilidade social (baseado nas respostas daqueles que declararam possuírem uma renda familiar que os permitissem chegar até o fim do mês com muita dificuldade) e pessoas com deficiência (baseado nas respostas apenas das pessoas com ovários).

Já, para a análise dos dados, professores e gestores foram categorizadas as respostas sobre as condições mínimas de higiene para a promoção da dignidade menstrual, nas escolas,

quais projetos realizam para a promoção da dignidade menstrual, e qual a importância que deram para abordar o tema educação menstrual na escola.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Silva & Menezes (2000), os resultados e discussões apresentam de maneira analítica os dados obtidos por meio da pesquisa aplicada, podem ser apoiados por recursos estatísticos como gráficos e tabelas, e para realização da análise e discussão, pode ser realizada uma divisão por tópicos com títulos logicamente formulados.

4.1 Dados obtidos dos estudantes

Primeiramente, é válido o apontamento das observações das escolas, durante a pesquisa, o que obviamente impactou diretamente a coleta de dados.

Observou-se que a Escola A possuía uma gestão mais conservadora, essa por ser estadual, recebe verba para adquirir e disponibilizar absorventes e lenços umedecidos, nos banheiros, porém a diretora informou que não deixa os absorventes à disposição dos banheiros, porque muitos estudantes estavam fazendo mau uso, como descartando absorventes limpos e também os grudando nas paredes. Então, conforme a necessidade dos estudantes, eles devem solicitar para a direção, caso precisem utilizar absorventes e lenços umedecidos.

Tal atitude demonstra que a escola não realizou nenhuma ação de conscientização sobre a educação menstrual, não esclareceu e envolveu os estudantes na importância de possuir e cuidar dos absorventes que são disponibilizados, mas também fica evidente que não houve nenhuma formação para gestores e funcionários sobre o Programa, que embora seja previsto em sua composição, nas escolas pesquisadas, não foi realizado.

A diretora informou que assim que foi aprovada a lei para a distribuição dos absorventes, foi realizada uma ação, distribuindo alguns absorventes e também lenços umedecidos para os estudantes que menstruavam, porém se sabe que a quantidade não seria suficiente nem para um semestre de utilização, e que o fato de os estudantes terem que ir até a direção para solicitar o absorventes e/ou lenço umedecidos pode ocasionar constrangimento a eles, justamente por não terem recebido uma conscientização sobre o tema.

A gestão se mostrou muito preocupada com a reação dos pais em deixar os filhos participarem da pesquisa, como também em envolver os professores na participação, o que demonstrou não haver muito diálogo entre escola e família, e inclusive entre a gestão e os professores.

Outro fator relevante a ser apontado sobre a escola é o fato de os estudantes serem mais novos, talvez ainda não compreendessem totalmente o que era menstruação. Percebeu-se

também que os estudantes tiveram muita dificuldade em preencher o formulário, não sabendo o que eram questões básicas como a diferença entre zona rural e zona urbana, qual a escolaridade dos responsáveis, entre outras perguntas.

Muitos termos entregues pelos responsáveis também vieram preenchidos incorretamente, o que demonstrou dificuldade dos próprios responsáveis em compreenderem o termo.

Já a Escola B se apresentou com uma gestão muito democrática e participativa, colaborou muito com a aplicação da pesquisa e com o envolvimento dos alunos e professores para a participação.

O diretor analisou e autorizou o Termo de Consentimento muito rapidamente, e os dois coordenadores que auxiliaram no processo de divulgação da pesquisa e também de coleta de dados se mostraram extremamente motivados a colaborar com a pesquisa.

Os estudantes foram muito participativos, demonstrando estarem acostumados a colaborar com esse tipo de pesquisa, o que foi confirmado por um dos coordenadores, que informou sempre abrir as portas da escola para a aplicação de pesquisas científicas.

A escola disponibiliza, nos banheiros, absorventes e lenços umedecidos para os estudantes, fazendo cumprir a lei estadual.

A gestão demonstrou muito diálogo entre os professores e os responsáveis, na hora do intervalo, houve um café coletivo, com muito diálogo entre os professores e gestores, o que disseram que acontece diariamente, também ao observar algum comportamento incoerente de algum estudante, os coordenadores e professores conversam tranquilamente sobre a atitude, sem nenhuma tensão.

Com relação à Escola C, os estudantes se mostraram mais familiarizados com o tema, pelo fato de a escola já possuir um programa específico sobre a educação menstrual. Além do oferecimento de absorventes, nos banheiros, a escola disponibiliza absorventes em todos os banheiros femininos como também em banheiro masculino, para incluir homens trans. Por ser uma escola particular, não recebe verba do governo estadual para disponibilização, utiliza de recurso próprio para tal ação, desde 2019, inclusive mesmo antes da aprovação da lei nas escolas estaduais.

A escola se apresentou com uma visão muito diversificada e inclusiva, foi ganhadora do prêmio de direitos humanos e inclusão pela OAB da cidade de Pindamonhangaba em 2023.

Tal atitude demonstra que escola promove diálogos e conscientização sobre a diversidade e a inclusão.

4.1.1 Questionário para estudantes

O questionário foi aplicado para estudantes de 11 a 18 anos das três escolas onde se aplicou a pesquisa, foi dividido em 3 partes, sendo elas: 1) Perguntas de Caracterização dos estudantes; 2) Perguntas específicas – estudantes – pessoas com e sem ovários 3) Perguntas específicas para pessoas com ovários. – estudantes.

4.1.1.1 Perguntas de Caracterização dos estudantes

Aqui, pode-se, de maneira geral, categorizar as respostas obtidas dos estudantes de acordo com os marcadores sociais apontados na pesquisa bibliográfica: mulheres, pessoas transexuais, pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência, conforme Quadro 11.

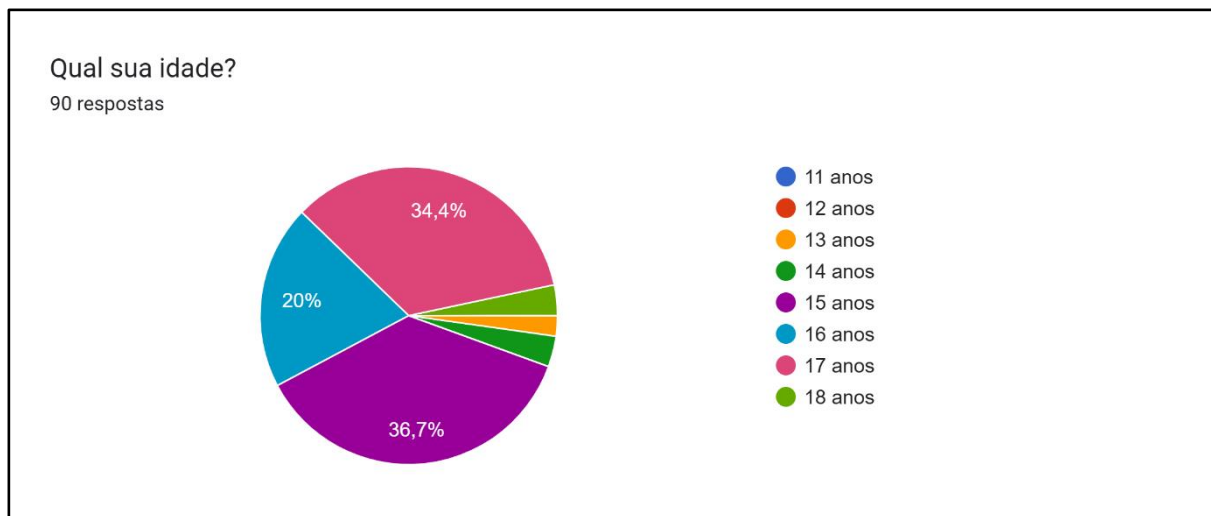
Quadro 11 - Categorização das respostas dos estudantes

CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ESTUDANTES		
CATEGORIAS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
MULHERES	48	52,7%
PESSOAS TRANSEXUAIS	1	1,9%
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	1	1,1%
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1	2,1%

Fonte: elaborado pela própria autora.

O questionário foi aplicado ao todo para 91 estudantes das três escolas, entre 11 e 18 anos, a média de idade foi de 20% com 16 anos, 34,4% com 17 anos e 36,7% com 15 anos, um estudante não respondeu a essa pergunta, conforme apontado na Figura 14:

Figura 15 - Idade dos estudantes

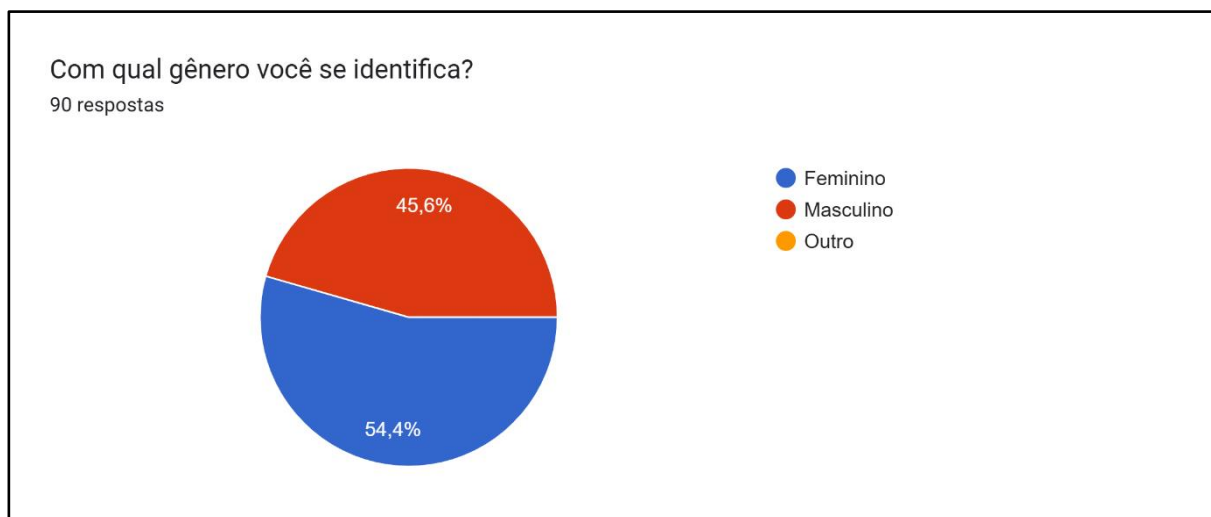


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens das idades dos estudantes pesquisados.

Dentre eles, 45,6% eram do sexo masculino e 54,4% do sexo feminino, porém apenas 52,7% declararam possuir ovários, o que apontou que muitos estudantes não sabiam o que significava ovários, um estudante não respondeu a essa pergunta, conforme demonstrado nas Figuras 16 e 17:

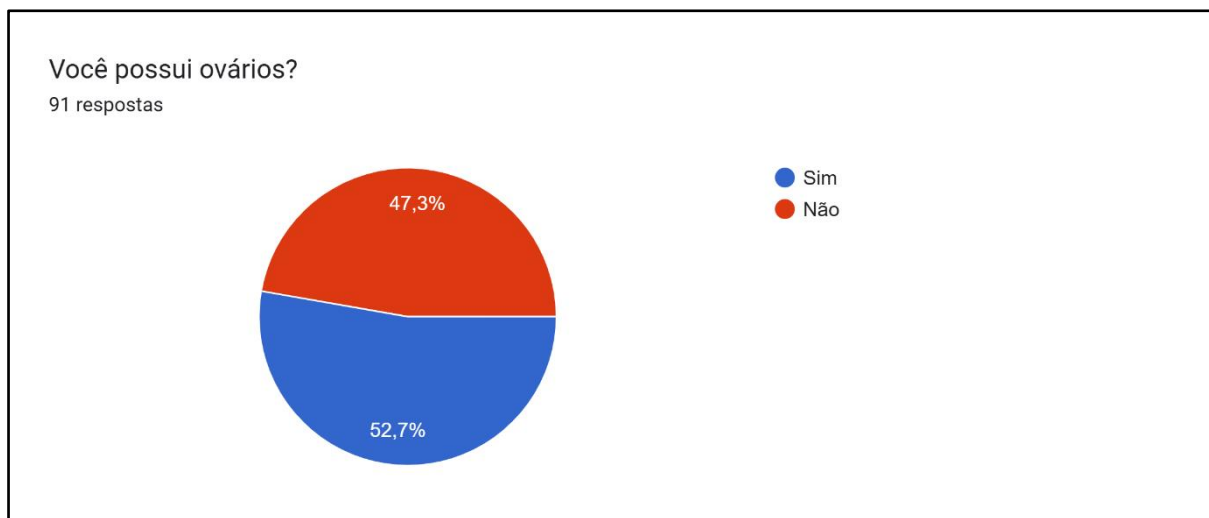
Figura 16 - Gênero dos estudantes



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens dos gêneros com os quais os estudantes pesquisados se identificam.

Figura 17 - Estudantes que possuem ovários



Fonte: elaborado pela própria autora.

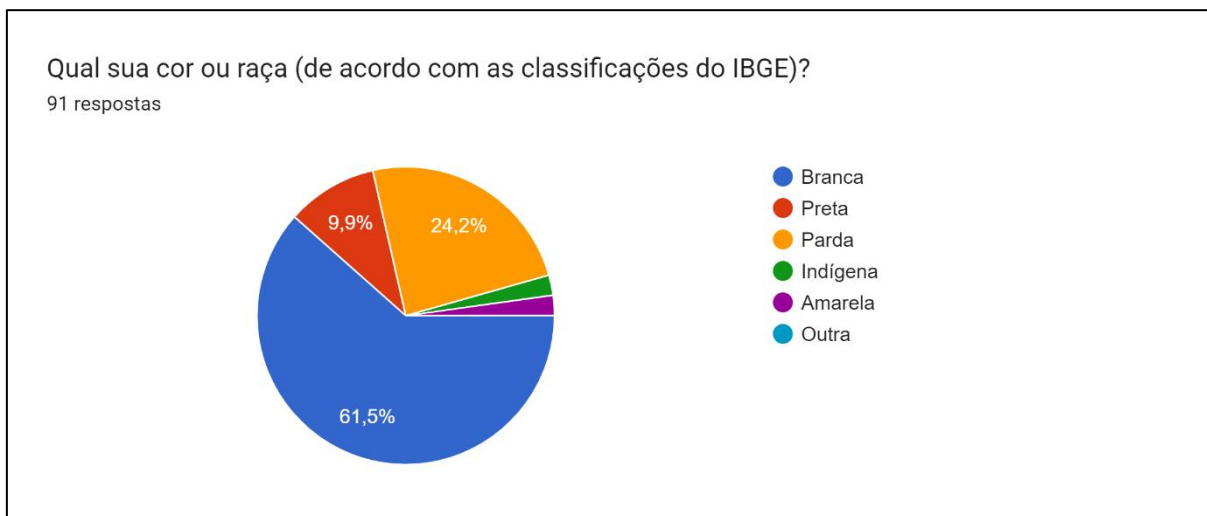
#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens de estudantes que possuíam ou não possuíam ovários.

Com base nos gráficos apresentados, pode-se notar desconhecimento dos estudantes sobre o significado de ovários, momento em que muitos questionaram se possuíam ou não, dentre os participantes, 45,6% se declaram como sendo do gênero masculino, mas 47,3% declararam não possuir ovários, o que aponta uma divergência na porcentagem entre meninos e meninas, podendo ser identificado como pessoas transexuais ou apenas falta de conhecimento sobre o tema.

É provável que tal desconhecimento se dê pelo fato de a sexualidade e o gênero terem tido suas definições muito tardias, principalmente no que diz respeito ao corpo da mulher, conforme aponta o autor Laqueur (2001), o sexo que conhecemos atualmente só foi inventado, no século XVIII, com as definições corretas sobre os órgãos genitais femininos, porém ainda levando consigo diversos tabus e paradigmas. Já o gênero precisa ser compreendido de maneira que considere intersecções políticas, culturais e de identidade, conforme aponta a Butler (1990), que talvez, ainda hoje, os jovens não tenham tido contato ou levados à tal reflexão.

Com relação à cor ou raça, de acordo com as classificações do IBGE, foram apontados na Figura 18:

Figura 18 - Cor ou Raça dos estudantes



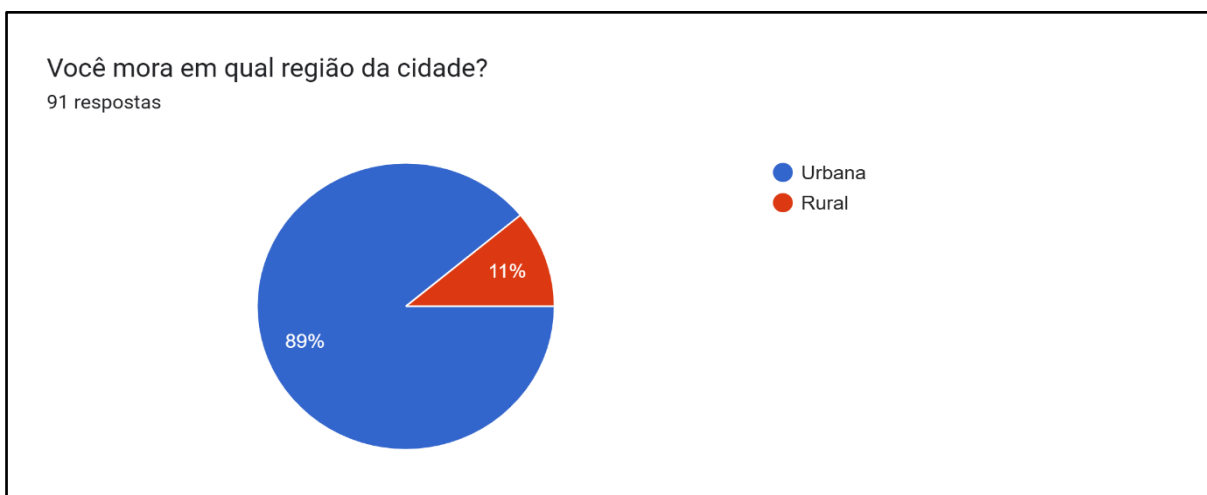
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens de cor ou raça dos estudantes.

A Figura 18 mostra que os entrevistados declararam, em sua maioria, com 61,5% serem da raça branca, 24,2% declararam serem pardos e apenas 9,9% declararam ser pretos.

Sobre a localização da moradia dos estudantes, 89% declararam residir em área urbana e apenas 11% declararam residir em área rural conforme aponta Figura 19:

Figura 19 - Em qual região da cidade os estudantes moram



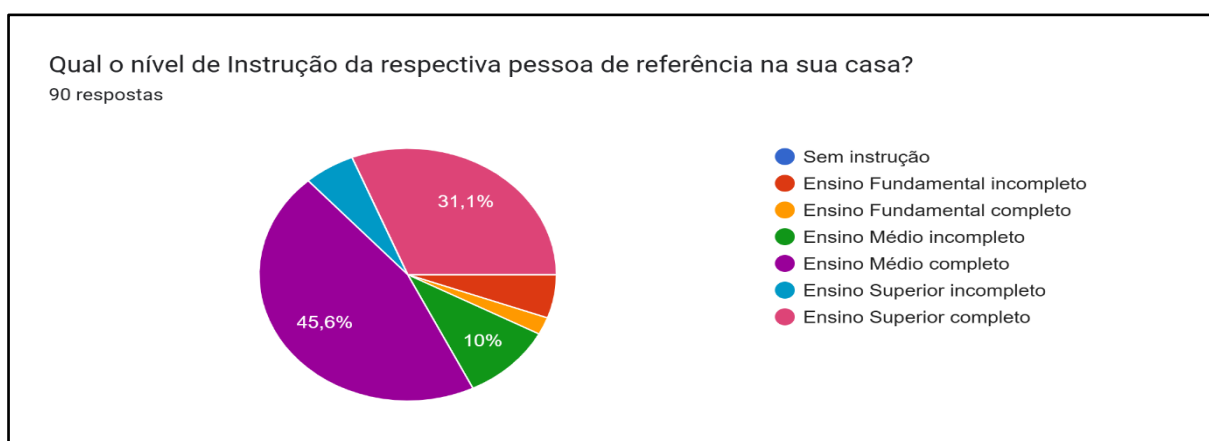
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens de moradia dos estudantes nas regiões urbana e rural.

As figuras 18 e 19 mostram que, em sua maioria, os estudantes possuem privilégios em relação a sua raça e moradia, visto que a população mais afetada em termos das desigualdades sociais são pessoas negras, conforme aponta Sawaia (1999), que foram representados em apenas 9,9% dos pesquisados, e com relação à moradia, sabe-se que a dificuldade de acesso a transporte público e locomoção é mais agravada, representados por apenas 11% dos estudantes, ou seja, em sua maioria, os estudantes pesquisados são brancos e moram na zona urbana da cidade.

Sobre o grau de instrução da pessoa de referência da família, os estudantes apontaram 10% que possuem ensino médio incompleto, 31,1% ensino superior completo e 45,6% possuem ensino médio completo, conforme Figura 20:

Figura 20 - Qual nível de instrução da pessoa de referência da família do estudante

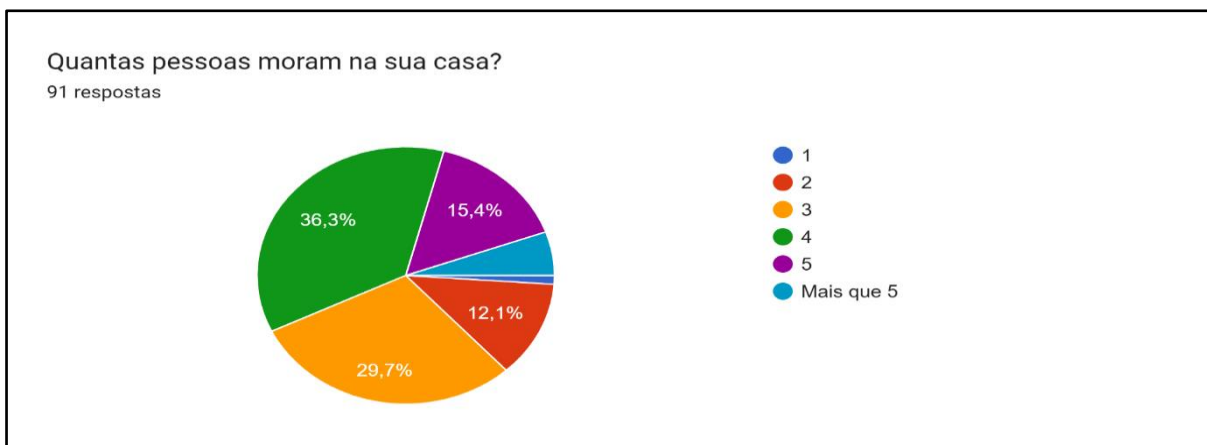


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens do nível de instrução da pessoa de referência da família do estudante.

Em média, na residência dos estudantes, moram 3 pessoas, 67% informaram morarem em casa própria e 72% declararam que sua moradia possui uma boa condição, conforme demonstrado na Figuras 21 e 22:

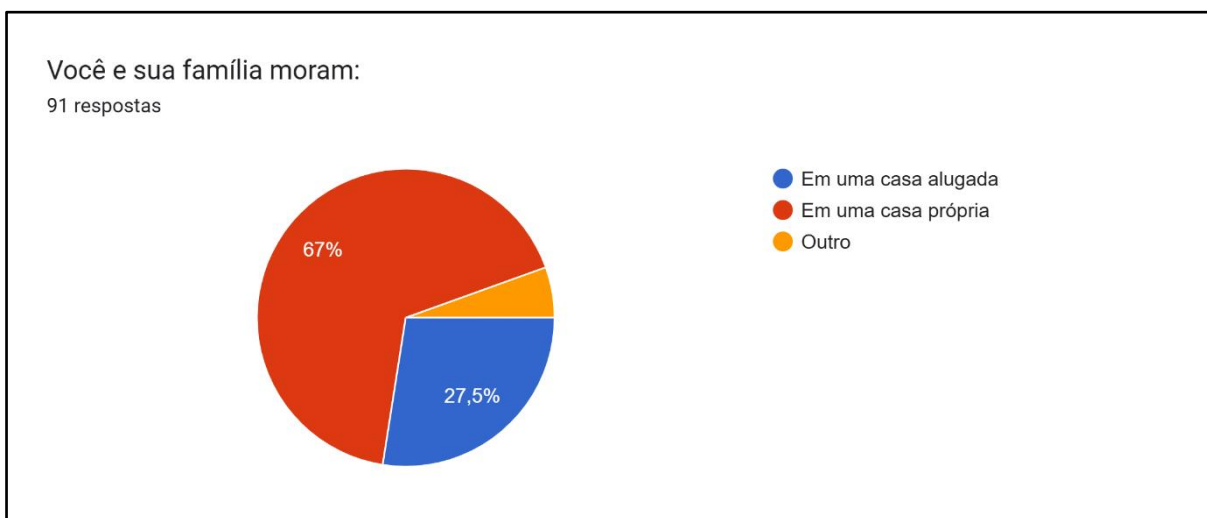
Figura 21 - Quantidade de moradores da casa do estudante



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens da quantidade de moradores da casa dos estudantes.

Figura 22 - Tipo de casa dos estudantes

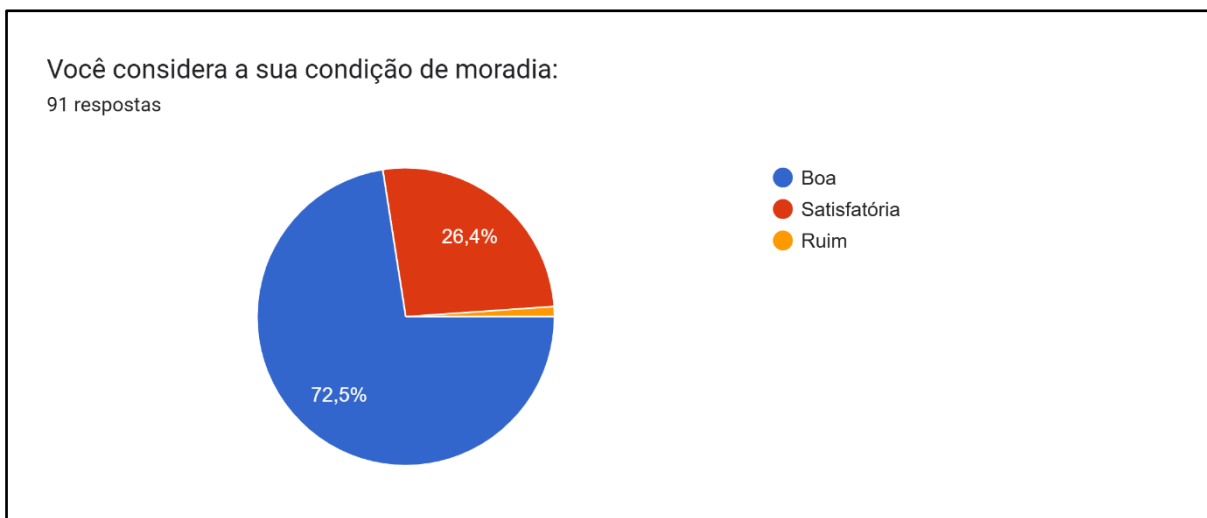


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens do tipo de casa dos estudantes, própria ou alugada.

Outro ponto que enfatiza o lugar de privilégio dos estudantes é que, em sua maioria, o nível de instrução da pessoa de referência da família possuir ao menos o ensino médio completo e mais de 30% possuir o ensino superior completo, como também 67% residirem em moradia própria.

Figura 23 - Condição da moradia dos estudantes

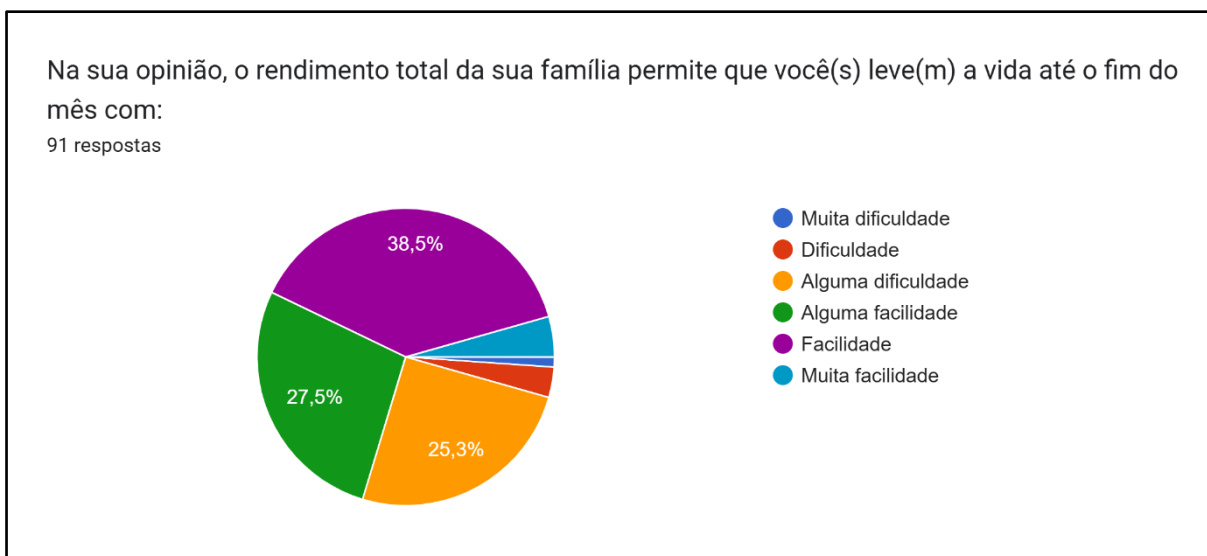


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens da condição de moradia dos estudantes: boa, satisfatória ou ruim.

Com relação à renda, 38,5% declaram que o rendimento total da família permite que eles cheguem até o fim do mês com facilidade, conforme apontado na Figura 24:

Figura 24 - Condição da renda familiar dos estudantes



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens do rendimento total da família, se até o fim do mês lhe permitam levar uma vida com: muita dificuldade, dificuldade, alguma dificuldade, alguma facilidade, facilidade ou muita facilidade.

A condição de moradia e o rendimento total da família correspondem a uma vida sem situação de vulnerabilidade social, em sua maioria, o IBGE (2024) identifica uma renda mensal de R\$ 665,00 per capita para pobreza e R\$ 209,00 para extrema pobreza, o que pode corresponder cerca de menos de 4% dos entrevistados, em que 3,3% apontaram que a renda total da família permitem-nos chegar até o fim do mês com dificuldade, e 1,1% com muita dificuldade, ao contrário de 27,5% com alguma facilidade e 38,5% com facilidade.

Com relação a saneamento básico, 98,9% declararam ter acesso a saneamento básico em sua moradia, e 98,8% declararam ter acesso à coleta de lixo, conforme demonstrado nas Figuras 25 e 26:

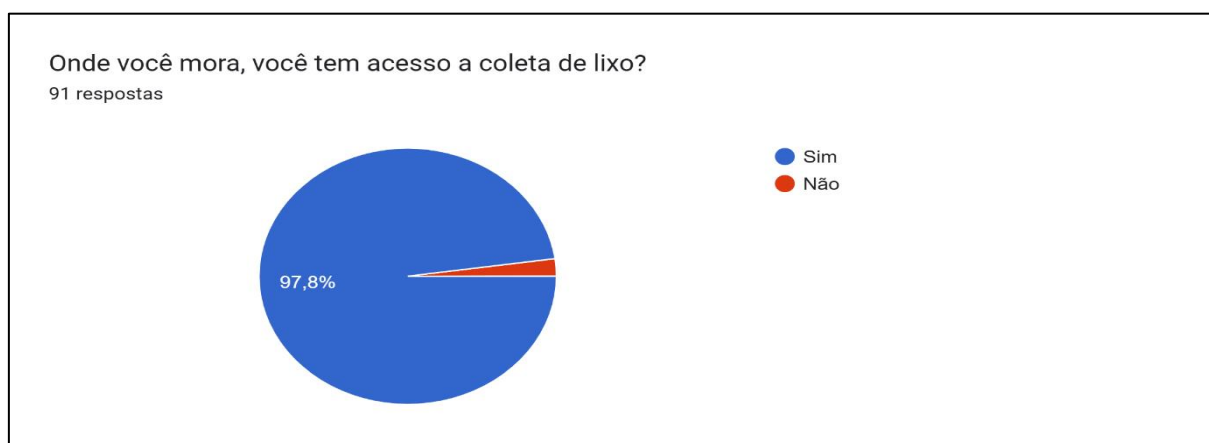
Figura 25 - Acesso a saneamento básico dos estudantes



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens de acesso a saneamento básico (água tratada, esgoto tratado).

Figura 26 - Coleta de lixo na residência dos estudantes



Fonte: elaborado pela própria autora.

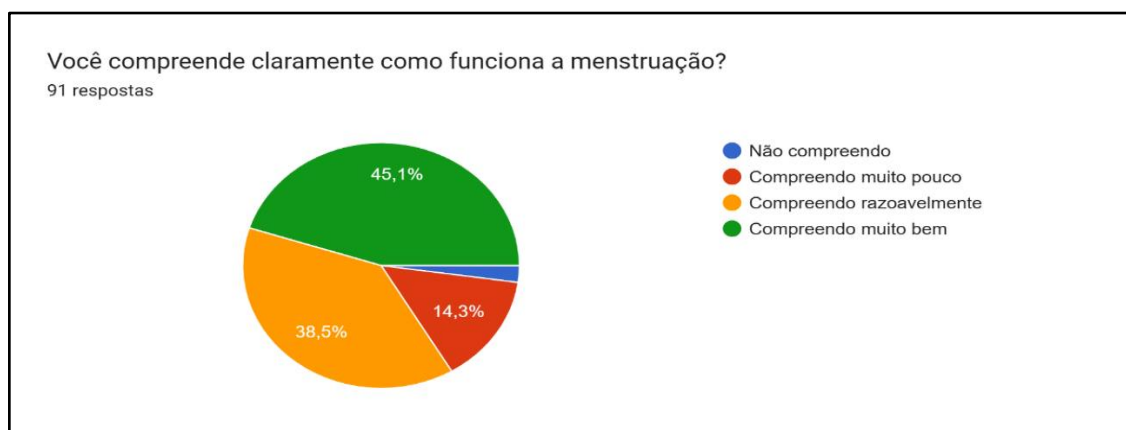
#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens de acesso à coleta de lixo.

Para o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2021), um dos principais fatores para a promoção da dignidade menstrual é o acesso a saneamento básico, a coleta de lixo também favorece as condições de higiene e de prevenção de doenças. De acordo com as respostas dos estudantes, apenas 1,1% declarou não possuir saneamento básico e 2,2% declararam não possuir coleta de lixo.

4.1.1.2 Perguntas específicas – estudantes - para pessoas com e sem ovários

Dentre os estudantes, 45,1% responderam que compreendem muito bem como funciona a menstruação, 38,5% informaram que compreendem razoavelmente, e 14,3% informaram que compreendem muito pouco, o que demonstrou uma inconsistência, na resposta, e de fato 53,8% responderam saber a diferença entre menstruação e ciclo menstrual, conforme aponta a Figura 27:

Figura 27 - Compreensão dos estudantes sobre como funciona a menstruação



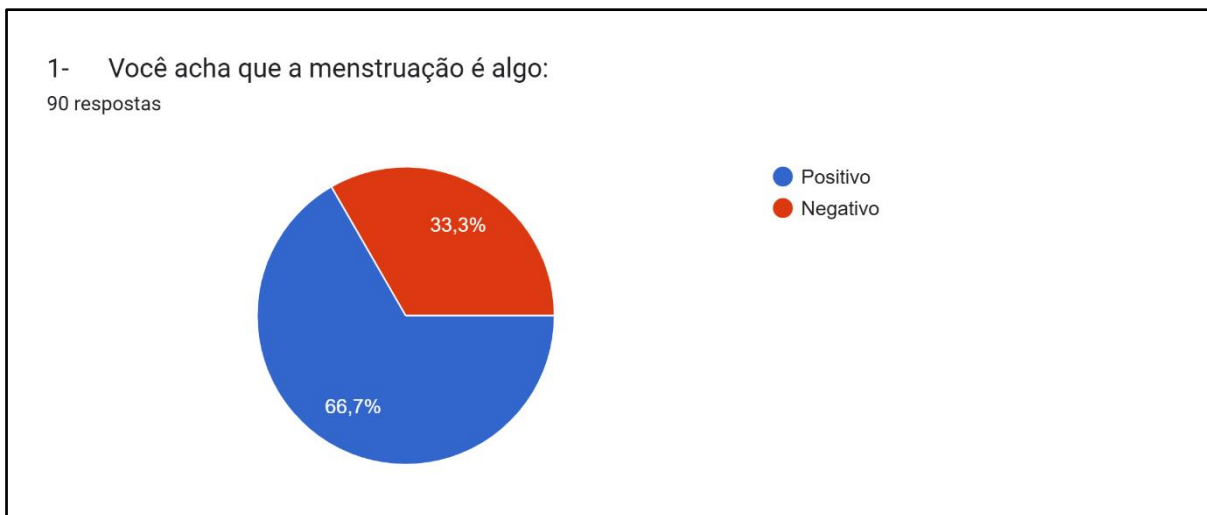
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre a compreensão sobre como funciona a menstruação, dividido em: não compreendo, compreendo muito pouco, compreendo razoavelmente, compreendo muito bem.

Sobre a percepção geral sobre a menstruação, 67% declararam achar a menstruação algo positivo, contra 33,3% que acham algo negativo, conforme demonstrado na Figura 28.

Um dos pilares causadores da pobreza menstrual apontados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2021) é a falta de conhecimento sobre os corpos e sobre o ciclo menstrual.

Figura 28 - Visão dos estudantes sobre a menstruação – pessoas com e sem ovários



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se os estudantes acham a menstruação algo positivo ou negativo.

Um dado marcante é que 73,6% dos estudantes informaram que conhecem razoavelmente seu corpo, contra 15,4% que informaram que conhecem muito bem, de acordo com a Figura 29:

Figura 29 - Como os estudantes entendem o funcionamento do próprio corpo

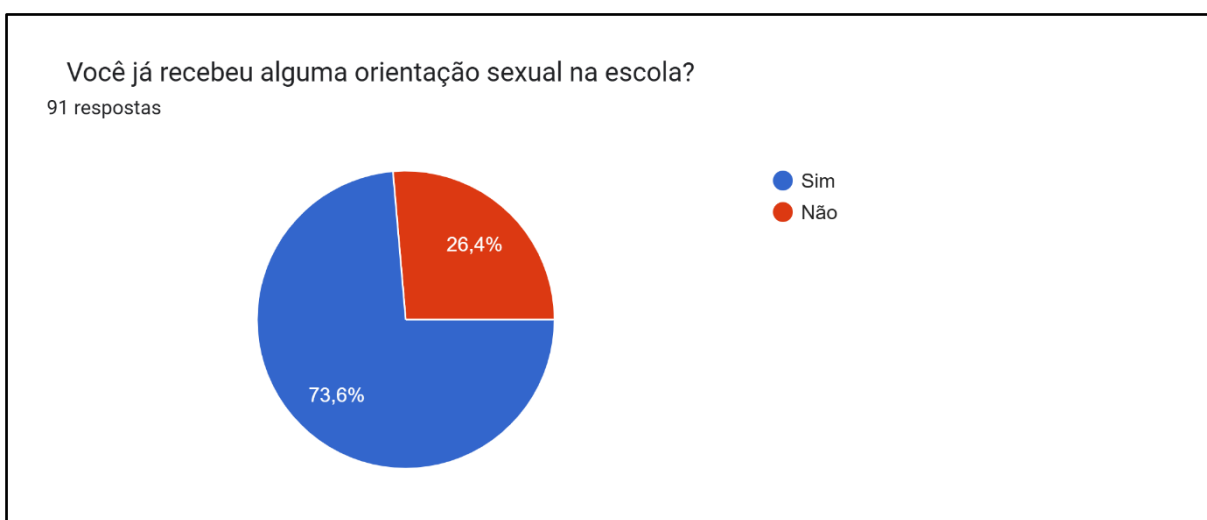


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre a percepção dos jovens a respeito do funcionamento de seus corpos, dividido em: não conheço, conheço muito pouco, conheço razoavelmente, conheço muito bem.

Sobre o papel da escola, 73,6% dos estudantes informaram que já receberam alguma orientação sexual, na escola, diferente da menstrual, que apenas 43,3% declararam já ter recebido, conforme apontam as Figuras 30 e 31:

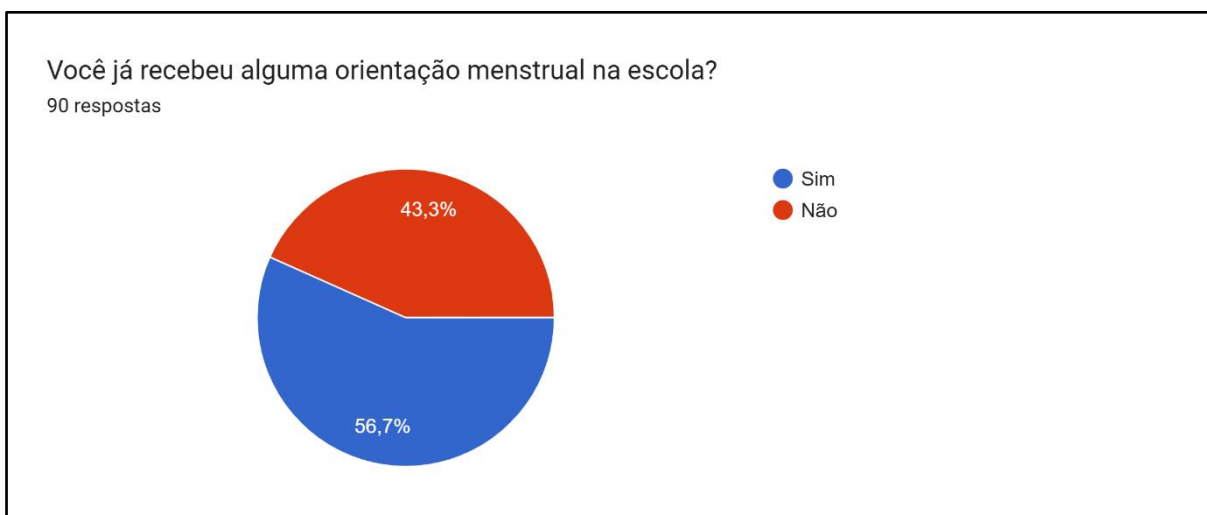
Figura 30 - Orientação sexual na escola para os estudantes



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se os estudantes já haviam recebido alguma orientação sexual, na escola, dividido em: sim e não.

Figura 31 - Orientação menstrual na escola para os estudantes

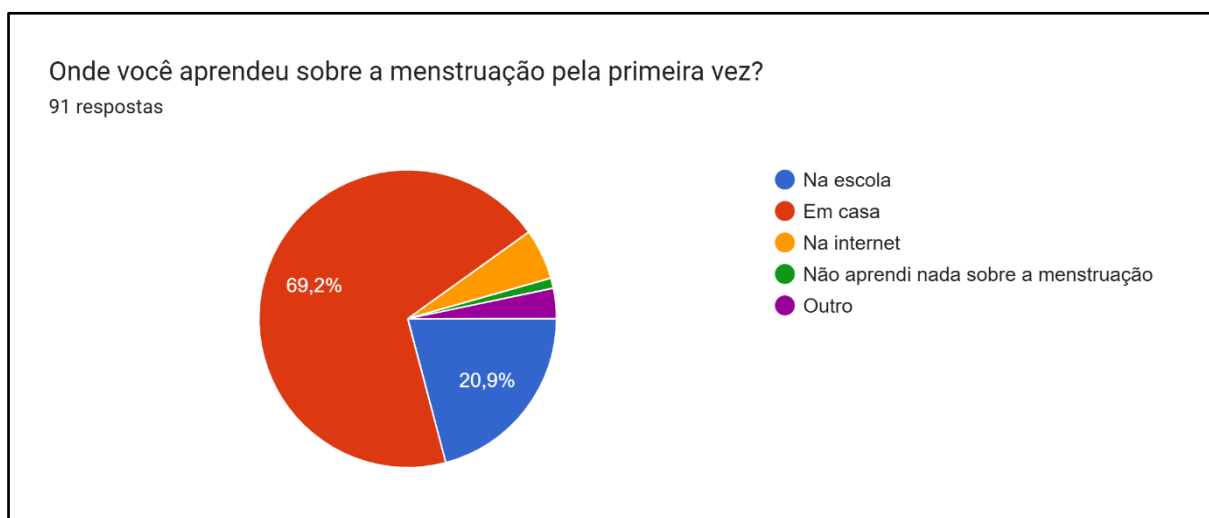


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se os estudantes já haviam recebido alguma orientação menstrual, na escola, dividido em: sim e não.

Para a importância de aprender sobre o tema, na escola, 46,2% acham extremamente importante. Porém, 69,2% declararam terem aprendido menstruação pela primeira vez em casa.

Figura 32 - Onde os estudantes aprenderam sobre menstruação

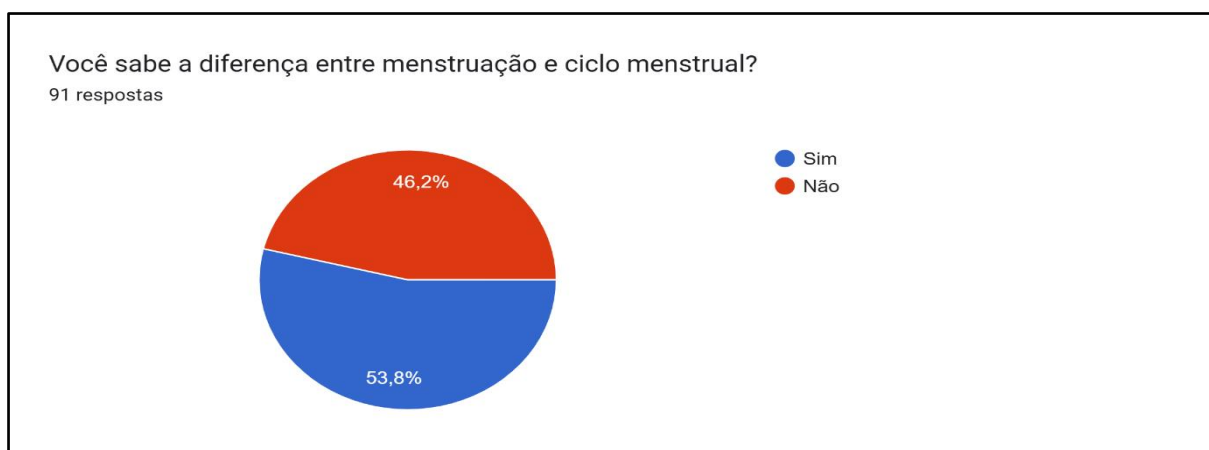


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre onde os estudantes aprenderam sobre menstruação, pela primeira vez, dividido em: na escola, em casa, na internet, não aprendi sobre a menstruação, outro.

Quando questionados sobre saberem a diferença entre menstruação e ciclo menstrual, 53,8% responderem saber diferenciar, conforme aponta Figura 33:

Figura 33 - O que os estudantes compreendem sobre a diferença de menstruação e ciclo menstrual

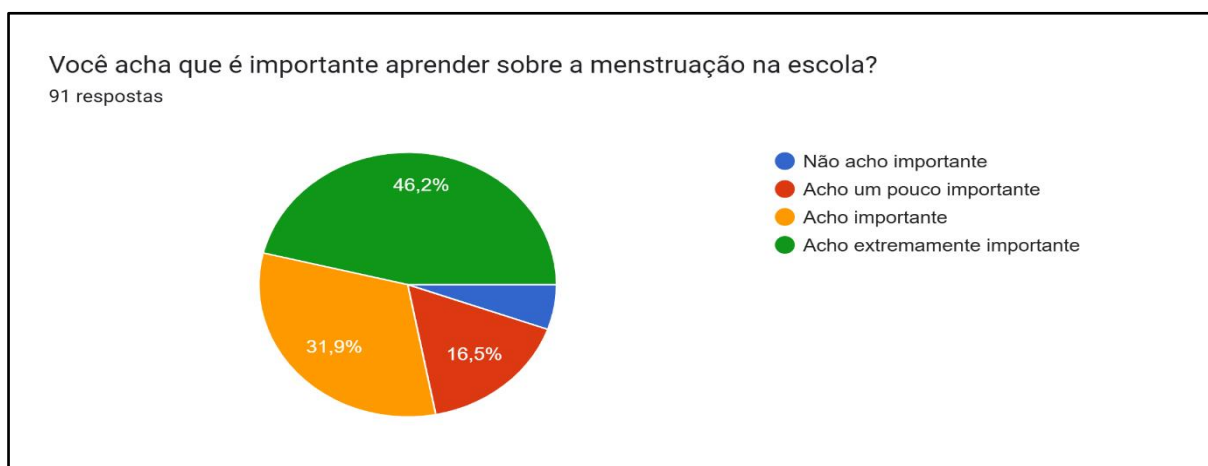


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre a compreensão dos estudantes a respeito da diferença entre menstruação e ciclo menstrual, dividido em sim e não.

Ao serem questionados sobre a importância de aprender sobre educação menstrual, na escola, 46,2% acharam extremamente importante e 31,9% acham importante e 16,5% acham pouco importante, conforme Figura 34:

Figura 34 - Nível de importância para aprender sobre menstruação, na escola, na visão dos estudantes



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre a importância que eles dão para aprender sobre a menstruação, na escola, dividido em: não acho muito importante, acho um pouco importante, acho importante e acho extremamente importante.

Pode-se observar, até aqui, algumas inconsistências nas respostas, que foram obtidas tanto de pessoas com e sem ovários, na próxima seção, será possível ter uma visão mais específica das respostas das pessoas que possuem ovários e sobre a tal inconsistência.

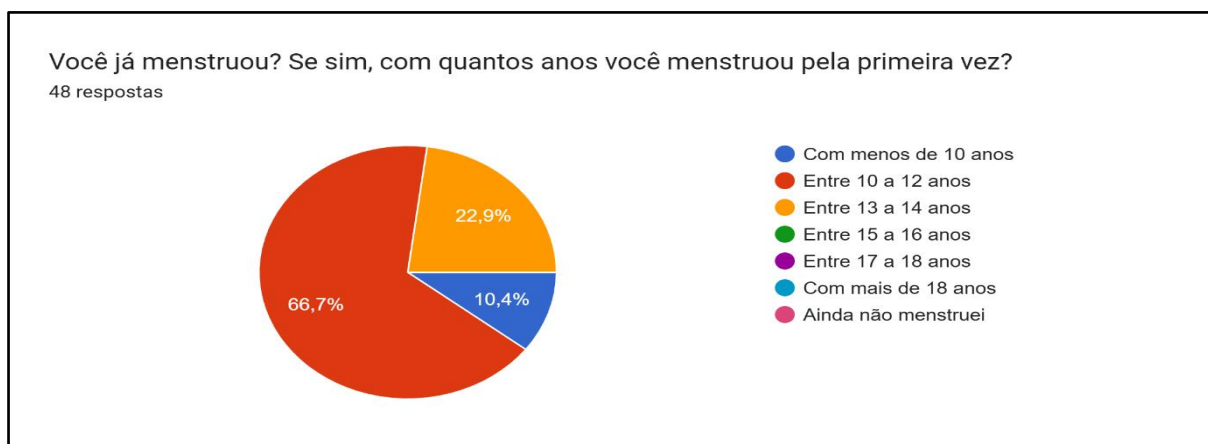
O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2021) aponta que a educação sobre a sexualidade e a educação menstrual deve ser ampliada, não apenas para a prevenção da gravidez indesejada, mas também para o conhecimento de seus corpos e de suas escolhas, e esses precisam ser adequados a cada faixa etária, o que também auxilia na prevenção de abusos sexuais em crianças e em adolescentes.

4.1.1.3 Perguntas específicas – apenas pessoas com ovários - estudantes

A média da menarca, ou seja, da primeira menstruação declarada pelos estudantes foi entre 10 e 12 anos, sendo 1 mais cedo que a idade média nacional, que, de acordo com o PNS

(2013), é de 13 anos de idade, todos que possuíam ovários que responderam à pesquisa já haviam menstruado, conforme Figura 35:

Figura 35 - Idade da menarca dos estudantes entrevistados

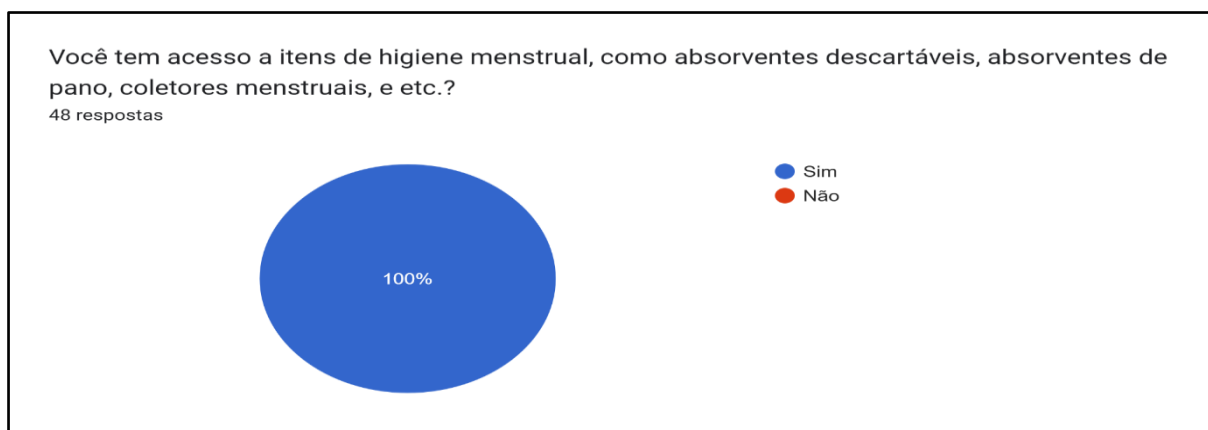


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre com quantos anos os estudantes menstruaram, dividido em: com menos de 10 anos, entre 10 e 12 anos, entre 13 e 14 anos, entre 15 e 16 anos, entre 17 e 18 anos, com mais de 18 anos e ainda não menstruei.

Outro pilar da pobreza menstrual relatado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2021) é a falta de acesso a itens de higiene pessoal, dentre as respostas, 100% declararam possuírem acesso a itens de higiene menstrual como absorventes descartáveis, absorventes de pano, coletores menstruais, entre outros, conforme aponta a Figura 36, o que mostra que nenhum estudante vive em situação de vulnerabilidade a ponto de não ter acesso aos itens de higiene:

Figura 36 - Acesso a itens de higiene menstrual dos estudantes

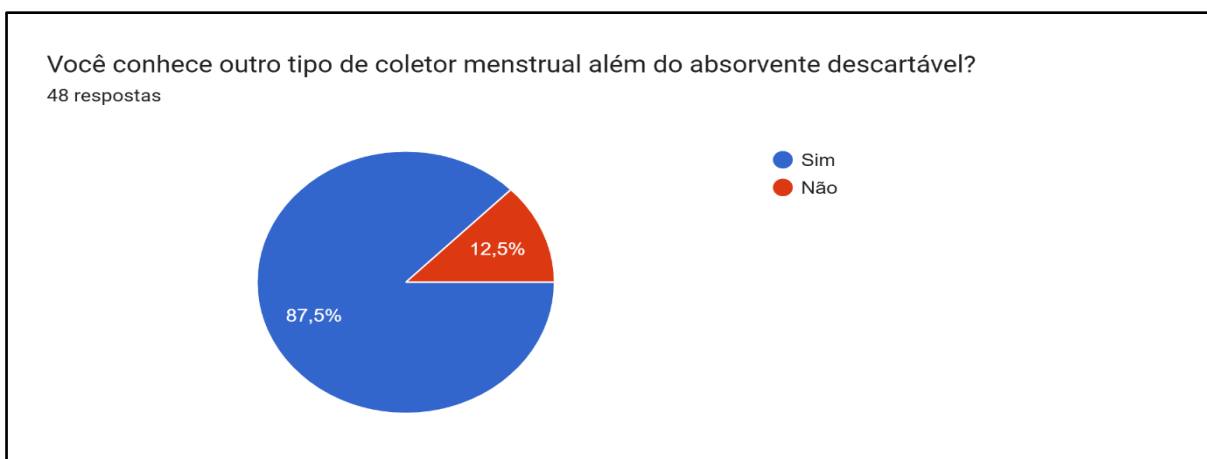


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se os estudantes tinham acesso a itens de higiene menstrual, como absorventes descartáveis, absorventes de pano, coletores menstruais etc., dividido em sim e não.

Sobre o conhecimento dos estudantes a respeito de outros tipos de coletores menstruais, além do absorvente descartável, 87,5% declararam conhecer outro tipo além dele, porém 97,9% declararam utilizar o absorvente descartável para coletar a própria menstruação, conforme Figuras 37 e 38:

Figura 37 - Conhecimento dos estudantes sobre os coletores menstruais



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se os estudantes conheciam algum outro tipo de coletor menstrual além dos absorventes descartáveis, divididos em sim e não.

Figura 38 - Método utilizado pelos estudantes para coletar a menstruação



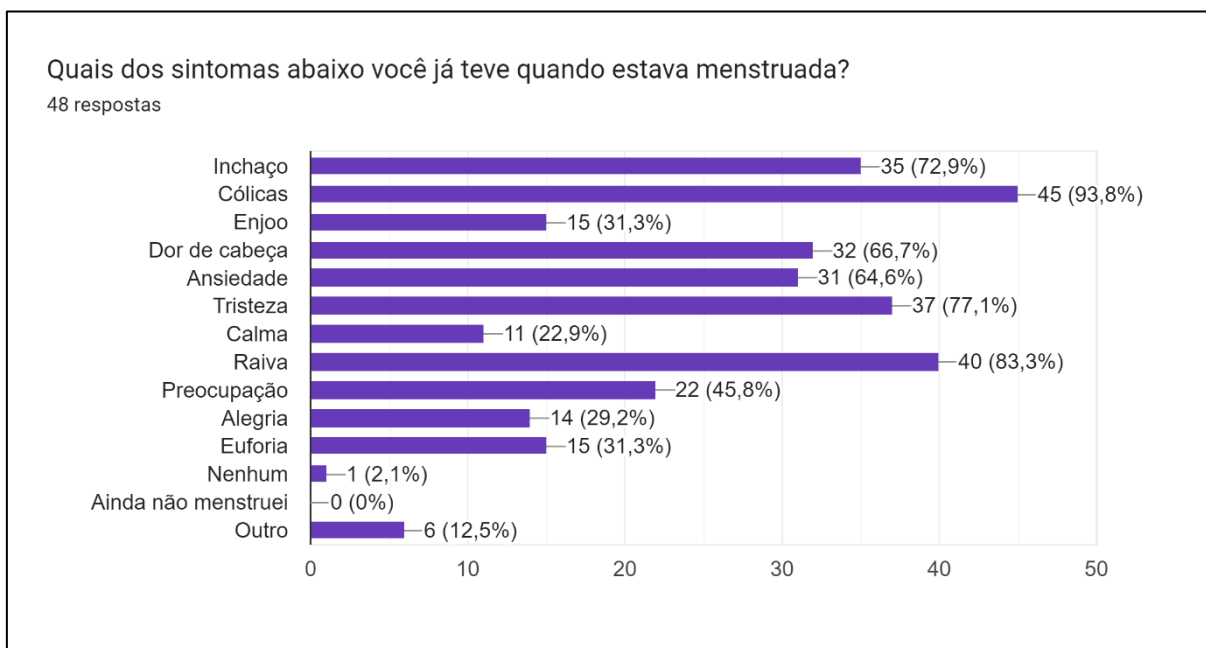
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre qual método para coletar a menstruação os estudantes utilizavam, dividido em absorventes descartáveis, absorvente de pano, absorvente interno, calcinha menstrual, coletor menstrual, disco menstrual, ainda não menstrual, e outro.

Dentre as respostas, evidenciou que os únicos tipos de coletores menstruais que os estudantes pesquisados utilizam são somente absorvente descartável e o absorvente interno. Embora os alunos conheçam outros tipos de coletores menstruais além do absorvente descartável, 97,9% optam em utilizar o absorvente descartável, o que pode ser um dado preocupante com relação à sustentabilidade, visto que o absorvente demora mais de quatrocentos anos para se decompor de acordo com Weber (2023), como também enfatiza a importância da residência do estudante possuir coleta de lixo, mas também enfatiza que pode haver um tabu na hora de escolher outros tipos de coletores, que podem ter a necessidade de maior contato com a vagina, devido a todo tabu histórico do contato com o corpo feminino, enfatizando a porcentagem muito baixa de estudantes que utilizam os absorventes internos.

Dentre os sintomas que os estudantes sentem, durante a menstruação, o mais relatado foram as cólicas, conforme aponta Figura 39:

Figura 39 - Sintomas dos estudantes durante a menstruação



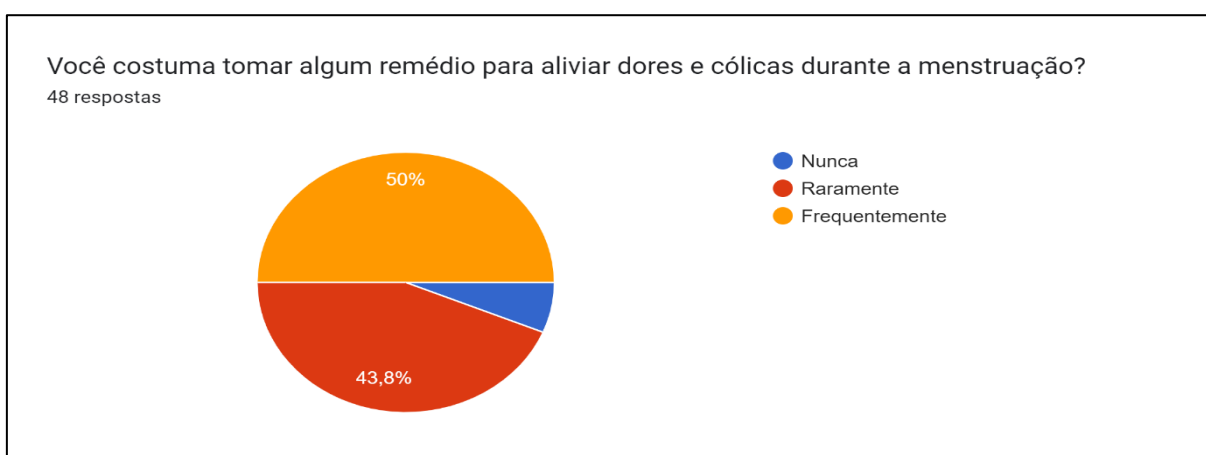
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico em barras com as porcentagens sobre quais sintomas os estudantes sentem durante o período menstrual, dividido em: inchaço, cólicas,

enjoo, dor de cabeça, ansiedade, tristeza, calma, raiva, preocupação, alegria, euforia, nenhum, ainda não menstruei e outro.

Outro dado que chamou a atenção foi que 50% das estudantes se medicalizam frequentemente para aliviar os sintomas da menstruação, conforme apontado pelas Figuras 40 e 41, o que afirma o apontamento da autora Vieira (2002), sobre a medicalização do corpo feminino, em como as mulheres são medicalizadas, incentivadas a esse consumo devido ao capitalismo e à inferiorização da mulher na sociedade.

Figura 40 - Medicalização utilizada pelos estudantes durante a menstruação

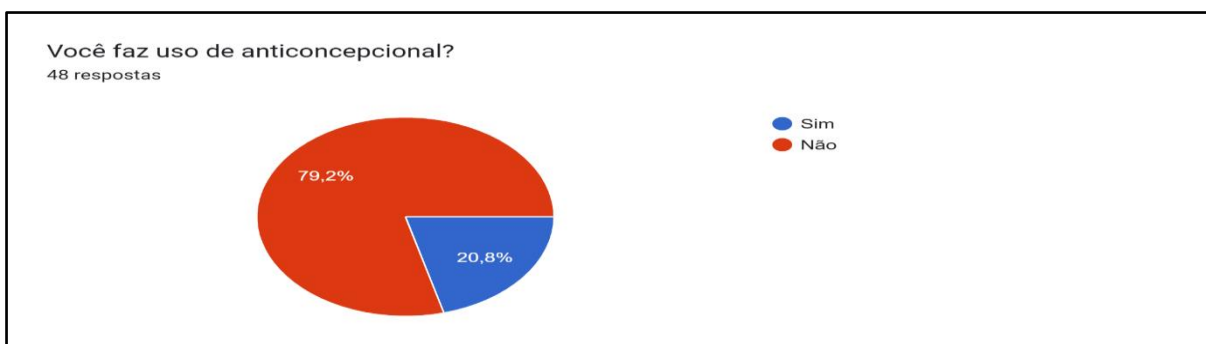


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se os estudantes utilizam algum remédio para aliviar dores e cólicas, durante a menstruação, dividido em: nunca, raramente e frequentemente.

Ainda sobre a medicalização, 79,2% das estudantes informaram que tomam anticoncepcional, conforme Figura 40:

Figura 41 - Uso do anticoncepcional pelos estudantes

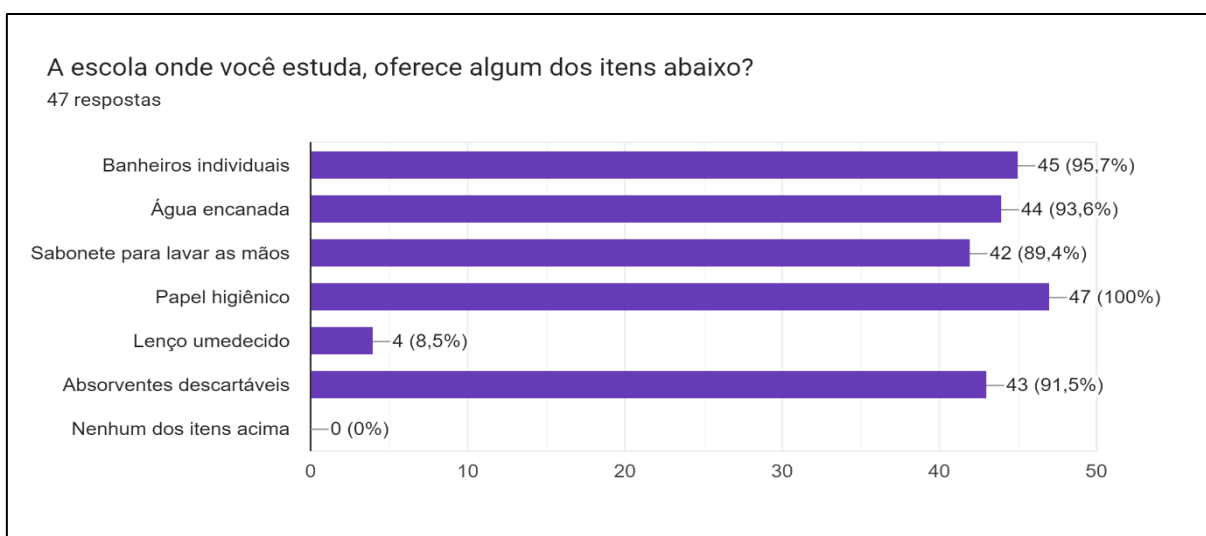


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se os estudantes fazem uso de anticoncepcional, dividido entre sim e não.

Sobre os recursos de higiene que as escolas disponibilizam, os estudantes informaram que as escolas têm fornecido itens de higiene adequados, porém nem todas oferecem os absorventes, conforme aponta Figura 42:

Figura 42 - O que as escolas oferecem para as pessoas que menstruam



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico em barras com as porcentagens sobre se a escola onde estudam oferece algum dos itens: banheiros individuais, água encanada, sabonete para lavar as mãos, papel higiênico, lenço umedecido, absorventes descartáveis ou nenhum dos itens acima.

Quando comparadas à visão geral nacional, as escolas analisadas oferecem mais itens para a dignidade menstrual do que a média de escolas do Brasil, conforme apontado pelo relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2021), com relação ao fornecimento de lenços umedecidos, apenas 4,8% relataram que as escolas fornecem, porém para a Lei Federal nº 14.214, a obrigatoriedade é para apenas o absorvente descartável (Brasil, 2023).

Foi realizada uma categorização em comparação com as condições mínimas de cuidado menstrual apontadas pela UNFPA (2021), categorizando: banheiros em condições de uso, papel higiênico e pia e sabão, conforme aponta o Quadro 12.

Quadro 12 - Condições mínimas para cuidado menstrual nas escolas

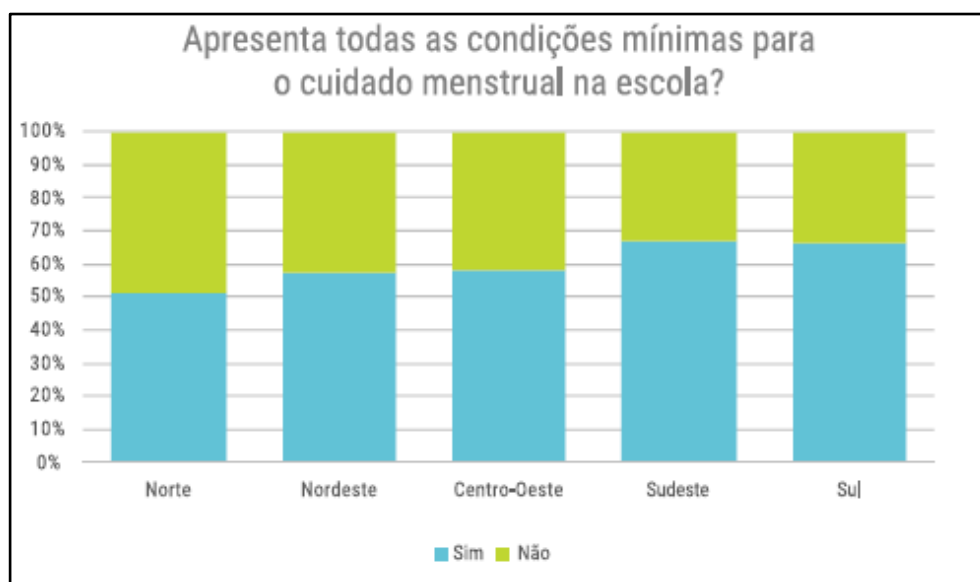
CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA CUIDADO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

	QUANTIDADE	POCENTAGEM
BANHEIROS INDIVIDUAIS	45	95,7%
PAPEL HIGIÊNICO	47	100%
PIA E SABÃO	42	89,4%
CONDIÇÕES WASH (agrupamento das respostas)	44,67	95%

Fonte: elaborado pela própria autora.

Ao comparar com os dados apontados pela UNFPA (2021), as escolas pesquisadas estão com condições WASH acima da média da região Sudeste do país, as quais possuem em média apenas 68% dos estudantes com acesso aos itens apontados, conforme aponta a Figura 43.

Figura 43 - Condições mínimas para cuidado menstrual



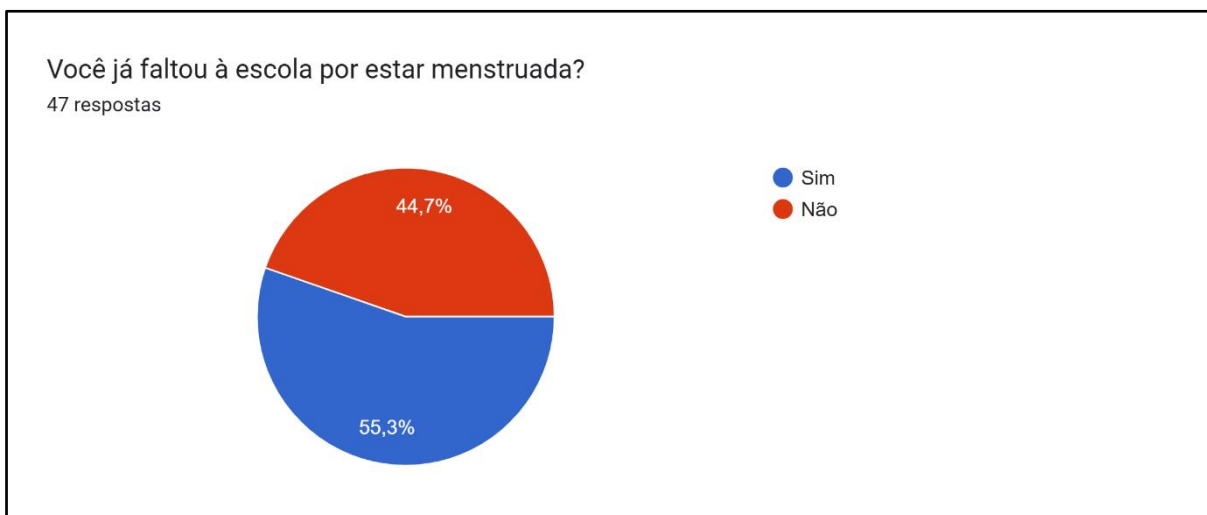
Fonte: UNFPA, 2021.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando uma representação gráfica sobre as condições mínimas para o cuidado menstrual, nas regiões do Brasil, cada uma está dividida entre sim, que possuem a condição mínima e não, que não possuem a condição mínima, no eixo esquerdo, mostra-se a porcentagem de 0 a 100%, e, no eixo abaixo, estão divididos em cinco eixos sendo: norte, sendo representado por 50% sim 50% não, logo em seguida, eixo nordeste, sendo representante com um a mais de 50% com sim e o restante não, após apresenta-se o eixo centro-oeste, com quase 60% sim e o restante não, em seguida, o eixo sudeste com quase 70% sim e o

restante não, e então o eixo sul, também com quase 70% mas menos que o sudeste, e o restante não.

Um fator relevante a ser considerado é que 55,3% dos estudantes já faltaram à escola por estarem menstruadas, conforme aponta Figura 44:

Figura 44 - Faltas às escolas devido à menstruação



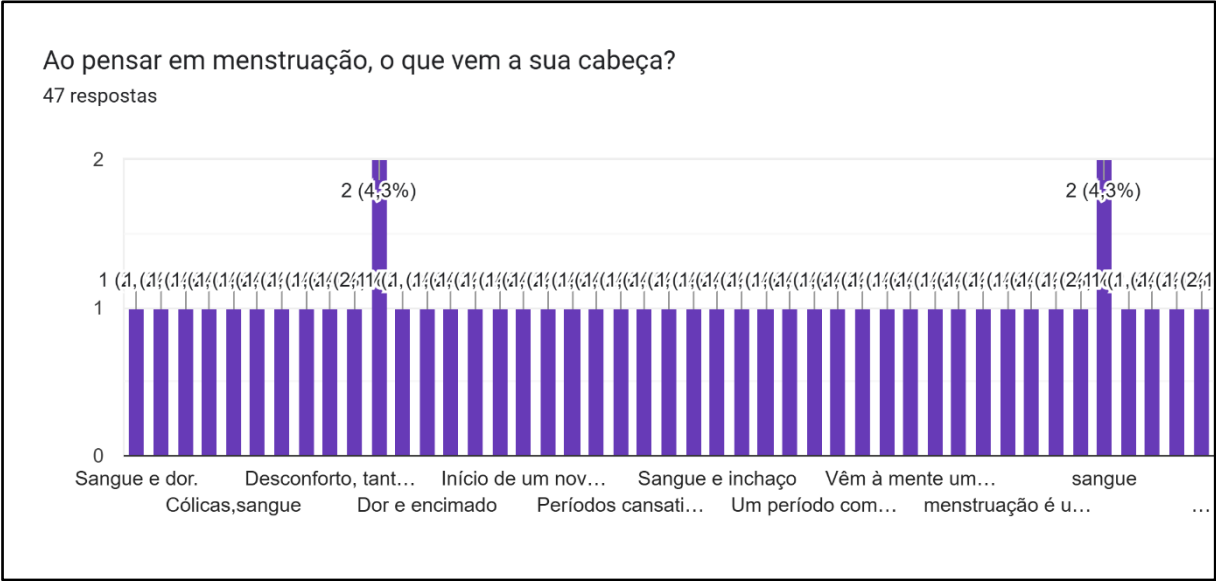
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens, questionando sobre se as estudantes já faltaram à escola por estarem menstruadas, dividido em sim e não.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2021), em sua análise por meio dos dados da PNS (2013) também apontou que 2,88% das meninas entrevistadas já haviam deixado de realizar alguma atividade por estarem menstruadas, incluindo faltar às escolas, portanto, a porcentagem das estudantes entrevistadas, na pesquisa, foi consideravelmente maior.

Dentre as respostas obtidas, percebeu-se que a maioria das estudantes relacionam a menstruação a algo negativo, e as respostas foram muito vagas quando questionadas sobre a definição sobre o ciclo menstrual, o que demonstrou falta de conhecimento sobre o assunto, conforme aponta a Figura 45:

Figura 45 - Percepção dos estudantes acerca da menstruação - pessoas com ovários



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico em barras com as porcentagens sobre o que vem à mente dos estudantes ao pensarem em menstruação, detalhado a seguir.

Dentre as respostas obtidas, na Figura 45, o Quadro 13 detalha as respostas de maneira mais ampla:

Quadro 13 - Respostas sobre o que os estudantes pensam sobre a menstruação

RESPOSTAS SOBRE O QUE OS ESTUDANTES PENSAM SOBRE A MENSTRUACÃO
Cólica, fluxo intenso
Deixa os adolescentes prontos para uso
Muito sangue
Sangue
Pela experiência da minha vida, principalmente no começo do meu ciclo menstrual, era muito ruim. Associava isso a algo ruim, incômodo, chato e sem nenhum motivo importante. Agora, já mais velha, passando na ginecologista e tomando anticoncepcional afim de regular meu ciclo menstrual, acho de extrema importância menstruar e saber mais sobre esse assunto, pra levar de forma natural e leve.
Tô inchada e com espinha, tô feia
Sangue e inchaço
Uma fase que todas as mulheres passam todos os meses.
Preocupação de novo

Desconforto, tanto pela situação quanto pelo fato de a sociedade "banalizar" isso e tratar como um tabu, tendo que esconder até que peguei um absorvente na mochila para não ouvir risadinhas e provocações

Dor

Dores no corpo, e tristeza

Ciclos, hormônios, dias e benção de Deus Jeová e dor

Sangue e cólicas

Ciclo menstrual

Dor e desconforto

Um útero saudável

Um período com toda mulher vai passar um dia com o corpo!

Dor

Dor e encimado

Sangue e dor.

Cólicas, sangue

Ciclo

acredito que a menstruação é um indicativo sobre a região pélvica, que nos orienta sobre a saúde da mulher, que vem acompanhado de fases desde a primeira menstruação até a menopausa.

Dor

sangue, cólica, estresse

Sangue

Eu penso na cólica

Muita cólica e desconforto

Uma preparação do nosso corpo

Preparação do nosso corpo

Menstruação é um período que todas mulheres tem para liberar hormônios e avisar que não estamos grávidas

Desconforto.

Um acontecimento natural da vida da mulher

Vêm à mente um período após a ovulação em que desce muito sangue e dificulta o nosso cotidiano

Um período delicado em que estarei sensível, vulnerável e mais indisposta.

É um porco que acontece todo mês é necessário mas dói muito

Períodos cansativos estão por vir, irritabilidade e muito sangramento.

A menstruação se refere a escamação do nosso útero.

Início de um novo ciclo com muitos altos e baixos.

Nada vem em minha cabeça apenas que devo usar absorvente.

Um acontecimento que boa parte das mulheres tem, algo normal e natural.

parte do ciclo onde ocorre a liberação do óvulo, assim descendo o sangue

Semana de menstruarão, dor de cabeça e na coluna

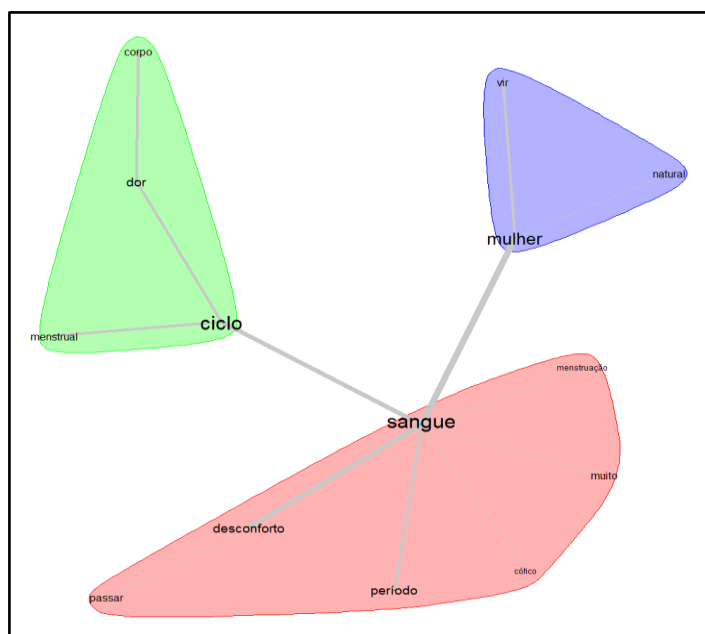
Desconforto, dor e vergonha

Desconforto, dor, estresse e ansiedade

Fonte: elaborado pela própria autora.

Por meio da análise do *Iramuteq*, foi possível análise da similitude das respostas dos estudantes sobre o que pensam sobre menstruação, conforme demonstrado na Figura 46.

Figura 46 - Gráfico de similitude sobre o que os estudantes pensam sobre a menstruação - pessoas com ovários

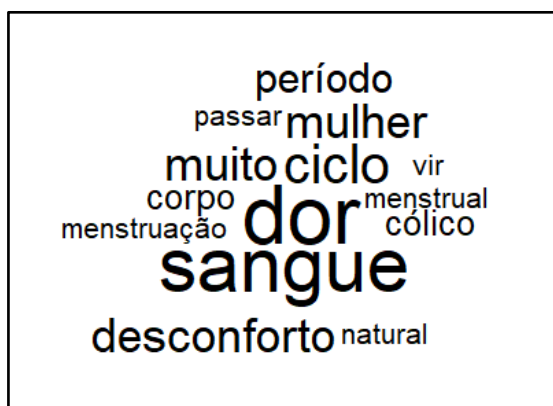


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico de similitude a partir das respostas dos estudantes sobre o que vem em suas mentes ao pensarem em menstruação.

A maioria das respostas relacionam a menstruação a algo negativo, analisando em uma nuvem de palavras, pode-se ter outra perspectiva das mesmas respostas, conforme demonstrado na Figura 47.

Figura 47 - Nuvem de palavras sobre o que os estudantes pensam sobre a menstruação - pessoas com ovários



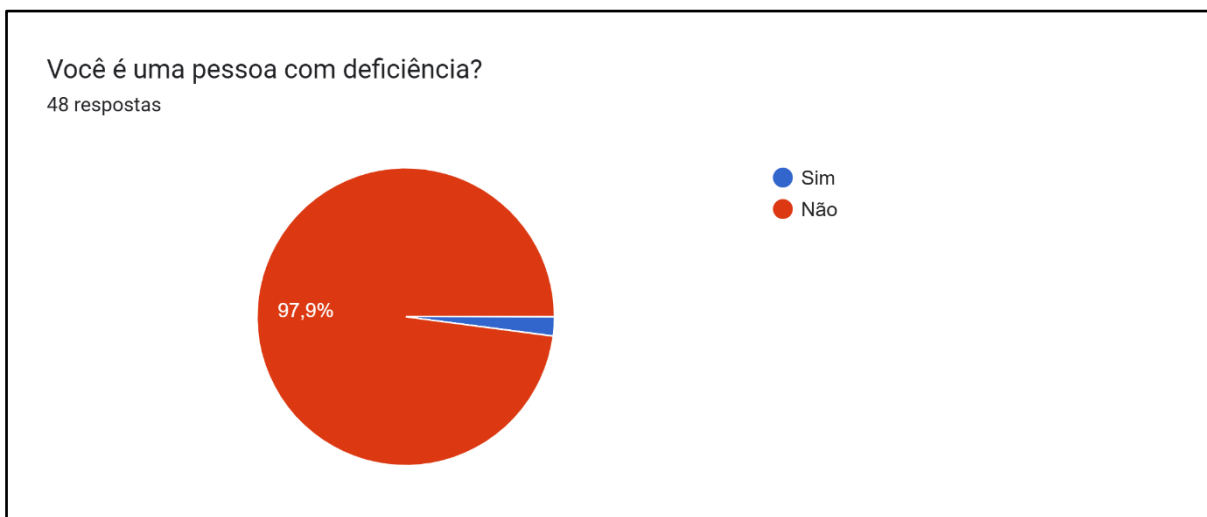
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando uma nuvem de palavras, gerado a partir das respostas dos estudantes sobre o que vem em suas mentes quando pensam em menstruação, na nuvem, destacam-se as palavras dor e sangue, e depois com menos evidência as palavras desconforto, muito, ciclo, período, mulher, e após com menos evidência as palavras passa, vir, corpo, menstrual, menstruação, cólica e natural.

Pode-se afirmar que a visão dos estudantes com ovários é bem negativa em relação à menstruação.

Uma pessoa declarou possuir deficiência, e também informou que teve dificuldade de acesso à dignidade menstrual por conta da deficiência, conforme apontam Figuras 48 e 49:

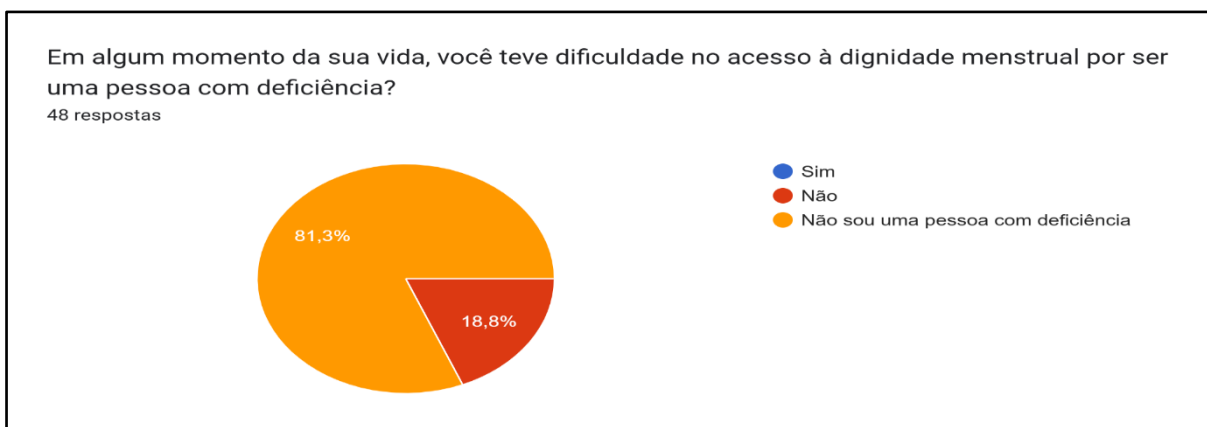
Figura 48 - Estudantes com deficiência



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se os estudantes possuíam deficiência, dividido em sim e não.

Figura 49 - Dificuldade de acesso à dignidade menstrual devido à deficiência



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se o estudante com deficiência, em algum momento de sua vida, teve dificuldade no acesso à dignidade menstrual por ser uma pessoa com deficiência, dividido em sim, não e não sou uma pessoa com deficiência.

Outro fator relevante para a pesquisa foram as percepções das estudantes acerca do ciclo menstrual ao pedirem para escreverem sobre o que compreendem como ciclo menstrual, muitas respostas foram equivocadas e/ou errôneas, mostrando a falta de conhecimento sobre o assunto, conforme aponta o Quadro 14:

Quadro 14 - Respostas dos estudantes sobre o que sabem sobre ciclo menstrual

RESPOSTAS DOS ESTUDANTES SOBRE O QUE SABEM SOBRE CICLO MENSTRUAL
O ciclo menstrual é a quantidade de dias que você fica menstruada
Não sei muito sobre
Que todos os meses vem sangue
São os períodos do corpo da mulher
Não é somente a menstruação, mas também o período fértil (ovulação), a TPM, etc.
É muito importante para a saúde
Que ocorre quando a fecundação não acontece em período fértil.
É um processo que ocorre com as mulheres.
Não sei bem
Que tem várias fases, como fase lútea, ovulação, período fértil, etc. Mas não sei muito bem diferenciá-los e caracterizá-los.
Período de alterações fisiológicas (e psicológicas) em pessoas do sexo feminino.
Acho que é onde você está começando a entrar no período menstrual.
Ciclo menstrual são fases do organismo da mulher no seu "ciclo do período fértil", geralmente a duração é de 35 dias...
Que faz parte da vida das mulheres.
Período de menstruação da mulher
Que cada pessoa tem um ciclo diferente
É os dias que ocorre todo o "processo" do meu útero
Um período aonde você trabalha o seu ovário etc.
Compreendo que são fases da menstruação e do funcionamento do meu corpo
Compreendo
Não
Tudo
É o ciclo natural ou influenciado por remédios que o nosso corpo passa durante o mês desde o período fértil até a menstruação
Compreendo que o ciclo menstrual é um preparativo para uma futura gestação.
Um processo fisiológico
Tudo
Não muito

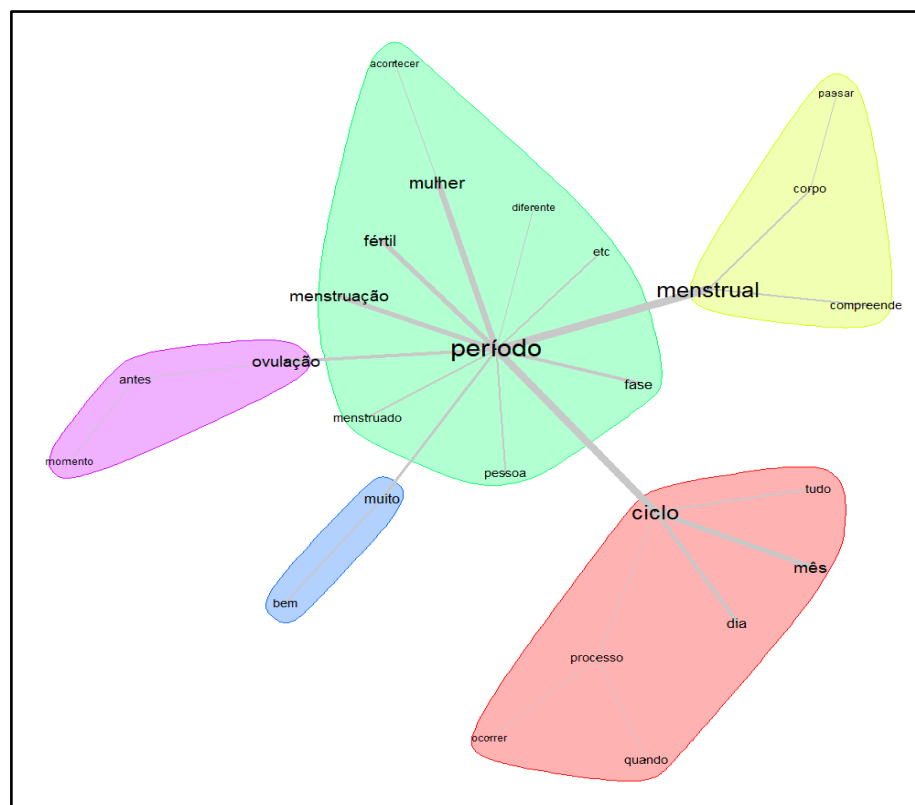
Ciclo menstrual é quando você entra na puberdade, ele geralmente dura uma semana e o ciclo se inicia todo mês
Eu não sei explicar muito bem mas sei que serve para sabermos se está tudo certo com a nossa menstruação
Momento de ovular
Momento de ovulação
E dias que estamos menstruadas
Todo o período antes, durante e pós menstruação.
São as fases que antecedem a menstruação
O período de tempo em que define entre o nosso período de ovulação, menstruação e intervalo durante um mês ou menos
Que é um ciclo mensal em que passo pelo período fértil e o menstrual.
É uma coisa que acontece todo mês
Acontece o mês inteiro, todas nós mulheres temos diferentes ciclos menstruais e com isso convivemos com situações diferentes durante o período. Mudanças de humor e dores são frequentes.
Algo que toda mulher passa durante um período da vida e que está referente á mudanças hormonais do corpo da mulher
Ciclo menstrual seria as "fases" que passamos durante o mês como o período de ovulação por exemplo
Que ele impacta em muitas ações do dia a dia da mulher, as vezes de forma boa e algumas de forma ruim, como as cólicas, ainda mais para aquelas que sentem muita dor. que há momentos de ovulação .
Que você tem a ovulação antes e depois de menstruar, onde nesse período é quando a mulher tem mais chances de engravidar.
são três fases antes da menstruação, como a fase ovulatória, onde tem mais chances de engravidar
Compreendo o que vivo na prática, o período pré-menstrual, o período menstrual em si e o período fértil, após isso "normal".
Eu compreendo que é o tempo em que uma pessoa fica menstruada.
Não conheço nada

Fonte: elaborado pela própria autora.

A partir do gráfico de similitude do *Iramuteq*, foi possível identificar que os estudantes compreendem pouco acerca do ciclo menstrual, apenas relacionam o ciclo com a própria menstruação, e o que não é de fato, pois o ciclo menstrual está relacionado a toda fase hormonal e à preparação do útero até a menstruação, e não somente a menstruação isoladamente, apenas uma estudante falou sobre as fases do ciclo.

A Figura 50 mostrou por meio do gráfico de similitude a respostas dos estudantes.

Figura 50 - Gráfico de similitude sobre a compreensão dos estudantes sobre menstruação e ciclo menstrual - pessoas com ovários



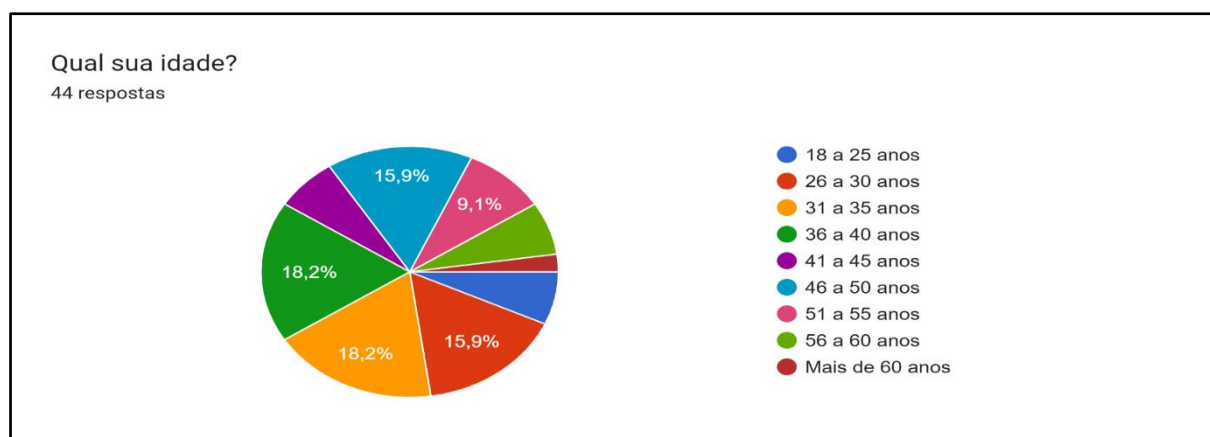
Fonte: elaborado pela própria autora.

4.1.2 Dados obtidos dos professores

O questionário foi aplicado para um total de 44 professores das três escolas onde aplicou-se a pesquisa.

As idades dos professores variaram entre 26 e 55 anos de idade conforme aponta Figura 51:

Figura 51 - idade dos professores

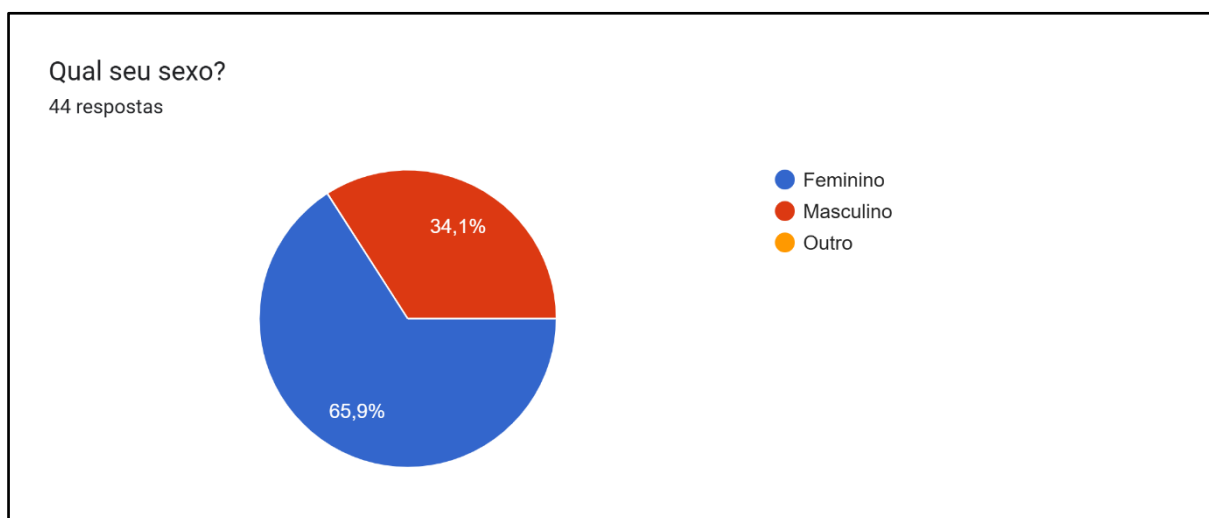


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens das idades de cada professor entrevistado, dividido em: de 18 e 25 anos, 26 e 30 anos, 31 a 35 anos, 36 e 40 anos, 41 e 45 anos, 46 e 50 anos, 51 e 55 anos, 56 e 60 anos e mais de 60 anos.

Dentre esses, em sua maioria, 65,9% eram do sexo feminino e 34,1% se identificam como sendo do gênero feminino, conforme Figuras 52 e 53:

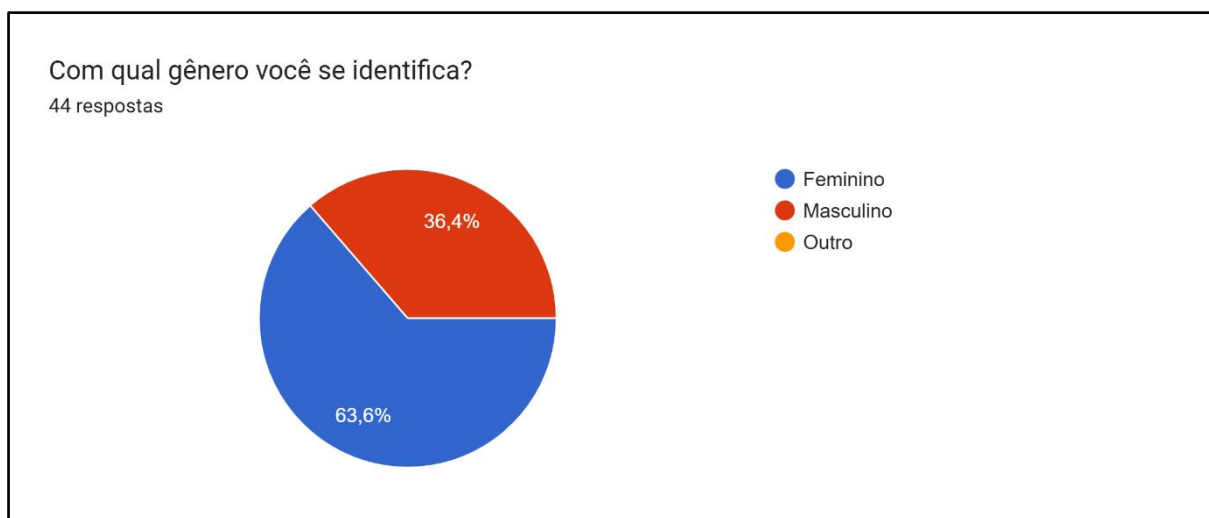
Figura 52 - Sexo dos professores



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens dos sexos de cada professor, dividido em feminino, masculino e outro.

Figura 53 - Gênero dos professores



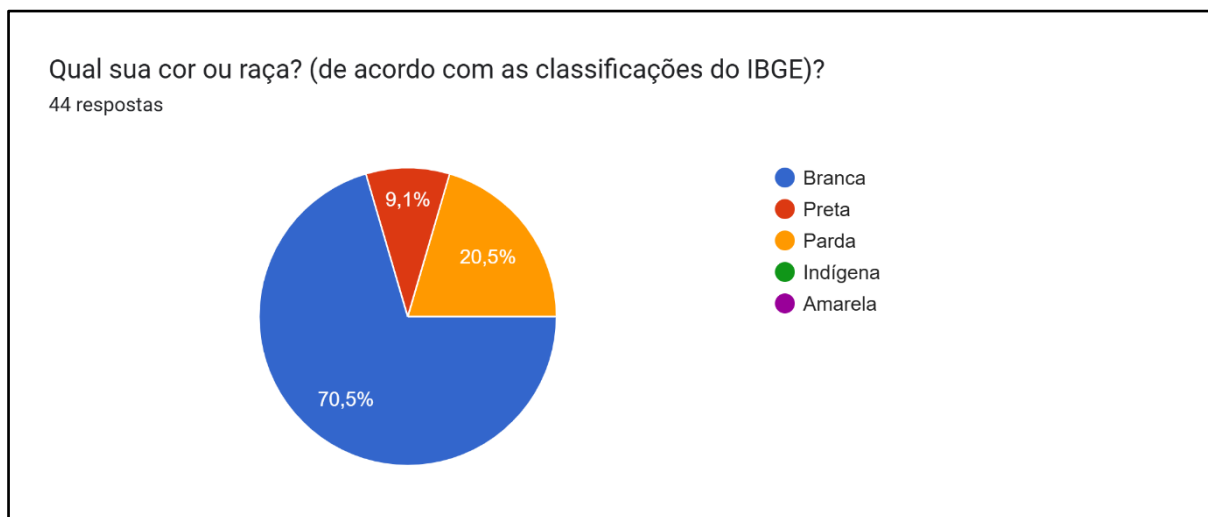
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens dos gêneros de cada professor, dividido em feminino, masculino e outro.

Aqui, pode-se observar que existiam pessoas trans dentre os professores entrevistados, visto que 65,9% se identificaram como sendo do sexo feminino, mas apenas 63,6% se consideraram sendo do gênero feminino, isso mostra que 2,3% se reconhecem com um gênero diferente do seu sexo biológico.

Dos entrevistados, 70,5% se declararam como brancos, 20,5% se declararam pardos e 9,1% se declararam pretos, de acordo com a Figura 54:

Figura 54 - Cor ou raça dos professores

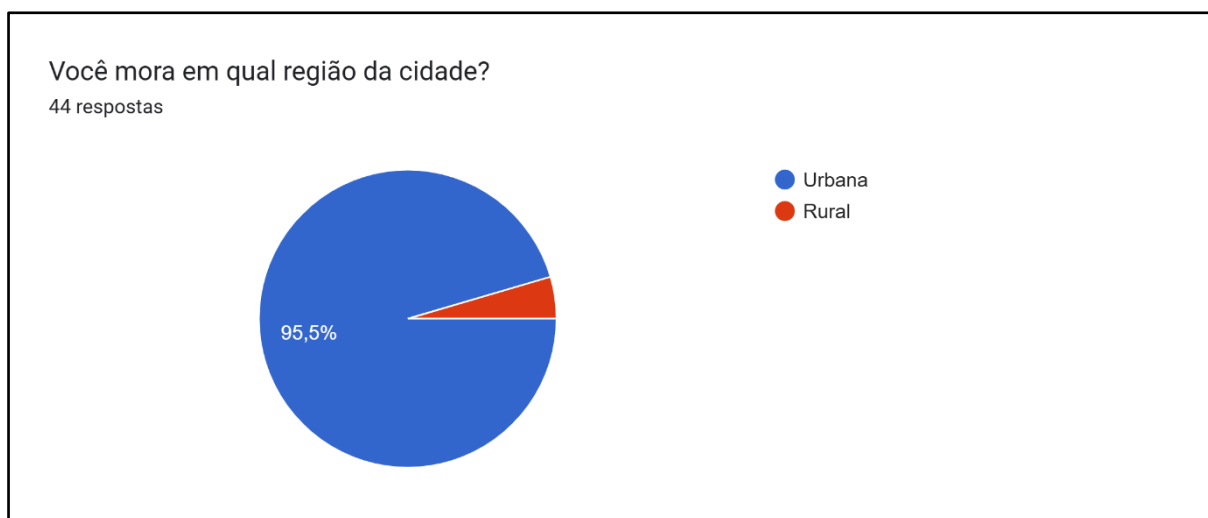


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens acerca da cor ou da raça de cada professor, dividido em branca, preta, parda, indígena e amarela.

Sobre a localização da moradia dos participantes, 95,5% declararam residir em bairro urbano, conforme Figura 55:

Figura 55 - Região da moradia dos professores



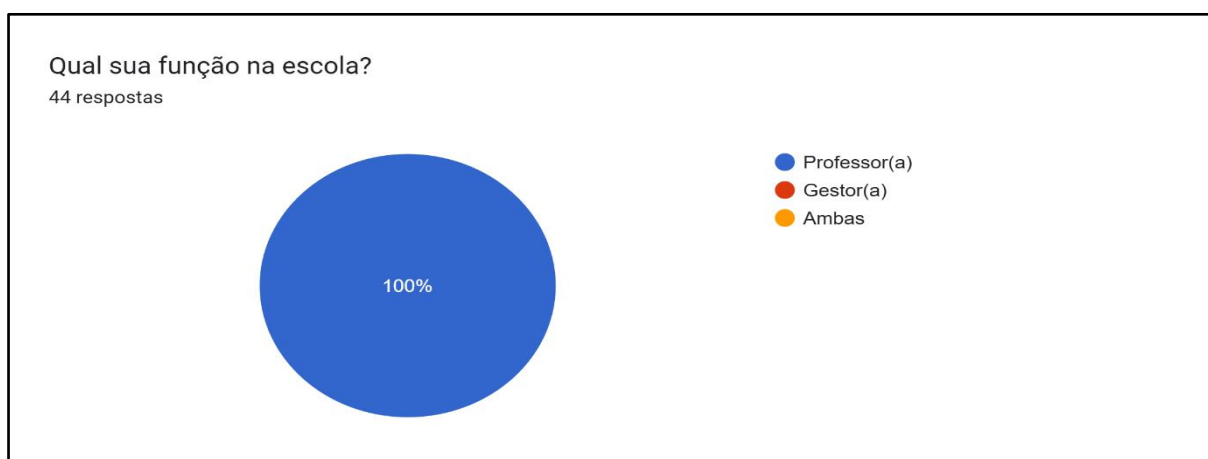
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre a região de moradia dos professores, dividido em urbana e rural.

Aqui, nota-se novamente um lugar de privilégio em parte dos professores, em que 70,5% são brancos e 95,5% moram, na zona urbana, trazendo novamente o contexto das pessoas em exclusão social relatada por Sawaia (1999), que aponta que as pessoas negras são, em sua maioria, como também o privilégio de residir, na zona urbana, devido ao acesso a transporte público e ao deslocamento de maneira geral.

Todos os entrevistados possuíam apenas a função de professor e também de gestor, conforme Figura 56:

Figura 56 - Função na escola dos professores

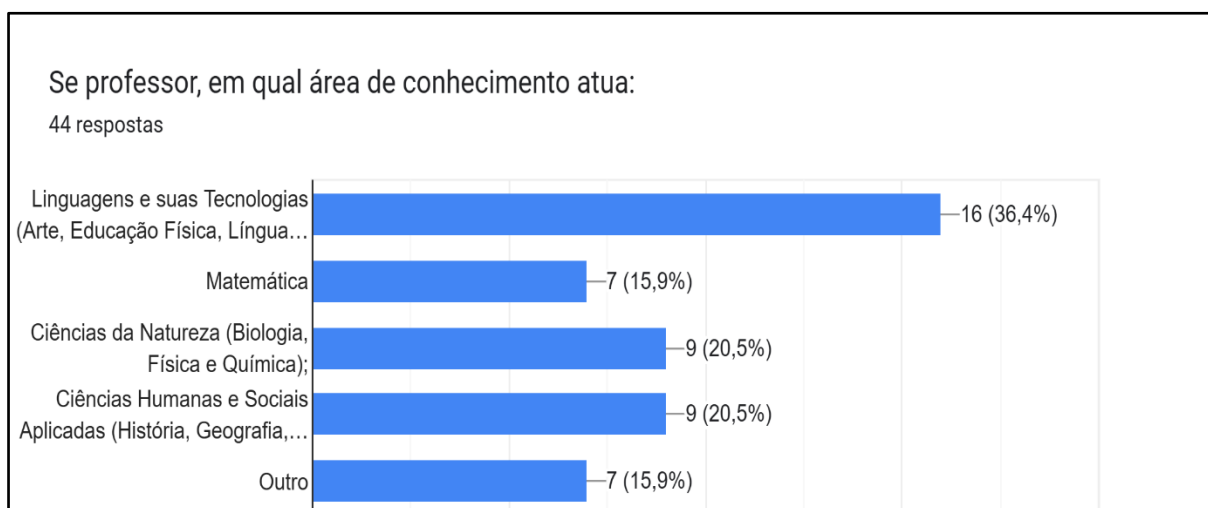


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens da função dos professores, na escola, dividido em: professor, gestor e ambas.

Dentre as áreas de conhecimento atuantes dos professores, 36,4% são da área de linguagens, 15,9% de matemática, 20,5% de Ciências da Natureza e 20,5% de ciências humanas e sociais, de acordo com a Figura 57:

Figura 57 - Área de conhecimentos dos professores



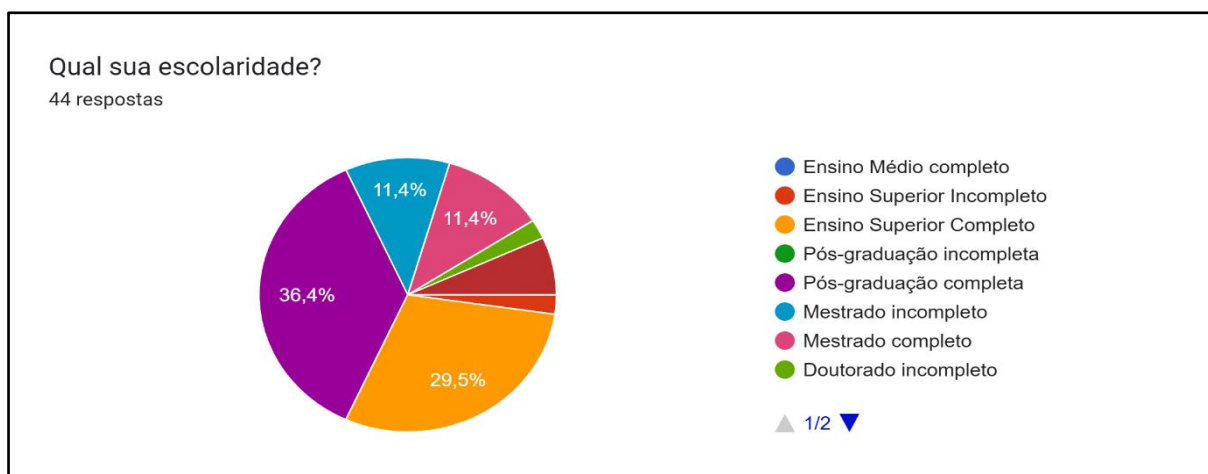
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico em barras com as porcentagens sobre qual área de conhecimento os professores atuavam, dividido em: linguagens e suas tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Portuguesa); Matemática; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia); e Outro.

Aqui, é válido abordar que embora o quadro de professores seja em porcentagem menor, na área de ciência da Natureza, não seria motivo de não abordar o tema educação menstrual, nas escolas, visto que o tema pode ser abordado de maneira transversal, englobando todas as áreas de conhecimento.

Dentre a escolaridade, apenas 3 professores possuem doutorado completo, em sua maioria, possuem especialização, representado por 38,3%, de acordo com a Figura 58:

Figura 58 - Escolaridade dos professores

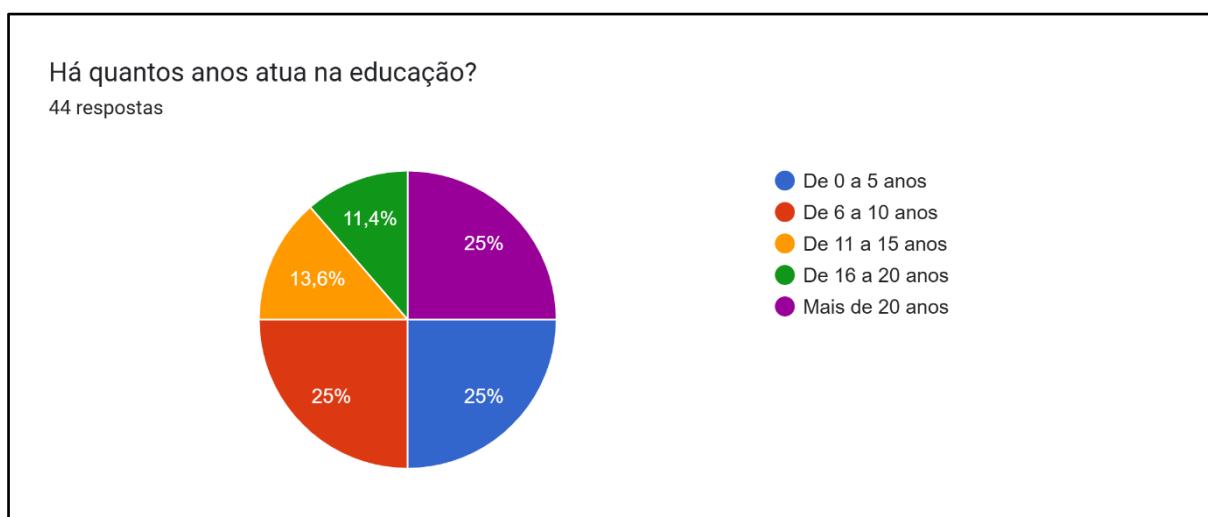


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre qual escolaridade dos professores, dividido em: Ensino Médio completo, Ensino Superior Incompleto, Ensino Superior Completo, Pós-graduação incompleta, Pós-graduação completa, Mestrado incompleto, Mestrado completo, Doutorado incompleto e Doutorado completo.

Sobre a experiência de atuação, na educação, foi bem variado, conforme apontado, na Figura 59, cujo tempo atuando, na educação, variou entre 5 e mais 20 anos:

Figura 59 - Tempo de atuação na educação



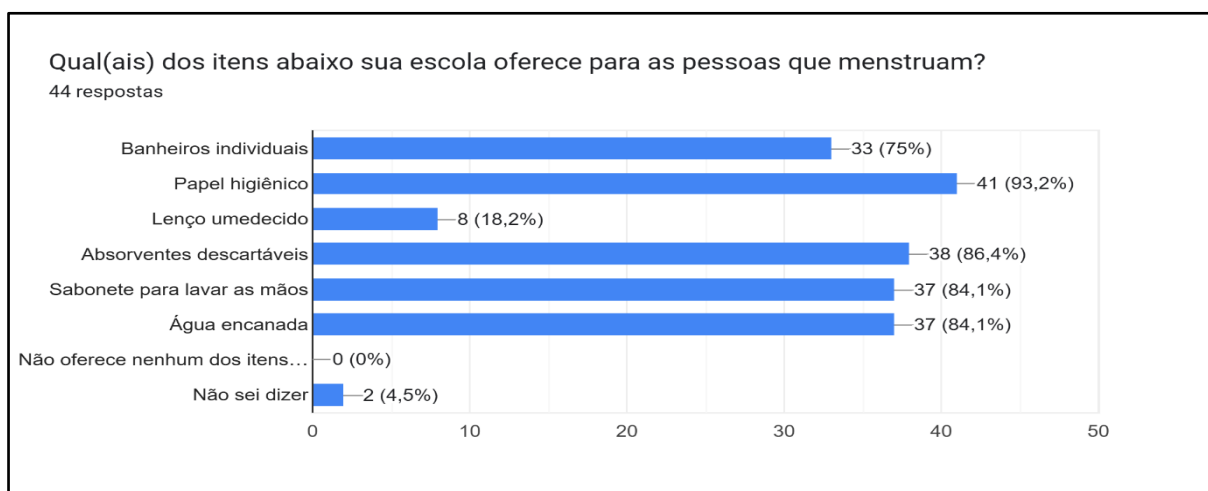
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre há quantos anos atuam, na educação, dividido em: de 0 e 5 anos, de 6 e 10 anos, de 11 e 15 anos, de 16 e 20 anos,

Pode-se afirmar que, de acordo com Huberman (1989), os professores, dentro de seu ciclo de vida de carreira, estão 25% em sua fase de entrada (0-3 anos), 25% estão em sua fase de Diversificação (7-25 anos) e 25% podem estar entre a fase de diversificação (7-25 anos), ou serenidade (25-35 anos) ou desinvestimento (35-40 anos), o que demonstra como o público de professores entrevistados foi bem diverso.

A Figura 60 aponta os itens para dignidade menstrual na visão dos professores:

Figura 60 - Itens oferecidos pelas escolas para a dignidade menstrual na visão dos professores



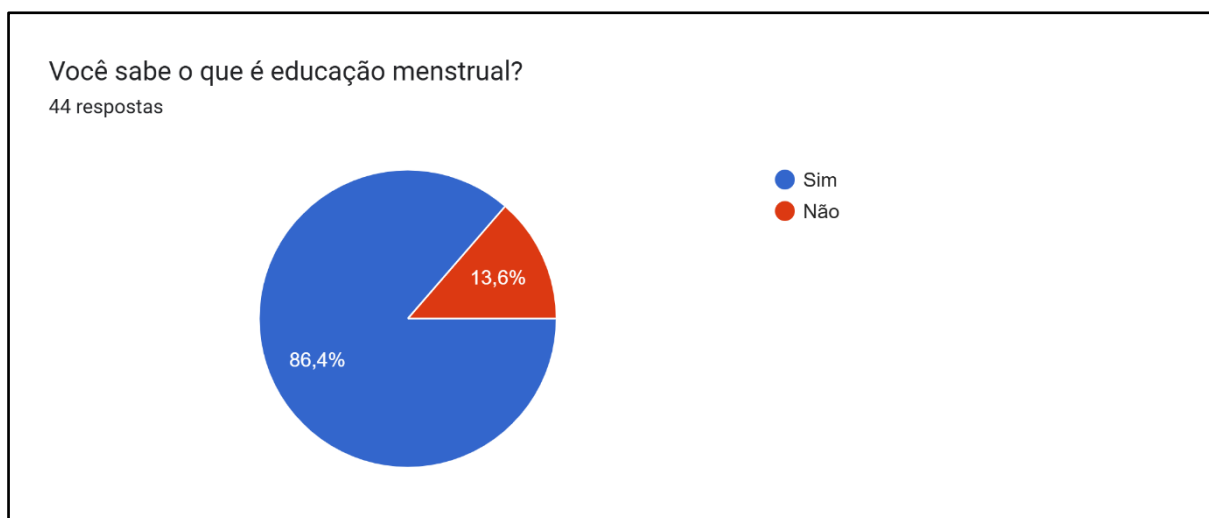
Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico em barras com as porcentagens sobre quais dos itens as escolas onde os professores atuam oferecem, dividido em: banheiros individuais, papel higiênico, lenço umedecido, absorventes descartáveis, sabonete para lavar as mãos, água encanada, não oferece nenhum dos itens, não sei dizer.

Quando questionados sobre quais itens a escola onde atuavam ofereciam para as pessoas que menstruam, a porcentagem sobre os itens oferecidos foi menor do que as respostas dos estudantes sobre a mesma pergunta, e 4,5% não soube dizer o que a escola oferecia, o que demonstra que nem todos os professores estão engajados sobre o tema e os projetos dentro da escola, de acordo com a Figura 60.

Ao serem questionados sobre saberem o significado de educação menstrual, apenas 13,6% informaram desconhecer, de acordo com a Figura 61:

Figura 61 - Compreensão dos professores sobre o que é educação menstrual

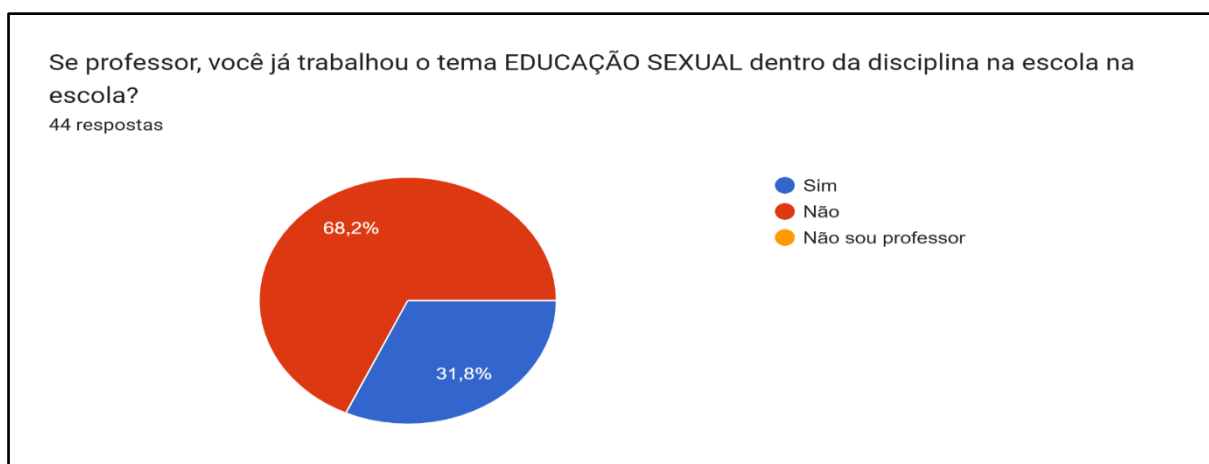


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se sabiam o que é educação menstrual, dividido em sim e não.

Foi questionado especificamente para os professores, se eles já trabalharam com o tema educação sexual, dentro da escola, e 68,2% afirmaram que não, de acordo com a Figura 62:

Figura 62 - Projetos sobre educação sexual realizados pelos professores

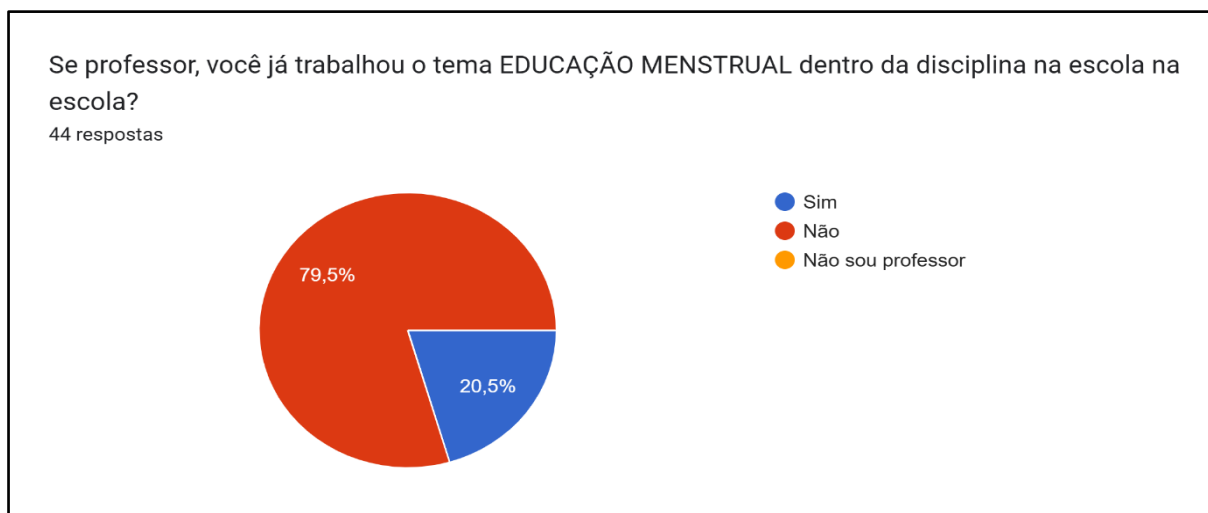


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se já trabalham o tema educação sexual, na escola, dividido em: sim, não, não sou professor.

Também foi questionado especificamente para os professores se eles já haviam trabalhado o tema educação menstrual, na escola, e a porcentagem foi ainda maior, em que 79,5% afirmaram que não, de acordo com a Figura 63:

Figura 63 - Projetos sobre educação menstrual realizados pelos professores



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se já trabalharam o tema educação menstrual, na escola, dividido em sim, não, não sou professor.

Evidenciou-se que, em sua maioria, os professores já trabalharam o tema sobre educação sexual com os estudantes, embora ainda seja uma porcentagem baixa, totalizando 31,8%, e apenas 20,5% trabalharam com o tema educação menstrual.

Aqui, é válido reforçar a afirmação do relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2021), o qual aponta a importância de se trabalhar a educação sexual, como também da educação menstrual, nas escolas, para a prevenção de gravidez indesejada, abusos sexuais e também a conscientização sobre os corpos e as escolhas dos estudantes.

Ao questionar se a escola onde atuavam realizou ou atualmente realizava algum projeto sobre o tema educação menstrual, 52,3% afirmaram que sim, conforme aponta Figura 63.

Pode-se observar que a porcentagem de respostas em relação aos projetos realizados por parte dos professores foi menor, o que demonstra que projetos relacionados ao tema educação menstrual tem estado a critério da escola como um todo, e não sendo conduzidos, em sua maioria, pelos professores.

Figura 64 - Projetos sobre educação menstrual na escola

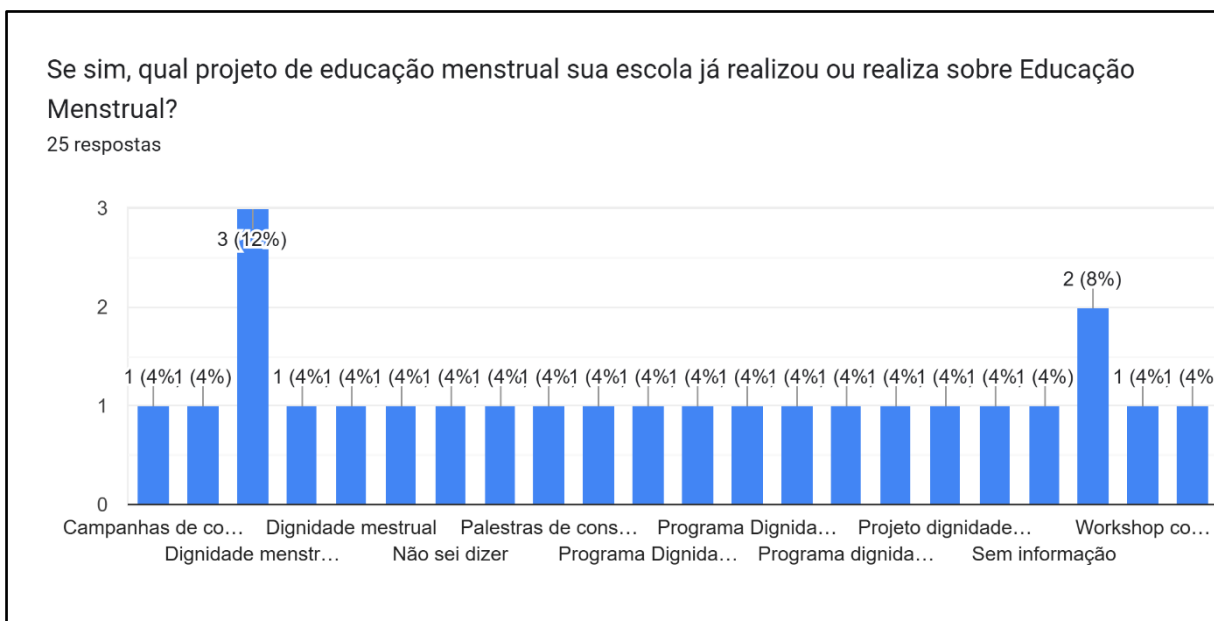


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico circular com as porcentagens sobre se já realizou algum projeto sobre educação menstrual ou dignidade menstrual, dividido em sim e não.

Quando questionados sobre qual projeto sobre educação menstrual a escola realiza, apenas 25 professores responderam, de acordo com a Figura 65:

Figura 65 - Quais projetos sobre educação menstrual a escola realiza ou já realizou



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico em barras com as porcentagens sobre se caso já tenham realizado algum projeto sobre educação menstrual ou dignidade menstrual, qual foi o projeto mais detalhado a seguir.

O Quadro 15 mostra detalhadamente as respostas da Figura 65

Quadro 15 - Detalhamento das respostas sobre qual projeto a escola realiza sobre educação menstrual

DETALHAMENTO DAS RESPOSTAS SOBRE QUAL PROJETO A ESCOLA REALIZA SOBRE EDUCAÇÃO MENSTRUAL
Programa Dignidade Íntima
Não sei dizer
Sim
Programa dignidade íntima da SEDUC
Programa dignidade íntima
Programa Dignidade Íntima (SEDUC/SP)
Programa Dignidade Íntima – SEDUC
Programa Dignidade Intima da SEDUC
Projeto dignidade Íntima
Cheguei na escola neste ano, mas soube que nos anos anteriores houveram projetos.
Não
Sim
Sem informação
Dignidade Íntima
Workshop com os colaboradores sobre o tema.
Palestras e roda de conversas
Palestra. Projeto dignidade menstrual.
Dignidade Menstrual
Rodas de conversas com alunas
Ciclo de palestras; encenação
Dignidade menstrual
Dignidade menstrual
Dignidade menstrual
Campanhas de conscientização
Dignidade menstrual, também já orientei um projeto do ano com alguns alunos.
Palestras de conscientização
Dignidade menstrual

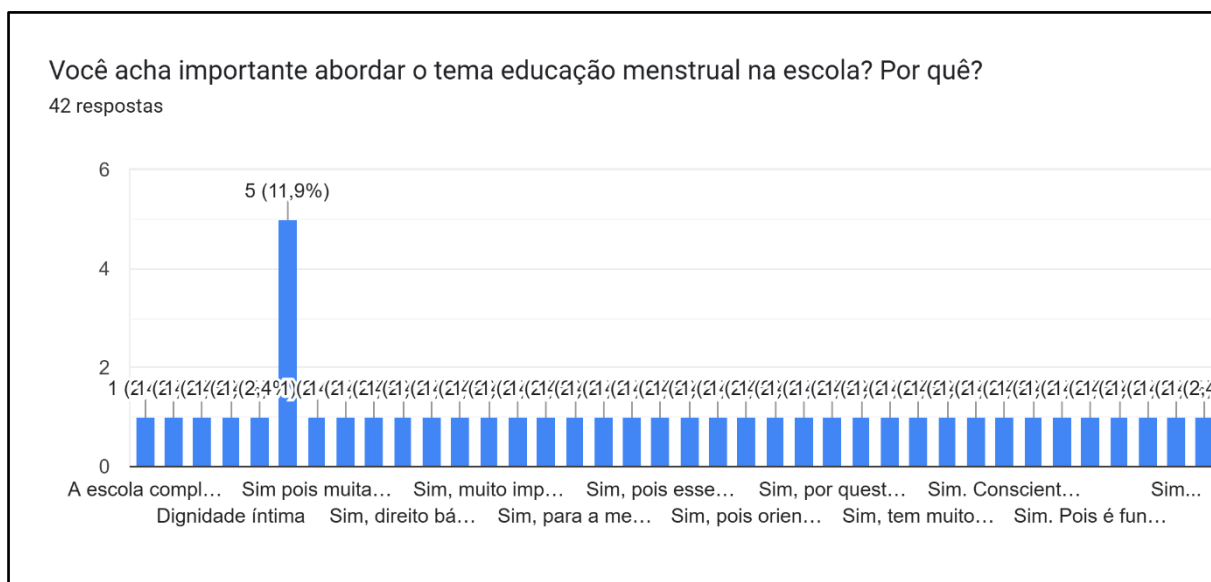
Fonte: elaborado pela própria autora.

Percebe-se, aqui, uma falta de conhecimento dos próprios professores, em que muitos desconhecem o projeto do próprio governo estadual em oferecer absorventes, nas escolas públicas, já que quase a metade desconhece tais projetos.

Porém, aqueles que responderam que sim, apontaram diversas ações além do programa de fornecimento de absorventes e de lenços umedecidos nas escolas estaduais. Inclusive, a escola particular pesquisada apontou diversas ações realizadas, inclusive o fornecimento de absorventes para os estudantes, mesmo não sendo uma exigência para as escolas particulares.

Quando questionados sobre acharem que abordar o tema educação menstrual, na escola, é importante, 42 pessoas responderam, afirmando que sim, de acordo com a Figura 66:

Figura 66 - Qual importância que os professores dão para a educação menstrual na escola?



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico em barras com as porcentagens sobre se acham importante trabalhar o tema educação menstrual, na escola, e por quê, mais detalhado a seguir.

O Quadro 16 aponta detalhadamente as respostas obtidas na Figura 66:

Quadro 16 - Detalhamento das respostas sobre a importância que os professores dão para abordar o tema educação menstrual na escola

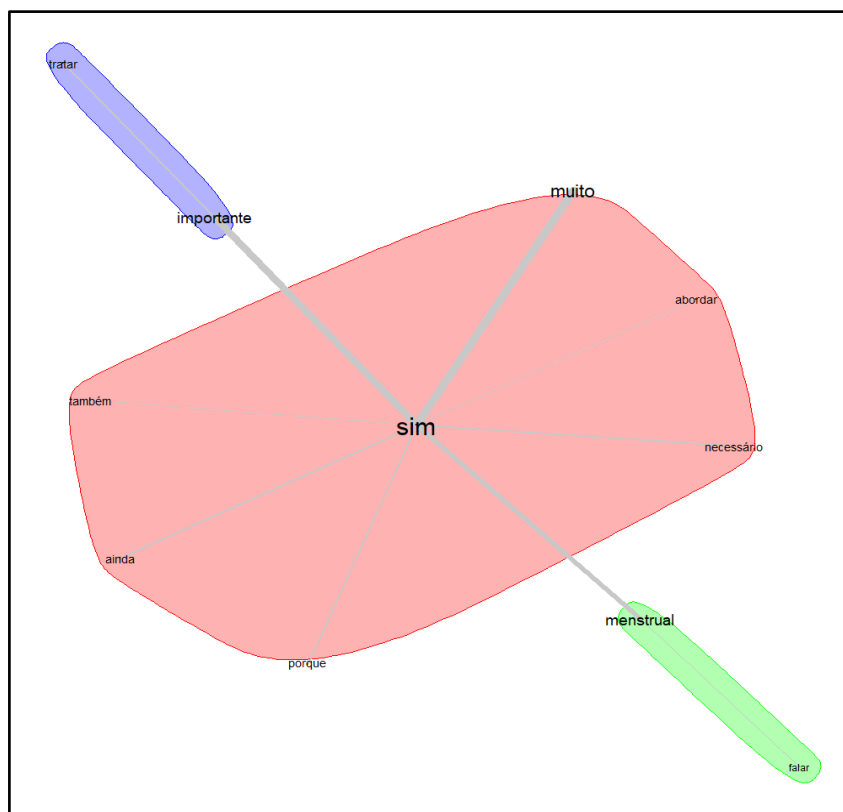
DETALHAMENTO DAS RESPOSTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA QUE OS PROFESSORES DÃO PARA ABORDAR O TEMA EDUCAÇÃO MENSTRUAL NA ESCOLA	
Sim	
Dignidade íntima	
A escola completa a educação familiar, que muitas vezes é incompleta. Trabalhar esse tema também é uma forma de acolher.	
Sim.	
Sim, por questão de saúde pública e dignidade humana	
Sim, porque muitas meninas não têm respaldo em casa.	
Sim, muitas vezes a pobreza menstrual interfere diretamente com a evasão escolar, quando a menina tem esse apoio na escola ela não vai deixar de ir à escola por estar menstruada.	
Sim	
Sim. Porque ainda é um tabu falar a respeito com alguns. Todos os dias temos pessoas que menstruam que muitas vezes sofrem com cólicas ou algum desconforto o que dificulta a vinda dos alunos para a escola. Vazamentos de fluxo também são motivos de constrangimento para alguns. São muitos os casos de alunos que menstruam que acabam indo embora mais cedo ou faltando às aulas durante o período.	

Sim, faltam informações a alguns alunos que talvez não receberam ou são poucos informados
Sim, orientação e oferta do absorvente para as alunas é muito importante principalmente para as mais carentes
Muito importante
Sim, muitos alunos não tem apoio familiar
Sim, é necessário pois precisa deixar de ser um tabu entre os alunos.
Sim, tem muitos alunos que não tem esse tema abordado na família.
Sim, pois muitas meninas entram nessa fase sem orientação
Sim, direito básico de toda pessoa do sexo feminino.
Muito importante. As meninas necessitam de amparo e políticas públicas sobre educação menstrual.
Sim pois muitas alunas não sabem deste assunto principalmente as alunas do 6º Ano
Sim. Para que as estudantes possam organizar a sua vida diante do ciclo menstrual
Sim
Sim. Conscientização e prevenção
Sim
Sim...
Sim, para a melhor compreensão de ambos os gêneros
Sim, muito importante, visto que é um assunto de extrema importância se tratando além de dignidade, mas também se saúde.
Sim, pois esse tema é muito importante para ser trabalhado com todos os membros da escola.
Sim
Sim, muitos estudantes não têm informação suficiente sobre o assunto e sobre os hábitos higiênicos.
Sim, porque é um tema que deve ser debatido por todos. Devemos nos importar com a promoção da dignidade.
Sim, pois a informação é essencial para tomada de decisões em relação a esse tema.
Sim, pois muitos jovens não têm abertura suficiente em casa para conversar sobre o assunto.
Sim, para quebra de tabus
Sim, acesso a informação para todos
Sim, pois orienta e capacita para o futuro, contribuindo para um bem-estar social
Acho importante tratar desse assunto nas escolas, pois muitas vezes não é tratado dentro das famílias.
Sim. Pois é fundamental abordar um tema que ainda é considerado um tabu entre os jovens.
Sim, pois é preciso conversar com os adolescentes sobre o que é a menstruação e os cuidados íntimos necessários.
Sim. Temos diversos alunos que estão em situação de vulnerabilidade social. A educação menstrual permite promover a dignidade na vida, seja pelo aspecto da saúde, seja pela autocuidado e autoestima.
Sim. Devido a valorização da dignidade humana.
Sim, com todos os alunos independente do sexo, pois falar sobre educação menstrual é falar sobre algo comum, e que todos iremos conviver no dia a dia, um relacionamento, no trabalho. Várias relações que são necessárias entender e conhecer sobre algo hormonal e normal, necessário quebrar tabus.
Sim, pois é uma questão importante porém ainda tratada com muito tabu
Sim, para todos perceberem a importância do assunto e não ter os tabus que estão na sociedade.
Abordar a educação menstrual nas escolas é, uma medida fundamental para promover a saúde, o bem-estar e a igualdade de gênero entre os estudantes.

Fonte: elaborado pela própria autora.

Com o auxílio do *Iramuteq*, foi possível gerar um gráfico de similitude nas respostas dos professores quando questionados sobre a importância da educação menstrual, na educação, na visão deles, e as respostas foram bem positivas, conforme Figura 67.

Figura 67 - Gráfico de similitude sobre a importância que os professores dão para abordar a educação menstrual na escola.



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico de similitude a partir das respostas dos professores sobre acreditarem que trabalhar o tema educação menstrual, na escola, era importante, em que a maior similitude é em relação à palavra sim, enfatizando a visão dos professores sobre ser importante trabalhar o tema dentro da escola.

Quando questionados sobre como as escolas acolhem as pessoas que menstruam, as respostas foram muito positivas, conforme aponta Figura 68:

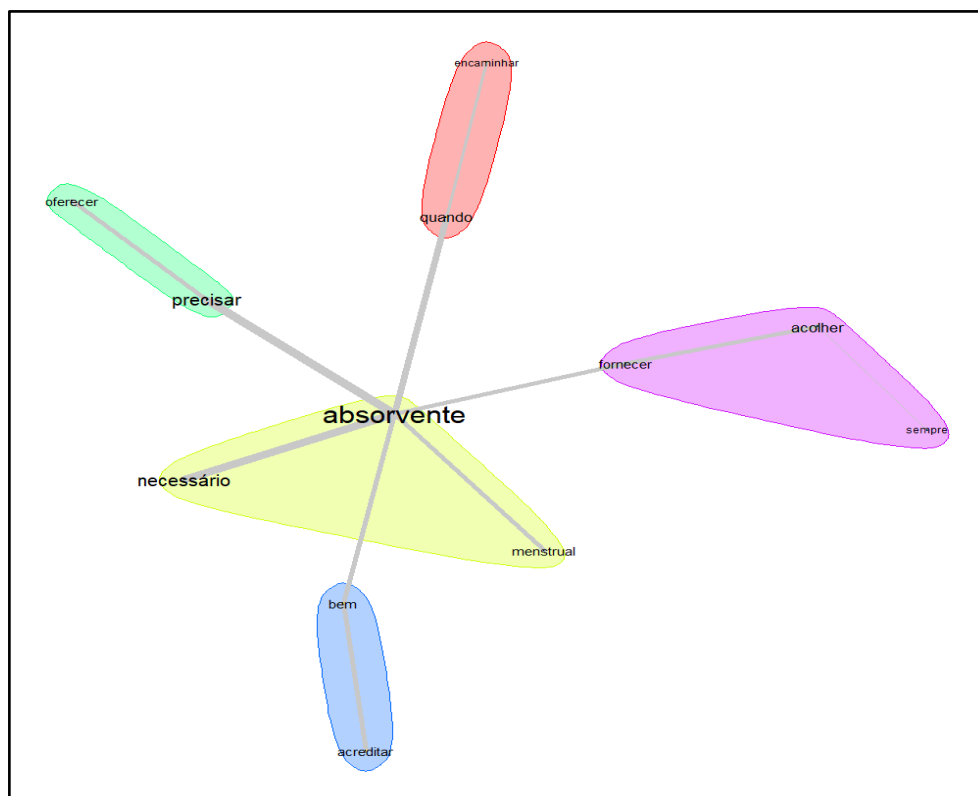
Bem
Com diálogo
Normal
Normal
Dando suporte fornecendo Absorventes, lenço umedecido
Disponibiliza os materiais para estes cuidados, sempre que necessário.
Aqui temos um “kit” com lenços umedecidos e absorventes, para as meninas quando estão nesse período.
Fornecendo apoio necessários nos momentos que precisam de intervenção
O assunto é tratado de forma natural, acolhemos todos estudantes e nossa escola fornece os itens necessários sobre o ciclo menstrual, absorvente, lenço umedecido, saquinho plástico para o descarte do absorvente usado.
Acredito que bem.
Muito bem!
Disponibilidade de absorventes. Acolhimento em caso de necessidade (caso a pessoa solicite ajuda).
Proporcionando os itens para higiene e orientações
Com conversas, rede de apoio, materiais de higiene e orientação particular
Com dignidade.
Há um diálogo aberto com os alunos. Buscamos esclarecer, através do diálogo; e acolher, acima de tudo.
De maneira receptiva e acolhedora
Há um projeto chamado dignidade menstrual, que fornece absorventes às alunas que precisam.
Da melhor forma.
Normalmente
Na minha escola temos apoio emocional, campanhas e itens a umas citados na pesquisa
Há absorventes nos banheiros femininos.
Com programas de educação e dignidade menstrual.

Fonte: elaborado pela própria autora.

Com o auxílio do *Iramuteq*, foi possível identificar a similitude nas palavras dos professores com relação a como a escola acolhe as pessoas que menstruam, e o resultado foi bem positivo, com diversas ações humanizadas, porém diferentes das que foram coletadas com os gestores, que, em sua maioria, enfatizou apenas o fornecimento dos absorventes, e não diálogos e ações específicas para esses estudantes, somente os gestores da Escola C deram alguns exemplos de acolhimentos mais abrangentes.

Percebeu-se até aqui que ainda falta um alinhamento sobre o assunto entre a gestão e os professores sobre os projetos realizados sobre educação menstrual, nas escolas, porém também que a maioria dos professores enxergam que o tema dignidade menstrual é importante e precisa ser trabalhado no ambiente escolar.

Figura 69 - Gráfico de similitude sobre como a escola acolhe as pessoas que menstruam de acordo com a percepção dos professores



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico de similitude a partir das respostas dos professores acerca de como a escola acolhe as pessoas que menstruam, tendo como maior semelhança a palavra absorvente.

O gráfico de similitude apresentado mostra que a maioria das respostas dos professores sobre como a escola acolhe as pessoas que menstruam relaciona ao fornecimento de absorventes, em que a palavra aparece no centro com maior destaque. A partir dela, surgem ramificações, que relacionam a palavra com outras palavras como: precisar, necessário, bem, acreditar, menstrual, acolher, quando e encaminhar.

É válido reforçar que a gestão escolar contribui consideravelmente para o alinhamento entre os professores, como também o direcionamento dos projetos educacionais realizados, nas escolas, sendo assim, é notável a necessidade de um maior alinhamento entre gestores e professores das escolas pesquisadas, como também um letramento sobre o assunto para a efetivação da dignidade menstrual nesses espaços.

4.1.3 Dados obtidos dos gestores

Foram ao todo nove gestores entrevistados das três escolas onde se aplicou a pesquisa, sendo duas gestoras da Escola A; quatro gestores, sendo três gestores homens e uma gestora mulher da Escola B; e três gestoras da Escola C, e as perguntas realizadas, nas entrevistas, foram:

- a) Qual sua escolaridade?
- b) Há quanto tempo atua na educação?
- c) Você sabe o que significa dignidade menstrual?
- d) Você já trabalhou ou incentivou o tema educação sexual dentro da escola?
- e) Você já trabalhou ou incentivou o tema educação menstrual dentro da escola?
- f) A escola onde você atua já realizou ou realiza atualmente algum projeto sobre o tema educação menstrual ou dignidade menstrual?
- g) Você acha importante abordar o tema educação menstrual na escola? Por quê?
- h) Como sua escola acolhe as pessoas que menstruam?

Com relação às perguntas a e b, obtiveram-se as respostas em que apenas um gestor possuía mestrado, seis gestores possuíam especialização completa e dois apenas a graduação completa, com relação ao tempo de atuação, na educação, o tempo máximo foi de 41 anos e o mínimo de 11 anos, o que demonstra que ambos os gestores possuíam um tempo considerável atuando, na educação, conforme apontado no Quadro 18.

Quadro 18 - Respostas dos gestores sobre escolaridade e tempo de atuação na educação

RESPOSTAS DOS GESTORES SOBRE ESCOLARIDADE E TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO		
Gestores	Qual sua escolaridade?	Há quanto tempo atua na educação?
Gestora1_Escola_A	Pós-graduação completa	18 anos
Gestora2_Escola_A	Graduação completa	19 anos
Gestor_3_Escola_B	Pós-graduação completa	32 anos
Gestor_4_Escola_B	Pós-graduação completa	41 anos
Gestora_5_Escola_B	Graduação completa	27 anos
Gestor_6_Escola_B	Mestrado completo	20 anos
Gestora_7_Escola_C	Pós-graduação completa	20 anos
Gestora_8_Escola_C	Pós-graduação completa	18 anos
Gestora_9_Escola_C	Pós-graduação completa	11 anos

Fonte: elaborado pela própria autora.

Em uma visão ampla sobre as respostas dos entrevistados, foi possível identificar algumas dissonâncias nas respostas, como, por exemplo, no caso de uma das gestoras da Escola A, que declarou disponibilizar os absorventes e lenços umedecidos, nos banheiros, porém de fato isso não ocorre, ela mesma informou que prefere deixar os absorventes e lenços, na direção, e os estudantes solicitam quando precisam, para evitar vandalismos e desperdícios.

Porém, na Escola B, declararam abertamente que disponibilizam os absorventes, nos banheiros, e não têm tido nenhum problema com desperdício e vandalismo, por já haverem realizado um trabalho de conscientização com os estudantes sobre o tema.

Já a Escola C disponibiliza também os absorventes, nos banheiros, sem nenhum impedimento, não tendo citado casos de vandalismo ou desperdício.

Outro fato que chama a atenção é o fato de que a Escola C, por ser uma escola particular, não possui a obrigação legal de disponibilizar os absorventes, nos banheiros, porém foi uma das precursoras em apoiar a dignidade menstrual, na educação, como conta a diretora da escola, na entrevista, além de disponibilizar os absorventes, nos banheiros femininos, a escola também os disponibiliza, nos banheiros masculinos, para o caso de estudantes trans, e também realiza um projeto de conscientização para estudantes e funcionários de toda a escola sobre o tema, o que apontou ser a ação mais assertiva e inclusiva de todas as demais escolas.

Em relação aos projetos realizados pelas escolas sobre educação menstrual, as escolas A e B apontaram realizar o programa do governo estadual que se intitula “dignidade íntima” que estabelece o fornecimento de absorventes e lenços umedecidos, nos banheiros, para as estudantes, e além disso, os gestores das escolas informaram que já realizaram kits com absorventes e lenços para doar para estudantes que não possuem condições de adquirir os itens devido à condição da renda da família, o que demonstra que o programa do governo deveria ser ampliado pensando nas pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou baixa renda. Porém, o fornecimento desses kits não é realizado com frequência, apenas de maneira esporádica, o que provavelmente não seja efetivo para os estudantes que de fato precisam dos itens todos os meses, também não foi citado um projeto específico de conscientização e letramento sobre o tema de maneira ampla para a escola.

Considerando como as escolas acolhem as pessoas que menstruam, de acordo com as entrevistas, os gestores das Escolas A e B responderam informando sobre o oferecimento dos absorventes e direcionando para a casa quando os estudantes sentem algum desconforto, durante o período menstrual, porém já a Escola C cita o fato da promoção da conscientização e de projetos para promover a dignidade menstrual, pensando também no aspecto socioemocional do estudante, e não somente no oferecimento de itens de higiene e coletores menstruais, o que

de fato configura a promoção da dignidade menstrual, ou seja, pensar no bem-estar do estudante de maneira ampla, em todos seus aspectos.

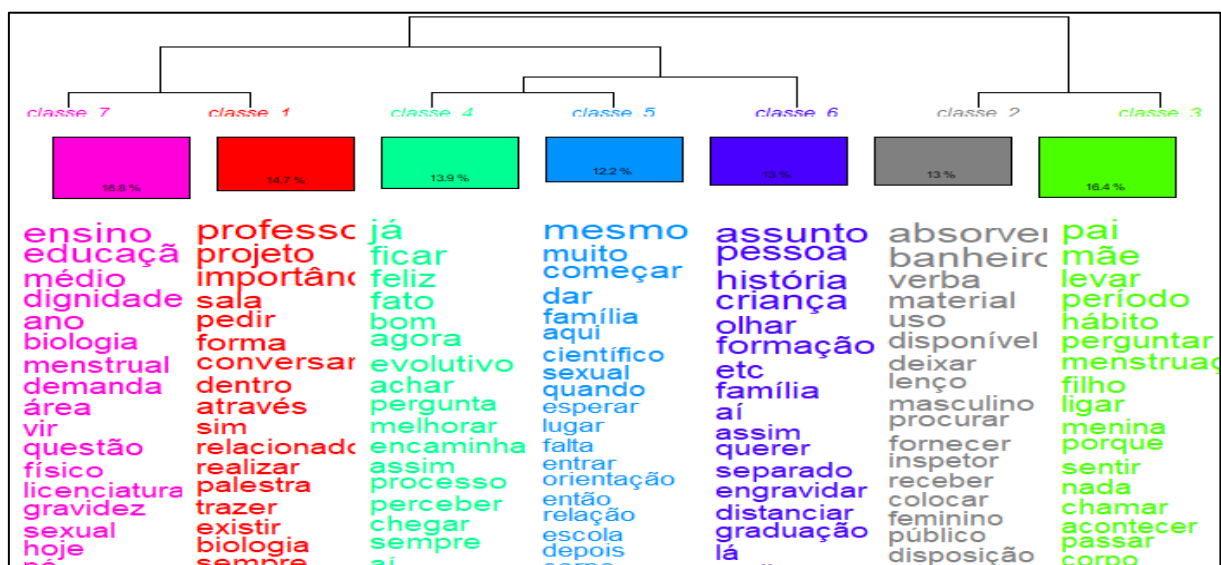
As respostas dos entrevistados foram submetidas à análise do software Iramuteq, em que foi possível identificar algumas informações relevantes. Para as entrevistas serem analisadas de maneira assertiva e eficaz pelo software, foi necessária uma adequação das respostas, no texto, retirando alguns vícios de linguagens como as palavras “gente”, momento em que aparecia 179 vezes, no corpo do texto, e a palavra “né”, aparecia 184 vezes, no corpo do texto, e foi ajustada a análise para serem retirados do processamento das informações: artigos definidos e indefinidos, preposições, pronomes relativos e conjunções.

A utilização do software possibilitou agilidade na organização dos dados, conforme aponta a autora:

Pontua-se que o tratamento dos dados, auxiliado por ferramentas de informática, forneceu a padronização dos métodos de análise, permitindo à pesquisadora dispor de mais tempo para dedicar-se à interpretação e às conclusões do objeto de estudo (Oliveira, 2021, p. 80).

Dentre as respostas obtidas, podem-se classificar as palavras em sete classes de vocabulário, o que demonstra uma diversificação das ideias entre os gestores, mas também um alinhamento das ideias, conforme demonstrado na Figura 70.

Figura 70 – Dendograma das Classes de vocabulário da entrevista com gestores



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando sete classes de palavras a partir das entrevistas dos gestores, da esquerda para a direita, estão as classes na seguinte ordem: Classe 7, Classe 1, Classe 4, Classe 5, Classe 6, Classe 2 e Classe 3, as classes que se relacionam diretamente são: 7 q 1, 4 e 4, 2 e 3, as classes 7 e 1 se relacionam com as classes 4 e 5 que se relacionam com a classe 6, e também as classes 7 e 1 se relacionam com as classes 2 e 3. Ambas as classes serão explicadas adiante.

Adiante, serão apresentadas as análises das classes apontadas no resultado.

4.1.3.1 Análise das Classes 1 e 7

As classes 1 e 7 se referem à pergunta c), no que diz respeito ao questionamento sobre se os gestores sabiam o que significava dignidade menstrual, a seguir alguns trechos apontados na pesquisa referente a essas classes:

[...] Sim, são as mulheres ou as meninas terem condições de estar em algum lugar sem se sentirem constrangidas e não se privarem de ir para algum lugar porque não têm a condição de ter o absorvente e o que mais precisar. Gestora_1_Escola_A.

[...] Então, eu entendo que é o respeito que tem que se ter perante a situação que as meninas passam. E que elas têm o direito a ter acesso a tudo aquilo que é necessário para que ela se cuide. Cuide da sua saúde em relação à menstruação. Então, eu entendo quem é relacionado a isso. Gestor_3_Escola_B.

[...] Projeto da Secretaria de Educação, que elas tentam oferecer para as meninas, pelo menos o mínimo para que elas se sintam confortáveis durante o ciclo de menstruação. Gestor_4_Escola_B.

[...] Dignidade é você ter condições de passar pelo ciclo menstrual de forma limpa, utilizando, tendo facilidade de utilizar absorvente, tendo contato direto com a questão da higiene íntima. Acredito que seja dessa forma. Que seja uma coisa normal, uma coisa sadia. Gestora_5_Escola_B.

[...] Eu não sei se eu vou responder certo, mas eu acredito que é você ter os direitos, básicos para esse período que todas nós mulheres passamos, no sentido de ter condições de fazer uma higiene adequada, condições de utilizar os produtos adequados, condições de ter a informação adequada sobre todo esse processo e período. Gestora_7_Escola_C.

[...] Eu penso que é proporcionar condições adequadas de qualidade para as pessoas que menstruam. Então, quando pensa a palavra dignidade, me remete a isso. É você garantir todos os direitos e ver de quem são os deveres de proporcionar isso para as pessoas. E aí pensando em dignidade menstrual, então nesse contexto do ciclo menstrual, enfim, tudo que envolve. Gestora_8_Escola_C.

[..] Dignidade menstrual, para mim, é você ter acesso a Liberdade, a Proteção. Tanto as questões de saúde, relacionadas ao corpo, de você poder menstruar com acesso ao que você precisa, desde produtos como a limpeza, a higiene, aquilo que torna o ser humano digno, com um produto correto, absorvente, a você ter o seu corpo limpo, a ter acesso a saúde, a orientação, a medicamento, porque a orientação em relação ao que isso significa na sua vida, a como isso acontece. Então, é Aspectos de saúde, emocionais Básicos, também necessidades básicas, saúde, emocionais, psicológicas, que estão dentro da questão menstrual. Gestora_9_Escola_C.

Ao analisar as Classes 1 e 7, foi possível identificar que a maioria dos gestores compreendem que a dignidade menstrual está relacionada a algo além do fornecimento dos absorventes das escolas, porém acreditam que o fornecimento é algo fundamental para a promoção da dignidade menstrual.

Outra questão importante analisada se refere ao fato de que a maioria dos gestores relacionam a dignidade menstrual à questão da higiene física, somente duas gestoras da Escola C abordaram sobre os aspectos emocionais e psicológicos, como também acesso à informação, conforme aponta o relatório da UNFPA (2021), está relacionado ao acesso a insumos e direitos de saúde.

Nota-se que o tema não é compreendido de maneira ampla por parte dos gestores entrevistados.

4.1.3.2 Análise da Classe 4

A análise da Classe 4 está relacionada à pergunta e), no que refere ao questionamento sobre se os gestores já haviam incentivado algum projeto sobre educação menstrual, na escola, a seguir alguns trechos das entrevistas que retratam as respostas:

[...] Na escola, tem o programa e vem uma verba para isso, para utilizar para ter sempre à disposição das meninas o absorvente. Aí coloca o lenço umedecido, o saquinho de descarte. Isso fica no banheiro para que elas possam usar. [...] não foi um projeto, mas algumas falas, algumas rodas, para que elas pudessem entender que não é porque está à disposição que eu tenho que pegar tudo ou usar de forma indevida. E eu precisei diminuir no banheiro a quantidade, porque ficavam sempre dois pacotes fechados. Eu precisei diminuir, então à medida que vai precisando, ou vendo que vai diminuindo, eu vou abastecendo, por conta dessa falta de consciência mesmo. Gestora_1_Escola_A.

[...] Sim, teve um momento no ano passado. Eu acho que foi até no outubro rosa, no ano passado. Conversamos com as meninas, fizemos palestras falando da dignidade íntima. E tentando abordar, ensino médio tem essa necessidade,

elas mesmo procuram. Então, fez uns projetos na escola, mais palestras e distribuição de kits de dinheiro para elas. Ah, não que eu me lembre. Diretamente não. Sempre um professor conversando de biologia, professora. Como essa, no caso pedindo, mas diretamente só mesmo auxiliando o professor. Se isso contar, sim, dessa forma, mas diretamente eu estou mais iniciativa, não. Gestora_2_Escola_A.

[...] Então, a escola assessora também esse plano que tem de governo, de fornecer um absorvente para eles. E a professora também procura trazer, às vezes, uma palestra, alguém de fora para conversar sobre essas orientações, tá? Temos parceria também com algumas faculdades que auxiliam nesse processo [...]. Especificamente assim, pedagogicamente, para o ensino médio, não. Isso tem acontecido naturalmente na escola. Isso acontece na escola. Nunca parou uma reunião para conversar sobre esse assunto, para ser bem sincero com você e com os professores. [...] Mas, assim, como já existe uma preocupação, assim, da escola, por ser uma escola de tempo integral, e o aluno fica o dia todo, isso já é um zelo que existe por parte da gestão e por parte do professor de biologia. Gestor_4_Escola_B.

[...] Não, mas acho que os professores, eu não, mas a professora de biologia, sempre ela comenta, faz algum trabalho com eles. Até para orientação do uso. Esse material que fica disponível no banheiro, pra as meninas, como usar, como não desperdiçar também. Porque, assim, justamente para que elas se sintam confortáveis no momento em que ocorre a menstruação, mas também para aquelas meninas que não podem comprar, então, se elas desperdiçarem. A importância de manter o dinheiro, de jogar isso no banheiro, não deixar ali. Mas, assim, foi bem orientado, sim. Um projeto de orientação mesmo. Foi feito pela agência de biologia. [...] sim. Eu entendo que precisa não só trabalhar com as meninas, mas com os meninos. Para entender que isso faz parte da natureza humana. Aliás, tem todo um sentido biológico, que sabe, da questão do porquê que ocorre. Gestor_4_Escola_B

[...] Sim, já faz parte do ato da escola, também dentro do currículo do Estado. Já existe esse tratamento do assunto. Mais recentemente existe o programa Dignidade Íntima, que é acesso livre aos absorventes da escola. Recebe uma verba e mantém isso disponível, tanto para uso dentro da escola como para levar para casa também. E os professores tratam disso desde o fundamental dentro da escola. Lidar com essa questão sexual e com a questão também da higiene íntima. Legal. Projeto específico, não, mas já trabalhou. Eu tinha uma eletiva que trabalhava, que chamava Papo Reto, e falava de todos os assuntos relacionados às dúvidas do adolescente. Muitas vezes surgiam aulas que tinha que preparar em relação a isso, com cuidado, com a higiene íntima, com as doenças relacionadas à prática do sexo. Gestora_5_Escola_B.

[...] aqui na escola, quando começou a escola de tempo integral, houve o desenvolvimento de um trabalho de iniciação científica com a professora Kelly e com a professora Wanda Helena, na época que era de Arte, sobre menstruação mesmo. O programa era voltado ao descarte. A professora de Biologia falava um pouco da questão mais do conhecimento do corpo, de como é que isso é descartado, como é que poderia ser descartado no lixo do banheiro. [...] Então, hoje aparece no componente, geralmente no componente de Biologia, mas também tem a questão da vice-direção, dessa questão da pobreza menstrual, que veio forte no pós-pandemia. Eu acho que ficou mais

institucionalizado. Então, já tem essa preocupação faz um bom tempoGestor_6_Escola_B.

[...] Sim, realiza, tem as ações, tem o projeto, tem você no caso é responsável e sim, tem várias ações que acontecem ao longo do ano, recentemente teve uma formação para todos os funcionários e para os professores do ensino médio também e tem as atuações específicas com os alunos, além, é claro, das ações no próprio banheiro, que identificam ali e promovem a dignidade menstrual. Gestora_7_Escola_C

Então, assim, desde coisas simples, de uma campanha de arrecadação de absorventes, etc. Que, inclusive, já fizemos isso aqui, falando na atualidade, aqui na escola com os alunos do ensino médio. Desde também uma mobilização com a população. [...] Nós temos hoje esse programa, mas eu sinto que, por exemplo, falar uma vez ao ano, talvez duas vezes ao ano, não seja o suficiente. Isso, na verdade, independente da temática que está falando sobre a questão de dignidade menstrual. Mas, assim, tem que ser algo perene, tem que ser algo, sabe? E, em especial, quando as pessoas estão em formação, e aí eu estou falando dos adolescentes do ensino médio, mas isso se aplica ao adulto também, é assim, você falar sobre um assunto uma vez só, isso não internaliza, isso não impregna a pessoa, então, você precisa falar sobre isso várias vezes. Gestora_8_Escola_C.

Eu acho que o primeiro incentivo... Eu acho que foi na formação das pessoas, porque, quando veio esse tema, lá atrás [...] e eu achei legal incentivar as formações, porque daí eu achei que partiu de um passo legal, assim, que foi se apropriar, primeiro, do assunto, e aí, depois, foi, voltou para saúde da mulher, e aí, eu acho que os projetos, eles são consequências da formação, porque as pessoas demonstraram, primeiro, o interesse em se conhecer, e isso é o principal, em aprender, o resto é consequência, os projetos. [...] Então, eu lembro muito de onde esse programa começou, esse programa, na escola, começou pioneiro a frente das escolas públicas. [...] E isso dá muito orgulho, porque eu acho que eu tenho certeza que sim, tem muitas possibilidades, porque tem um público que precisa dessa atenção, que não tem lá fora, o absorvente não está na lista de compra das pessoas mais necessitadas, e em condições vulneráveis de vida. [...] o nosso principal público, que a escola atende, que é o público sem condições, com condições econômicas, mais frágeis na sociedade. Gestora_9_Escola_C.

É possível identificar que a maioria dos gestores não incentivaram projetos sobre educação menstrual, na escola, e acreditam que abordar projetos sobre tal tema é uma demanda diretamente das áreas de ciências, biologia, porém esse é um tema que pode e deve ser trabalhado de maneira interdisciplinar, envolvendo diversas outras áreas e disciplinas para o desenvolvimento dentro da escola.

Outro fato relevante analisado é que a maioria dos gestores das escolas públicas informaram que o único projeto atual acontecendo, na escola, sobre educação menstrual é o programa Dignidade Íntima, instituído pela Lei que estabelece o fornecimento de absorventes

para os estudantes, ou seja, atualmente, não está sendo realizado nenhum projeto para conscientização dos demais aspectos importantes na promoção da dignidade menstrual, além do oferecimento de absorventes.

É válido apontar a ênfase da importância sobre a promoção de uma educação menstrual, conforme aponta UNFPA (2021), espera-se que, por meio da educação menstrual, que realizado conscientização sobre os corpos e ciclo menstrual, e por meio dela, possibilitar a desmistificação dos tabus e diminuir constrangimentos e estresse das jovens, como também promover empoderamento e acesso a diferentes produtos para a saúde menstrual, por isso se faz tão necessário projetos para promover a dignidade menstrual na educação básica.

Os gestores também informaram que não receberam nenhuma formação ou treinamento sobre dignidade menstrual, apenas a orientação em como utilizar a verba para a compra dos absorventes, outro ponto falho do programa, que prevê a capacitação para funcionários e docentes das escolas (Brasil, 2023).

4.1.3.3 Análise da Classe 5

A análise da Classe 5 se refere à pergunta g), em que se questiona sobre a importância da abordar o tema educação menstrual, na escola, na visão dos gestores. Abaixo estão alguns trechos que retratam as respostas sobre a importância que os gestores dão para trabalhar o tema na escola:

[...] é importante. Observa que as meninas estão menstruando cada vez mais cedo, não tem uma maturidade, precisa tratar disso, embora muitas vezes não tenha uma certa abertura, elas ficam ainda meio intimidadas, sabe?
Gestora_1_Escola_A.

[...] E eu acho muito importante a escola trazer esses esclarecimentos, ajudando, descoberta. Porque tudo isso acontece quando elas mesmos, porquê de tanta diferença no corpo, na pele e também até o emocional.
Gestor_3_Escola_B.

[...] Acho que todos os temas de sexual na escola são importantes. [...] E principalmente a... a orientação menstrual, cuidado com o seu corpo, cuidado
Gestor_4_Escola_B.

[...] Acredito que sim. Muitos não têm apoio. Muitos não têm família mesmo, nesse sentido de uma conversa mais aberta. Muitos tem que orientar aqui em relação a, não só a higiene íntima, mas a higiene como um todo.
Gestora_5_Escola_B.

[...] É bem importante porque... Por conta do acesso mesmo, não só do recurso, do recurso financeiro. A nossa clientela, que é uma clientela que embora ela oscile entre classe média e baixa, classe média, ainda tem... É uma população considerável de alunos que não tem recurso. Elas acabam faltando, simplesmente no período menstrual acabam faltando. E como faz um trabalho muito grave de assiduidade, então acaba se preocupando bastante com isso. Gestor_6_Escola_B.

[...] Nossa, eu acho extremamente importante, eu acho que tem que falar disso, tem que tratar disso e olhar para isso, para entender o quanto isso é importante de ser falado, de ser tratado, fora várias outras questões. Gestora_7_Escola_C.

[...] Acho que agora é uma questão de alinhar e perceber o quanto que isso faz efeito ou não. E aí aumentar o acesso à informação das pessoas. Gestora_8_Escola_C.

[...] sim, a escola é esse lugar. Então, através da informação, acho que pode, inclusive, fortalecer mais... Acho que tornar isso mais orgânico, o nosso projeto de saúde da mulher, de educação menstrual que já tem feito. Acho que fortalecer sempre mais para todas as turmas, todas as entradas dos alunos. Gestora_9_Escola_C.

Observa-se que ambos os gestores acreditam ser importante abordar o tema educação menstrual, na escola, muitos relacionam a questão da falta de acesso a itens de higiene, como o absorvente, apenas um gestor relatou a questão das faltas devido aos dias de menstruação.

Evidencia-se a importância sobre o tema dentro da escola, devido ao fato de 62% das pessoas que menstruam faltarem às escolas por estarem menstruadas e 73% informarem que já passaram por algum constrangimento dentro ou fora da escola, durante o período menstrual, conforme aponta a ONU (2025).

Aqui, nota-se a necessidade do envolvimento de meninos e homens sobre o tema, conforme aponta:

Como já comentado anteriormente, é fundamental que os meninos e homens também tenham acesso ao conhecimento sobre o ciclo menstrual, não apenas para que se responsabilizem pela prevenção à gravidez não intencional, como também para que tenham um comportamento mais respeitoso com as meninas e mulheres que menstruam (UNFPA, 2021).

A importância sobre o tema dentro da educação pode auxiliar na diminuição dos índices de evasão escolar, como também auxiliar na conscientização para a prevenção dos constrangimentos causados pela desinformação e machismo estrutural, como já apresentado no decorrer da pesquisa.

Análise da Classe 6

A classe 6 está relacionada à pergunta d), que se refere ao questionamento sobre se os gestores já trabalharam o tema educação sexual, na escola. A seguir, alguns trechos que demonstram as respostas:

Eu, enquanto diretora, não tive nenhuma pauta voltada para isso. Sempre pede para os docentes trabalharem de uma forma, voltada para a conscientização. Quando eu trabalhei com ciências no quinto ano, tinha uma parte que falava. E daí eu abordava de uma forma que não causasse um impacto muito grande, mas aqui mesmo um projeto voltado para orientação sexual, não. - Gestora_1_Escola_A

[..] Ah, não que eu me lembre. Diretamente não. Sempre um professor conversando de biologia, professora. Como essa, no caso pedindo, mas diretamente só mesmo auxiliando o professor. Se isso contar, sim, dessa forma, mas diretamente eu estou mais iniciativa, não. - Gestora_2_Escola_A

[...] A educação sexual na escola, ela é bem cuidada pelo professor de biologia. Então, o professor de biologia, ele já desenvolve um trabalho em relação a isso. [...] Então, a escola assessora também esse plano que tem de governo, de fornecer um absorvente para eles. E a professora também procura trazer, às vezes, uma palestra, alguém de fora para conversar sobre essas orientações, tá? Temos parceria também com algumas faculdades que auxiliam nesse processo, tá bom? – Gestor_3_Escola_B

[...] É praticamente obrigatório. Você tem que ter um currículo, tem disciplina que o professor orienta. Principalmente na idade deles, de 14 até os 17. [...] Acho que todos os temas de sexual na escola são importantes. Porque eles têm uma informação, às vezes, na internet, às vezes o pai não dá informação e muitas dessas informações são desconstruídas. - Gestor_4_Escola_B

[...] Projeto específico, não, mas já trabalhou. Eu tinha uma eletiva que trabalhava, que chamava Papo Reto, e falava de todos os assuntos relacionados às dúvidas do adolescente. Muitas vezes surgiam aulas que tinha que preparar em relação a isso, com cuidado, com a higiene íntima, com as doenças relacionadas à prática do sexo. - Gestora_5_Escola_B

[...] E aqui na escola, quando começou a escola de tempo integral, houve o desenvolvimento de um trabalho de iniciação científica [...] Não diretamente na minha área, que é Física, mas atuava junto com Biologia na questão da iniciação científica. [...] Trabalhava mais nessa questão mesmo da dignidade menstrual. Mais até do que na questão da educação sexual. Gestor_6_Escola_B

[...] É, acredito que sim, porque é um tema que sempre leva para as nossas reuniões, de forma assim, ó, eu não cheguei em nenhum deles e falei, faça um projeto, mas são temas que eles próprios trazem e sempre reforça a importância de se trabalhar, de se falar sobre isso através de palestras, até

mesmo de projetos dos alunos, evidenciar, trazer pessoas de fora que possam contribuir, então isso sempre incentiva sim. Gestora_7_Escola_C

[...] Sim, inclusive por conta assim da minha formação. A educação sexual faz parte do escopo do trabalho da nossa categoria. É uma especialidade. E inclusive até assim, só para dizer um pouco da minha inspiração. Nas escolas que eu estudei, ensino fundamental, ensino médio, tinha uma psicóloga e ela fazia dois trabalhos. Um na área de orientação vocacional, orientação profissional e orientação sexual. Então uma vez por semana tinha aula para todas as turmas. Inclusive a minha. E aí ela falava, ela fazia uma intersecção com a biologia e tudo mais. Falava sobre aparelho reprodutor, enfim. Na época eram os DSTs, hoje ISTs. Gestora_8_Escola_C.

[...] Os últimos professores que atuaram em biologia sempre têm projetos relacionados a isso. A última que teve foi recente, inclusive, que foi uma conexão que eu até pedi para eles fazerem dentro da semana de saúde. Conectado à enfermagem., que precisava trabalhar. Foi uma demanda que surgiu dos alunos, e aí eu até encaminhei isso para você. Uma demanda foi de, venho por você, e aí foi trabalhada a questão da sexualidade. Gestora_9_Escola_C

É prevista pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC a abordagem sobre educação sexual no 8º ano do Ensino Fundamental, na área de ciências, como também no Ensino Médio (Brasil, 2018). A importância sempre é dada para a prevenção da gravidez.

Percebe-se, nas respostas dos gestores, que, em ambas as escolas, algum projeto sobre educação sexual já foi trabalhado, sendo incentivado ou não pelos gestores, alguns dos gestores relacionaram o tema com o currículo escolar, e outros também direcionaram a responsabilidade de abordar o tema na disciplina de ciências e biologia, o que diferencia dos projetos desenvolvidos sobre educação menstrual, já que não está, no currículo escolar, como também nem sempre foram incentivados pelos gestores e desenvolvidos pela escola.

4.1.3.4 Análise da Classes 2

A análise da Classe 2 se refere à pergunta sobre se a escola realizou ou realiza algum projeto sobre educação menstrual. A seguir, alguns trechos das entrevistas que mostram as respostas referente a esse questionamento.

[...] Não foi nenhum projeto, foi mais uma roda de conversa mesmo, porque também faltava consciência de muitas meninas, até mesmo em relação ao uso do material no banheiro. Ou levava embora, ou senão o descarte nem usava e colocava de uma forma meio que vandalizada, sabe? [...] Então teve que fazer, não foi um projeto, mas algumas falas, algumas rodas, para que elas pudessem entender que não é porque está à disposição que eu tenho que pegar tudo ou usar de forma indevida. E eu precisei diminuir no banheiro a quantidade, porque ficavam sempre dois pacotes fechados. Eu precisei diminuir, então à

medida que vai precisando, ou vendo que vai diminuindo, eu vou abastecendo, por conta dessa falta de consciência mesmo. Gestora_1_Escola_A

[..] Sim, fornece o absorvente. Que vem do próprio estado e manda verba para isso. Eu acho que toda escola pública tem [...] Mas parece que essa lei é só para as escolas estaduais. As municipais não recebem essa verba para poder fornecer. Gestor_3_Escola_B

Então, nós recebemos, foi, primeiro, acho que uma lei do governo. Para tentar arranjar uma verba para passar para as escolas estaduais. Para passávamos com uma verba que representasse esse projeto. Aqui nós recebemos uma verba, geralmente é bem mensal. E compra esse material, deixa esse material guardado e disponibiliza no banheiro para as meninas. [...] Banheiro de menina é muito tranquilo. Elas não estragam, desperdiçam. E elas sabem da importância de ter isso na escola. É isso que é o mais interessante. Saber por que está lá, por que é importante usar. E assim fica certinho. Nós já não temos tido problema. Gestor_4_Escola_B

Projeto específico, não, mas já trabalhou. Eu tinha uma eletiva que trabalhava, que chamava Papo Reto, e falava de todos os assuntos relacionados às dúvidas do adolescente. Muitas vezes surgiam aulas que tinha que preparar em relação a isso, com cuidado, com a higiene íntima, com as doenças relacionadas à prática do sexo. Então, assim, sempre, de alguma forma, já aborda isso dentro da escola. Porque é comum eles perguntarem, principalmente para os tutores. O professor tem mais intimidade com o aluno. Às vezes ele vem com aquela perguntinha, você tem um amigo? Então, assim, já vai, já sabe que tá querendo saber alguma coisa que em casa ou fora não tá conseguindo. Mas eu acho que hoje, com a internet, fica tudo muito mais prático. O Google tá aí. Você joga lá. Mas, ao mesmo tempo, tem muita informação desconstruída. Então, às vezes, a dúvida surge por conta disso também. Gestora_5_Escola_B

Então, hoje aparece no componente, geralmente no componente de Biologia, mas também tem a questão da vice-direção, dessa questão da pobreza menstrual, que veio forte no pós-pandemia. Eu acho que ficou mais institucionalizado. Então, já tem essa preocupação faz um bom tempo. Gestor_6_Escola_B

Sim, tem várias ações que acontecem ao longo do ano, recentemente teve uma formação para todos os funcionários e para os professores do ensino médio também e tem as atuações específicas com os alunos, além, é claro, das ações no próprio banheiro, que identificam ali e promovem a dignidade menstrual. Gestora_7_Escola_C

Nós temos hoje esse programa, mas eu sinto que, por exemplo, falar uma vez ao ano, talvez duas vezes ao ano, não seja o suficiente. Isso, na verdade, independente da temática que está falando sobre a questão de dignidade menstrual. Mas, assim, tem que ser algo perene, tem que ser algo, sabe? [...] Então, assim, para que isso seja mesmo interiorizado, absorvido, eu vejo que precisa criar uma rotina, sabe? E aí, sim, também contextualizar, trazer isso para dentro da sala de aula. Gestora_8_Escola_C

[...] Então, eu lembro muito de onde esse programa começou, esse programa, na escola, começou pioneiro a frente das escolas públicas, o nosso diretor estava ouvindo o Fantástico, e existia a intenção, a necessidade de ter uma entrevista do se eu não me engano, Drauzio Varela, e o diretor estava assistindo uma reportagem sobre isso, sobre a dificuldade das pessoas, das alunas nas escolas e nos presídios, também que tinham, menstruavam, e o diretor regional comprou essa necessidade, e falou: “a gente tem que fazer alguma coisa com a escola, e independente do que determinava, do que o governo ia fazer ou não”. [...] Deveria ser um programa, assim ele já acontece, mas ter mais, ter mais calendário, eu acho que aí fica até uma sugestão, para ele estar no calendário, assim da escola, que ele, que todos os alunos tenham acesso a isso, durante o ano, eles já têm, mas... Garantir que todos tenham. Gestora_9_Escola_C

Realizando uma análise sobre os ODS, está o 4º objetivo: “Educação de Qualidade”, que, no item 4.7, estabelece:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2025).

Observa-se que a educação menstrual vai ao encontro com o objetivo proposto pela ONU, como também mostra o quanto é significativo abordar o tema dentro da escola.

Aqui é válido enfatizar que, no relato da gestora da Escola A, houve uma conversa com os estudantes para prevenir o vandalismo e descarte desnecessário dos absorventes, a gestão não disponibiliza os absorventes, nos banheiros, para evitar tais situações, porém essa atitude pode gerar constrangimento por parte das estudantes ao precisarem solicitar o absorvente para a gestão, não sendo democrático o acesso aos itens de higiene menstrual.

4.1.3.5 Análise da Classes 3

A classe de palavra 3 está relacionada à pergunta h) que se refere a como a escola acolhe as pessoas que menstruam. Abaixo alguns trechos das entrevistas sobre tal pergunta:

[...] Sempre que precisa, fornece. Se acontece algum imprevisto de sujar a roupa, liga para casa. Às vezes a mãe, na maioria das vezes, prefere levar de uma forma mais natural possível. As meninas às vezes ficam constrangidas. Já aconteceu, sujar a cadeira. Então uma colega vem, fala, e eu falei, não tem problema. Vamos aguardar um pouquinho, peço para o professor tirar da sala, tira a cadeira para fazer a limpeza. Poucas vezes, mas já aconteceu. E a menina vai embora. Mas sempre acolhe. Gestora_1_Escola_A.

[...] Então, o que sempre deixava claro para as pessoas podermos procurar, sempre que necessário, que sempre tinha um absorvente para elas, que fazia compra, tem a [...] agente de unidade, vai ficar desse forte. E, assim, fazia kitzinhos para algumas que sabia, não se juntava, se unia para dar uns kits para algumas que a situação ainda é ainda pior. E falava de higiene com elas, da troca mesmo. Teve algo que teve que falar sobre a troca do observante no dia, sabe? Se precisasse, dava mais, assim, no resultado. E abordava. Eu abordava. E os outros companheiros gostam dessa forma. Gestora_2_Escola_A

[...] Então, elas procuram a inspetora, conversam ali baixinho no cantinho. A tia já vai lá, já acolhe. Também deixa disponível no banheiro. Às vezes, o absorvente ali já fica disponível para elas. No banheiro feminino também, sabe? Então, procura atender bem isso. Legal, legal. Então, a informação que eu tenho é que isso faz bom uso. Orienta as meninas orientam. Toma cuidado. Quando percebe, assim, que, às vezes, acontece de menina. Assim, de querer levar para casa. Então, orienta, avisa, se você tá precisando. Conversa, mas não pega sem avisar. Gestor_3_Escola_B

[...] Então, isso é um trabalho feito com as inspetoras de alunos principalmente. Quando não tem material lá ou elas fornecem material. Quando o aluno tá se sentindo mal, essas coisas, elas ligam, tô passando mal, tem meu período menstrual ou alguma coisa, informa o pai e o pai vem buscar elas, vão para casa, se cuidar, descansar um pouco. Porque sabe que é um período difícil para mulher. Nós, mais estudados, sabemos disso. Mas os inspetores de alunos, a vice, até os professores sabem, estão acostumados a lidar com adolescente, principalmente a mulher nesse período. Então, assim, se tá acontecendo alguma coisa que não dá para segurar ali, tá passando mal alguma coisa, chama os pais e leva para casa. Então, é basicamente isso. E tem que cuidar de estar com esse material sempre de disposição para elas. Gestor_4_Escola_B

[...] As meninas, normalmente, choram. Estão mais com dor. Então, assim, tem um cuidado bem especial com elas. Espera uns 20 minutos, não pode medicar, mas entra em contato com a família. Se não melhorar, vai para casa. No dia seguinte, sempre pergunta. E aí, melhorou? A questão da hidratação. E quando é recorrente, eu encaminho. Às vezes, as mães... Principalmente a mãe, para levar o médico. Não existe o hábito da adolescente, se você perguntar, fizer uma pesquisa a respeito disso, elas não têm o hábito de, na adolescência, passar pelo médico para fazer uma avaliação geral. Isso é muito comum.

Só vai se tiver doente, só vai se tiver morrendo. Então, eu acho que isso faz muita falta. É questão da saúde da família mesmo. Gestor_5_Escola_B.

[...] Esse acolhimento, ele parte mais por parte das professoras do sexo feminino.

Então, quem encaminha muito essas questões é a professora [...] em Bibliologia, e a diretora, então está sempre acompanhando. Aqui, as nossas funcionárias, tem no pátio, são funcionárias mulheres, então as meninas também conversam muito com as funcionárias. Então quem faz esse primeiro acolhimento são as funcionárias, a vice-direção e as professoras. Gestor_6_Escola_B.

[...] Eu acho que a parte das ações que já existem aqui, tanto do projeto, os próprios professores, trabalhando isso em sala de aula, já promovem esse momento de, olha, essa escola acolhe você, se você precisar de um absorvente, você pode procurar dentro do banheiro que tem, existe um banheiro também específico para você fazer uma higiene mais completa, para você se lavar, se limpar de uma forma mais adequada, e as ações que vão acontecendo, tanto por parte dos professores, como também desse projeto que já existe aqui. Gestora_7_Escola_C

[...] só o fato da escola onde você trabalha, ela promover também uma grande diversidade, isso já é um acolhimento para as pessoas que menstruam, no caso de ter o absorvente nos banheiros masculinos também que em outros espaços públicos não tem. Acaba passando uma mensagem subliminar, você tocou num aspecto interessante, pensando até sobre diversidade no geral, assim, quando você chega aqui e vê um aluno trans, um funcionário trans, isso por si só, a empresa, a escola já te diz um monte de coisa, então, por mais que haja, infelizmente ainda, alguma manifestação de preconceito, de racismo, seja o que for, de algum tipo de intolerância, mas aí vai lá atacar o foco. Mas é esse o primeiro passo que foi dado, então, assim, aqui você pode. Gestora_8_Escola_C

Conseguindo passar isso, e construir nos projetos integradores... É muito importante, consegue ver os alunos já realizando isso, fazendo campanhas, eles já fazem muitas ações bacanas... Então, isso é uma forma de fortalecer neles essa potência da educação menstrual, e não tirar isso de vista, tornar isso dentro eixo, tema transversal de todos os cursos, que tem, porque o que está posto, dão absorventes nos banheiros... Isso é um valor, para a escola, isso já faz parte da frente que tem, através da formação que tem, mas a pode fazer mais, pode ampliar a formação desse assunto, e pode ampliar para os projetos integradores, que todos tenham essa marca... Dentro da condução dos projetos... Através da competência mais... Cascadeada para os professores, eu acho que dá para ampliar. Gestora_9_Escola_C

Observou-se que as escolas públicas relacionaram o ato de acolher as pessoas que menstruam, com deixá-las ir embora para a casa, sob responsabilidade dos responsáveis, somente a Escola C que se mostrou mais inclusiva, realizando ações para a conscientização, como também, mesmo não tendo a obrigatoriedade do fornecimento de absorventes, nos banheiros, por ser uma escola particular, pilotou o projeto, na escola, trabalhando projetos educacionais voltados para a conscientização da dignidade menstrual, como também oferecem absorventes tanto nos banheiros femininos, quanto masculinos, abrangendo estudantes trans, e ainda assim, duas das três gestoras entrevistadas, afirmaram que gostariam que o projeto fosse ampliado.

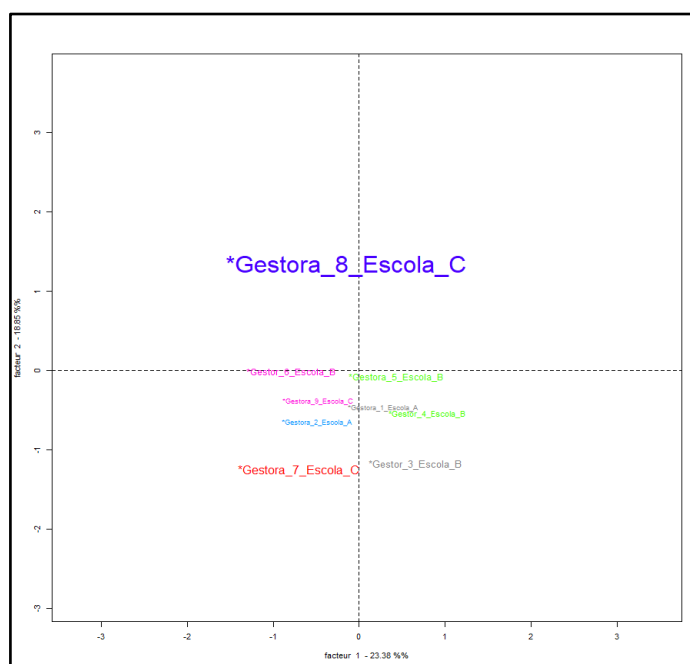
De acordo com o relatório da UNFPA, é possível compreender a importância da inclusão ao tratar sobre dignidade menstrual:

Como o documento descreve, a pobreza menstrual se refere a inúmeros desafios de acesso a direitos e insumos de saúde. Estes desafios representam, para meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam, acesso desigual a direitos e oportunidades, o que contribui para retroalimentar ciclos transgeracionais de inequidades de gênero, raça, classe social, além de impactar negativamente a trajetória educacional e profissional (UNFPA, 2021).

Dentre as classes de palavras apresentadas, pode-se observar que as classes 7 e 1 relacionam-se diretamente entre si, e essas se relacionam diretamente com as em relação entre as classes 6 e a junção das classes 4 e 5, tal relação intersecciona com as classes 2 e 3.

A Figura 71 mostra o gráfico de proximidade das palavras, em que é possível identificar que os grupos de palavras estão bem diversificados, mas nunca tão distantes entre eles, ou seja, nunca distante do eixo central, que se refere ao tema central da entrevista, o que comprova também o alinhamento entre os gestores de ambas as escolas, cada quadrante do gráfico apresenta um nível de proximidade entre as respostas, cada cor agrupa as respostas de cada gestor.

Figura 71 – Gráfico de proximidade das respostas de acordo com cada gestor

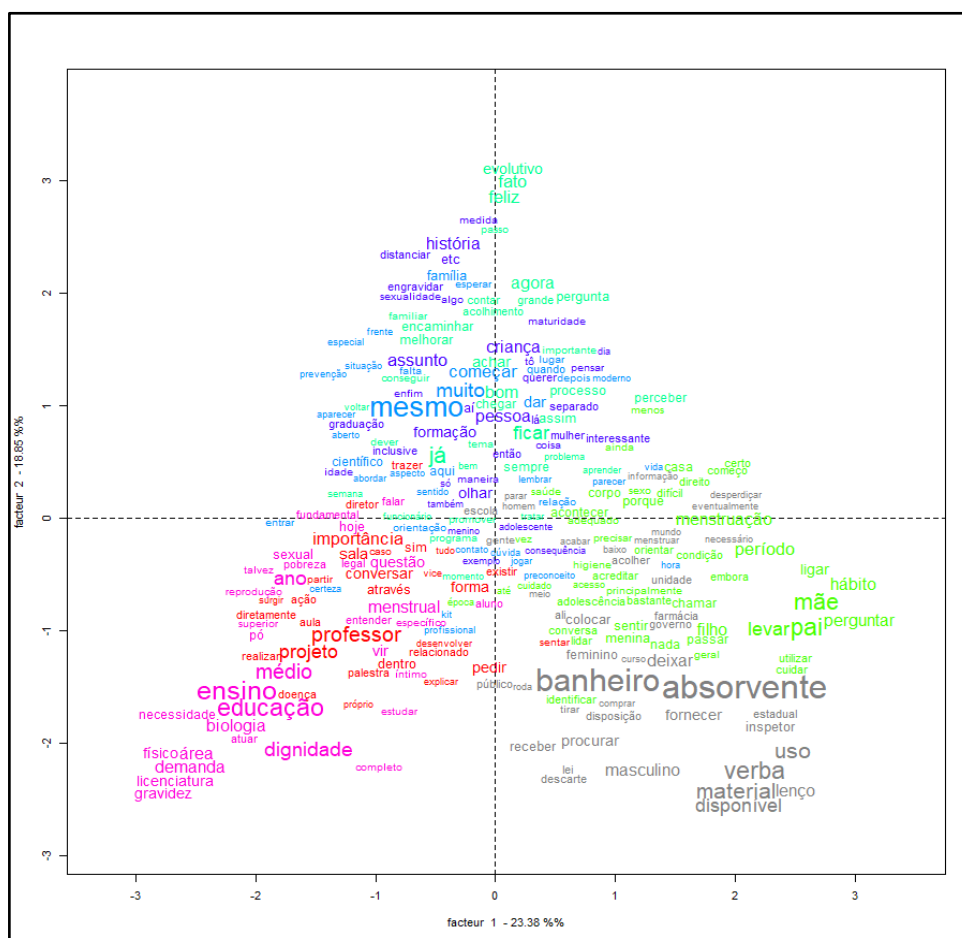


Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico de proximidade, em quatro quadrantes, separados por gestor, a partir das respostas das entrevistas realizadas pelos gestores, os que tiveram maior proximidade em suas respostas foram agrupados por cores, os gestores que mais destoaram dos demais foi a gestora 8 da Escola C, serão explicadas mais adiante.

É possível observar as proximidades das respostas de acordo com cada gestor, o que ficou notório que a resposta que ficou mais distante do eixo de proximidade foi a resposta da Gestora_8 da Escola_C, que teve uma diversidade maior nas palavras do que os demais gestores. Essa gestora foi a que mais enfatizou os cuidados, projetos e ações inclusivas de maneira ampla dentro da escola sobre dignidade menstrual, mostrou estar mais engajada sobre o tema de uma maneira geral.

Figura 722 - Gráfico de proximidade das palavras



Fonte: elaborado pela própria autora.

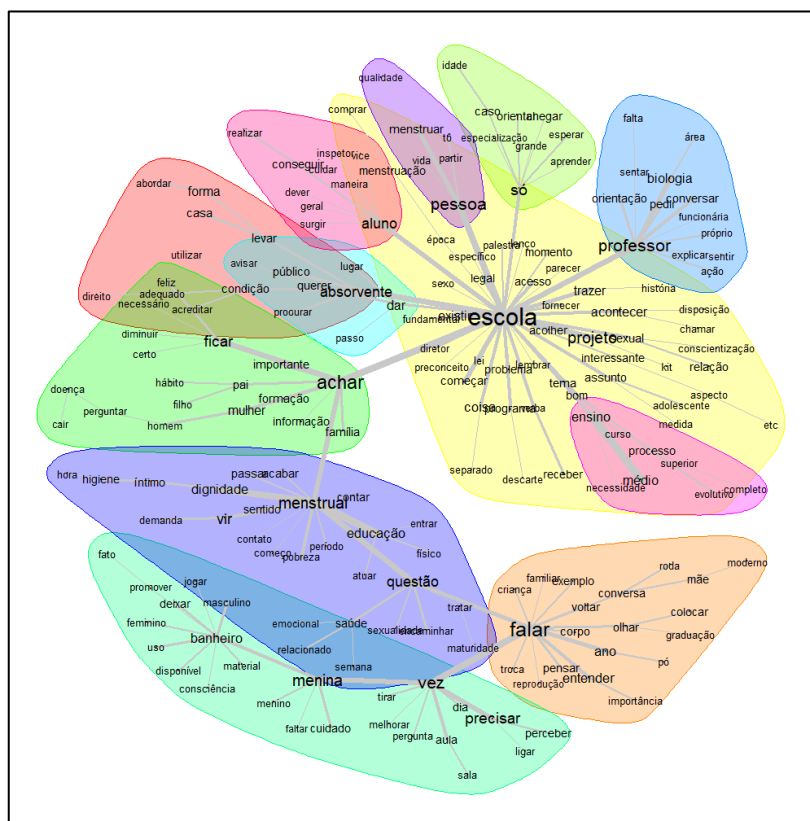
#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico de proximidade, em quatro quadrantes, separados por palavras, a partir das respostas das entrevistas realizadas pelos gestores. As palavras similares que estão agrupadas nos quadrantes, por cores, serão explicadas mais adiante.

A partir da Figura 72, é possível observar palavras em destaque a partir das respostas de cada gestor, como, por exemplo, no primeiro quadrante (primeiro de cima para baixo à esquerda), as palavras mesmo, história, científico, formação, dentre essas palavras, os gestores que mais se assemelharam nas respostas foram a Gestora 8 da escola C e a Gestora 2 da Escola

A, já o segundo quadrante (de cima para baixo à direita), se destacaram as palavras criança, mulher, interessante, entre outras, e os além dos gestores apontados, no primeiro quadrante, também que os gestores Gestor 4_Escola B e Gestora 5_Escola B também seguiam a mesma linha de raciocínio, já, no terceiro quadrante (de baixo para cima, à esquerda), nota-se a evidência das palavras professor, projeto, ensino médio, educação, dignidade, menstrual, e os gestores que mais se assemelharam nas respostas foram Gestor 6_Escola C, Gestora 7 Escola C e Gestora 9 Escola C, o que demonstra muito alinhamento entre as gestoras da Escola C, no quarto quadrante (de baixo para cima à direita) nota-se o destaque das palavras banheiro, absorvente, verba, material, disponível, nesse quadrante, a similaridade das respostas foram entre os gestores Gestora 1 Escola A, Gestor 3 Escola B, Gestor4_Escola B, Gestora 5 Escola B.

Analizando o gráfico de similitude gerado pelo *Iramuteq*, foi possível identificar que a palavra escola está no foco central das respostas, e está fortemente relacionada às palavras pessoa, professor, projeto, absorvente, estudante e achar, ou seja, com relação à percepção de cada gestor a respeito do assunto.

Figura 73 - Gráfico de similitude das respostas dos gestores



Fonte: elaborado pela própria autora.

#paratodosverem: Uma imagem mostrando um gráfico de similitude, a partir das respostas dos gestores sobre como a escola acolhe as pessoas que menstruam, a palavra que mais se destacou foi absorvente, trazendo as similitudes em volta dessa palavra.

A partir da Figura 73, foi possível identificar que a palavra menstrual também aparece em foco, sendo fortemente relacionada à palavra menina, o que ficou nítido, nas respostas, e em nenhum momento os gestores das escolas A e B consideraram o atendimento e o acolhimento para a dignidade menstrual para homens transexuais, apenas para meninas.

Ficou bem enfatizado que as escolas A e B realizam o oferecimento de absorventes e lenços umedecidos para os estudantes, porém a Escola C realiza além dos absorventes, nos banheiros femininos, também, nos masculinos, e também realiza programas e projetos para estudantes e funcionários sobre o tema, diferentemente das demais escolas, onde não realizam projetos em conjunto com funcionários e professores, demonstrando, nas respostas, desconhecimento deles sobre os projetos e o tema em si dentro da escola.

Também pôde-se observar que as Escolas A e B não haviam pensado ou realizado algum tipo de ação voltada para a dignidade menstrual antes da Lei estadual, diferentemente da Escola C, que mesmo antes da lei ser aprovada, como também sem a obrigatoriedade de cumprir a lei, iniciou ações para a promoção da dignidade menstrual, e englobou as pessoas trans nessa intenção.

É possível compreender que a Escola C possui uma visão mais ampliada da diversidade e a considera na sua busca na promoção pela dignidade menstrual, porém também é notório que o fato de a Escola C ser uma escola privada, a faz possuir mais recursos e acessos do que as escolas estaduais, tanto ao acesso a itens de higiene menstrual e pessoal, quanto à informação de qualidade.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada e dos dados coletados pelo questionário e pela entrevista, realizou-se a análise das informações para compreender importância da promoção da dignidade menstrual, na educação básica, e realizar uma análise sob a perspectiva de estudantes, de professores e de gestores acerca do tema.

Como meio de divulgação da pesquisa, será finalizada em forma de dissertação, e a partir dela, publicações de artigos em periódicos, como também participações em seminários, em simpósios e em congressos. Trabalhando sobre o tema dignidade menstrual, na educação básica, e também como produto técnico, desenvolveu-se um jogo educativo como material didático com informações, orientações e dados sobre a menstruação, que poderá ser utilizado como material didático para ser trabalho, em sala de aula, desde o Ensino Fundamental II até o Ensino Médio, como também para uso de conhecimento pessoal.

5 PRODUTO TÉCNICO: MATERIAL DIDÁTICO JOGO MENSTRUACÃO

De acordo com a CAPES, um produto técnico tecnológico é um objeto tangível que contenha conhecimentos científicos desenvolvidos a partir de pesquisas realizadas, durante a pós-graduação, com alto grau de novidade. Podem ser considerados produtos técnicos: produto bibliográfico (ex. artigos, resenha etc.), patente, software/ aplicativo, curso de formação profissional, material didático, evento organizado, manual/ protocolo, processo, produtos de comunicação, empresa ou organização, tradução, acervo, exposição, norma ou marco regulatório, relatório técnico (CAPES, 2018).

Como produto técnico desta dissertação, foi desenvolvido um material didático, por meio de um jogo educativo, intitulado Circuito da Menstruação – um circuito de autoconhecimento.

O jogo apresenta informações, orientações e dados sobre a menstruação, que poderá ser utilizado como material didático para ser trabalhado tanto em sala de aula, desde o Ensino Fundamental II até o Ensino Médio, como também para uso de conhecimento pessoal.

De acordo com os autores: “os jogos, os brinquedos e as brincadeiras demonstraram ser elementos fundamentais no desenvolvimento humano, atuando em diversos componentes como a memória, a linguagem, a atenção, a criatividade e, conseqüentemente, sobre o processo de aprendizagem” (Santos e Pereira, 2019, p. 490).

Trata-se de um jogo de tabuleiro, com um circuito representado por um ciclo menstrual de 28 dias, 7 pinos representando os jogadores (número máximo de participantes por rodada), e 28 cartas com perguntas, abrangendo informações, estigmas e curiosidades sobre a menstruação, para cada pergunta, existe uma carta de respostas que pode ser consultada para certificação da informação correta.

Os participantes iniciam definindo quem será o participante que começará (o que ficará a critério dos participantes, como o jogo do 2 ou 1, ou pela idade, as menores idade primeiro, em seguida, as maiores idades ou o contrário), e o jogo rodará em sentido horário com os participantes.

Conforme o participante acerta as perguntas mostradas pelo jogo, avança sempre um dia, no ciclo, o participante que erra não avança, permanece no mesmo dia em que está.

Cada fase do ciclo é representada por uma cor, divididas em: a) menstruação: vermelha; b) fase folicular: azul, c) fase ovulatória: verde, d) fase lútea: rosa. As cores de cada carta correspondem a temas relacionados a cada fase do ciclo.

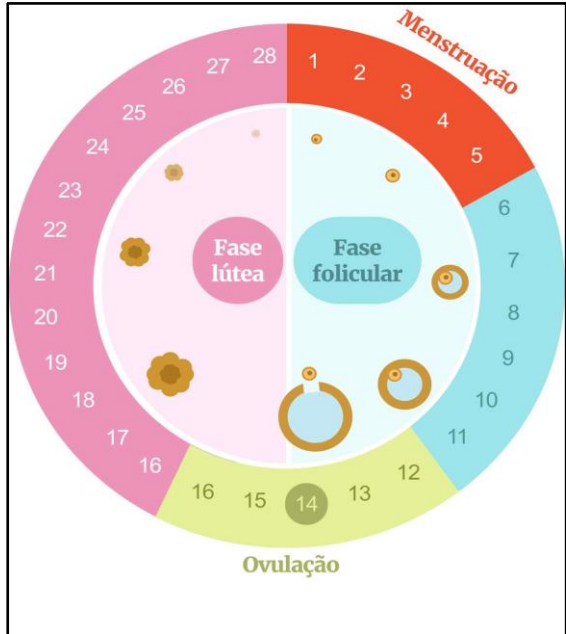
O participante que estiver mais perto de completar o final do ciclo, após a leitura das 28 cartas, vencerá o jogo.

Figura 74 - Capa Jogo Circuito da Menstruação



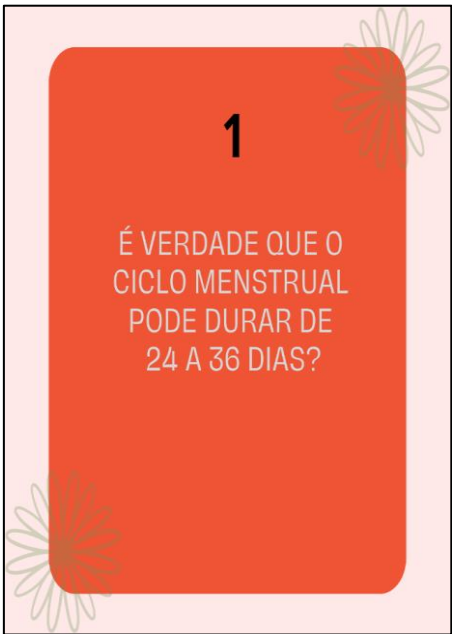
Fonte: Canva, 2025.

Figura 75 - Tabuleiro do Jogo Circuito da Menstruação



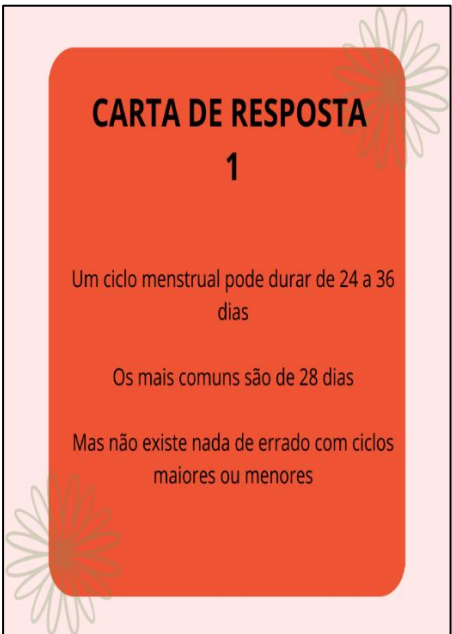
Fonte: Canva, 2025.

Figura 76 - Carta nº 1 referente à fase menstrual



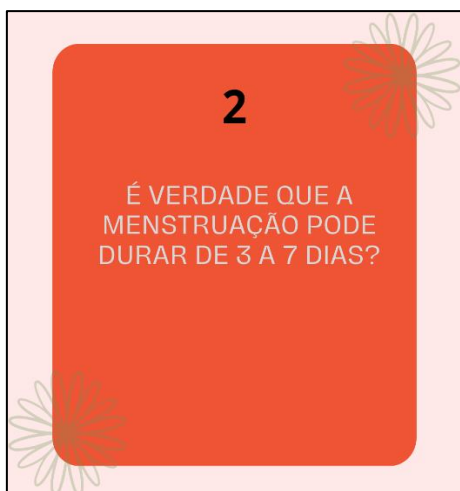
Fonte: Canva, 2025.

Figura 77 - Carta de resposta 1



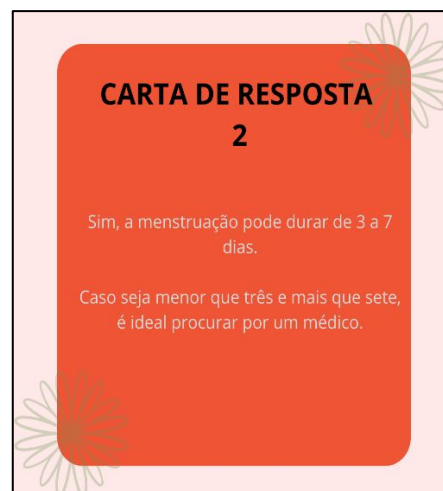
Fonte: Canva, 2025.

Figura 78 - Carta nº 2 referente à fase menstrual



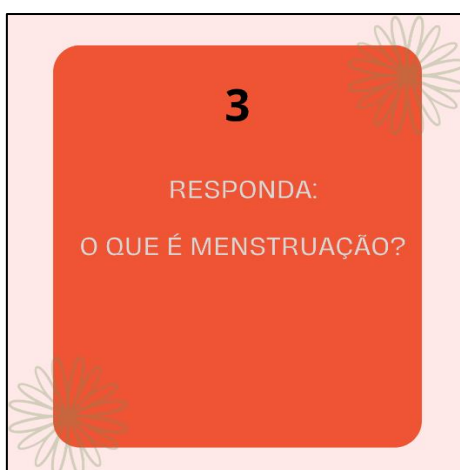
Fonte: Canva, 2025.

Figura 79 - Carta de resposta 2



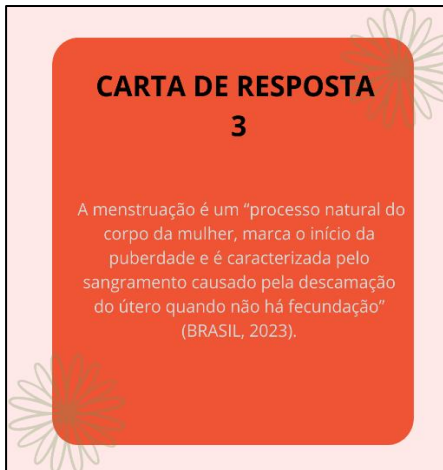
Fonte: Canva, 2025.

Figura 80 - Carta nº 3 referente à fase menstrual



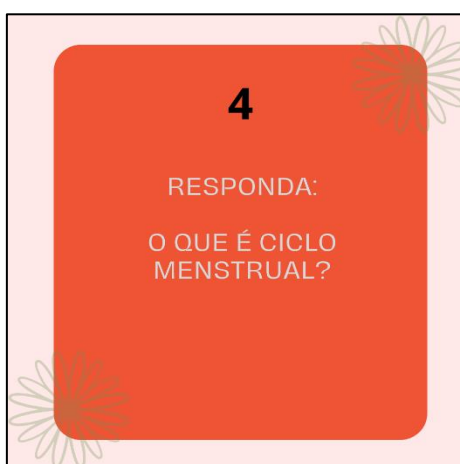
Fonte: Canva, 2025.

Figura 81 - Carta de resposta 3



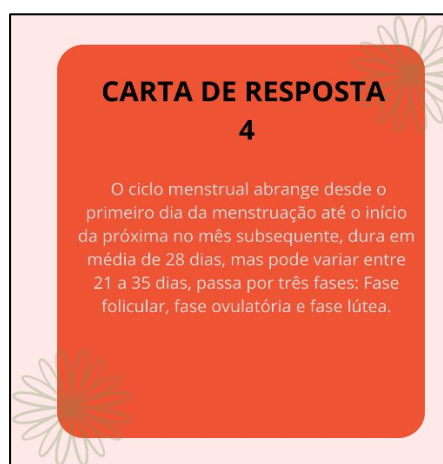
Fonte: Canva, 2025.

Figura 82 - Carta nº 4 referente à fase menstrual



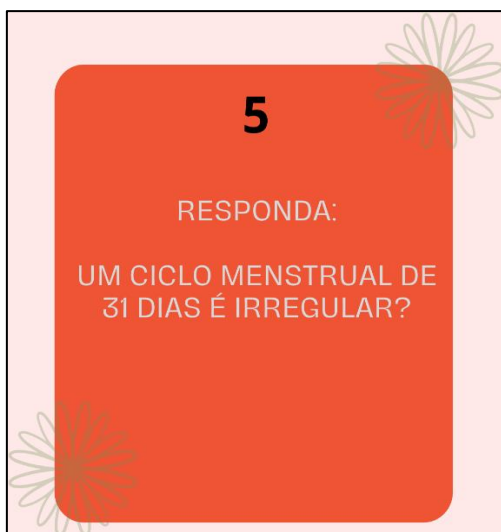
Fonte: Canva, 2025.

Figura 83 - Carta de resposta 4



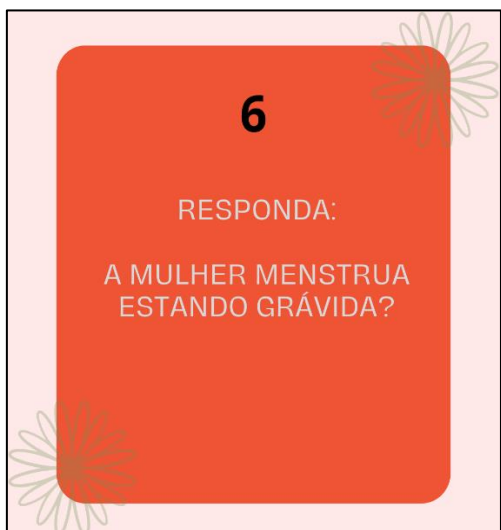
Fonte: Canva, 2025.

Figura 84 - Carta nº 5 referente à fase menstrual



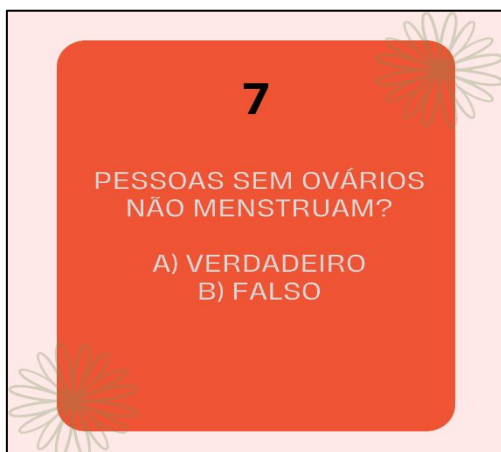
Fonte: Canva, 2025.

Figura 86 - Carta nº 6 referente à fase menstrual



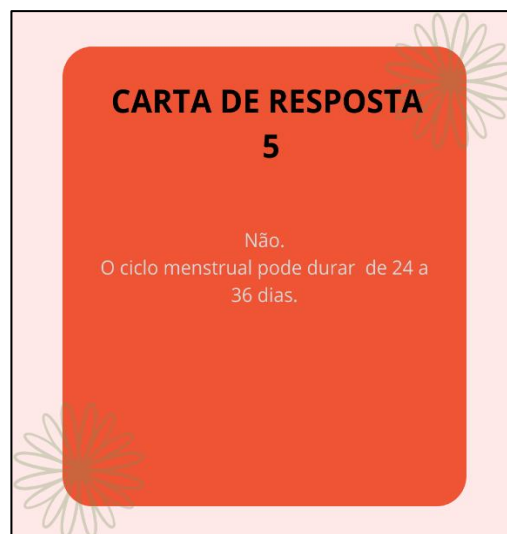
Fonte: Canva, 2025.

Figura 88 - Carta nº 7 referente à fase menstrual



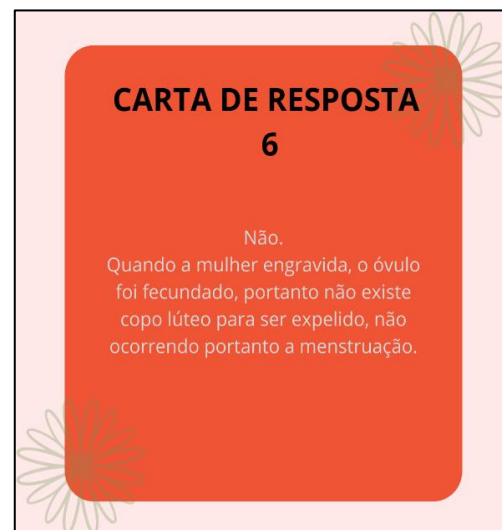
Fonte: Canva, 2025.

Figura 85 - Carta de resposta 5



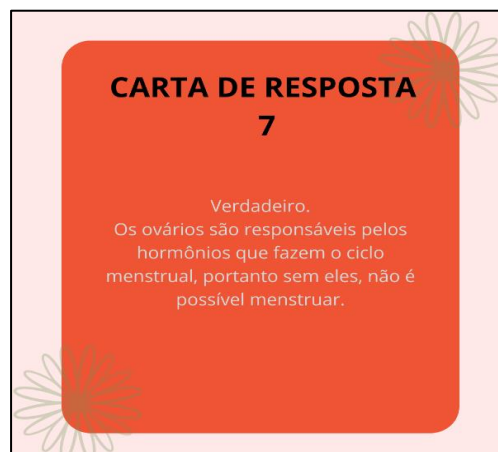
Fonte: Canva, 2025.

Figura 87 - Carta de resposta 6



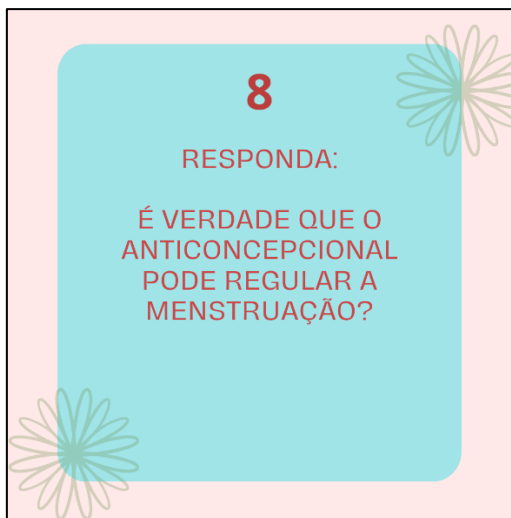
Fonte: Canva, 2025.

Figura 89 - Carta de resposta 7



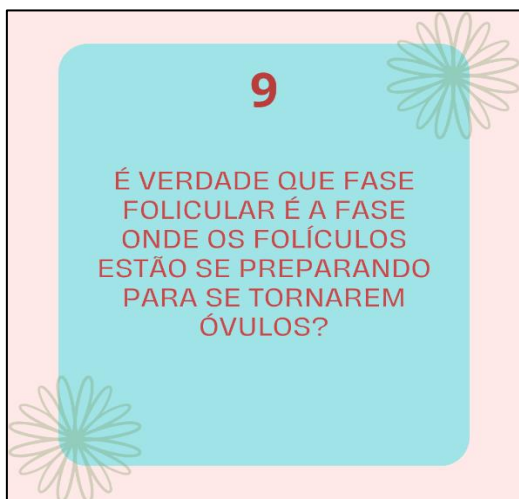
Fonte: Canva, 2025.

Figura 90 - Carta nº 8 referente à fase Folicular



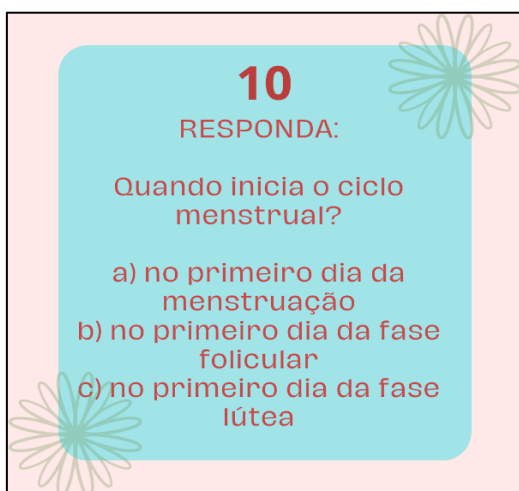
Fonte: Canva, 2025.

Figura 92 - Carta nº 9 referente à fase Folicular



Fonte: Canva, 2025.

Figura 94 - Carta nº 10 referente à fase Folicular



Fonte: Canva, 2025.

Figura 91 - Carta de resposta 8



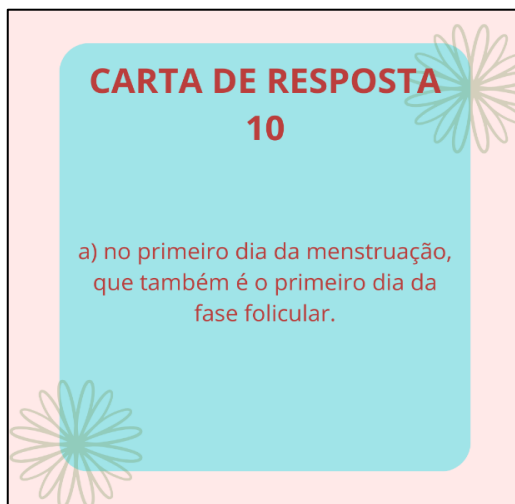
Fonte: Canva, 2025.

Figura 93 - Carta de resposta 9



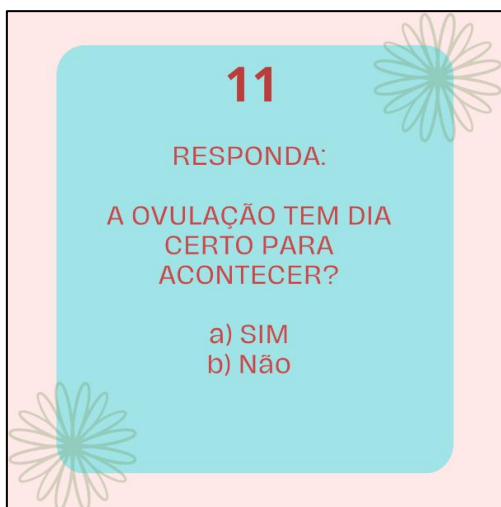
Fonte: Canva, 2025.

Figura 95 - Carta de resposta 10



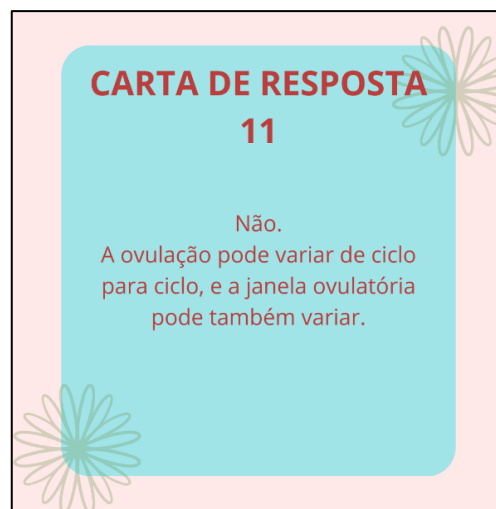
Fonte: Canva, 2025.

Figura 96 - Carta nº 11 referente à fase Folicular



Fonte: Canva, 2025.

Figura 97 - Carta de resposta 11



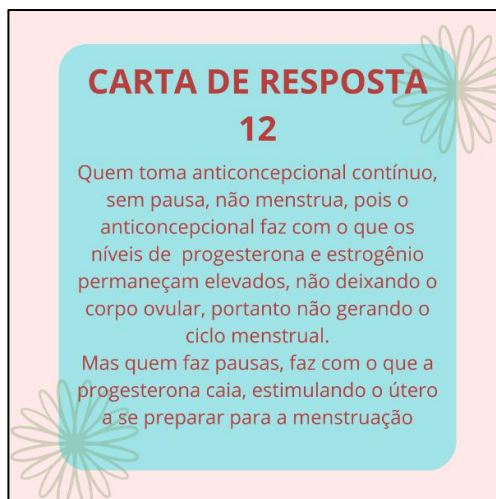
Fonte: Canva, 2025.

Figura 98 - Carta nº 12 referente à fase Folicular



Fonte: Canva, 2025.

Figura 99 - Carta de resposta 12



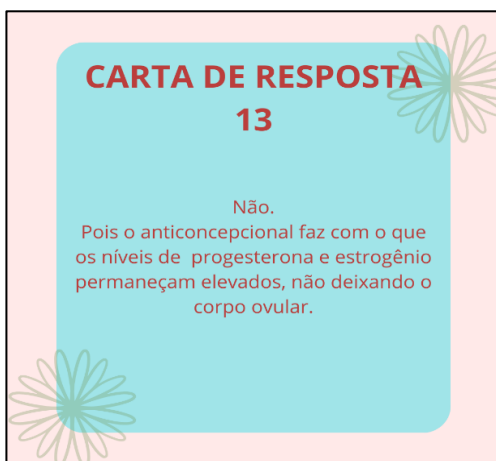
Fonte: Canva, 2025.

Figura 100 - Carta nº 13 referente à fase Folicular



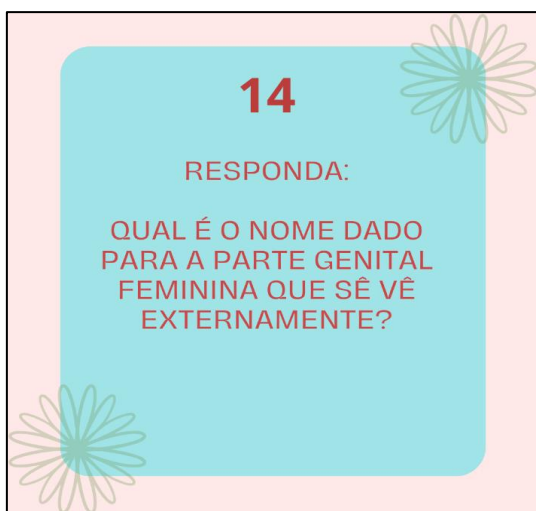
Fonte: Canva, 2025.

Figura 101 - Carta de resposta 13



Fonte: Canva, 2025.

Figura 102 - Carta nº 14 referente à fase Folicular



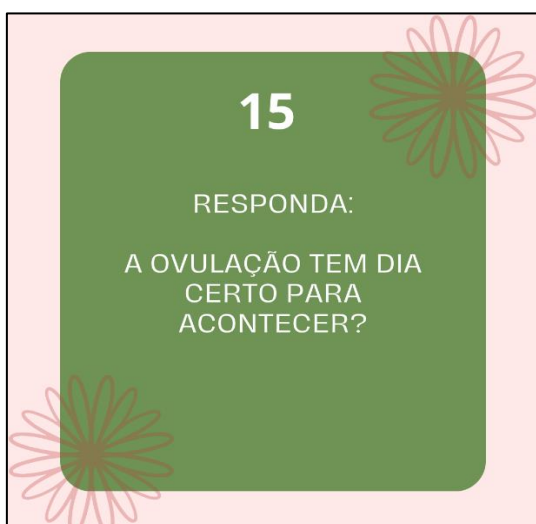
Fonte: Canva, 2025.

Figura 103 - Carta de resposta 14



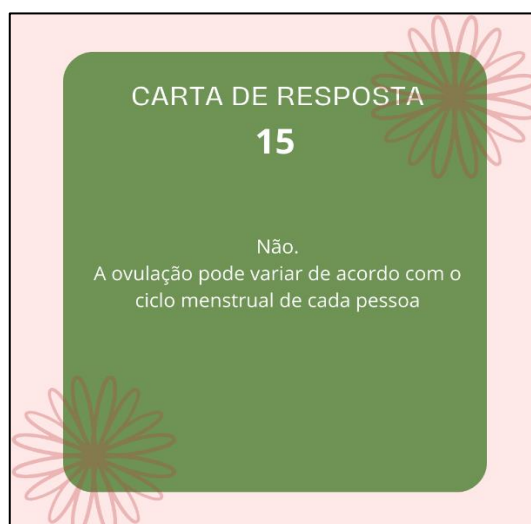
Fonte: Canva, 2025.

Figura 104 - Carta nº 15 referente à fase Ovulatória



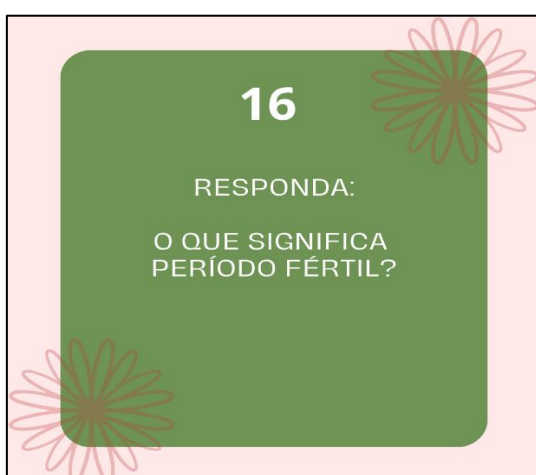
Fonte: Canva, 2025.

Figura 105 - Carta de resposta 15



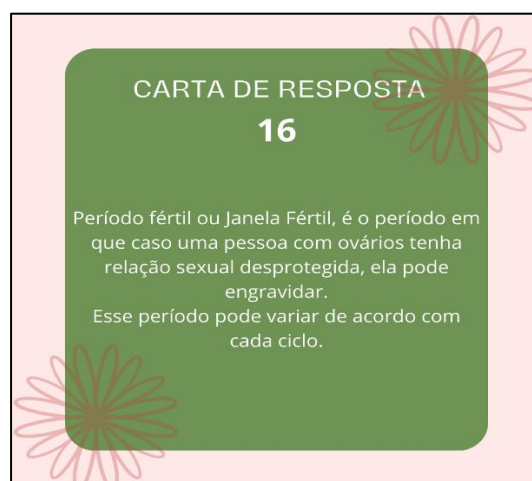
Fonte: Canva, 2025.

Figura 106 - Carta nº 16 referente à fase Ovulatória



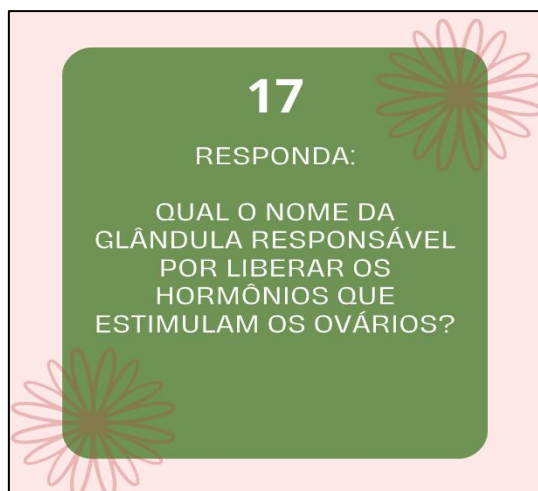
Fonte: Canva, 2025.

Figura 107 - Carta de resposta 16



Fonte: Canva, 2025.

Figura 108 - Carta nº 17 referente à fase Ovulatória



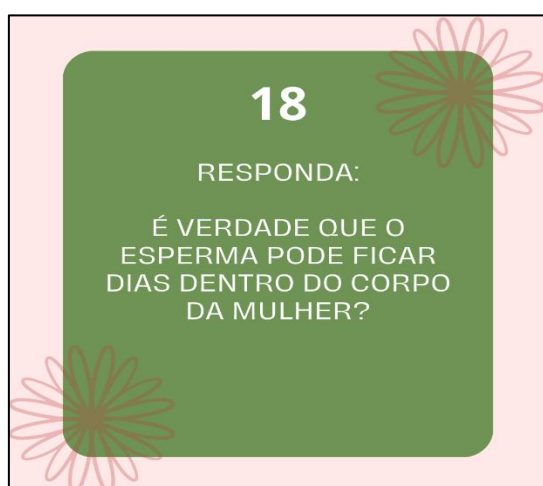
Fonte: Canva, 2025.

Figura 109 - Carta de resposta 17



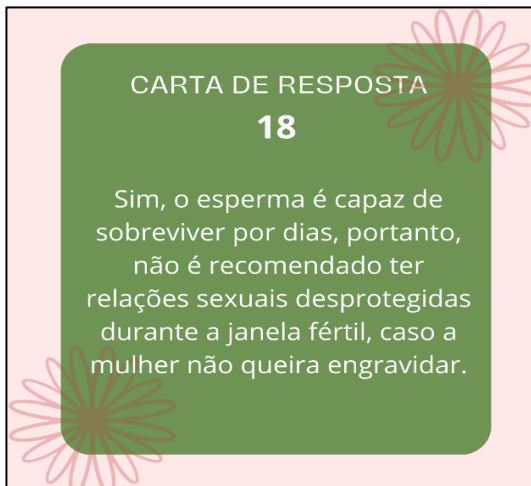
Fonte: Canva, 2025.

Figura 110 - Carta nº 18 referente à fase Ovulatória



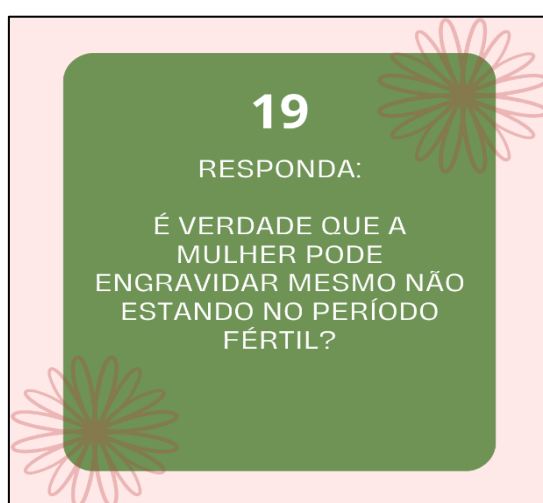
Fonte: Canva, 2025.

Figura 111 - Carta de resposta 18



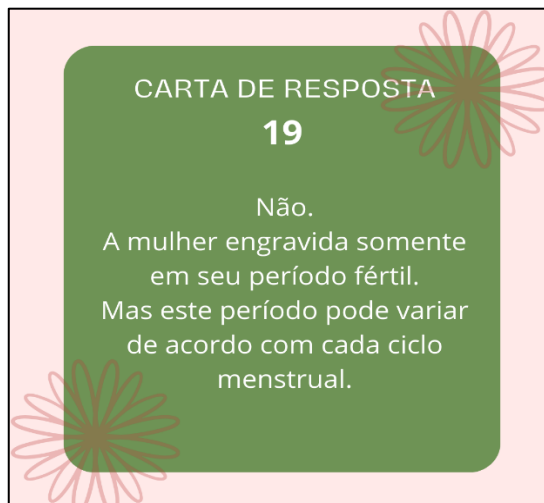
Fonte: Canva, 2025.

Figura 112 - Carta nº 19 referente à fase Ovulatória



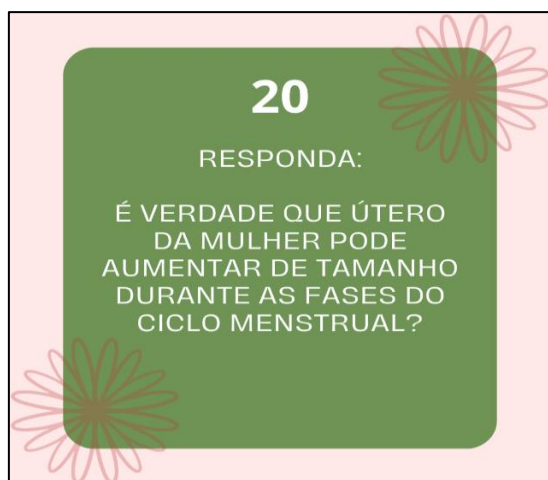
Fonte: Canva, 2025.

Figura 113 - Carta de resposta 19



Fonte: Canva, 2025.

Figura 114 - Carta nº 20 referente à fase Ovulatória



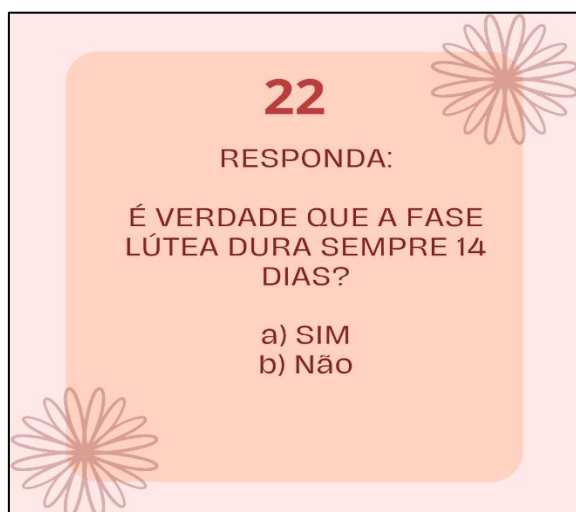
Fonte: Canva, 2025.

Figura 116 - Carta nº 21 referente à fase Ovulatória



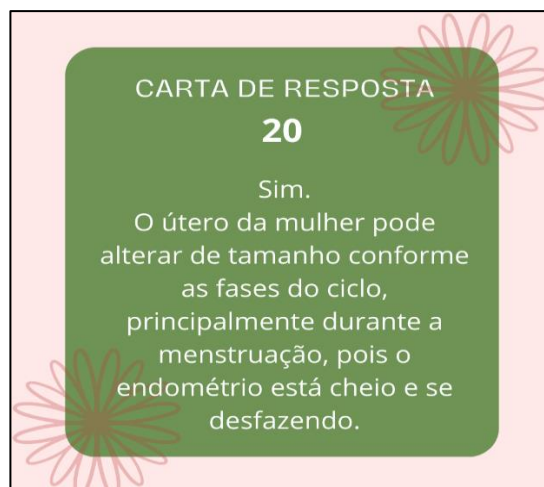
Fonte: Canva, 2025.

Figura 118 - Carta nº 22 referente à fase Lútea



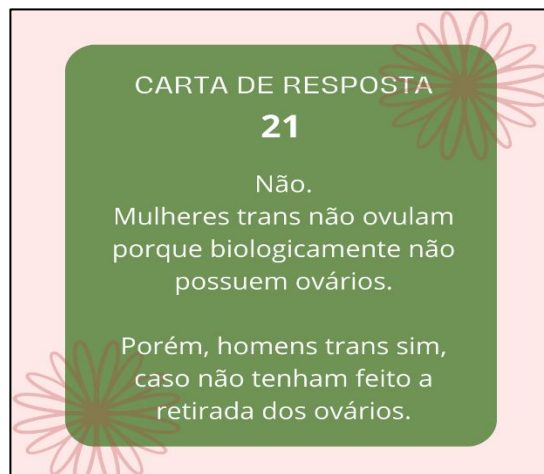
Fonte: Canva, 2025.

Figura 115 - Carta de resposta 20



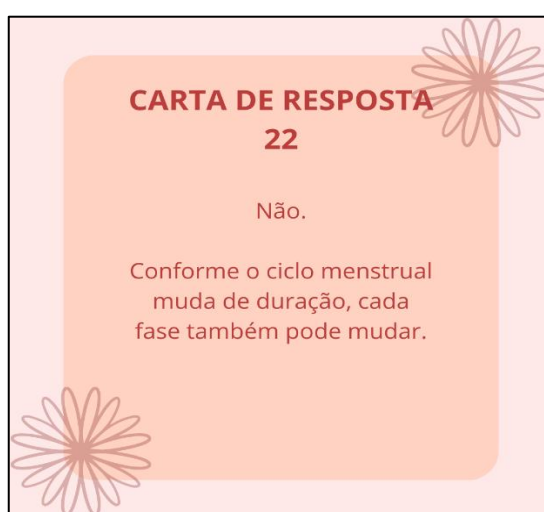
Fonte: Canva, 2025.

Figura 117 - Carta de resposta 21



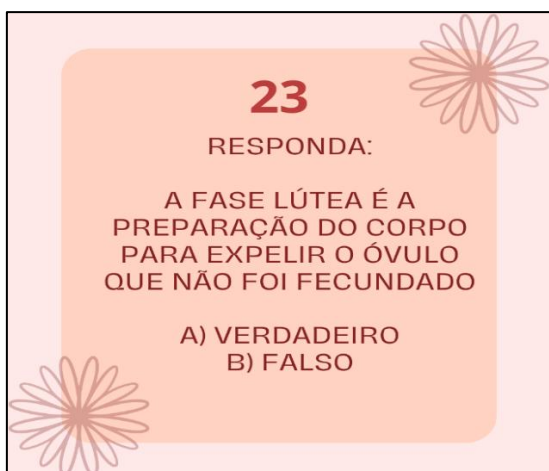
Fonte: Canva, 2025.

Figura 119 - Carta de resposta 22



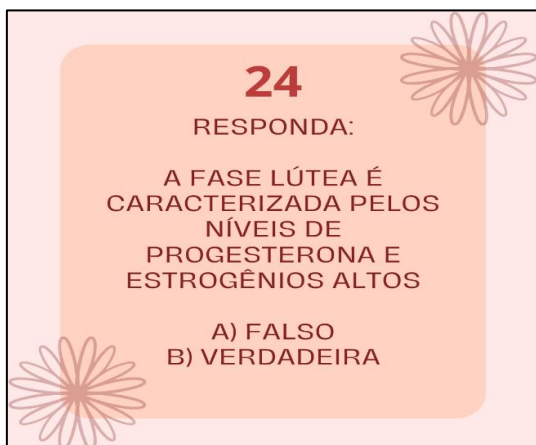
Fonte: Canva, 2025.

Figura 120 - Carta nº 23 referente à fase Lútea



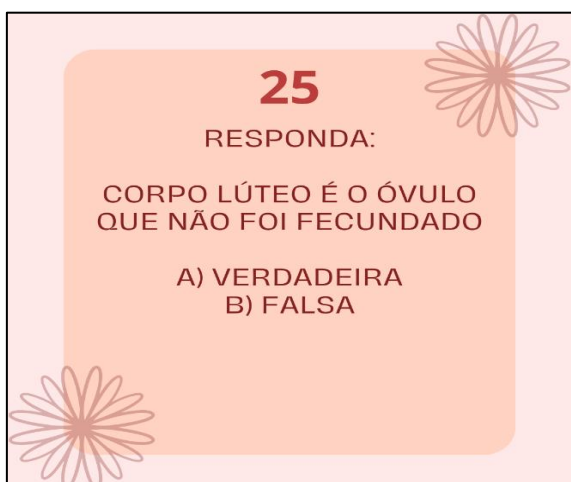
Fonte: Canva, 2025.

Figura 122 - Carta nº 24 referente à fase Lútea



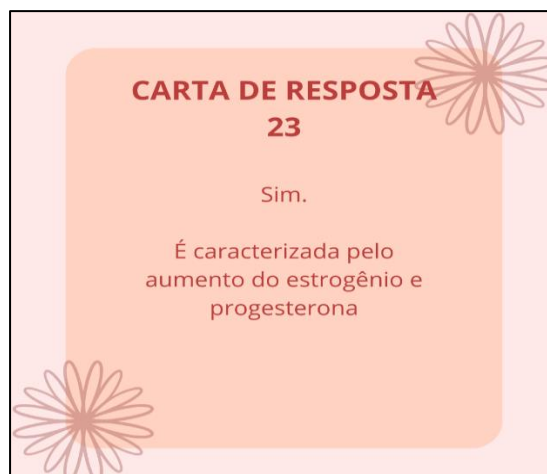
Fonte: Canva, 2025.

Figura 124 - Carta nº 25 referente à fase Lútea



Fonte: Canva, 2025.

Figura 121 - Carta de resposta 23



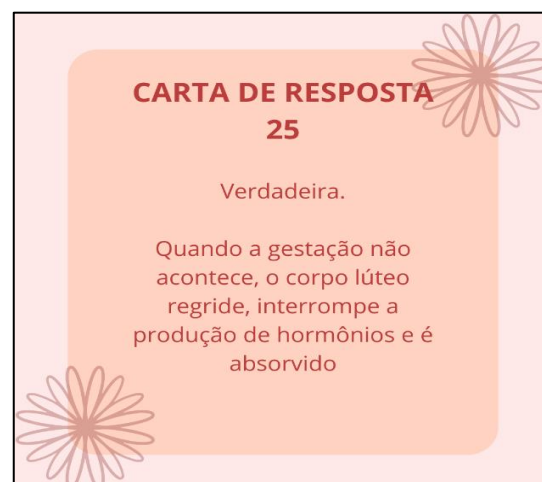
Fonte: Canva, 2025.

Figura 123 - Carta de resposta 24



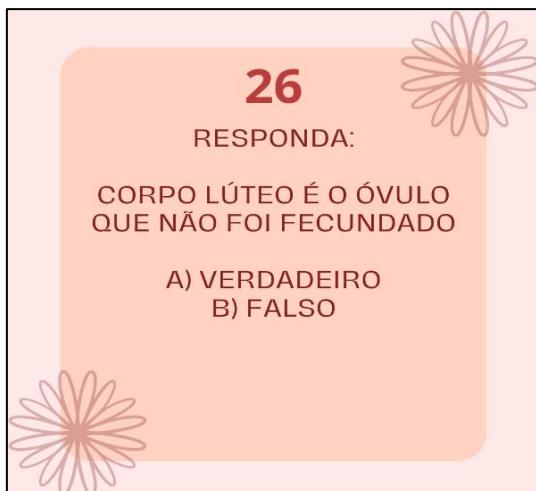
Fonte: Canva, 2025.

Figura 125 - Carta de resposta 25



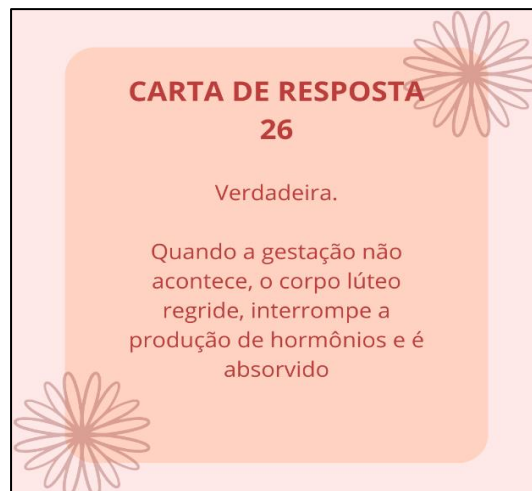
Fonte: Canva, 2025.

Figura 126 - Carta nº 26 referente à fase Lútea



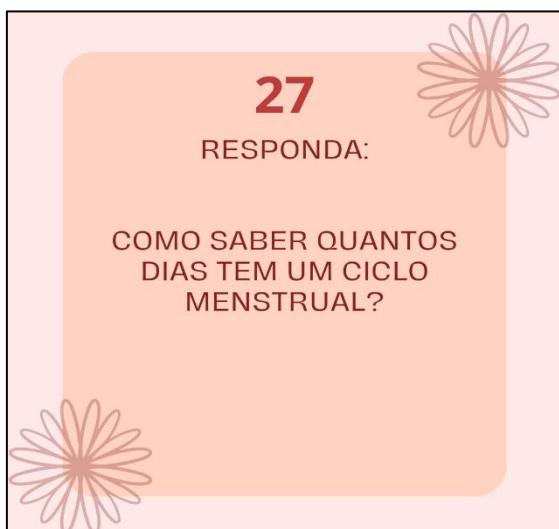
Fonte: Canva, 2025.

Figura 127 - Carta de resposta 26



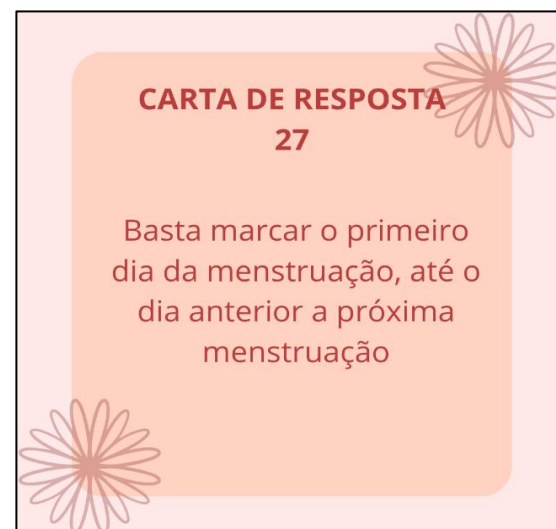
Fonte: Canva, 2025.

Figura 128 - Carta nº 27 referente à fase Lútea



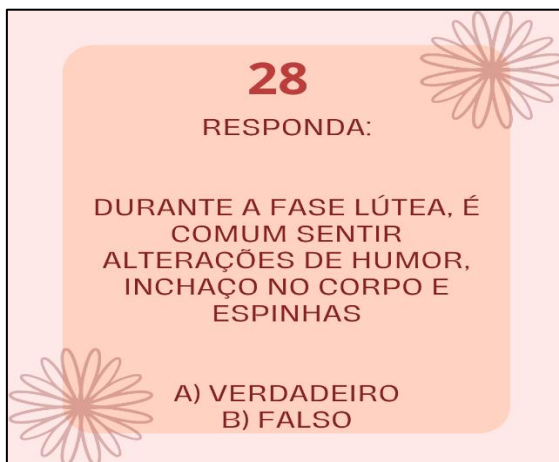
Fonte: Canva, 2025.

Figura 129 - Carta de resposta 27



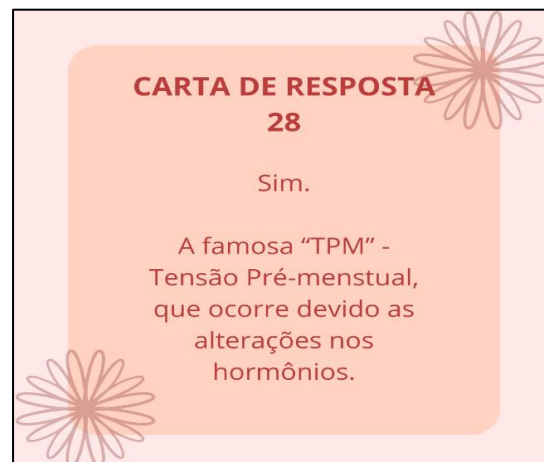
Fonte: Canva, 2025.

Figura 130 - Carta nº 28 referente à fase Lútea



Fonte: Canva, 2025.

Figura 131 - Carta de resposta 28



Fonte: Canva, 2025.

O objetivo do produto técnico elaborado como jogo educativo é auxiliar os educadores e familiares a desenvolverem o tema dignidade menstrual para os jovens, como também proporcionar consciência sobre seus corpos e suas escolhas.

Dentro do ambiente escolar, o jogo pode ser trabalhado dentro de assuntos específicos dentro das áreas de conhecimento como a ciência e a biologia, mas também em diversas disciplinas , como artes, literatura, história, geografia, dentre outras, e ser abordada de maneira transversal, em conjunto com diversas áreas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, a partir de uma pesquisa bibliográfica interseccional, aprofundou-se em quatro marcadores sociais essenciais para a busca da dignidade menstrual: mulheres, pessoas trans, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Analisou-se o histórico de opressão e de estigmas relacionados ao corpo feminino; contextualizou-se a identidade de gênero e a discriminação enfrentada por pessoas trans; destacou-se a importância da acessibilidade e da garantia de direitos, especialmente, no ambiente escolar, para pessoas com deficiência; e foi abordado o panorama da exclusão e da pobreza, no Brasil, que impactam diretamente a dignidade menstrual de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa de campo, envolvendo estudantes, professores e gestores de três escolas analisadas, revelou um consenso: a educação menstrual, na educação básica, é fundamental. No entanto, é crucial ressaltar que o simples fornecimento de itens de higiene menstrual, como absorventes, não garante a dignidade completa. Esses itens são importantes, mas devem ser aliados à conscientização sobre a menstruação e os corpos que menstruam, promovendo um acolhimento adequado a todas as pessoas, incluindo homens trans. Isso, por sua vez, deve ser sustentado por políticas públicas que assegurem o direito e o acesso a produtos de higiene, saneamento básico, renda, acessibilidade e informação para todos.

Os resultados evidenciaram que a promoção da dignidade menstrual, na educação básica, exige investimento, formação e diálogo. A única escola particular participante do estudo demonstrou um avanço significativo em relação às duas escolas estaduais. Essa diferença foi notória no oferecimento de itens de higiene e acesso à informação, no desenvolvimento de ações e projetos para estudantes e funcionários de diversos cargos, não somente professores, e na oferta de um espaço físico adequado para pessoas com deficiência. Essa disparidade sugere que o acesso a recursos é um fator determinante.

Essa observação sublinha a necessidade de maior investimento em políticas públicas para a ampliação do Programa Dignidade Menstrual em âmbito nacional, que atualmente não inclui as escolas. O Projeto Dignidade Íntima, restrito às escolas estaduais de São Paulo, também se mostra insuficiente para atender à demanda de promoção da dignidade menstrual, na educação básica, de forma abrangente.

Com uma idade média de menarca aos 9 anos, conforme apontado pela pesquisa, é importante que estudantes do Ensino Fundamental II já tenham acesso a itens de higiene e conscientização sobre o assunto nas escolas. A gestão escolar demonstrou impactar diretamente os projetos educacionais e a relação com a comunidade escolar, influenciando como cada

instituição conduziu os projetos de educação menstrual e como estudantes e professores colaboraram com a pesquisa.

Propõe-se, então, uma parceria entre os sistemas de educação público e privado. A escola particular analisada, pioneira em projetos sobre dignidade menstrual, mostrou-se mais desenvolvida e inclusiva em relação às escolas estaduais, tanto em seus projetos pedagógicos quanto em sua estrutura física para acolher pessoas com deficiência. Outra proposta apresentada, neste trabalho, é a captação de recursos por meio de leis de incentivo, que podem subsidiar projetos sobre a educação menstrual, que podem perpassar as escolas, como também realizar o letramento fora dos espaços formais de ensino.

A menstruação abrange um longo período da vida reprodutiva e da fase escolar, tornando a abordagem do tema na educação básica essencial. Essa iniciativa pode fomentar uma compreensão saudável da menstruação, criando uma cultura mais empática, solidária e acessível, além de auxiliar no acesso a itens de higiene menstrual para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ao incorporar a educação menstrual, as escolas podem capacitar as pessoas que menstruam a compreender melhor o ciclo menstrual, os processos biológicos e os cuidados adequados de higiene, enquanto colaboram para a criação de políticas públicas que garantam a dignidade menstrual para todos. É crucial que essa educação seja adequada à faixa etária dos estudantes, com linguagem apropriada e atividades inclusivas. O envolvimento dos responsáveis pelos estudantes pode reforçar o aprendizado, promovendo ações mais conscientes, acolhimento e servindo de exemplo para a comunidade escolar.

Com base nas percepções abordadas, foi desenvolvido um jogo como material didático para estudantes do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio. Esse produto técnico visa abordar a dignidade menstrual, quebrar estigmas e promover novas percepções sobre o tema.

Este estudo reforça a indignação diante do persistente preconceito contra os corpos menstruantes, especialmente quando esse se cruza com as realidades de pessoas com deficiência, pessoas trans e aquelas em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa evidenciou que a luta pela dignidade menstrual é indissociável da defesa dos direitos humanos e da construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, que acolha e respeite todas as individualidades.

Em suma, a educação menstrual, na educação básica, beneficia a conscientização, o autoconhecimento e as escolhas das pessoas que menstruam sobre seus corpos, impactando positivamente a saúde e a economia. Promove empatia e dignidade para todos, reforçando sua grande importância e necessidade de ser pensada e desenvolvida no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Michely Peres de. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro. *Revista Interterritórios*. Caruaru, v4, n6, p. 75-92. 2018. doi.org/10.33052/inter.v4i6.236738. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interterritorios/article/view/236738/29400>. Acesso em: mar de 2023.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. A cada 6 horas uma mulher morre vítima de feminicídio no Brasil. Minas Gerais. 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/A-cada-6-horas-uma-mulher-morre-vitima-de-feminicidio-no-Brasil/>. Acesso em: 30 mar de 2025.
- BARBOSA, F. C; PAIVA, C.M. Sexo/prazer no Islam é devoção. *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v37, n. 3, p. 198-223, 2017. DOI: [10.1590/0100-85872017v37n3cap08](https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n3cap08). Disponível em: <https://www.scielo.br/rs/a/Y46w4WCRV4PB7MSD7rBmRTJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 mar de 2023.
- BARCELOS, Nora Ney Santos; JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. **Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia**. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Uberlândia, v10, nº 2, p. 334-345, 2011. Disponível em: <efaidnbmnnnibpajpcglefindmkaj/http://reec.webs.uvigo.es/volumenes/volumen10/ART6_VOL10_N2.pdf>. Acesso em: 16 mar de 2023.
- BASSO, Julia de Souza Lopes. **Manual de orientações sobre gênero e diversidade sexual**. Cacoal: IFRO, 2020. 51 p.; II
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1970.
- BELLAGAMBA, L. R. O que é interseccionalidade e por que importa saber seu significado? **Ideação. Inovação em gestão pública**. 2022. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/o-que-e-interseccionalidade-e-por-que-importa-saber-seu-significado/>>. Acesso em: jul. 2023.
- BENEVIDES, BRUNA G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 16 mar de 2024.
- BRASIL, Base Nacional Comum Curricular, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em abr 2025.
- BRASIL. Senado Federal. Promulgada lei para distribuição de absorventes às mulheres de baixa renda, 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/18/promulgada-lei-para-distribuicao-de-absorventes-as-mulheres-de-baixa-renda>>. Acesso em 16 mar. 2023
- BRASIL, Programa Dignidade Menstrual. **Cartilha Digital**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual>. Acesso em 10 abr. 2025.
- BRASIL, Boletim sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho. **Boletim Digital**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/boletim-desigualdade-racial/BoletimsobreadesigualdaderacialnomercadodetrabalhoVF.pdf>. Acesso em 10 abr. 2025.

BRASIL, **Código Civil**. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em 01 abr. 2025.

BRETAS, José Roberto da Silva; TADINI, Aline Cássia; FREITAS, Maria José Dias; GOELLNER, Maria Beatriz. Significado da menarca segundo adolescentes. São Paulo. Revista Acta, São Paulo, p. 249-255, Ago 2012. Disponível em: < <https://repositorio.unifesp.br/items/c83e4d18-0bf7-42da-968d-12ba2a8de925>> . Acesso em 18 jul 2023.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, B.V; JUSTO, A, M. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. 2013. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2023.

CANDAU, V. **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”**. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2016.

CATER, Jennifer Biagi Barbosa. Gestão de políticas públicas sociais: vulnerabilidade e a desigualdade social no município do Rio de Janeiro. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Rio de Janeiro, v 06, n. 5, p. 05-32. Mai. 2022 . Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/vulnerabilidade-e-a-desigualdade>. Acesso em 16 mar. 2023.

COELHO, Beatriz. Como fazer cálculo amostral para pesquisa quantitativa. Mettzer. 2018. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/calculo-amostal/>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

COGGO, L. Menstruação: o tabu que divide Índia e Brasil entre mundos. **Contraponto Digital**, São Paulo. Disponível em: <<https://contrapontodigital.pucsp.br/noticias/menstruacao-o-tabu-que-divide-india-e-brasil-entre-mundos>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

COMENTTO. Calculadora amostral. 2023. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostal/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

COSTA, L.S. et al. Cuidado menstrual de pessoas com e sem deficiência. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Kimberlé Crenshaw sobre a interseccionalidade, mais de duas décadas depois. Notícias da Columbia Law. Disponível em: <https://www.law.columbia.edu/news/archive/kimberle-crenshaw-intersectionality-more-two-decades-later>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DANTAS, B; LABANCA, L; MARTIN, R; 2021. “Tá de chico?” O tabu da menstruação e a pobreza menstrual. Reportagem. Universidade Federal de Ouro Preto. 2021. Disponível em: <https://sites.ufop.br/lamparina/blog/%E2%80%99Ct%C3%A1-de-chico-o-tabu-da-menstrua%C3%A7%C3%A3o-e-pobreza-menstrual>. Acesso em 31 mar. 2025.

DIGNIDADE ÍNTIMA. Combate à pobreza menstrual na rede estadual de educação. Disponível em: <https://www.dignidadeintima.sp.go>. Acesso em 10 abr. 2025.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar: Curitiba. 2004.

ERNANDES, Camila Carvalho. **A quebra de tabus sobre menstruação e práticas sustentáveis**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Pampa. Disponível em:

<<https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/4529/1/A%20quebra%20de%20tabus%20sobre%20menstrua%C3%A7%C3%A3o%20e%20pr%C3%A1ticas%20sustent%C3%A1veis%20.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FALEIROS, F. et al. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. *Texto & contexto enfermagem*, v. 25, n. 4, p. e3880014, 2016.

FAHS, B; BOBEL, C; WINKLER, I. T; HASSON, K. A. **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Palgrave Macmillan. Gateway East, Singapura, 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-15-0614-7>>. Acesso em 09 abri. 2025.

FIDALGO, Sabrina. Cobaias Humanas - o lado mais obscuro da maldade humana. **Vogue**. 15 mar. 2021. Gente, p. 1. Disponível em: <<https://vogue.globo.com/Vogue-Gente/noticia/2021/03/cobaias-humanas-o-lado-mais-obscuro-da-maldade-humana.html>>. Acesso em 20 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, 13ª ed. Edições Graal, Rio de Janeiro. 1999.

FONTANELLA, B, J, B. LUCHESI, B, M. SAIDEL, M, G, B. RICAS, J. TURATO, E, R. MELO, D, G. Amostragem em pesquisas qualitativas: **proposta de procedimentos para constatar saturação teórica**. Saúde Pública. Rio de Janeiro. 2011.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça. Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: Caminhos percorridos e obstáculos enfrentados. **Reunião Nacional da ANPED**. Goiânia/GO: Universidade Federal de Goiás, 2015. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3241_texto.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GONÇALVES, D. M. S; SILVA, H. S; PEQUENO, C. G; FERREIRA, E. R. O; VIANA, J. S; SILVA, M. M; JUNIOR, F. A. V; FREIRE, M. H. Pobreza Menstrual e os impactos na saúde da mulher. *Revista Foco: Interdisciplinary Studies*. V16 n. 1. Jan/2023. Curitiba. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/645>. Acesso em 16 mar. 2023.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, 2006.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A.(org.) *Vidas de professores*. Portugal: Porto Editora, 2 ed., 2000, p. 31-61.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Estatísticas Sociais. Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=De%202022%20a%202023%2C%20o,sa%C3%ADram%20da%20pobreza%20no%20pa%C3%ADs..> Acesso em: 16 out. 2024.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 316p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

- MACHADO, L.Z. **Masculinidades e violências. gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/12633026/Masculinidades_e_Violências_Gênero_e_mal_estar_na_sociedade_contemporânea. Acesso em: mar. 2025.
- MARTIN, W, B; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 7ª ed. 2008.
- MARTINS, A, V. Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- MEC – Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: mar de 2023.
- MINAYO, M.C.S. Laços perigosos entre machismo e violência. Revista Ciência e Saúde Coletiva. 10(1):18-34, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/i/2005.v10n1/>. Acesso em mar. 2025.
- MOREIRA, L, P, A. **Pobreza menstrual no Brasil: diagnóstico e alternativas**. 2021. Dissertação (Mestrado em gestão de políticas públicas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.
- OLIVEIRA, Arnaldo César Almeida de. **Memorial acadêmico: contexto comunicativo situacional de produção e organização retórica do gênero**. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- OLIVEIRA, Márcia Regina. **Implicações socioeconômicas e territoriais decorrentes da estruturação e da reestruturação produtiva do complexo aeroespacial na cidade de São José dos Campos e região**. 2021. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2021.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial sobre a deficiência. Relatório. 2011. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf>. Acesso em: jul 2023.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: mar de 2023.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Mitos e fatos sobre a Mutilação Genital Feminina**. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1658751> . Acesso em: mar de 2025.
- PALUDO, Letícia. Dentro do sistema prisional gaúcho, detentas produzem absorventes reutilizáveis. **Diário Gaúcho**. Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2021/08/dentro-do-sistema-prisional-gaucha-detentas-produzem-absorventes-reutilizaveis-20642286.html>. Acesso em: 16 jul. 2023.
- PATEMAN, C. O contrato social. São Paulo: Paz e Terra, S.A. 1993.
- PISSINATI, L. L. Sobre os segredos das mulheres: a representação do corpo feminino na medicina ocidental do século XIII. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/20959>. Acesso em 24 nov 2023.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. Buenos Aires. 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em mar. 2025.

RATTI, C.; AZZELLINI, E, C; BARRENSE, H; GROHMANN, R. O tabu da menstruação reforçado pelas propagandas de absorventes. Intercom, Araçatuba, v.1, n.2, p. 26, abril, 2022. Disponível em: <http://www.etecdearacatuba.com.br/pagina/revista/002_-_Revista_Cientifica_Etec_Aracatuba.pdf> . Acesso em 16 mar. 2023

RIBEIRO, Maiara. Entenda as fases do ciclo menstrual. Drauzio. 2021. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/mulher/entenda-as-fases-do-ciclo-menstrual/>>. Acesso em 09 abr. 2025.

ROHDEN, F. A ginecologia: uma ciência da mulher e da diferença. In: *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde collection, pp. 49-108. ISBN 978-85-7541-399-9.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. Revista Brasileira de Educação. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Centro de Estudos da Criança: Universidade do Minho. Disponível em: Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XPqzwvYZ7YxTjLVPJD5NWgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: mar 2023.

SANTOS, Adriano Alves. PEREIRA, Otaviano José. A importância dos jogos e brincadeiras lúdicas na Educação Infantil. Pesquiseduca. Revista Eletrônica. Programa de Educação -Universidade Católica de Santos, v11, n25. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/899/pdf>. Acesso em abr 2025.

SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: **análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e. **Patriarcado e teoria política feminista: possibilidades na ciência política**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas de Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Dayana Almeida. **Abordagem da menstruação nas dissertações de educação sexual: algumas reflexões**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação sexual) - Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2022.

SUSEP – Superintendência dos Serviços Penitenciário. Projeto gaúcho de produção de bioabsorventes com mão de obra prisional é apresentado no South Summit. Disponível em http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=4&cod_conteudo=6614 . Acesso em 16 mar. 2023.

TAKAGI, Angela Megumi; BEZERRA, Lucia Coca; SHINOHARA, Marcia Yuri. Conceitos de mulheres sobre menstruação. 1994. Revista Brasileira de Enfermagem,. V47 n. 2 jun/1994. São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/dcGz8fZpyFL6ZcBj4Ghfzsy/?lang=pt>. Acesso em 16 mar. 2023.

TEIXEIRA, A, L, S. JUNIOR, W, F. MARQUES, F, A, D. LACIO, M, L. DIAS, M, R, C. INFLUÊNCIA DAS DIFERENTES FASES DO CICLO MENSTRUAL NA FLEXIBILIDADE DE MULHERES JOVENS. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/CwDJHts6hKJwFR9XZRMJjdJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 mar. 2023

TRIBUNA DO NORTE. Projeto Confluir promove reflexões sobre o corpo e sensibilidade na Biblioteca e no Museu. Notícia. Disponível em: <https://jornaltribunadonorte.com.br/projeto-confluir-promove-reflexoes-sobre-o-corpo-e-sensibilidade-na-biblioteca-e-no-museu/>. Acesso em 11 jun. 2025.

VIANA, Priscila R; MAGALHÃES, Luciana, O. R. estratégias anticapacitistas na educação profissional: concepções que estruturam a escola e a sociedade. Revista Ciências Humanas. Taubaté, São Paulo: UNITAU. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/issue/view/36/27>. Acesso em: mar 2023.

VIEIRA, E. M. A medicalização do corpo feminino. 1 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022, 84p.

VOMERO, L. S. Z. NERY, M. P. Uterodrama: descolonizando corpo e menstruação. **Revista brasileira de Psicodrama**, Oriana Hadler, v31, ed. 1023, p. 1-10, 09 março 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psicodrama/a/PgFRbNdWqnZSYFXTKCJxvcd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos. **Relatório**. 2021. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/pobreza_menstrual_no_brasil.pdf. Acesso em: jul 2023.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. Quase 70 milhões de meninas enfrentarão mutilação genital feminina até 2030, alerta o UNFPA. Notícia. 2018. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/quase-70-milh%C3%B5es-de-meninas-enfrentar%C3%A3o-mutila%C3%A7%C3%A3o-genital-feminina-at%C3%A9-2030-alerta-o-unfpa>. Acesso em: mar 2025.

WEBER, Júlia. Os impactos dos absorventes descartáveis para o meio ambiente. Centro de Ciências Naturais e Exatas. 2023. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccne/2023/02/03/os-impactos-dos-absorventes-descartaveis-para-o-meio-ambiente#:~:text=O%20pl%C3%A1stico%2C%20que%20assume%2090,400%20anos%20para%20se%20decompor>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

WEBER, Júlia. Os impactos dos absorventes descartáveis para o meio ambiente. Centro de Ciências Naturais e Exatas. 2023. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccne/2023/02/03/os-impactos-dos-absorventes-descartaveis-para-o-meio-ambiente#:~:text=O%20pl%C3%A1stico%2C%20que%20assume%2090,400%20anos%20para%20se%20decompor>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

WHITTON, Claudine U. Cores e cultura - As cores de Almodóvar e Frida Kahlo. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/espanhol/cores-e-cultura-as-cores-de-almodovar-e-frida-kahlo.htm>. Acesso em abr 2025.

APÊNDICE A – PERGUNTAS DE CARACTERIZAÇÃO - ESTUDANTES

1- Qual sua idade?

11 anos
12 anos
13 anos
14 anos
15 anos
16 anos
17 anos
18 anos

2- Com qual gênero você se identifica?

Feminino
Masculino
Outro: _____

3- Qual sua cor ou raça (de acordo com as classificações do IBGE)?

Branca
Preta
Parda
Indígena
Amarela
Outra

4- Você mora em qual região da cidade?

Urbana
Rural

5- Qual o nível de Instrução da respectiva pessoa de referência na sua casa?

Sem instrução
Ensino Fundamental incompleto
Ensino Fundamental completo
Ensino Médio incompleto
Ensino Médio completo
Ensino Superior incompleto
Ensino Superior completo

6- Quantas pessoas moram na sua casa?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- Mais que 5

7- Você e sua família moram:

Em uma casa alugada

Em uma casa própria

Outro: _____

8- Você considera a sua condição de moradia:

Boa

Satisfatória

Ruim

9- Na sua opinião, o rendimento total da sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com:

Muita dificuldade

Dificuldade

Alguma dificuldade

Alguma facilidade

Facilidade

Muita facilidade

10- Onde você mora, você tem acesso a saneamento básico (água tratada, esgoto tratado)?

Sim

Não

11- Onde você mora, você tem acesso à coleta de lixo?

Sim

Não

**APÊNDICE B – PERGUNTAS ESPECÍFICAS – ESTUDANTES – PESSOAS COM
E SEM OVÁRIOS**

1- Você compreende claramente como funciona a menstruação?

Não compreendo
Compreendo muito pouco
Compreendo razoavelmente
Compreendo muito bem

2- Você acha que a menstruação é algo:

Positivo
Negativo

3- Você acha que conhece bem o funcionamento de todo seu corpo?

Não conheço
Conheço muito pouco
Conheço razoavelmente
Conheço muito bem

1- Você já recebeu alguma orientação sexual na escola?

Sim
Não

2- Você já recebeu alguma orientação menstrual na escola?

Sim
Não

3- Onde você aprendeu sobre a menstruação pela primeira vez?

Na escola
Em casa
Na internet
Não aprendi nada sobre a menstruação
Outro: _____

4- Você sabe a diferença entre menstruação e ciclo menstrual?

Sim
Não

1- Você acha que é importante aprender sobre a menstruação na escola?

Não acho importante

Acho um pouco importante
Acho importante
Acho extremamente importante

2- Você possui ovários?

Sim
Não

**APÊNDICE C – PERGUNTAS ESPECÍFICAS – ESTUDANTES – APENAS
PESSOAS COM OVÁRIOS**

1- Você já menstruou? Se sim, com quantos anos você menstruou pela primeira vez?

Com menos de 10 anos
Entre 10 e 12 anos
Entre 13 e 14 anos
Entre 15 e 16 anos
Entre 17 e 18 anos
Com mais de 18 anos
Ainda não menstruei

2- Você tem acesso a itens de higiene menstrual, como absorventes descartáveis, absorventes de pano, coletores menstruais etc.?

Sim
Não

3- Você conhece outro tipo de coletor menstrual além do absorvente descartável?

Sim – Quais: _____
Não

4- Qual é o método que você utiliza para coletar sua menstruação?

Absorvente descartável
Absorvente de pano
Absorvente interno
Calcinha menstrual
Coletor menstrual
Disco menstrual
Ainda não menstruei
Outro: _____

5- Quais dos sintomas abaixo você já teve quando estava menstruada?

Inchaço
Cólicas
Enjoo
Dor de cabeça
Ansiedade
Tristeza
Calma
Raiva

Preocupação

Alegria

Euforia

Nenhum

Ainda não menstruei

Outro: _____

- 6- Você costuma tomar algum remédio para aliviar dores e cólicas durante a menstruação?

Nunca

Raramente

Frequentemente

- 7- Você faz uso de anticoncepcional?

Sim

Não

- 8- A escola onde você estuda oferece algum dos itens abaixo?

Banheiros individuais

Água encanada

Sabonete para lavar as mãos

Papel higiênico

Lenço umedecido

Absorventes descartáveis

Nenhum dos itens acima

- 9- Você já faltou à escola por estar menstruada?

Sim

Não

- 10- Ao pensar em menstruação, o que vem a sua cabeça?

- 11- O que você compreende sobre ciclo menstrual?

- 12- Você é uma pessoa com deficiência?

Sim

Não

13- Em algum momento da sua vida, você teve dificuldade no acesso à dignidade menstrual por ser uma pessoa com deficiência?

Sim

Não

Não sou uma pessoa com deficiência

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1- Qual sua idade?

18 e 25 anos
26 e 30 anos
31 e 35 anos
36 e 40 anos
41 e 45 anos
46 e 50 anos
51 e 55 anos
56 e 60 anos
Mais de 60 anos

2- Com qual gênero você se identifica?

Feminino
Masculino
Outro: _____

3- Qual sua cor ou raça (de acordo com as classificações do IBGE)?

Branca
Preta
Parda
Indígena
Amarela

4- Você mora em qual região da cidade?

Urbana
Rural

5- Qual sua função na escola?

Professor (a)
Gestor (a)
Ambas

6- Se professor, em qual área do conhecimento atua:

Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa);
Matemática; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química);
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).
Não sou professor

7- Qual sua escolaridade?

Ensino Médio completo
Ensino Superior incompleto
Ensino Superior completo
Pós-graduação
Mestrado incompleto
Mestrado completo
Doutorado incompleto
Doutorado completo
Pós-Doutorado

8- Há quantos anos atua na educação?

0 a 5 anos
6 a 10 anos
11 a 15 anos
16 a 20 anos
Mais de 20 anos

9- Qual(ais) dos itens abaixo sua escola oferece para as pessoas que menstruam?

Banheiros individuais
Papel higiênico
Lenço umedecido
Absorventes descartáveis
Sabonete para lavar as mãos
Água encanada
Não oferece nenhum dos itens acima

APÊNDICE E – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA GESTORES

- 1- Você sabe o que significa dignidade menstrual?
- 2- Você já trabalhou o tema educação sexual dentro da sua disciplina na escola?
- 3- Você já trabalhou o tema educação menstrual dentro da sua disciplina na escola?
- 4- A escola onde você atua já realizou ou realiza atualmente algum projeto sobre o tema educação menstrual ou dignidade menstrual?
- 5- Você acha importante abordar o tema educação menstrual na escola? Por quê?
- 6- Como sua escola acolhe as pessoas que menstruam?

APÊNDICE F – *RAPPORT IRAMUTEQ*

+--+--+--+--+--+--+
|i|R|a|M|u|T|e|Q| - Tue Dec 17 16:30:42 2024
+--+--+--+--+--+--+

Número de textos: 9
Número de ST: 254
Número de formas: 1556
Número de ocorrências: 8494
Número de lemas: 1074
Número de formas ativas: 945
Número de formas suplementares: 67
Número de formas ativas com a frequência ≥ 3 : 285
Média das formas por segmento: 33.440945
Número de classes : 7
238 Segmentos classificados em 254 (93.70%)

tempo : 0h 0m 20s
#####

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **DIGNIDADE MENSTRUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma perspectiva para jovens em vulnerabilidade social**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Fabiana dos Santos Abrão**. Nessa pesquisa, pretendemos **analisar os possíveis impactos sociais da educação menstrual, na educação básica**, por meio de **questionário**. Para assegurar a confidencialidade, a privacidade e a proteção de sua imagem serão adotados os seguintes procedimentos para manter o sigilo e o anonimato das informações: os dados serão mantidos em plataformas confiáveis de acesso somente da pesquisadora e sua orientadora, protegidos com senhas de acesso e codificação.

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e os instrumentos utilizados, na pesquisa, ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem em **contribuir com a educação menstrual, na educação básica, podendo gerar os riscos de cansaço ou de aborrecimento e possibilidade de constrangimento ao responder ao instrumento de coleta de dados**. Entretanto, para evitar que ocorram danos **o pesquisador retirará sua contribuição na pesquisa publicada**. Caso haja algum dano ao participante, será garantido a ele procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

Para participar desse estudo, você não terá nenhum custo, pois será garantido o direito ao ressarcimento de despesas que forem necessárias. Você não receberá qualquer vantagem financeira.

Você receberá mais esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e tem liberdade para recusar-se a ingressar no estudo ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada por meio da biblioteca da Universidade.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Rubricas: pesquisador responsável _____ participante _____

Para qualquer outra informação você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável **Fabiana dos Santos Abrão** por telefone (12) xxxxx-xxxx, inclusive ligações aa cobrar), por e-mail (fabiana.sabrao@unitau.br) ou presencialmente no endereço , Pindamonhangaba-SP.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3622-4005, e-mail: cep.unitau@unitau.br.

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

FABIANA DOS SANTOS ABRÃO

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **DIGNIDADE MENSTRUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma perspectiva para jovens em vulnerabilidade social**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar dela sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) participante

ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(No caso do menor entre 11 e 17 anos)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **DIGNIDADE MENSTRUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma perspectiva para jovens em situação de vulnerabilidade social**. Nessa pesquisa, pretendemos analisar os possíveis impactos sociais da educação menstrual, na educação básica, para jovens em vulnerabilidade social, sob a responsabilidade da pesquisadora **FABIANA DOS SANTOS ABRÃO**.

Sua participação é voluntária e se dará por meio um questionário, **podendo gerar os riscos de cansaço ou aborrecimento e possibilidade de constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados. Se aceitar participar, você contribuirá com o levantamento de informações para analisar suas percepções sobre a menstruação, e contribuir com a educação menstrual na educação básica**

Para participar dessa pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Mas se houver algum gasto que ocorra porque você está participando da pesquisa (como, por exemplo, passagem de ônibus ou refeição), esse valor será devolvido aos seus pais pela pesquisadora Fabiana dos Santos Abrão

Ninguém pode forçar você a participar deste estudo e você tem toda a liberdade de deixar de participar do estudo a qualquer momento e isso não irá causar nenhum problema.

Seu nome e o nome de seus pais/responsáveis não serão divulgados em nenhum momento e suas informações serão analisadas junto com as de outros participantes.

Se entender que teve algum problema relacionado direta ou indiretamente com a sua participação nessa pesquisa você tem assegurado **o direito de buscar indenização (reparação)**. Os resultados estarão à sua disposição quando a pesquisa estiver terminada. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Para qualquer outra informação você poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone **(12) xxxxx-xxxx** **Inclusive ligações a cobrar**, e/ou por e-mail: **fabiana.sabrao@unitau.br**

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um grupo de pessoas que avalia se essa pesquisa apresenta algum problema ético, ou seja, algum problema como a participação não obrigatória, a garantia de não se identificar os participantes, entre outras informações. Se você tiver alguma dúvida a esse respeito, eles também podem ajudá-lo. Para isso consulte o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3622-4005, e-mail: **cep.unitau@unitau.br**.

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

FABIANA DOS SANTOS ABRÃO

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ **(se já tiver documento)**, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e me retirar do estudo a qualquer momento sem qualquer prejuízo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar.

Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Pindamonhangaba, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do (a) menor